



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
INSTITUTO DE CULTURA E ARTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

ANTONIO PINHEIRO TORRES NETO

**ENTRE FLAGRANTES DO COTIDIANO E QUALIDADES NOTICIOSAS: O USO
DE IMAGENS DE CÂMERAS DE VIGILÂNCIA NA PRODUÇÃO
TELEJORNALÍSTICA DO CETV 1ª EDIÇÃO**

FORTALEZA

2025

ANTONIO PINHEIRO TORRES NETO

ENTRE FLAGRANTES DO COTIDIANO E QUALIDADES NOTICIOSAS: O USO DE
IMAGENS DE CÂMERAS DE VIGILÂNCIA NA PRODUÇÃO TELEJORNALÍSTICA
DO CETV 1ª EDIÇÃO

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação, do Instituto de Cultura e Arte, da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Comunicação. Área de concentração: Meios e Processos Comunicacionais.

Orientador: Prof. Dr. Edgard Patrício de Almeida Filho

FORTALEZA

2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

-
- T643e Torres Neto, Antonio Pinheiro.
Entre flagrantes do cotidiano e qualidades noticiosas : o uso de imagens de câmeras de vigilância na produção telejornalística do CETV 1ª Edição / Antonio Pinheiro Torres Neto. – 2025.
268 f. : il. color.
- Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Instituto de Cultura e Arte, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Fortaleza, 2025.
Orientação: Prof. Dr. Edgard Patrício de Almeida Filho.
1. Telejornalismo. 2. Produção noticiosa. 3. Noticiabilidade. 4. Flagrantes de videovigilância. 5. CETV 1ª Edição. I. Título.

CDD 302.23

ANTONIO PINHEIRO TORRES NETO

ENTRE FLAGRANTES DO COTIDIANO E QUALIDADES NOTICIOSAS: O USO DE
IMAGENS DE CÂMERAS DE VIGILÂNCIA NA PRODUÇÃO TELEJORNALÍSTICA
DO CETV 1ª EDIÇÃO

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação, do Instituto de Cultura e Arte, da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Comunicação. Área de concentração: Meios e Processos Comunicacionais.

Aprovada em 20/02/2025.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Edgard Patrício de Almeida Filho (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof.^a Dra. Ana Paula Goulart de Andrade
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)

Prof.^a Dra. Fabiana Cardoso de Siqueira
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Prof.^a Dra. Helena Martins do Rêgo Barreto
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof.^a Dra. Lígia Coeli Silva Rodrigues
Universidade Federal do Cariri (UFCA)

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, Francisco Ernane e Tereza Neuma, e ao meu irmão, Ewerton, pelo apoio familiar incondicional, assim como por compreenderem meus muitos momentos de ausência durante a fase na qual estive dedicado à construção deste trabalho.

Ao meu orientador, professor Dr. Edgard Patrício, da Universidade Federal do Ceará (UFC), pelos constantes ensinamentos, bem como por sua postura contínua de disponibilidade e atenção ao longo do processo formativo de doutoramento, permitindo assim o estabelecimento de uma relação pautada no respeito e no afeto.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Ceará (PPGCOM/UFC), os quais contribuíram, por meio dos debates em sala de aula, para o meu aperfeiçoamento científico.

Aos meus amigos, Samuel Macêdo, Joaquim Júnior, Glaykson Moreira, Cid Elton Queiroz, Pâmela Soares e Naiara Carneiro que, com muito afeto, acompanharam essa jornada e a tornaram mais leve.

Aos meus colegas de doutorado do PPGCOM/UFC, pelos momentos de convivência compartilhados no espaço da universidade.

À equipe da Secretaria do PPGCOM/UFC, em especial à servidora pública Alexandrina Cássia Ramalho Oliveira, por toda a ajuda e atenção concedida.

Aos membros da Comissão de Avaliação da Tese, professoras Ana Paula Goulart de Andrade (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro), Fabiana Cardoso de Siqueira (Universidade Federal da Paraíba), Helena Martins do Rêgo Barreto (Universidade Federal do Ceará) e Ligia Coeli Silva Rodrigues (Universidade Federal do Cariri) pelas contribuições à pesquisa.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (Capes) – Código de Financiamento 001.

“A visibilidade é uma armadilha” (Foucault, 2014, p. 194).

RESUMO

A cultura da vigilância (Lyon, 2018) espalha-se pela sociedade. Existir no mundo contemporâneo implica ter de lidar, em alguma medida, com práticas de monitoramento social fluidas e que se efetivam de formas até então inimagináveis. Os processos de videomonitoramento, enquanto uma das estruturas que compõem tal cenário sociotecnológico, alcançam diversos contextos, extrapolando a dimensão meramente securitária. No Jornalismo, o uso de imagens de câmeras de vigilância tem ganhado impulso, proporcionando novas dinâmicas para a publicização dos eventos cotidianos (Andrade, 2018). Em meio à constatação da recorrente presença midiática dos flagrantes de videovigilância, buscamos compreender de que modo se estabelece a relevância de tais imagens para o campo do telejornalismo e o que o seu uso implica em termos de transformações nas rotinas de produção noticiosa dos veículos jornalísticos. Decidimos problematizar a questão citada tendo como base a produção do telejornal CETV 1ª Edição, veiculada durante os meses de agosto, setembro e outubro de 2019, 2020 e 2022. Partimos da hipótese de que um dos elementos definidores para a publicização das cenas obtidas por câmeras de vigilância, e exibidas pelo telejornal cearense, está não somente na associação entre as qualidades noticiosas do acontecimento retratado e o flagrante disponibilizado, mas também na imagem de vigilância em si mesma e nos efeitos que ela é capaz de acionar na audiência em termos de engajamento. Nesse sentido, mobilizamos de maneira central o conceito de valores-notícia, entendendo-o como um dos critérios de noticiabilidade existentes (Wolf, 2008, Silva, 2014), com o intuito de embasar a perspectiva teórico-analítica da tese e assim construir um debate que ressalte permanências, assim como atualizações em meio ao cenário informativo investigado. Do ponto de vista metodológico, temos a análise de conteúdo (Sampaio; Lycarião, 2021; Bardin, 2016) e a entrevista em profundidade (Gaskell, 2008) como procedimentos que orientam o ângulo de análise da produção noticiosa do CETV 1ª Edição. Por meio da investigação empreendida, constatamos a existência de uma pré-disposição, por parte do telejornal cearense, em selecionar e publicizar flagrantes de videovigilância envolvendo situações concernentes à temática violência/segurança pública. Tais escolhas expressam a adoção de uma perspectiva editorial e uma preocupação constante em manter alinhadas as proposições do CE 1 aos anseios dos telespectadores, revelando, desse modo, a confluência existente entre essas duas dimensões na busca por definir a relevância dos acontecimentos cotidianos. Foi possível perceber ainda a ocorrência de um duplo processo associativo, os quais denominamos de associação amplificada e associação parcial, caracterizados, de um lado, pela junção do uso da imagem de videovigilância em diálogo com determinadas categorias de valores-notícia e, de outro, pela

mobilização da imagem de videovigilância enquanto aspecto sobressalente em relação às qualidades noticiosas (valores-notícia), traçando um caminho em que a definição da relevância está pautada nas possibilidades que podem ser extraídas do conteúdo imagético em si, enquanto fonte capaz de mobilizar a atenção e os sentidos dos telespectadores.

Palavras-chave: telejornalismo; produção noticiosa; noticiabilidade; flagrantes de videovigilância; CETV 1ª Edição.

ABSTRACT

The culture of surveillance (Lyon, 2018) permeates contemporary society. To exist in today's world inevitably involves interacting, to some extent, with fluid practices of social monitoring that manifest in previously unimaginable ways. Video surveillance processes, as one of the structures shaping this sociotechnological landscape, extend across various contexts, surpassing the purely securitarian dimension. In journalism, the use of footage from surveillance cameras has gained prominence, fostering new dynamics in the publicization of daily events (Andrade, 2018). Amid the recognition of the recurrent media presence of surveillance footage, we seek to understand how the relevance of these images is established within the field of television journalism and what their use implies in terms of transformations in the news production routines of journalistic outlets. To address this issue, we base our analysis on the production of the CETV 1ª Edição newscast, broadcast during the months of August, September, and October in 2019, 2020, and 2022. We assume that one of the defining elements for the publicization of scenes captured by surveillance cameras and broadcast by the Ceará-based newscast lies not only in the association between the newsworthy qualities of the reported event and the footage provided but also in the surveillance image itself and its capacity to elicit engagement effects from the audience. In this regard, we centrally employ the concept of news values, understanding it as one of the existing criteria for newsworthiness (Wolf, 2008; Silva, 2014), with the aim of grounding the theoretical-analytical perspective of the thesis and, thereby, constructing a discussion that highlights continuities as well as updates within the investigated informational landscape. Methodologically, the study employs content analysis (Sampaio; Lycaríão, 2021; Bardin, 2016) and in-depth interviews (Gaskell, 2008) as the main procedures guiding the analysis of the CETV 1st Edition's news production. The findings reveal a predisposition on the part of the Ceará-based newscast to select and publicize surveillance footage depicting incidents related to violence and public security. These choices reflect the adoption of an editorial perspective and a constant concern to align the CE 1's propositions with the viewers' expectations, thus revealing the convergence between these two dimensions in the effort to define the relevance of daily events. Additionally, it was also possible to identify the occurrence of a dual associative process, which we refer to as amplified association and partial association. These are characterized, on the one hand, by the combination of surveillance footage with specific categories of news values and, on the other, by the mobilization of surveillance footage as a salient aspect in relation to newsworthiness criteria (news values). This outlines a pathway where the definition of relevance is anchored in the possibilities

extracted from the visual content itself, as a source capable of capturing the attention and engaging the senses of viewers.

Keywords: television journalism; news production; newsworthiness; surveillance footage; CETV 1ª Edição.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Frame de matéria veiculada pelo CETV 1ª Edição em 21/11/2020	43
Figura 2 - Frame do vídeo institucional” Zoom Cidade + Segura”	68
Figura 3 - Print de publicação em rede social sobre situação envolvendo erros de reconhecimento facial.....	78
Figura 4 - Print de publicação em rede social convidando a participação do público do CETV 1ª Edição.....	96
Figura 5 - Frame de matéria veiculada pelo CETV 1ª Edição em 28/09/2020	116
Figura 6 - Contato de WhatsApp disponibilizado durante exibição do CETV 1ª Edição	137
Figura 7 - Página da SSPDS/CE no YouTube na qual são disponibilizados flagrante de videomonitoramento.....	138
Figura 8 - Portal da SSPDS/CE com informações em texto e vídeo sobre ações do órgão ...	139
Figura 9 - Matéria veiculada no site da SSPDS/CE em 29/10/2019	143
Figura 10 - Matéria veiculada pelo CETV 1ª Edição no dia 30/10/2019	144
Figura 11 - Matéria veiculada no site da SSPDS/CE em 10/08/2020	144
Figura 12 - Matéria veiculada pelo CETV 1ª Edição em 11/08/2020	145
Figura 13 - Matéria veiculada no site da SSPDS/CE em 02/09/2022	145
Figura 14 - Matéria veiculada pelo CETV 1ª Edição em 03/09/2022	146
Figura 15 - Frame de matéria veiculada pelo CETV 1ª Edição em 30/08/2019	151
Figura 16 - Frame de matéria veiculada pelo CETV 1ª Edição em 30/08/2019	151
Figura 17 - Frame de matéria veiculada pelo CETV 1ª Edição em 11/08/2022	153
Figura 18 - Frame de matéria veiculada pelo CETV 1ª Edição em 11/08/2022	153
Figura 19 - Frame de matéria veiculada pelo CETV 1ª Edição em 15/10/2019	180
Figura 20 - Frame de matéria veiculada pelo CETV 1ª Edição em 02/08/2019	190
Figura 21 - Frame de matéria veiculada pelo CETV 1ª Edição em 14/08/2019	191
Figura 22 - Frame de matéria veiculada pelo CETV 1ª Edição em 06/09/2019	191
Figura 23 - Frame de matéria veiculada pelo CETV 1ª Edição em 14/09/2019	191
Figura 24 - Frame de matéria veiculada pelo CETV 1ª Edição em 05/10/2019	192
Figura 25 - Frame de matéria veiculada pelo CETV 1ª Edição em 10/10/2019	192
Figura 26 - Frame de matéria veiculada pelo CETV 1ª Edição em 23/08/2019	193
Figura 27 - Frame de matéria veiculada pelo CETV 1ª Edição em 30/08/2019	193
Figura 28 - Frame de matéria veiculada pelo CETV 1ª Edição em 06/09/2019	194
Figura 29 - Frame de matéria veiculada pelo CETV 1ª Edição em 23/09/2019	194

Figura 30 - Frame de matéria veiculada pelo CETV 1ª Edição em 30/10/2019	194
Figura 31 - Frame de matéria veiculada pelo CETV 1ª Edição em 30/10/2019	195
Figura 32 - Frame de matéria veiculada pelo CETV 1ª Edição em 04/08/2020	196
Figura 33 - Frame de matéria veiculada pelo CETV 1ª Edição em 19/08/2020	197
Figura 34 - Frame de matéria veiculada pelo CETV 1ª Edição em 03/09/2020	197
Figura 35 - Frame de matéria veiculada pelo CETV 1ª Edição em 12/09/2020	197
Figura 36 - Frame de matéria veiculada pelo CETV 1ª Edição em 23/10/2020	198
Figura 37 - Frame de matéria veiculada pelo CETV 1ª Edição em 23/10/2020	198
Figura 38 - Frame de matéria veiculada pelo CETV 1ª Edição em 01/08/2022	199
Figura 39 - Frame de matéria veiculada pelo CETV 1ª Edição em 04/08/2022	199
Figura 40 - Frame de matéria veiculada pelo CETV 1ª Edição em 26/09/2022	200
Figura 41 - Frame de matéria veiculada pelo CETV 1ª Edição em 10/09/2022	200
Figura 42 - Frame de matéria veiculada pelo CETV 1ª Edição em 03/10/2022	200
Figura 43 - Frame de matéria veiculada pelo CETV 1ª Edição em 27/10/2022	201
Figura 44 - Frame de matéria veiculada pelo CETV 1ª Edição em 01/08/2022	204
Figura 45 - Frame de matéria veiculada pelo CETV 1ª Edição em 20/08/2019	204
Figura 46 - Frame de matéria veiculada pelo CETV 1ª Edição em 22/10/2019	205
Figura 47 - Frame de matéria veiculada pelo CETV 1ª Edição em 27/08/2020	205
Figura 48 - Frame de matéria veiculada pelo CETV 1ª Edição em 05/10/2020	205
Figura 49 - Frame de matéria veiculada pelo CETV 1ª Edição em 19/08/2022	206
Figura 50 - Frame de matéria veiculada pelo CETV 1ª Edição em 29/08/2022	206
Figura 51 - Frame de matéria veiculada pelo CETV 1ª Edição em 24/08/2019	207
Figura 52 - Frame de matéria veiculada pelo CETV 1ª Edição em 16/10/2019	207
Figura 53 - Frame de matéria veiculada pelo CETV 1ª Edição em 02/08/2022	208
Figura 54 - Frame de matéria veiculada pelo CETV 1ª Edição em 18/08/2022	208
Figura 55 - Frame de matéria veiculada pelo CETV 1ª Edição em 26/08/2022	208
Figura 56 – Frame de matéria veiculada pelo CETV 1ª Edição em 05/09/2019	212
Figura 57 - Frame de matéria veiculada pelo CETV 1ª Edição em 10/09/2019	212
Figura 58 - Frame de matéria veiculada pelo CETV 1ª Edição em 22/10/2019	212
Figura 59 - Frame de matéria veiculada pelo CETV 1ª Edição em 24/10/2019	213
Figura 60 - Frame de matéria veiculada pelo CETV 1ª Edição em 26/08/2020	213
Figura 61 - Frame de matéria veiculada pelo CETV 1ª Edição em 09/09/2020	213
Figura 62 - Frame de matéria veiculada pelo CETV 1ª Edição em 11/09/2020	214
Figura 63 - Frame de matéria veiculada pelo CETV 1ª Edição em 19/10/2020	214

Figura 64 - Frame de matéria veiculada pelo CETV 1ª Edição em 01/08/2022	214
Figura 65 - Frame de matéria veiculada pelo CETV 1ª Edição em 27/10/2022	215
Figura 66 - Frame de matéria veiculada pelo CETV 1ª Edição em 02/08/2022	217
Figura 67 - Frame de matéria veiculada pelo CETV 1ª Edição em 31/08/2020	219
Figura 68 - Frame de matéria veiculada pelo CETV 1ª Edição em 29/10/2022	220

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Dados referentes aos meses de agosto, setembro e outubro de 2019, 2020 e 2022	134
Gráfico 2 - Dados referentes aos meses de agosto, setembro e outubro de 2019.....	170
Gráfico 3 - Dados referentes aos meses de agosto, setembro e outubro de 2020.....	171
Gráfico 4 - Dados referentes aos meses de agosto, setembro e outubro de 2022.....	172
Gráfico 5 - Formatos noticiosos adotados pelo CETV 1ª Edição.....	176
Gráfico 6 - Disposição territorial, por Município, dos flagrantes de videovigilância no período de agosto, setembro e outubro de 2019	182
Gráfico 7 - Disposição territorial, por Município, dos flagrantes de videovigilância no período de agosto, setembro e outubro de 2020	183
Gráfico 8 - Disposição territorial, por Município, dos flagrantes de videovigilância no período de agosto, setembro e outubro de 2022	184

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	TRAGÉDIAS DOCUMENTADAS.....	23
2.1	Os estudos de telejornalismo e as imagens de videovigilância	26
3	CULTURA DA VIGILÂNCIA: SEGURANÇA, ENTRETENIMENTO, PREDIÇÃO, PERFORMATIVIDADE.....	51
3.1	As práticas de vigilância em uma perspectiva histórica	52
3.2	As câmeras de vigilância e as novas margens do visível	60
3.3	Flagrantes de videovigilância: entre a invasão de privacidade e a relevância pública	81
4	OS FLAGRANTES DE VIDEOVIGILÂNCIA E OS CRITÉRIOS DE NOTICIABILIDADE NO TELEJORNALISMO	87
4.1	A legitimidade social da relevância jornalística.....	88
4.2	Os critérios de noticiabilidade e os valores-notícia	99
4.3	As imagens de videovigilância e os sentidos de imediação e de efeito do real.....	110
5	FUNDAMENTAÇÃO METODOLÓGICA: A CONSTRUÇÃO DE UM OBSERVÁVEL E DO PERCURSO DE ANÁLISE.....	121
5.1	Análise de conteúdo: validade, replicabilidade e confiabilidade.....	121
5.2	Entrevista em profundidade: em busca da riqueza de detalhes.....	127
5.3	O CETV 1ª Edição e o Sistema Verdes Mares	131
6	OS FLAGRANTES DE VIDEOVIGILÂNCIA NO CETV 1ª EDIÇÃO.....	134
6.1	As temáticas e os formatos noticiosos dos flagrantes de videovigilância no CE 1	154
6.2	Os flagrantes de videovigilância, a disposição territorial e os territórios securitizados.....	181
7	OS FLAGRANTES DE VIDEOVIGILÂNCIA, OS VALORES-NOTÍCIA E OS MODELOS DE ASSOCIAÇÃO NO CETV 1ª EDIÇÃO	188
7.1	Os modelos de valoração noticiosa amplificada e parcial.....	209
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	224

REFERÊNCIAS	232
APÊNDICE A – LINKS DE MATÉRIAS ANALISADAS NO CETV 1ª EDIÇÃO .	239
APÊNDICE B – LIVRO DE CÓDIGOS (ANÁLISE DE CONTEÚDO).....	257

1 INTRODUÇÃO

A definição dos caminhos que decidimos percorrer quando estruturamos, enquanto pesquisadores, projetos científicos, perpassam, entre outros elementos de julgamento, aspectos envolvendo a relevância e o impacto daquela pesquisa para o campo, a facticidade de sua realização (a partir dos prazos e recursos materiais disponíveis), assim como a delimitação de uma problemática consistente. Parece-nos, entretanto, que há um elemento indispensável na soma final dessa equação: o interesse pessoal do pesquisador. Característica essa que não deve ser negada/escondida e que, aliás, gostaríamos de destacar desde já, influencia diretamente a formatação da presente tese.

Em 2014, ainda durante a realização do mestrado em Comunicação, tivemos a oportunidade de entrar em contato, de modo mais aprofundado, com a obra do filósofo francês Michel Foucault, em disciplina voltada à discussão sobre os dispositivos biopolíticos na mídia. À época, uma discussão teórica desenvolvida a partir de textos do autor mobilizou a nossa atenção e se tornou ponto de partida para o projeto de doutorado que viria a surgir posteriormente. Com a leitura do livro “Vigiar e Punir” (2014)¹, tomamos conhecimento das proposições históricas envolvendo o surgimento, no século XVIII, da denominada “sociedade disciplinar”, bem como do dispositivo panóptico. A ideia de uma visibilidade que se torna armadilha nos apontou para questões contemporâneas envolvendo o campo da Comunicação e, mais especificamente, do Jornalismo.

Naquele momento, e de modo pontual, nos detivemos em finalizar as atividades concernentes ao tópico especial, cursado durante o mestrado, produzindo um artigo intitulado “O ‘dom’ da ubiquidade jornalística: o mito panóptico e a produção de notícias”. A partir dele, buscamos demonstrar como a noção do panoptismo foucaultiano estaria inserida nas práticas profissionais dos jornalistas, fomentando assim a noção de que esses teriam a “capacidade especial” de estar presentes em todos os lugares e saber sobre tudo o que se passa no mundo dos acontecimentos². Apesar das fragilidades teóricas iniciais envolvendo o exercício mencionado, algo se mostrou consistente: a abertura para a proposição de uma discussão entre o Jornalismo e os regimes de visibilidade contemporâneos.

¹ Vigiar e Punir é uma das principais obras do filósofo Michel Foucault (1926-1984). Publicada originalmente em 1975, apresenta ampla discussão acerca da legislação penal e dos métodos adotados ao longo da história pelo poder público como forma de punir os praticantes de atos criminosos.

² O artigo foi apresentado e publicado nos anais do XIV Congresso Ibero-Americano de Comunicação (Ibercom), em 2015. Para acessá-lo, basta clicar no seguinte link: <https://bit.ly/3FrNrs9>

Tendo essa constatação inicial em mente, e finalizado o mestrado (que, diga-se de passagem, não tinha como foco tais questões), decidimos seguir com a proposição de investigações científicas que apostavam na ocorrência da interface mencionada. Havia, contudo, a necessidade de ampliarmos os horizontes bibliográficos e conceituais, buscando compreender a existência de discussões sobre os regimes de visibilidade para além da perspectiva foucaultiana. Nesse contexto, uma obra desempenhou papel fundamental ao desvelar caminhos teóricos factíveis e relevantes para a realização das aproximações investigativas que almejávamos. Trata-se do livro “Máquinas de ver, modos de ser: vigilância, tecnologia e subjetividade”, da pesquisadora brasileira Fernanda Bruno³. Através das suas argumentações em torno das novas formas de vermos e sermos vistos, atravessadas pelos aparatos tecnológicos e comunicacionais, passamos a tomar conhecimento sobre a ampla rede de elementos que constituem esse campo teórico no cenário atual.

Uma discussão, porém, nos saltou aos olhos e despertou prontamente a nossa atenção: a dinâmica dos regimes atencionais de videovigilância. Em nossa avaliação, estávamos diante não somente de uma prática sociotecnológica capaz de expressar os tensionamentos acerca das dimensões de funcionamento da visibilidade nos dias atuais, mas também de uma materialidade audiovisual responsável por gerar impactos na formatação da estrutura noticiosa dos veículos telejornalísticos. Duas áreas que nos interessavam e que poderiam ser trabalhadas de forma conjunta ao termos como base uma problemática que nos pareceu sensivelmente atual: o uso recorrente das imagens de videovigilância na produção de notícias no telejornalismo.

Isso porque se tornou cada vez mais usual acompanharmos notícias televisivas que apresentam em sua estrutura informativa acontecimentos flagrados por câmeras de vigilância, abrangendo situações cotidianas as mais variadas. Basta ligarmos a TV para nos depararmos com cenas que exibem em tela um acidente de trânsito impressionante, o assalto a um comércio local, o assassinato efetuado em plena luz do dia, a depredação do patrimônio público, e assim por diante. É pouco provável que algum telespectador brasileiro não tenha vivenciado, nos últimos anos, a experiência de consumir esse tipo de conteúdo imagético.

Conscientes de que tínhamos em mãos a definição de um tema para investigações subsequentes ao mestrado, lançamo-nos à tarefa de explorar os caminhos possíveis através da estruturação de um projeto de pesquisa de doutorado. De certo modo, a trajetória acadêmica percorrida até então nos dava pontos de referência suficientes para sabermos que as teorias sobre noticiabilidade continuariam fazendo parte do nosso arcabouço teórico, servindo assim

³ Ver Bruno (2013).

de orientação para as questões de pesquisa a serem fomentadas. Ao mesmo tempo, havia o desafio de explorarmos um campo de estudos que para nós era inédito, mas nem por isso menos instigante, concernente aos regimes de visibilidade e vigilância contemporânea.

A construção dos pontos de confluência entre essas duas áreas de estudo foi solidificada então por meio do nosso interesse em compreender como se dá a seleção dos acontecimentos flagrados por dispositivos de videovigilância e publicizados pelos veículos de telejornalismo. Ou seja, diante da constatação de que há uma recorrência no emprego desse tipo de conteúdo imagético na produção de notícias telejornalísticas, nos pareceu coerente questionarmos de que modo são estabelecidos e quais são os parâmetros de relevância para a escolha do flagrante de videovigilância A, B ou C no contexto de produção noticioso. A partir desse ponto é que foi possível desdobrarmos questões de pesquisa e avançarmos na discussão. Esse foi o pano de fundo que auxiliou na elaboração do projeto submetido e aprovado pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Ceará.

O projeto de pesquisa mencionado funcionou, obviamente, como ponto de partida, passando assim por ajustes e revisões fruto não somente do trabalho/diálogo contínuo de orientação com o professor Dr. Edgard Patrício, mas também do amadurecimento a partir das discussões resultantes do exame de qualificação e da participação em eventos científicos da área, tais como os encontros da Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor). Nesse sentido, a tese apresentada é consequência da junção de todos os elementos mencionados anteriormente, refletindo assim não somente um apanhado de debates teóricos, mas também revelando escolhas, diálogos e interesses em torno de uma caminhada acadêmica.

Essa caminhada foi marcada por alguns desafios, diga-se de passagem. Talvez um dos mais sensíveis tenha sido sobre como saber lidar com a propaganda “neutralidade científica” diante da análise de imagens que inevitavelmente geravam sentimentos de desconforto. Basta mencionar, como veremos ao longo do trabalho, que a maior parte dos flagrantes de videovigilância selecionados e publicizados pelo CETV 1ª Edição, telejornal objeto de estudo da tese, são concernentes ao campo da segurança pública/violência, envolvendo crimes, assaltos, tragédias etc. Assim, em diferentes ocasiões, nos deparamos com eventos aversivos.

Como assistir, por exemplo, repetidas vezes, a cenas de um filho adolescente ajudando a socorrer a mãe, carregando o seu corpo ensanguentado para o elevador após ela ser baleada dentro do apartamento em que residiam, em um crime de feminicídio (de acordo com a Polícia Civil do Ceará e o Ministério Público – MPCE) e fazer isso de forma “distanciada”? Ou de que modo manter uma postura analítica e “indiferente” diante de imagens que mostram um homem jogando o corpo da sua filha de 7 meses de idade em uma lagoa, após tê-la matado.

Corríamos assim, enquanto investigador acadêmico, um risco constante de, por um lado, esvaziarmo-nos de todo e qualquer sentimento de empatia/humanidade diante de ocorrências como essas e, de outro, tornar a pesquisa um mero reflexo desses mesmos desconfortos. Há, nesse sentido, a necessidade de reconhecer que o percurso para a realização de uma investigação, como é o caso da aqui apresentada, não passa imune ou alheia aos elementos dessa natureza, devendo encontrar estratégias que possam ir além da negação completa da subjetividade no fazer científico das ciências sociais aplicadas. É evidente que os procedimentos metodológicos, discutidos em um dos capítulos adiante, servem exatamente para tornar a realização do trabalho o mais consistente e verificável possível. Isso não significa, todavia, que inexista a necessidade de o pesquisador reconhecer e lidar com desconfortos a partir do seu trabalho de pesquisa e que isso possa, de algum modo, auxiliá-lo na compreensão dos elementos que constituem sua investigação.

Um outro desafio, esse inerente à todas as pesquisas de doutorado, está na construção de um texto extenso (como é uma tese), mas sem perder a capacidade de manter um trajeto de leitura lógico, coerente para o público que decide acessá-lo. São perguntas, discussões teóricas amplas e a apresentação de argumentos que devem estar conectados entre si, evidenciando a existência de uma linha de raciocínio com início, meio e apontamentos finais que, se não encerram exatamente todas as questões possíveis para o assunto, demonstram os lugares aos quais o trabalho conseguiu chegar. Nesse sentido, buscamos trabalhar com uma sequência argumentativa que garantisse tal perspectiva, a partir do desenvolvimento de sete capítulos.

No Capítulo 2, intitulado “Tragédias Documentadas”, apresentamos o tema da tese e o estado da arte em torno das pesquisas que se debruçam sobre o uso de imagens de câmeras de vigilância na produção de notícias no telejornalismo, tendo como base os seguintes pontos: a) existem pesquisas no Brasil que relacionam a utilização de imagens de câmeras de vigilância à produção telejornalística?; b) quais são as problemáticas levantadas por estas investigações acadêmicas?; c) é possível identificarmos o panorama teórico mobilizado nestes estudos?; d) podemos identificar lacunas investigativas deixadas por estas pesquisas?

O nosso propósito no referido capítulo de abertura é situar os diversos elementos que compõem a tese e destacar a área de estudos na qual ela está localizada. Ao mesmo tempo, aproveitamos para reforçar as questões centrais para o trabalho que estamos desenvolvendo, os objetivos (gerais e específicos), além de explicitar o recorte temporal e o objeto de análise da tese. Fazemos isso em diálogo com as pesquisas já existentes, ressaltando assim os pontos de confluência, de distanciamento e de ineditismo do nosso estudo em meio ao cenário encontrado.

A partir do apanhado de trabalhos discutidos no Capítulo 2, constatamos a existência de uma certa concordância dos pesquisadores quanto ao fato de o uso das imagens de câmeras de vigilância provocarem transformações significativas no processo de construção das notícias. Todavia, observamos que apesar de tal apontamento ser consensual, há lacunas investigativas não respondidas pelas pesquisas existentes, demonstrando assim a amplitude de possibilidades a serem exploradas quando se trata de abordar a presença das imagens de videovigilância no telejornalismo. O diálogo com outras investigações proporcionou, nesse sentido, que pudéssemos elaborar desdobramentos em torno da problemática central da tese, e nos possibilitasse avançar na investigação dos elementos que envolvem a relevância das imagens de câmeras de vigilância para o campo do telejornalismo, bem como o que o seu uso implica em termos de transformações no processo de produção noticioso.

No Capítulo 3, cujo título é “Cultura da Vigilância: segurança, entretenimento, predição, performatividade...”, nos dedicamos a realizar uma abordagem teórica, mas trazendo também exemplos cotidianos, que apontassem os elementos centrais em torno das iniciativas de vigilância contemporâneas e o lugar ocupado pelas câmeras de vigilância enquanto prática sociotecnológica responsável por inaugurar novas margens do visível. Fazemos assim um percurso que engloba as rupturas, continuidades e atualizações deste cenário, mobilizando, entre outros, os conceitos de cultura da vigilância (Lyon, 2018) e de vigilância distribuída (Bruno, 2013) como eixos de leitura centrais para a pesquisa.

Como aspecto central que atravessa todo o capítulo, propomos a argumentação pautada no pressuposto de que estar no mundo contemporâneo implica ter de lidar, em alguma medida, com práticas de vigilância fluidas e que se espalham de formas até então inimagináveis. Pontuamos, dessa forma, aspectos os mais diversos das nossas vidas que são visibilizados, coletados, analisados, traduzidos e compartilhados, tornando o monitoramento contínuo uma norma. Contudo, procuramos ressaltar que mais do que um aparato tecnológico, a vigilância precisa ser encarada, inevitavelmente, como uma prática social, capaz de gerar novas formas de vermos, compreendermos e nos envolvermos com o ambiente ao nosso redor.

Através também da adoção de uma perspectiva histórica, buscamos demonstrar de que forma as ações de monitoramento social estiveram presentes em diferentes momentos da humanidade, destacando assim que não se trata de um movimento apenas do momento atual, nem tampouco de algo que acontece de fora para dentro, mas sim de práticas que surgem e servem para contemplar os anseios e as demandas compartilhadas pelos indivíduos de cada época. Por meio dessa leitura mais ampla, olhando para o fenômeno da vigilância como um todo, foi que conseguimos avançar e assim focalizar em uma das iniciativas específicas que

integram a vigilância contemporânea e que nos interessam diretamente: as câmeras de videovigilância.

O Capítulo 4 funciona como ponto de interface, pois é a partir das discussões teóricas desenvolvidas nele que aproximamos os aspectos concernentes aos flagrantes produzidos pelos equipamentos de videovigilância e a atividade noticiosa telejornalística. Fazemos isso tendo como elemento de confluência a dimensão da noticiabilidade, buscando através dela construir uma compreensão acerca de como se dá o processo de valoração dos acontecimentos capturados pelos dispositivos de videomonitoramento. Isso porque, e conforme argumentamos na abertura do referido capítulo, apesar da profusão de flagrantes produzidos diariamente pelas câmeras de vigilância, apenas uma parte desse material é publicizado pelos veículos jornalísticos.

Desse modo, avançamos na discussão sobre a relevância jornalística, percorrendo um trajeto que vai da maneira como se constitui a legitimidade social dos profissionais do Jornalismo, enquanto avaliadores dos fatos considerados mais importantes do cotidiano, passando pelas questões que envolvem as definições sobre critérios de noticiabilidade e valores-notícia, até o papel desempenhado pelas imagens de videovigilância na valoração dos acontecimentos. Fazemos isso, obviamente, olhando para a interrelação que esses elementos, considerados internos às rotinas dos veículos de jornalismo, estabelecem com as audiências. Conforme pudemos verificar, há uma influência sensível da dimensão constituída pelos telespectadores no processo de tomada de decisão por parte da equipe de jornalismo do CETV 1ª Edição na inserção ou não de determinados flagrantes de videovigilância.

Os procedimentos metodológicos que orientam a pesquisa são apresentados no Capítulo 5. Compartilhamos do entendimento de que os lugares aos quais um estudo científico é capaz de chegar, bem como a definição do observável a ser analisado, depende, inevitavelmente, das escolhas metodológicas traçadas. Assim, deixamos transparecer de que maneira estamos manuseando as ferramentas de análise empregadas no trabalho, colocando-as em constante conexão com as pretensões da investigação, afinal de contas, defendemos que tais parâmetros metodológicos não podem, ou não devem, ser tratados como produtos que estão dispostos em um mostruário e que são selecionados de forma aleatória pelo pesquisador.

Tais ferramentas precisam, na realidade, ser mobilizadas e manuseadas de forma coerente com as pretensões de cada investigação, potencializando o olhar que lançamos sobre os aspectos que nos interessam. Nesse sentido, debatemos no referido capítulo as conexões que orientaram a definição da análise de conteúdo e da entrevista em profundidade enquanto métodos e técnicas mobilizadas pela pesquisa. Não descuidamos, contudo, de reconhecer que

por mais bem estruturada que seja, não há proposta metodológica capaz de dar conta e de encerrar todas as questões que possam envolver uma determinada problemática. Assim, o capítulo de discussão metodológica é também o momento de reforçarmos o escopo/orientação da pesquisa, focando nas suas potencialidades, sem que com isso esqueçamos das restrições que lhe são inerentes.

No Capítulo 6, nos dedicamos a apresentar e discutir os dados mapeados pela pesquisa, colocando em diálogo o referencial teórico, as ferramentas metodológicas e a realidade empírica encontrada na produção do telejornal CETV 1ª Edição. Por meio do recorte temporal adotado pela tese, o qual abrange os meses de agosto, setembro e outubro dos anos de 2019, 2020 e 2022, elaboramos um panorama quantitativo e qualitativo que evidencia a rotina noticiosa do CETV 1ª Edição no que diz respeito ao uso das imagens provenientes dos dispositivos de videovigilância. Os dados elencados em nossa análise são resultado das questões de pesquisa, buscando assim responder as problemáticas propostas pela investigação.

Avançamos na discussão através da exposição das temáticas mais recorrentes, os formatos noticiosos adotados, as fontes responsáveis pela disponibilização dos flagrantes de videovigilância, assim como a distribuição territorial. Constatamos que a rotina produtiva de telejornais como CE 1 tem passado por transformações diante dos novos modos de dar visibilidade aos acontecimentos, a partir dos flagrantes de dispositivos de videovigilância. Mudam-se as dinâmicas com as fontes; acionam-se gêneros noticiosos específicos; estabelecem-se novos efeitos de real para a informação jornalística.

Por fim, no Capítulo 7, partimos da hipótese de que quando um flagrante produzido por câmera de videovigilância é veiculado pelo CETV 1ª Edição, é esperado, conforme a lógica envolvendo a noticiabilidade jornalística (explicitada no Capítulo 4), que aspectos concernentes às qualidades noticiosas do acontecimento sejam acionados pelo telejornal. Levamos isso em consideração como forma de constatar como essa dinâmica funciona a partir dos valores-notícia, ressaltando a existência de permanências, mas também avaliando a possibilidade de atualizações em virtude das transformações ensejadas pela utilização das imagens de videovigilância.

Foi possível observar a presença de um tipo de cobertura telejornalística na qual os flagrantes de videovigilância agem em conjunto com valores-notícia. No caso do CETV 1ª Edição, esse diálogo se dá principalmente a partir da exposição de acontecimentos dotados de características valorativas trágicas, violentas, assim como situações que envolvem práticas investigativas, judiciais, apreensões, além de aquelas de caráter inusitado, incomum ou inesperado, atravessadas por elementos de proximidade. Estamos falando, assim, de

ocorrências cotidianas que possuem, em sua origem, alguns desses elementos e que em dado momento foram flagrados por câmeras de vigilância. Denominamos esse tipo de utilização das cenas de videovigilância no contexto telejornalístico de associação amplificada.

Se, por um lado, evidencia-se a existência de uma seleção noticiosa pautada no conceito de relevância jornalística, expressa por meio da combinação de diferentes valores-notícia, e de uma apreensão/construção da realidade efetuada de modo complexificado pelo telejornalismo, com a presença do contraditório, da abertura para novas frentes de abordagem dos fatos, tendo na imagem de videovigilância a colaboração necessária para complementar de maneira amplificada a narrativa informativa; por outro, contudo, nota-se também no CETV 1ª Edição a existência de uma seleção noticiosa orientada pelo uso dos flagrantes de videovigilância quase que exclusivamente em virtude da mobilização/ampliação das audiências que se alcança através do acionamento dos efeitos possibilitados por tais imagens e que não está relacionado às qualidades noticiosas que o evento capturado pelo dispositivo possui.

Estamos nos referindo a ocorrências de pequeno impacto social, mas que ganham visibilidade em virtude da existência imagética do flagrante e das possibilidades que podem ser extraídas dele enquanto fonte capaz de mobilizar a atenção e os sentidos dos telespectadores. É nesse contexto que se insere o que denominamos de associação parcial. Por meio do mapeamento realizado acerca da produção jornalística do CETV 1ª Edição, verificamos a publicização de acontecimentos os quais mais do que expressar a conjunção das qualidades noticiosas do fato em si (os seus valores-notícia) com as cenas capturadas pelos dispositivos de videovigilância, proporcionando uma narrativa informativa amplificada, o que desponta como aspecto central aqui é uma seleção noticiosa baseada fortemente na imagem e nos efeitos de engajamento que ela proporciona junto ao público. Apesar da constatação parecer óbvia, já que estamos falando do lugar que as imagens ocupam no telejornalismo, a diferença está no estabelecimento de uma nova dinâmica envolvendo a relativização dos valores-notícia quando se trata de selecionar acontecimentos flagrados por câmeras de videovigilância.

2 TRAGÉDIAS DOCUMENTADAS

Às 12h28 do dia 25 de janeiro de 2019, a Barragem I da Mina Córrego do Feijão, da mineradora Vale, em Brumadinho (MG), desabou. Dali em diante, pessoas, máquinas, casas, carros e animais foram atingidos por uma verdadeira enxurrada de rejeitos de minério de ferro. Ao menos 270 pessoas morreram (03 delas continuam desaparecidas)⁴ naquele que é considerado um dos maiores crimes socioambientais do país⁵. Em poucas horas, e dada a sua proporção, o acontecimento ganhou repercussão nacional e internacional, sendo relatado em reportagens diárias que abordavam as ações incansáveis de resgate das vítimas, o trabalho do Corpo de Bombeiros, o impacto ambiental, bem como as possíveis causas para o desastre.

Além das imagens aéreas, produzidas pelos veículos de comunicação, as inúmeras cenas captadas por moradores do Município, Corpo de Bombeiros, assim como por funcionários da Vale, davam uma dimensão parcial da tragédia que, por sinal, já era bastante assustadora. Esse material, gerado de forma amadora através de aparelhos de telefone celular, câmeras acopladas nos capacetes dos brigadistas, entre outras, contribuíram na realização de uma das etapas da produção informativa. Por meio desse conteúdo, a população brasileira pode ter uma noção do que havia acontecido em Brumadinho, em uma narrativa jornalística que evidenciava as consequências humanas e materiais ocasionadas pelo rompimento da barragem.

Apesar dessa profusão de imagens que circulavam naquele momento nos veículos de comunicação, ainda não havia uma noção exata do que ocorrera com a barragem no instante em que ela se desestruturou. As fotografias e vídeos, que até então se tinha, mostravam o momento posterior ao rompimento, quando a lama já invadia e destruía de forma impiedosa tudo aquilo que encontrava pela frente. Além desse material, infográficos e imagens de satélite tentavam cumprir a tarefa de reconstituir o antes e o depois da área atingida pelo desastre.

No entanto, no dia 01 de fevereiro de 2019, cerca de uma semana após a tragédia, o Jornal Nacional veiculou⁶ cenas obtidas através de câmeras de videomonitoramento da Vale que registraram o acontecimento no seu próprio tempo de duração e expuseram de forma reveladora aquilo que até então dependia de um exercício imaginativo e de efeitos gráficos que

⁴ Fonte: Portal G1. Mais informações: <http://glo.bo/3HH9ImS>

⁵ É importante destacar que por se tratar de um episódio em que os riscos poderiam ser calculados, e em certa medida eram previsíveis, é comum que ambientalistas e pesquisadores tratem a questão como um crime ambiental, ressaltando assim uma ação dolosa em relação ao acontecimento.

⁶ Para assistir a reportagem na íntegra, basta acessar: <https://globoplay.globo.com/v/7348848/>

tentavam representar o fato. Conforme destacou na ocasião o âncora do JN, William Bonner, “O rompimento da barragem da Vale, em Brumadinho, não exige mais um esforço de imaginação. Nesta sexta-feira, exatamente uma semana depois do desastre, surgiram imagens que documentam a tragédia” (Bonner, informação oral de reportagem, 2019). Na escalada⁷ do Jornal Nacional daquele dia, os apresentadores William Bonner e Renata Vasconcellos ressaltaram o impacto que tais imagens representavam para a cobertura do acontecimento:

Quadro 1 – Transcrição de trecho da escalada do Jornal Nacional (01/02/2019)

William Bonner: Boa noite!

Renata Vasconcellos: Boa noite!

William Bonner: Uma tragédia documentada.

Renata Vasconcellos: O Brasil e o mundo assistem as cenas aterrorizantes do colapso da barragem da Vale, em Brumadinho.

William Bonner: Câmeras da mineradora registraram o tsunami de lama que avançou em alta velocidade sobre pessoas, construções e veículos.

Renata Vasconcellos: E a Polícia Civil ouve o depoimento de quem sobreviveu a esse cenário devastador.

Fonte: Jornal Nacional (2019)

O que passamos a ver, com a exibição da reportagem produzida pelo JN, foram cenas que só haviam sido presenciadas até então pelas pessoas que estavam no local no momento da tragédia. Um desvelamento do acontecimento até então inimaginável. As imagens coloridas, capturadas pelas câmeras de videomonitoramento da Vale, acentuaram os detalhes da situação, tornando possível, por exemplo, a visualização com nitidez de alguns profissionais que trabalhavam próximos à barragem quando tudo aconteceu. “Com a imagem ampliada, é possível notar que no momento do colapso havia algumas pessoas sobre o gramado que recobria a barragem, bem no caminho da lama. O chão cedeu quando elas tentavam fugir. A maioria desapareceu da cena” (Bonner, informação oral de reportagem, 2019).

As imagens por si só impressionavam, dada a quantidade de aspectos que revelavam e expunham para nós que acompanhávamos a sua exibição. Porém, como forma de tentar quantificar para o telespectador a dimensão da lama que escorreu após a barragem ceder, buscando assim uma precisão, a reportagem do Jornal Nacional calculou a velocidade e a altura

⁷ É a abertura do telejornal, onde os apresentadores destacam os principais assuntos da edição daquele dia, buscando assim chamar a atenção do telespectador.

da mesma. “Além da velocidade com que a lama avançou, a dimensão do tsunami impressiona. Usando como referência as pessoas que aparecem na cena, a onda parece ter uma altura 12 vezes maior, que se movia a 70km por hora” (Bonner, informação oral de reportagem, 2019). Informações que até então não haviam sido constatadas, mas apenas imaginadas.

Em um dos momentos de maior tensão da reportagem do Jornal Nacional, vemos em cena, a partir da utilização de imagens de outra câmera de videomonitoramento cedida pela Vale, funcionários da empresa tentando fugir do verdadeiro mar de lama que seguia na direção em que eles se encontravam, logo após a barragem se romper. “Neste destaque da imagem, aparecem pelo menos duas pessoas. Os trabalhadores correm. Um deles caiu. Depois voltou e entrou em uma picape. A cena é de puro desespero. O veículo se movimenta ora para um lado, ora pra outro. É claramente uma situação em que não se vê uma saída” (Bonner, informação oral de reportagem, 2019). A narração feita pelo âncora do JN intercala a leitura do texto com momentos de puro silêncio, onde as imagens ocupam o lugar de qualquer palavra que poderia ser dita. O recurso acaba por intensificar a sensação de desespero e contemplação da cena.

O relato prossegue: “E a lama invadindo o canteiro. Surgiu também em cena uma retroescavadeira. O operador tentava escapar da onda de resíduos e ainda dos vagões, que a essa altura eram arremessados pra fora dos trilhos. E a onda encobriu todo o canteiro, atingindo a picape e a retroescavadeira” (Bonner, informação oral de reportagem, 2019). As imagens exibidas pelo telejornal mostravam uma situação aterrorizante e que acabava por nos “colocar” junto daquelas pessoas que víamos em cena, ao acompanharmos a emoção dos seus comportamentos, tomados pelo medo e pelo espanto diante de uma situação inesperada. Flagrantes de um acontecimento que foram possíveis de serem captados e revelados pelo Jornal Nacional a partir da presença ubíqua de equipamentos de videovigilância.

Ao atuarem em espaços públicos e privados, e em tempo integral, 24 horas por dia, as câmeras de vigilância têm proporcionado novas fronteiras para a produção telejornalística ao ampliarem as possibilidades de obtenção de flagrantes dos acontecimentos sociais. Com um olhar maquínico que nunca desliga, estes dispositivos de visibilidade possibilitam o acesso a cenas que, de outro modo, provavelmente não se tornariam de conhecimento público. Esse tipo de cobertura jornalística, pautada na veiculação de acontecimentos flagrados por dispositivos de vigilância, não se restringe obviamente a casos de desastres de grande magnitude e comoção social, como vimos com a barragem da Vale, em Brumadinho (MG). Fatos ordinários do dia a dia também integram e ajudam a sedimentar o cenário que tem se tornado cada vez mais corriqueiro na produção telejornalística brasileira: a utilização de imagens provenientes de equipamentos de videovigilância na construção da notícia. Como destaca Andrade (2018):

(...) de poucos anos pra cá, um novo elemento tem comparecido assiduamente nesse jogo discursivo: as imagens oriundas de câmeras de vigilância e as de autoria anônima têm rivalizado com as imagens profissionalmente produzidas pelas emissoras de televisão na composição dos noticiários de todas as ordens, seja nas produções locais, nacionais ou internacionais, e em todos os turnos (Andrade, 2018, p. 57).

Essa característica observada no processo de produção noticioso tem levado os pesquisadores do campo do Jornalismo a produzirem investigações acadêmicas que buscam compreender de que forma e por quais motivos se dá a inserção de tais imagens na estrutura da informação jornalística. A tese que aqui desenvolvemos compartilha dessa mesma preocupação ao se debruçar sobre a seguinte questão: de que modo se estabelece a relevância das cenas capturadas por equipamentos de videovigilância pelos veículos telejornalísticos e o que o seu uso implica em termos de transformações na rotina de produção noticiosa? Essa é uma pergunta ampla, mas que nos leva a olharmos para as questões mais sutis e singulares que envolvem a utilização das imagens de câmeras de vigilância na construção noticiosa de um telejornal específico: o CETV 1ª Edição⁸.

Esse questionamento de partida também é importante para construirmos e apresentarmos os objetivos específicos da nossa pesquisa em diálogo com outros trabalhos acadêmicos que se debruçam sobre o mesmo assunto, apontando assim possíveis similaridades, lacunas investigativas, bem como distanciamentos entre os estudos já realizados e este que efetuamos. Para isso, faremos neste primeiro momento uma discussão teórica (estado da arte) a partir da produção acadêmica do campo do Jornalismo, tendo como base os seguintes pontos: a) existem pesquisas no Brasil⁹ que relacionam a utilização de imagens de câmeras de vigilância à produção telejornalística?; b) quais são as problemáticas levantadas por estas investigações acadêmicas?; c) é possível identificarmos o panorama teórico mobilizado nestes estudos?; d) podemos identificar lacunas investigativas deixadas por essas pesquisas?

2.1 Os estudos de telejornalismo e as imagens de videovigilância

Como forma de evidenciarmos o estado da arte em questão, efetuamos um mapeamento no Portal de Periódicos Capes; nos anais dos encontros nacionais da Sociedade

⁸ O telejornal CETV 1ª Edição é produzido pela TV Verdes Mares (afiliada da Rede Globo no Ceará), e vai ao ar de segunda-feira a sábado, a partir das 11h45.

⁹ Os nossos esforços estão voltados para a verificação dos estudos produzidos no Brasil. Porém, isso não impede que façamos menção a pesquisas realizadas em outros países e que vieram a ser identificadas.

Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação – Intercom (de 2005 a 2020)¹⁰; nos anais dos encontros nacionais da Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo – SBPJor (de 2012 a 2020)¹¹; nos anais do Simpósio Internacional da Rede Latino Americana de Estudos sobre Vigilância, Tecnologia e Sociedade - LAVITS (anos de 2009, 2010, 2015, 2016, 2017, 2019)¹²; nos anais dos encontros da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação – COMPÓS (2005 a 2020); na Biblioteca Eletrônica Científica Online – SciELO e no *Google Scholar*. Para filtrarmos as buscas em algumas das plataformas pesquisadas, utilizamos as seguintes palavras-chave: videovigilância; telejornalismo; câmeras de vigilância; monitoramento social; produção de notícias; jornalismo.

O nosso intuito ao não estabelecermos de partida um recorte temporal muito rígido para o levantamento do estado da arte tem a ver com o fato de que gostaríamos de identificar em que momento as pesquisas acerca do uso de imagens de câmeras de vigilância na produção noticiosa no telejornalismo surgem no Brasil. Isso porque estamos falando de uma área de estudos relativamente nova, que vem ganhando força nos últimos anos a partir da verificação cada vez mais recorrente desse fenômeno junto às atividades jornalísticas. Dessa forma, foi possível mapearmos a produção acadêmica dos últimos 15 anos (2005-2020), pontuando assim a ascensão de artigos, monografias, dissertações e teses sobre o assunto.

Nos parece que ao empreendermos a realização dessa tarefa estamos contribuindo para situar e destacar a área de estudos na qual a nossa tese está localizada. Isso facilita, tanto para os leitores quanto para o próprio pesquisador, a entender os limites, avanços e colaborações que a investigação pode oferecer em um quadro mais amplo, constituído por outras referências bibliográficas. Esse, aliás, é um dos objetivos buscado pelos pesquisadores quando se esforçam em apresentar o estado da arte em determinada área do conhecimento.

Estados da arte podem significar uma contribuição importante na constituição do campo teórico de uma área de conhecimento, pois procuram identificar os aportes significativos da construção da teoria e prática pedagógica, apontar as restrições sobre o campo em que se move a pesquisa, as suas lacunas de disseminação, identificar experiências inovadoras investigadas que apontem alternativas de solução para os

¹⁰ Ao realizarmos o mapeamento nos anais da Intercom, focamos nossa atenção nos Grupos de Pesquisa de “Telejornalismo”, “Teoria do Jornalismo”, “Estudos de Televisão e Televisualidades” e “Comunicação, Imagem e Imaginários”. Para mais informações: <https://www.portalintercom.org.br/>

¹¹ A base de dados online da SBPJor disponibiliza os anais apenas da produção acadêmica submetida aos seus encontros a partir do ano de 2012, o que acabou por limitar a nossa busca. Para mais informações: <http://sbpjour.org.br/sbpjour/>

¹² Os encontros científicos da Rede Lavits passaram por alguns ajustes em sua periodicidade desde o seu surgimento. Em virtude disso, os anais a que tivemos acesso não seguem uma linearidade temporal. Para mais informações: <https://lavits.org/?lang=pt>

problemas da prática e reconhecer as contribuições da pesquisa na constituição de propostas na área focalizada (Romanowski; Ens, 2006, p. 39).

Assim, partindo dos pressupostos estabelecidos anteriormente, percebemos que o interesse da produção acadêmica brasileira em investigar a utilização das imagens de câmeras de vigilância na produção noticiosa no telejornalismo começou a ganhar força por volta do ano de 2009, ao identificarmos, de maneira pioneira, a tese de doutorado intitulada “Experiência, narrativa e informação: o uso das novas tecnologias na construção de uma cultura da vigilância na televisão”. Nesse trabalho, Monteiro (2009) evidencia a possibilidade de questionar a construção da narrativa telejornalística por meio das cenas captadas pelas câmeras de vigilância. A partir dessa perspectiva, a autora propõe três questões centrais: que tipo de narrativa dos acontecimentos é construída? Que informação se constitui a partir deste modo de ver supostamente objetivo e não mais subjetivo? E qual experiência começa a se configurar não só para o jornalista, como também para o espectador, com a produção e exibição desta nova narrativa imagética? É trilhando essa abordagem que Monteiro (2009) aponta para o surgimento de um outro estatuto da imagem contemporânea no jornalismo.

Para a pesquisadora, há uma mudança significativa na narrativa telejornalística que, ao se apropriar dos conteúdos provenientes de iniciativas de videovigilância, reinventa, através de novos elementos, seus padrões tradicionais de imagens, proporcionando que tais registros imagéticos constituam uma outra maneira de vermos e falarmos do mundo. “São imagens que nem sempre têm, no instante de sua captação, o olho de um cinegrafista na lente da câmera, são imagens automáticas captadas por câmeras fixas e estrategicamente posicionadas nos espaços públicos das cidades (...)” (Monteiro, 2009, p. 25), registrando cenas de forma contínua. Nesse sentido, haveria a produção de uma espécie de visão inerte para os acontecimentos, onde o olhar subjetivo do cinegrafista (do jornalismo tradicional) é substituído por uma prática objetiva efetuada pelo olho da máquina (a de vigilância).

Essa é uma discussão interessante pois vai ao encontro de uma das preocupações da nossa pesquisa. Isso porque ao buscarmos compreender qual é a relevância das imagens de câmeras de vigilância para o processo de produção noticioso do CETV 1ª Edição, podemos entender melhor a questão ao abordarmos uma especificidade que diz respeito à noção de imparcialidade e do mito do jornalismo como espelho da realidade. Em outras palavras: em que medida os flagrantes de acontecimentos obtidos por dispositivos de videovigilância são utilizados pela instância jornalística como forma de (além de informar o telespectador) reforçar/atualizar noções como a de imparcialidade/isenção? Se, na perspectiva apresentada por Monteiro (2009), podemos pensar na capacidade de “anulação” de interferências subjetivas em

um conteúdo imagético que atualmente serve de base para a construção de informação noticiosa no telejornalismo, tal aspecto pode, em tese, ser mobilizado como algo positivo pelos veículos informativos que buscam assegurar a sua pretensa imparcialidade.

Conforme destaca a pesquisadora, as imagens obtidas pelas câmeras de vigilância “(...) não implicam na presença de nenhum olho de um sujeito por trás das lentes, elas próprias regem o processo de vigilância, onde predomina ‘uma visão sem olhar em que a câmera de vídeo está submetida ao computador’” (Monteiro, 2009, p. 124). Tal característica acaba reverberando também nos modos de ver, pois se nas imagens produzidas cotidianamente pelo olhar do repórter cinematográfico há uma certa moldura estética determinada, por exemplo, pela linha editorial do veículo jornalístico a que pertence, e a qual estamos habituados; por outro lado, as cenas capturadas pelos dispositivos de videovigilância apontam e revelam novos campos de visão do acontecimento os quais, até então, não estávamos tão acostumados.

É nesse sentido que as imagens de câmeras de vigilância seriam detentoras de certa obscenidade, nas palavras da pesquisadora, ao revelarem uma visão do acontecimento que antes era oculta. Dessa maneira, o espectador seria tomado “(...) por uma sensação de ‘não é possível que eu esteja vendo isso’. [...] A estranheza do espectador em relação a estas imagens de vigilância exibidas na tela da televisão provém, portanto, desse excesso de visível, isto é, das coisas que até então eram invisíveis nesta mídia” (Monteiro, 2009, p. 34). É como se houvesse um rompimento com os limites visuais com os quais estávamos habituados.

As imagens das câmeras de vigilância ampliam as fronteiras de publicização dos acontecimentos. Um exemplo disso, e pensando aqui em conformidade com a proposta defendida pela autora, está no fato de que enquanto o jornalismo trabalha, na maior parte do tempo, com indícios de um crime, buscando reconstituir o que aconteceu, as câmeras de vigilância mostram o próprio crime (o ocorrido em tempo real).

Diante dele [espectador] surge a visibilidade total do acontecimento, ao contrário das imagens produzidas nos telejornais onde havia um tipo de cegueira em relação ao acontecimento. As novas imagens transportam o espectador para um outro campo de visão ao desvendar para ele uma sociedade onde o horror é explícito (Monteiro, 2009, p. 46).

Essa é uma particularidade importante das imagens de vigilância, e que interessa a nossa pesquisa pelo fato de que ela aponta para uma discussão relativa ao processo de seleção noticioso. Ou seja, apesar da ampliação e da oferta de flagrantes do cotidiano, não é todo tipo de conteúdo produzido pelos dispositivos de videovigilância que são utilizados pela instância telejornalística. Logo, esse processo de desvendar uma faceta dos acontecimentos sociais até então desconhecida deve ser acompanhada, em tese, de características/qualidades noticiosas

que justifiquem a inserção de determinados flagrantes em meio ao amplo espectro de conteúdos informativos diários. Assim, podemos fazer o seguinte questionamento: quais são os valores-notícia adotados pelo telejornal CETV 1ª Edição ao selecionar e utilizar em suas reportagens imagens de acontecimentos obtidas por meio de câmeras de vigilância?

Apesar dos questionamentos aqui colocados, parece-nos evidente, sem dúvida, que o fato de as imagens de câmeras de vigilância romperem os limites visuais até então estabelecidos faz com que a utilização deste tipo de material agregue um valor positivo ao telejornalismo pois, em virtude da sua estética, reforça aos olhos do telespectador um caráter mais verdadeiro do acontecimento, ampliando assim o engajamento/atenção da audiência.

(...) as imagens das câmeras de vigilância se destacam das outras imagens exibidas na televisão, isso porque são elas que mais se aproximam da ideia de um tempo presente e contínuo do acontecimento. São imagens onde o conceito de tempo presente está indissoluvelmente ligado a sua natureza através da qual a ação como se afirmou anteriormente, se desenvolve no seu próprio tempo de duração. Tais imagens são, portanto, de outra ordem, nelas se constrói uma narrativa vivencial constituída num presente perpétuo, são imagens que se apoderam do tempo (Monteiro, 2009, p. 83).

É importante destacar que em sua tese, Monteiro (2009) apresenta uma abordagem na qual estabelece diálogos com diferentes bases teóricas como forma de empreender sua análise. A pesquisadora constrói seu percurso investigativo aliando exemplos práticos de reportagens publicizadas em diferentes programas telejornalísticos com uma argumentação em torno de conceitos, entre outros, como o de sociedade do espetáculo, de Guy Debord, o sinóptico de Thomas Mathiesen e a máquina de visão de Paul Virilio. De todo modo, percebe-se que questões mais específicas do campo do jornalismo, por não fazerem parte dos objetivos do trabalho, acabaram não sendo aprofundadas. Um exemplo disso está na ausência de uma discussão sobre os impactos/transformações que o uso das imagens de câmeras de vigilância ocasiona nas rotinas produtivas de um telejornal, dimensão que nos interessa de modo central, e a qual iremos nos debruçar. Ou seja, a tese acaba concentrando suas forças em torno dos aspectos que constituem a narrativa imagética ocasionada pelos usos que os veículos de comunicação televisivos fazem das cenas obtidos pelos dispositivos de videovigilância.

O fato de Monteiro (2009) aprofundar o debate acerca das práticas de vigilância contemporâneas através dos escritos de autores como Michel Foucault, Fernanda Bruno, Zygmunt Bauman, entre outros, como forma de contextualizar a presença dessas imagens nos meios de comunicação telejornalísticos, é algo salutar. Afinal de contas, se há uma oferta e uso, digamos assim, desse tipo de conteúdo imagético pelos veículos informativos, isso acontece em virtude de um ambiente social no qual as práticas de vigilância, como veremos no capítulo seguinte, têm se tornado rotineiras e naturalizadas.

Gostaríamos de retomar uma discussão apresentada parágrafos acima por Monteiro (2009), acerca da forte impressão de realidade que as imagens de câmeras de vigilância produzem junto aos telespectadores, para inserirmos um segundo trabalho mapeado neste exercício de constituição de um estado da arte¹³. Trata-se da pesquisa intitulada “Jornalismo apócrifo: a construção da notícia com imagens amadoras e de vigilância” (Andrade, 2018). Ao realizar uma reflexão sobre o uso dessas imagens na construção da narrativa informativa do Jornal Nacional, Jornal da Record e no SBT Brasil, Andrade (2018) chama a atenção para o aumento da presença do conteúdo gerado por estes dispositivos de visibilidade nos veículos telejornalísticos. Segundo a pesquisadora, as imagens oriundas de câmeras de vigilância têm rivalizado com as imagens profissionalmente produzidas pelas emissoras de televisão na composição dos noticiários de todas as ordens.

Adotando uma perspectiva quantitativa, Andrade (2018) nos mostra a intensa mobilização das chamadas imagens apócrifas nos três telejornais citados acima. Para a autora, o telejornalismo apócrifo pode ser entendido como “(...) uma narrativa formada (no todo ou em parte) pela apropriação de imagens audiovisuais que não foram produzidas segundo o rigor técnico próprio do jornalismo televisivo constituído” (Andrade, 2018, p. 17). Partindo de uma análise contínua no período de 27 a 31 de março de 2013, a pesquisa constatou que dos 118 produtos telejornalísticos exibidos pelo Jornal da Record, 47 possuíam imagens apócrifas. Número semelhante ao do SBT Brasil, onde dos 115 produtos telejornalísticos analisados, 47 utilizaram das imagens apócrifas. Já o Jornal Nacional demonstrou um comportamento mais contido quanto à mobilização deste tipo de conteúdo, pois dos 95 produtos telejornalísticos mapeados no período, apenas 9 veicularam imagens apócrifas.

É importante destacar que os números se referem não apenas a utilização de imagens de câmeras de vigilância, mas também aos flagrantes amadores produzidos por cidadãos que através dos seus aparelhos celulares, ou equipamentos do tipo, conseguiram captar cenas de acontecimentos dotados de noticiabilidade para a instância jornalística. Conforme apontado na pesquisa, as três emissoras equilibram o uso de inserções de imagens de câmeras amadoras e de vigilância. “Na Record foram 24 imagens amadoras e 23 de circuito interno. No SBT Brasil foram exibidas 21 com videovigilância, enquanto o número de imagens amadoras era de 13. Já no Jornal Nacional, aparecem 5 imagens de câmeras de monitoramento, ao passo que amadoras deram um total de 4” (Andrade, 2018, p. 112).

¹³ O encadeamento dos trabalhos aqui discutidos não segue uma disposição temporal linear. Preferimos apresentá-los seguindo uma lógica a partir dos nexos teóricos estabelecidos entre eles.

No caso da nossa pesquisa, é válido ressaltar, estamos interessados especificamente nas imagens provenientes de câmeras de vigilância que são utilizadas nas reportagens do CETV 1ª Edição. Isso porque partimos do pressuposto de que tais dispositivos de visibilidade são centrais no entendimento do próprio processo de naturalização das práticas de vigilância contemporâneas ao borrarem as fronteiras entre o público e o privado, além de representarem a potência de um fenômeno capaz de embaralhar a sua função primordial enquanto prática securitária, passando a estabelecer também vínculos com a instância telejornalística.

Apesar dessa distinção entre as pesquisas, a adoção de uma perspectiva quantitativa, assim como feito por Andrade (2018), pode nos dar elementos para analisarmos de forma mais panorâmica o material informativo produzido e veiculado pelo telejornal cearense durante o recorte temporal da nossa investigação. Dessa forma, ao buscarmos um olhar quantitativo, temos condições de apontar através da tese, por exemplo, quais tipos de acontecimentos são mais recorrentes de serem abordados ao se utilizar imagens de câmeras de vigilância, conforme veremos ao apresentarmos os dados mapeados em nossa investigação, no capítulo 6.

Além disso, a dimensão quantitativa viabiliza estabelecermos critérios para o recorte temporal da pesquisa. Levando em consideração a hipótese de trabalho de que o uso das imagens de câmeras de vigilância no CETV 1ª Edição tem se caracterizado como algo recorrente e presente em diferentes momentos, decidimos verificar essa inferência observando as reportagens produzidas pelo telejornal cearense em três períodos temporais distintos, formados pelos meses de agosto, setembro e outubro nos anos de 2019, 2020 e 2022. Assim, observando o fenômeno em três anos diferentes, podemos responder ao seguinte questionamento: é possível evidenciar distinções quantitativas no que diz respeito ao uso das imagens provenientes de dispositivos de videovigilância pelo telejornal cearense ao longo do tempo, significando assim uma mudança na percepção do fenômeno?

Outro questionamento que se faz presente, a partir do recorte temporal proposto, tem a ver com as implicações que a pandemia do coronavírus (COVID-19)¹⁴ provocou nas rotinas produtivas das empresas de jornalismo. Sabemos que muitos procedimentos concernentes ao processo de produção das notícias passaram por modificações/adequações em virtude das medidas mais restritivas relacionadas aos deslocamentos dos profissionais da

¹⁴ Algumas das adequações que os profissionais do jornalismo precisaram colocar em prática em virtude da pandemia têm sido abordadas em estudos acadêmicos e documentários televisivos. Gostaríamos de destacar, a título de informação, dois exemplos disso. O primeiro é o relatório “Como trabalham os comunicadores em tempos de pandemia da Covid-19? – Dados do Ceará”, produzido pelo Grupo de Pesquisa Práxis no Jornalismo da Universidade Federal do Ceará (PráxisJor/UFC), em parceria com o Centro de Pesquisa em Comunicação e Trabalho da Universidade de São Paulo (CPCT-ECA/USP). O segundo é o documentário “Cercados”, de Caio Cavechini, que mostra os bastidores da cobertura jornalística da imprensa brasileira durante a pandemia.

imprensa e dos cidadãos, de uma forma geral, pelos espaços públicos e privados das cidades. Com isso, os veículos informativos podem ter passado, em tese, a buscar um acesso maior a essas imagens de flagrantes de acontecimentos como forma de complementar a produção que por hora se encontrava “comprometida”. Nesse sentido é que também fazemos os questionamentos: é possível observar distinções quantitativas em relação ao uso de imagens de câmeras de vigilância pelas reportagens do CETV 1ª Edição quando se compara os anos de 2019 (pré-pandemia), 2020 (pandemia) e 2022 (arrefecimento da pandemia)?

Após esse parêntese, e retomando aqui as discussões propostas na obra “Telejornalismo Apócrifo: a construção da notícia com imagens amadoras e de vigilância”, Andrade (2018) faz um apontamento importante para o fato de o conteúdo gerado por tais dispositivos de visibilidade maximizarem a estética da transparência.

(...) essas imagens são reconhecidas pelo telespectador como uma narrativa que encerra verdades. Esvazia-se toda e qualquer ideia de opinião ou ponto de vista. O efeito de verdade surge exatamente da sensação de que a imagem cedida, independente da fonte, é descolada da linha editorial do veículo de comunicação – já que foi capturada pelo telespectador/autor, parece ser sincera (Andrade, 2018, p. 60).

Essa observação fortalece mais uma vez a hipótese de que a instância jornalística pode utilizar as imagens de câmeras de vigilância também como uma forma de favorecer a sua pretensa imparcialidade, conforme questionamento que levantamos anteriormente. Ou seja, para além do fato de que as cenas capturadas pelos equipamentos de videovigilância podem revelar facetas dos acontecimentos que dificilmente seriam acessadas pelas câmeras dos repórteres cinematográficos, elas também conseguem agregar esse sentido de descolamento da linha editorial do veículo de comunicação, tornando-as mais objetivas e “isentas”.

Ademais de efetuar a análise quantitativa, a pesquisa de Andrade (2018) se dedica, através da realização de entrevistas em profundidade com editores, produtores e repórteres, a entender de que maneira o uso das imagens apócrifas impacta as rotinas produtivas dos três telejornais analisados em seu trabalho. Essa é uma dimensão relevante pois nos ajuda a compreender, por exemplo, as especificidades que envolvem a chegada desse conteúdo imagético no ambiente redacional do Jornal Nacional, Jornal da Record e SBT Brasil, e que pode ser sintomático de um procedimento verificável em outras redações.

Conforme apresentado na obra, existe uma demanda espontânea de vídeos que são enviados pelos próprios telespectadores para os telejornais, fortalecendo a noção do comumente denominado jornalismo participativo. Por outro lado, há também a efetivação da compra e venda dessas imagens como algo presente no cotidiano das redações. “O câmbio imagético na contemporaneidade é uma prática corriqueira, ou seja, a compra e venda de imagens entre

cidadãos comuns – ou cinegrafistas amadores – e emissoras é mais comum do que se parece” (Andrade, 2018, p. 116).

Esse detalhe operacional, obtido pela pesquisadora através das entrevistas em profundidade, nos mostra que ao aplicarmos esse procedimento metodológico podemos ter condições de acessar os aspectos que cercam a chegada das imagens de câmeras de vigilância no ambiente redacional do CETV 1ª Edição. Ou seja, quem são as principais fontes a fornecerem os flagrantes obtidos pelos dispositivos de videovigilância? De que maneira esse material chega à redação do telejornal cearense? Existem negociações financeiras, semelhantes às citadas por Andrade (2018), de compra de imagens? São questões pertinentes para a nossa tese e que abordaremos ao longo dos próximos capítulos.

Ainda de acordo com Andrade (2018), há uma questão paradoxal que surge a partir do uso das imagens apócrifas. Isso porque ao mesmo tempo em que o mundo televisivo celebra a conquista de imagens cada vez melhores em termos técnicos, em virtude dos avanços tecnológicos; por outro lado, verifica-se um uso cada vez mais recorrente de imagens amadoras e de câmeras de vigilância nos produtos telejornalísticos. Fato que acaba desagradando alguns profissionais, como indicado pela pesquisadora.

Sobre possíveis constrangimentos organizacionais, alguns informantes se mostraram insatisfeitos ao revelarem que precisam produzir uma notícia a qualquer custo, sendo intérpretes de um acontecimento qualquer, tendo como único critério a visualidade sensacional, calcada nas imagens de videovigilância e amadoras, descumprindo com os critérios de noticiabilidade, o que, em tese, seria efetivamente a função do jornalismo informativo. Nesse sentido, produzir um texto televisivo com qualidade está cada vez mais difícil (Andrade, 2018, p. 153).

Parece-nos, pelo menos em termos hipotéticos, que não se trata exatamente de “descumprir” os critérios de noticiabilidade, mas talvez de mobilizar ou introduzir outros critérios de valoração que passam a ser tomados/justificados como relevantes no contexto de uso dos flagrantes de videovigilância pelo telejornalismo. Isso pode incluir, por exemplo, uma maior disponibilidade de atenção para fatores que são capazes de atrair as audiências, mas que não necessariamente estão atrelados a qualidades noticiosas do acontecimento flagrado e sim aos efeitos propiciados pelos dispositivos de videovigilância.

A pesquisa de Andrade (2018) consegue desvelar aspectos importantes do uso das imagens de câmeras de vigilância no telejornalismo ao dimensionar quantitativamente a presença desse tipo de conteúdo em diferentes emissoras. Além disso, ao abordar as questões que se passam na rotina produtiva de telejornais que optam por utilizar essas cenas, a autora demonstra as consequências que essa tomada de decisão provoca, para o bem e para o mal, na construção da notícia e do próprio ambiente jornalístico. Afinal de contas, “A maioria [dos

entrevistados] apontou como perspectiva uma redução nas equipes telejornalísticas, indicando uma revisão urgente nas formas de se fazer o telejornalismo, já que o uso abundante de imagens apócrifas coloca em risco a própria profissão” (Andrade, 2018, p. 147).

Conforme vimos, Andrade (2018) estabelece o conceito de telejornalismo apócrifo como forma de destacar a utilização de imagens amadoras e de câmeras de vigilância na produção das notícias. Outros trabalhos, entretanto, ampliam a categorização das modalidades de câmeras que hoje adentram as agendas do telejornalismo e inauguram novos formatos de publicização dos acontecimentos. É o caso da tese de doutorado de Martins (2015), intitulada “Novos efeitos de real concretizados pelas máquinas de visibilidade: reconfigurações no telejornalismo perante a ubiquidade das câmeras onipresentes e oniscientes”.

A pesquisadora verificou, através de estudo exploratório de 13 reportagens veiculadas em diferentes telejornais brasileiros durante o período de 2011 a 2015, que há uma proliferação de novas ferramentas técnicas de registro do real, e que estas podem ser identificadas através de quatro modalidades, distribuídas em dois grupos: o das câmeras oniscientes e o das câmeras onipresentes. “A primeira categoria de câmera onisciente compreende as câmeras de vigilância, que oferecem um olhar maquínico que promete transpor à tela o real sem intervenções, conforme teria acontecido sem ciência dos sujeitos observados” (Martins, 2015, p. 24). Temos assim a “câmera onisciente de vigilância”. Em conjunto com esta, constata-se também a existência de um segundo tipo de câmera onisciente, que seriam as câmeras ocultas “(...) normalmente utilizadas por repórteres, que produzem registros cuja promessa discursiva se baseia na crença de que os sujeitos filmados desempenham certas ações por acreditarem estar na esfera dos bastidores, visto não terem ciência de estarem sendo filmados” (Martins, 2015, p. 26). Essas seriam então as duas modalidades de câmeras oniscientes.

Já no grupo das câmeras onipresentes, destaca-se em um primeiro momento as câmeras amadoras com seus registros feitos por cidadãos através do uso de câmeras portáteis, celulares, *tablets*, *webcams*, entre outros, “(...) concretizando uma espécie de estética do amador, que se sustenta como recurso retórico em oposição a uma transparência anêmica das imagens profissionais do jornalismo” (Martins, 2015, p. 28). Fechando a categorização proposta pelo estudo aqui abordado, temos as câmeras onipresentes profissionais, que apesar de serem mediadas pela instância midiática, adotam elementos da estética do amador. Nesse sentido, “As câmeras onipresentes profissionais tendem a ser exploradas historicamente em muitos formatos televisivos, tais quais os *reality shows*, que se fundamentam numa expectativa de esquecimento da câmera para que o ‘verdadeiro eu’ irrompa à cena” (Martins, 2015, p. 31).

A categorização proposta por Martins (2015) nos parece relevante pois ao mesmo tempo em que se apresenta como uma possibilidade metodológica para a análise destas máquinas de visibilidade, nos ajuda a entender em que contexto as câmeras de vigilância estão situadas, diante da evidência de que há uma multiplicidade de imagens geradas externamente ao ambiente jornalístico. Ou seja, cada uma dessas modalidades de câmeras citadas anteriormente possui características que contribuem na efetivação de novas formas de publicização dos acontecimentos. Além disso, fica perceptível que os equipamentos de videovigilância não são os únicos capazes de gerarem efeitos de realidade quando suas imagens são utilizadas no telejornalismo.

Gostaríamos, entretanto, de fazer uma ressalva quanto à categorização proposta por Martins (2015), ao considerar as câmeras de vigilância apenas como oniscientes. Em sua tese, a pesquisadora destaca que a modalidade das câmeras oniscientes está vinculada a uma expectativa de captura de situações cotidianas sem que os participantes envolvidos na ação tenham ciência de que estão sendo filmados. Neste ponto está explicitada uma característica latente dos dispositivos de videovigilância com a qual concordamos. Ao passarem despercebidos em muitas situações, acabam gerando flagrantes que por vezes capturam os sujeitos “(...) no comportamento autêntico de quem age quando está sozinho, no corpo que pulsa a emoção quando surpreendido por algo inesperado, na reação instintiva de espanto ou medo perante um acidente, agora capturado por uma câmera invisível (...)” (Martins, 2015, p. 25).

Por outro lado, nos parece que as câmeras de vigilância também precisam ser entendidas como onipresentes. Ao destacar os dispositivos onipresentes (como as câmeras de celular, *webcams*, *tablets*, entre outros), Martins (2015) nos fala da situação de ubiquidade destes equipamentos, que ao estarem integrados em nossas tarefas cotidianas, acabam sendo utilizados também como forma de flagrar determinados acontecimentos e assim constituírem uma espécie de estética do amador. Dito de outra forma: passamos a utilizar de uma maneira muito naturalizada o nosso aparelho celular, por exemplo, para filmarmos acidentes de trânsito, um incêndio, um resgate, uma cena de violência urbana etc. Contudo, nos dias atuais, as câmeras de vigilância também estão presentes de uma forma onipresente em nossas rotinas. Essa é uma característica destacada inclusive pela própria pesquisadora.

Assim, a onipresença das câmeras de vigilância, hoje naturalizadas como parte da paisagem, disponibiliza às mídias tanto um conteúdo da esfera da vida privada (como as câmeras que secretamente gravam babás e cuidadores de idosos enquanto maltratam seus clientes; câmeras instaladas nos carros da polícia, registrando erros e más decisões profissionais dos indivíduos registrados), no qual os atores estão em momento de descanso da *performance* pública, quanto cenas providas dos espaços da vida pública (como os inúmeros registros de acidentes, assaltos, cenas inesperadas

como mães que abandonam filhos em lixos sem saber que estão sendo filmadas), nas quais espera-se contemplar o flagrante de algo deslocado à visibilidade pública (Martins, 2015, p. 25-26).

Essa passagem nos permite perceber como há nos dispositivos de videovigilância aspectos que podem caracterizá-lo como um tipo de câmera onisciente e onipresente ao mesmo tempo. Ou seja, estes equipamentos estão integrados de forma ubíqua nos diversos espaços da nossa sociedade (sejam eles públicos ou privados), e através dessa presença rotineira e naturalizada são capazes de obterem flagrantes de situações sem que muitas vezes os envolvidos na cena tenham ciência de que naquele exato momento estão sendo filmados. Contudo, e como veremos de forma mais detida no capítulo 3, quando há a compreensão, por parte dos cidadãos, da existência material dos dispositivos de videovigilância em determinado território, isso pode gerar a modificação dos comportamentos sociais, tanto em termos positivos (sensação de maior segurança), quanto negativos (sensação de medo que algo possa ocorrer).

É interessante percebermos como há uma recorrência no apontamento acerca da existência de uma promessa de transparência e de acesso a realidade sem mediações a partir das cenas que são produzidas fora do ambiente profissional do jornalismo, digamos assim. Conforme indica Martins (2015), a utilização de imagens como as de câmeras de videovigilância inaugura novos efeitos de real para o jornalismo. De acordo com a pesquisadora, frente a um público espectador letrado nas gramáticas midiáticas e cada vez mais desconfiado em relação a possíveis interferências ideológicas da instância jornalística, os veículos de comunicação passam a fazer uso de conteúdos gerados externamente, publicizando acontecimentos de forma pretensamente translúcida.

Nesse sentido, as câmeras de vigilância surgem no contexto do jornalismo como ferramentas capazes de capturar o real sem interferências, produzindo imagens com um caráter de evidência incontestável. Para Martins (2015), a utilização deste tipo de conteúdo se mostra como irrecusável às emissoras, pois ele carrega consigo uma promessa ontológica de autenticidade, revelando algo provindo da esfera do real, extrapolando as representações tipicamente performáticas das mídias. A autora vai além ao propor que o aproveitamento das imagens de câmeras como as de vigilância pode ser um sintoma do decréscimo na confiança social atribuída à imprensa enquanto instituição gabaritada a promover e divulgar a verdade.

(...) os diversos procedimentos técnicos e estéticos dos telejornais, que visam causar a ilusão de uma transposição à tela do mundo em ‘tempo real’ – encontram certo esgotamento em um cenário marcado pela midiaticização. [...] Deste modo, os meios jornalísticos se veem instados a repensar seus métodos e suas narrativas em busca de uma atuação que consiga contemplar um público inserido em um contexto em que a desconfiança é vigente. (...) os veículos reconfiguram certas operações para

permanecerem legítimos enquanto representantes de uma instituição que reporta a verdade (Martins, 2015, p. 134).

Essa é uma discussão importante para a nossa pesquisa, mas que também precisa estar ancorada junto a outros debates teóricos, como o do jornalismo enquanto sistema perito (Miguel, 1999; Giddens, 1991), e aos critérios de noticiabilidade (Wolf, 2008; Silva, 2005), como veremos no capítulo 4. Buscar essas relações entre conceitos que explicam o lugar de referência da atividade jornalística (Vizeu; Correia, 2008) pode nos ajudar a observar em que medida e por quais motivos ocorre essa crise de legitimidade, e até que ponto o uso das imagens de câmeras de vigilância pode representar, de fato, uma “resposta” ou uma tática para barrar as contestações em torno da informação jornalística.

Na concepção de Martins (2015), esse processo de reconfiguração, voltado a busca por uma estética informativa que se molda pela transparência, por uma suposta translucidez entre o acontecimento e sua publicização, passa cada vez mais a ser constituído e legitimado por imagens como as das câmeras de vigilância. Ou seja, se antes tínhamos a qualidade da imagem como elemento essencial para o veículo televisivo, “(...) hoje o teor de genuinidade do registro obtido revela-se tão ou mais importante às emissoras. A promessa discursiva de autenticidade, portanto, é um fator que legitima a inserção desses materiais no noticiário” (Martins, 2015, p. 23). Isso explicaria, em parte, a recorrente utilização desse tipo de conteúdo.

É óbvio, entretanto, e como bem destacado pela autora, que apesar da estruturação dessa retórica de que haveria uma reprodução translúcida dos fatos publicizados a partir de imagens como as de câmeras de vigilância, a narrativa jornalística “(...) revela em sua tessitura escolhas e tomadas de posição que operam a constituição de certos sentidos e o apagamento de outros possíveis” (Martins, 2015, p. 124). Assim, de acordo com a pesquisadora, essas imagens acabam sendo adequadas a formatos e narrativas que tornam possível sua inserção nos noticiários, atuando na construção dos sentidos pretendidos pelos profissionais do jornalismo, até porque, vale lembrar, há uma seleção das cenas que serão veiculadas.

Isso nos leva a relembrar a noção de que toda forma de olhar é também uma forma de ocultar. Ou seja, mesmo que as câmeras de vigilância revelem situações inesperadas, inusitadas ou flagrantes excepcionais que podem vir a ser utilizados pelos telejornais, isso não significa que automaticamente o serão. Assim, estes dispositivos de visibilidade podem ter a capacidade de auxiliar a demarcar quais corpos e quais espaços da cidade devem ser exibidos ou não. Nesse sentido, tal construção hipotética reforça a importância de verificarmos qual é a demarcação territorial das imagens de câmeras de vigilância que são utilizadas nas matérias do

CETV 1ª Edição. De maneira mais exata: quais são os bairros onde essas imagens foram flagradas? É possível apontar uma recorrência maior de determinadas áreas?

Seguindo adiante, um dos aspectos apontados na pesquisa empreendida por Martins (2015), mas que não chega a ser debatido com maior detalhamento, diz respeito a uma possível ressignificação dos valores-notícia diante do uso cada vez mais corriqueiro das imagens de câmeras de vigilância. Para a autora, há um redesenho na concepção do acontecimento midiático e uma abertura para que determinados critérios de seleção passem a ser utilizados de maneira mais frequente no momento da escolha dos fatos a serem noticiados. Isso poderia apontar inclusive para um processo de ressignificação dos valores-notícia.

(...) há uma tendência de inclusão de temas às agendas jornalísticas a partir do impacto trazido pelas câmeras. Por vezes, há mesmo uma perda do valor da atualidade, quando se observa um grande lapso temporal em algumas matérias que são veiculadas após dias ou semanas da ocorrência dos fatos, mas que se justifica pela obtenção do conteúdo do aparato tecnológico (Martins, 2015, p. 137).

Essa é uma discussão importante ao nos perguntarmos, como feito anteriormente, sobre quais são os valores-notícia adotados pelo telejornal CETV 1ª Edição ao selecionar e utilizar em suas reportagens imagens de acontecimentos obtidas por meio de câmeras de vigilância. Levando em consideração a discussão acima e ao mesmo tempo pensando em algumas das diversas categorizações propostas pelos pesquisadores do campo do Jornalismo (Traquina, 2008; Wolf, 2008; Silva, 2005), surge a possibilidade de questionarmos sobre quais atualizações se fazem necessárias acerca dos valores-notícia, diante da inserção das cenas capturadas pelos dispositivos de videovigilância. É nessa perspectiva que nos propomos a pensar nos modos de associação existentes entre valores-notícia e flagrantes produzidos por câmeras de vigilância, debate esse contemplado no capítulo 7.

Uma das pesquisas que se aproxima dessa concepção e se propõe a olhar para as imagens de videovigilância a partir da noticiabilidade é a dissertação intitulada “Os vídeos das câmeras de segurança no Telejornal ESTV 1ª Edição: do monitoramento à notícia”. Neste trabalho, Oliveira (2019) busca investigar quais são os critérios de noticiabilidade¹⁵ usados na produção do programa jornalístico capixaba para que as imagens capturadas pelas câmeras de vigilância se desloquem de sua função original (segurança) e adentrem o telejornal na condição de notícia. Ademais, há também uma preocupação do autor em compreender de onde essas imagens são provenientes e como se dá a chegada desse material na redação do ESTV 1ª Edição.

¹⁵ É importante destacar que não estamos trabalhando aqui com as noções de critérios de noticiabilidade e valores-notícia como se fossem sinônimos. No capítulo 4, faremos o aprofundamento necessário e explicitaremos as características que ajudam a fundamentar as distinções de cada um desses conceitos.

Através da utilização da análise de conteúdo e de entrevistas semi-estruturadas, realizadas com editores do telejornal, Oliveira (2019) avança em sua pesquisa tendo como corpus 30 matérias jornalísticas publicadas durante os meses de março e abril de 2018. Um primeiro aspecto destacado no trabalho aponta para o fato das imagens de câmeras de vigilância representarem a possibilidade da captura de acontecimentos que de outro modo seriam de difícil obtenção. Assim, apesar destes dispositivos de visibilidade possuírem uma finalidade que inicialmente está voltada para a promoção da segurança, vez ou outra eles acabam por registrar flagrantes do cotidiano que são considerados relevantes pelos veículos jornalísticos.

Nesse sentido, reforça-se a noção já apontada anteriormente, pelas pesquisas aqui discutidas, acerca do fato que as imagens de câmeras de vigilância possibilitam a instância jornalística o acesso a situações até então pouco visibilizadas. O acontecimento narrado no início desta seção é um exemplo evidente disso, pois foi através das cenas de videomonitoramento registradas pelos equipamentos da mineradora Vale que tivemos uma dimensão precisa e reveladora do que aconteceu no momento exato do rompimento da barragem em Brumadinho (MG). Uma tragédia documentada, como destacou William Bonner.

Se por um lado a captura de cenas inesperadas e inusitadas dependia, entre outros elementos, de o profissional do jornalismo estar no lugar certo, na hora certa; “a partir das imagens geradas por câmeras de videomonitoramento, os flagrantes passaram a ser mais frequentes nos telejornais, sem a necessidade de um profissional para produzir esses vídeos ‘espetaculares’” (Oliveira, 2019, p. 36). É por conta desse processo que o autor da pesquisa defende a ideia de que tais imagens passam por um processo de reterritorialização, ao “saírem” do campo da segurança e ocuparem o espaço da informação jornalística. Ou seja, “(...) imagens produzidas por câmeras de vigilância não deixam de ser vídeos com características originais, mas modificam suas ‘existências’ a partir do momento que compõem VT’s dos programas jornalísticos, alterando, também, suas territorialidades” (Oliveira, 2019, p. 70).

Essa é uma observação interessante pois, como veremos no capítulo 3, as práticas de vigilância contemporâneas se inscrevem e se legitimam a partir de três circuitos principais: os circuitos de segurança e controle; os circuitos de visibilidade midiática e os circuitos de eficácia informacional (Bruno, 2013). Nesse sentido, aquilo que Oliveira (2019) destaca como uma reterritorialização das imagens de videovigilância pode ser entendido como uma consequência direta do processo de retroalimentação que se dá entre os três circuitos citados.

A capacidade que as imagens de videovigilância teriam quanto ao desvelamento de situações inusitadas, inesperadas ou de difícil acesso nos leva a pensar acerca da potencialidade que elas representariam também enquanto ferramenta para a obtenção de “furos de

reportagem”¹⁶. Afinal de contas, “Se, antes, a narrativa desses fatos ficaria restrita ao depoimento das vítimas, que, em muitos casos, nem revelariam o fato, por medo ou vergonha, hoje, por força da presença das câmeras de vigilância, tais situações ganham as manchetes dos telejornais” (Oliveira, 2019, p. 46).

Um aspecto interessante evidenciado pelo trabalho de Oliveira (2019) diz respeito ao processo de chegada das imagens de videovigilância no ambiente redacional do ESTV 1ª Edição. Ao realizar entrevistas com os editores do telejornal capixaba, o pesquisador constatou que além do canal de recebimento de conteúdo existente entre a redação e os telespectadores, há também a efetivação de convênio entre a emissora e municípios da Região Metropolitana da Grande Vitória, que cedem imagens das suas câmeras de videomonitoramento.

Na TV Gazeta, emissora em que ocorre a veiculação do telejornal, são recebidos, em média, 1.300 conteúdos por dia, cerca de 50% compostos por fotos e vídeos. Esse material chega, principalmente, pelo aplicativo da rede, que possui 107 mil colaboradores cadastrados. Outra fonte importante de imagens colaborativas são as câmeras de trânsito, cujos registros chegam direto à emissora, via convênio mantido com os municípios da Região Metropolitana da Grande Vitória, sendo que, a priori, são liberadas para exibição apenas as imagens referentes à circulação de veículos (Oliveira, 2019, p. 106).

Esse é um fato interessante pois nos mostra que o telejornalismo tem buscado, de forma ativa, inserir tais imagens em seus conteúdos informativos. Ou seja, não se trata apenas de um processo reativo, onde cenas de acontecimentos capturadas por câmeras de vigilância são disponibilizadas, de forma abundante, por telespectadores e consequentemente utilizadas pelos veículos jornalísticos. Conforme apontado por Oliveira (2019), há por parte dos responsáveis pela produção do ESTV 1ª Edição um interesse direto em estabelecer convênios com instituições públicas que favorecem o acesso ao material obtido pelos dispositivos de visibilidade gerenciados por estes municípios. Trata-se de uma busca ativa, assim como ocorre quando essas imagens são compradas, conforme vimos na pesquisa de Andrade (2018).

Ao apresentar os dados quantitativos do seu estudo, Oliveira (2019) constatou a recorrência de certos temas nas matérias veiculadas pelo ESTV 1ª Edição, entre os meses de março e abril de 2018. Como forma de sistematizar o material, o pesquisador categorizou as reportagens analisadas em seis tópicos: trânsito; assalto/roubo; furto; violência; acontecimento inusitado e registros posteriores ao fato. Conforme destacado na pesquisa, as matérias da

¹⁶ Como nos lembra Traquina (2008, p. 55), “O ‘furo’ é um elemento importante na cultura jornalística que alimenta os interesses próprios do jornalista. (...) O ‘furo’ é uma conquista que está associada ao brilho profissional, razão justificada de vaidade pessoal, e que fornece um prestígio que pode fazer progredir a carreira profissional”.

categoria trânsito foram as mais presentes no telejornal¹⁷, demonstrando que as câmeras de monitoramento de tráfego na Região Metropolitana da Grande Vitória funcionam como uma espécie de “cinegrafistas de plantão” para o telejornal. “Os dados colhidos pela pesquisa evidenciam isso, pois, como vemos, só na categoria trânsito, nos dois meses analisados, 40% de vídeos foram gerados por esses dispositivos” (Oliveira, 2019, p. 76).

Quanto aos critérios de noticiabilidade, o autor se valeu das categorias estabelecidas por Wolf (2008) para analisar as matérias veiculadas pelo ESTV 1ª Edição, sendo tais critérios: substantivos; relativos ao produto; relativos ao meio de informação; relativos à concorrência e relativos ao público. Dentre os resultados encontrados pela pesquisa está o fato de que se a narrativa televisiva “(...) é essencialmente baseada em imagem, isso leva o critério [relativo ao] ‘meio’ a ser, na maioria das vezes, o destaque. Isso fica evidenciado com os dados quantitativos, os quais mostram que 30% das peças analisadas segue este critério de noticiabilidade” (Oliveira, 2019, p. 101).

Ainda de acordo com o pesquisador, e de certo modo em consonância com Martins (2015), a noção de notícia estaria passando por uma mudança em virtude do excesso de imagens geradas atualmente, fenômeno que traria como consequência a transformação, em notícia, de acontecimentos que antes não seriam elevados a essa definição. Essa é uma inferência que parece ser compartilhada também pelas pesquisadoras argentinas Calzado, Gómez e Lio (2017), no artigo “‘*El reality de la inseguridad*’. *Televisión, cámaras de vigilancia e nuevos modos de construcción de la noticia policial audiovisual*”. Como destacado no trabalho, as notícias policiais passaram a contar nos últimos anos com as imagens de câmeras de vigilância no processo de construção do relato noticioso.

Isso tem contribuído na apresentação de um produto midiático atravessado pela estética do real e pela estética da objetividade, gerando assim um borramento das marcas que costumam identificar o processo de edição rotineiro das reportagens produzidas pelos telejornais. Entretanto, de acordo com Calzado, Gómez e Lio (2017), essa naturalização do uso das imagens de câmeras de vigilância na construção das notícias tem ocasionado uma busca por cenas que acabam sendo inseridas no relato noticioso muito mais pelo fato de serem exclusivas, do que pela relevância jornalística que porventura elas possuem.

Isso nos levar a pensar na hipótese que a expansão do uso desse tipo de tecnologia [de visibilidade] está transformando as rotinas da mídia televisiva na produção de

¹⁷ De acordo com os dados da pesquisa (Oliveira, 2019), das 30 matérias analisadas entre os meses de março e abril de 2018, 10 delas apresentaram vídeos gerados por câmeras de vigilância que faziam referência à categoria “Trânsito”. Conforme o autor do trabalho, isso representa 31% do valor total, tendo logo na sequência a categoria “Assalto/Roubo”, representando 25% das inserções.

conteúdo. O acesso a um novo tipo de registro audiovisual permite construir notícias sobre acontecimentos que, a princípio, não seriam noticiáveis sem as imagens. A isso se acrescenta que a “estética da vigilância” possibilita um registro discursivo com uma pretensão de “realidade”, que busca invisibilizar as mediações e apresentar os fatos como eles acontecem (Calzado, Gómez e Lio, 2017, p. 193, tradução nossa)¹⁸.

Em alguns casos, temos inclusive aquilo que as autoras argentinas intitulam de “não notícia” sendo publicizado. Trata-se de situações em que as câmeras de videovigilância flagram eventos que não chegam a ter exatamente um desfecho, mas que pelo fato de terem sido gravados e apresentarem uma circunstância onde pessoas correram algum tipo de risco, acabam ganhando visibilidade. Um exemplo disso são matérias que mostram cenas de indivíduos quase sendo assaltados, quase sendo atropelados etc. A princípio, pode soar estranho pensarmos em um relato jornalístico do tipo “Flagrante de tentativa de assalto no bairro Dias Macedo” (21/11/2020)¹⁹ sendo veiculado, como foi feito, pelo CETV 1ª Edição.

Figura 1 – Frame de matéria veiculada pelo CETV 1ª Edição em 21/11/2020



Fonte: Globoplay (2020)

Na cena, flagrada pelo dispositivo de videovigilância (Figura 1) e publicizada pelo telejornal cearense, acompanhamos uma senhora que atravessa a rua em que reside calmamente,

¹⁸ No original: “Esto nos conduce a plantear como hipótesis que la expansión en el uso de este tipo de tecnologías está transformando las rutinas de los medios televisivos en la producción de contenido. El acceso a un nuevo tipo de registro audiovisual permite construir noticias sobre hechos que, en principio, no serían noticiables de no contar con las imágenes. A esto se suma que la ‘estética de la vigilancia’ habilita un registro discursivo con una pretensión de ‘realidad’, que busca invisibilizar las mediaciones y presentar los hechos tal y como suceden” (Calzado, Gómez e Lio, 2017, p. 193).

¹⁹ Acompanhe a matéria na íntegra acessando: <https://globoplay.globo.com/v/9041882/>

quando percebe a aproximação de duas pessoas em uma moto. Uma delas chega a sacar a arma e apontar para o alvo da tentativa de assalto. Porém, a mulher que seria vítima da ação criminosa consegue entrar rapidamente em sua casa, enquanto a dupla que estava na moto desiste da investida e segue o seu percurso. Conforme relato do âncora do CETV 1ª Edição, Luiz Esteves, nenhum objeto foi levado pelos suspeitos, pois se tratou de uma tentativa de assalto. Eventos dessa natureza parecem subverter os parâmetros de noticiabilidade que costumam orientar os profissionais do jornalismo, afinal de contas, estamos falando de uma notícia acerca de uma tentativa de assalto frustrada, sem maiores desdobramentos.

Entretanto, como nos lembra Wolf (2008), as características, os valores-notícia que ajudam a definir quais acontecimentos cotidianos são importantes e merecem ser noticiados podem alterar-se ao longo do tempo. Eles não permanecem sempre os mesmos, apesar da forte homogeneidade que possuem dentro da cultura profissional. “Argumentos que alguns anos atrás simplesmente não ‘existiam’, hoje fazem normalmente notícia, mostrando a extensão gradual do número e do tipo de assuntos temáticos, considerados noticiáveis” (Wolf, 2008, p. 205). Esse parece ser um ponto chave quando se trata de entender a relevância que as imagens de câmeras de vigilância representam para o jornalismo, pois é preciso levar em consideração os tensionamentos que tais imagens provocam na conceituação do que venha a ser notícia.

Além disso, ao contar com as imagens dessa tentativa de assalto, que mostram, como aconteceu no CETV 1ª Edição, uma mulher se salvando por pouco de ser mais uma vítima da violência urbana, a reportagem parece corroborar com a noção de narração estendida, proposta por Calzado, Gómez e Lio (2017). Para as pesquisadoras, essa forma de apresentar os acontecimentos por meio das imagens de câmeras de vigilância possibilita a construção de medos e riscos virtuais a partir de uma “não notícia”. Assim, apesar da ausência ou da não efetivação de um determinado ato criminoso, os perigos potenciais se configuram através da possibilidade desse ato vir a acontecer. “Há um duplo processo que, por um lado, torna os mundos possíveis reais (‘Eles certamente vão roubar um inocente’) e, por outro, generaliza esses riscos ao identificar o espectador como uma possível vítima (‘Pode acontecer com você’)” (Calzado; Gómez e Lio, 2017, p. 192, tradução nossa)²⁰, questão essa que aliás é destacada pela Editora-chefe do CE 1, Adriana Castro, conforme veremos adiante.

Com essa construção de sentido proposta pela noção de narração estendida, nos parece pertinente ficarmos atentos às temáticas que costumam ser apreendidas pelas imagens

²⁰ No original: “Se produce un doble proceso que, por un lado, vuelve realidades los mundos posibles (‘Van a seguramente robar a una persona inocente’) y, por otro, generaliza esos riesgos identificando al televidente como posible víctima (‘Le podría pasar a usted’)” (Calzado; Gómez e Lio, 2017, p. 192).

das câmeras de vigilância que são utilizadas nas reportagens do CETV 1ª Edição. Isso porque a reverberação desses medos e riscos virtuais derivam, em parte, dos tipos de acontecimentos que são exibidos. Dessa forma, ao buscarmos verificar quais são os acontecimentos que costumam ganhar visibilidade quando se utiliza cenas capturadas pelos dispositivos de videovigilância, poderemos lançar um olhar mais aguçado sobre os sentidos pretendidos pelo telejornal cearense, analisando assim possíveis recorrências em torno de temáticas específicas.

No estudo de Oliveira (2019), discutido nas páginas anteriores, vimos que os acontecimentos relacionados ao trânsito foram preponderantes na cobertura do telejornal ESTV 1ª Edição. Ao mapearmos outra pesquisa, desta vez produzida por Rocha (2014), intitulada “Telejornalismo: o uso das câmeras de vigilância nas reportagens da RBS TV de Passo Fundo”, constatou-se a predominância de relatos jornalísticos voltados à temática policial. O trabalho, que possui características mais concisas, em virtude dos aspectos que envolvem a produção de uma monografia, analisou o conteúdo informativo veiculado durante os meses de janeiro, fevereiro e março de 2014, no Jornal do Almoço da RBS TV de Passo Fundo.

De acordo com os dados da pesquisa, foram contabilizadas 10 reportagens (durante o período citado) que utilizaram imagens provenientes de equipamentos de videovigilância. Todas elas foram categorizadas na sessão policial, ao relatarem assaltos, crimes e violência. Conforme pontuado no trabalho, “(...) a maioria das imagens noticiadas tinha uma narração descritiva dos registros de assaltos, crimes e flagrantes que, em primeiro plano, chamou mais atenção à estética das imagens do que propriamente o conteúdo da informação, ficando este em segundo plano na leitura da notícia” (Rocha, 2014, p. 53). Ou seja, deu-se ênfase muito mais ao flagrante visual em si, do que a possível relevância da informação.

Para Rocha (2014), a utilização de imagens de câmeras de vigilância como fonte de informação, tal como acontece no Jornal do Almoço, da RBS TV, evidencia alterações no processo produtivo do telejornalismo. Os efeitos se dariam em vários segmentos do telejornal, como a produção, a edição e veiculação das notícias, que estariam se mostrando mais dinâmicas com o uso desses dispositivos. Além disso, “As características dessas imagens, como ângulos de câmera, enquadramentos, planos, nitidez são reconhecidas como índices, ou seja, apresentam esteticamente aspectos que indicam uma realidade e, portanto, ganham força no telejornal” (Rocha, 2014, p. 66), reforçando suas dimensões hiper-realistas.

Parece-nos notório, a partir do apanhado de trabalhos aqui discutidos, haver uma certa concordância dos pesquisadores quanto ao fato do uso das imagens de câmeras de vigilância provocarem transformações significativas no processo de construção das notícias. Um dos objetivos da nossa tese está voltado exatamente à busca pela compreensão de como se

configuram tais mudanças, focando na relevância dos flagrantes de videovigilância para o telejornalismo e nas implicações que a mobilização desse tipo de conteúdo imagético representa em termos de transformações na configuração da produção noticiosa contemporânea. Desse modo, nos interessa trabalhar com uma perspectiva teórica voltada aos processos de construção da notícia telejornalística, concentrada nos elementos que envolvem a seleção dos acontecimentos, bem como as dinâmicas concernentes a rotina produtiva do CETV 1ª Edição no que diz respeito ao uso das imagens de videovigilância.

Ao nos debruçarmos em torno das questões que envolvem a presença dos flagrantes de câmeras de vigilância no telejornalismo, partimos da hipótese de que tal recorrência possivelmente se efetiva em virtude dos seguintes aspectos: a) da relevância noticiosa (valor-notícia) dos acontecimentos captados pelos dispositivos de videovigilância; b) do acesso facilitado aos flagrantes de videovigilância por parte do CETV 1ª Edição; c) do efeito de real gerado pelas imagens de videovigilância para a narrativa noticiosa e do consequente engajamento que se obtêm junto à audiência; d) do aporte imagético que as imagens de videovigilância proporcionam para a estruturação do CETV 1ª Edição em função dos processos de precarização profissional. É a partir desse recorte teórico, concernente ao campo do jornalismo, que olhamos para o fenômeno e investigamos as suas especificidades, ampliando e lançando novos olhares junto às discussões já existentes na área.

Prosseguindo. Além das 2 (duas) teses, 2 (duas) dissertações, 1 (uma) monografia e 1 (uma) publicação estrangeira, verificamos também a existência de artigos científicos sobre o uso de imagens de câmeras de vigilância na produção de notícias no telejornalismo, publicados nos anais de eventos como o da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação – Intercom, e da Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo – SBPJor. É interessante evidenciar que dos seis (6) artigos mapeados nos anais da Intercom, dois (2) são de autoria de Andrade (2017; 2015), outros dois (2) de Oliveira (2019; 2018), e dois (2) de Martins (2017; 2015), tendo ainda um (1) artigo disponível nos anais da SBPJor, escrito por Andrade (2012), e um (1) artigo de Martins (2013) nos anais do 9º Ciclo de Debates sobre Jornalismo da UniBrasil. Como foi possível verificar, através da leitura de cada um dos artigos, toda essa produção acadêmica deriva das teses e dissertações apresentadas nas páginas anteriores. Nesse sentido, são trabalhos que repercutem ou destacam alguns dos conceitos e resultados obtidos nas pesquisas realizadas de forma mais ampla.

Identificamos ainda três (3) artigos publicados em periódicos científicos brasileiros, sendo dois (2) de Martins (2017; 2016) - Revista Comunicação Midiática e Revista Pauta Geral – Estudos em Jornalismo, e um (1) de Andrade (2019) na Revista Pauta Geral – Estudos em

Jornalismo. Isso nos leva a constatarmos que este grupo de pesquisadores brasileiros se constitui, a partir do recorte temporal empreendido, como o principal referencial teórico sobre o uso de imagens de vigilância na produção telejornalística no Brasil. Um dado importante, que demonstra o desenvolvimento e o fortalecimento desta área de estudos do Jornalismo.

Há ainda situações de produções pontuais²¹ sobre o tema, como é o caso do artigo de Cajazeira (2013) e Gonçalves, Alcantara e Cajazeira (2012), que realizaram análises sobre o uso das câmeras de vigilância na produção telejornalística do SPTV 2ª Edição a partir de uma perspectiva do jornalismo colaborativo. Em ambos os artigos, a intenção dos pesquisadores foi observar em que medida a coautoria destes flagrantes de fato fideliza a audiência dos noticiários. De acordo com o trabalho, apesar dos telespectadores estarem cada vez mais conectados e interagindo com o fluxo informacional das grandes redes de comunicação, ainda existem assimetrias que caracterizam o processo e a dependência dos usuários em relação aos enunciadores. Nesse sentido, o público que participa no jornalismo colaborativo a partir das novas tecnologias interage com os meios de comunicação, mas a sua participação é sempre limitada/controlada (Gonçalves, Alcantara e Cajazeira, 2012).

Para os autores, é possível perceber que há um interesse jornalístico, por parte do SPTV 2ª Edição, pelos enunciados colaborativos que no seu discurso visual possuam características consideradas espetaculares. Isso derivaria, principalmente, do fato de a narrativa jornalística valorizar a irrupção do singular, da anormalidade. Dessa forma, “O editor valoriza esta singularidade, com a apreensão de enunciados em vídeo, que dão valor a imagem impactante, que mais tarde será utilizada no telejornal para despertar o interesse do público” (Gonçalves, Alcantara e Cajazeira, 2012, p. 8).

Após fazermos todo esse apanhado, iremos identificar no quadro abaixo cada uma das pesquisas discutidas e mencionadas ao longo das páginas anteriores, buscando assim apresentar uma sistematização que facilite o entendimento do trajeto temporal que percorremos até aqui. Iremos destacar a categoria (tese, dissertação...), o título dos trabalhos, o nome do autor e o ano.

Quadro 2 - Produção acadêmica sobre o uso de imagens de videovigilância no telejornalismo (2005-2020)

TESE	AUTOR	Ano
Experiência narrativa e informação: o uso das novas tecnologias na construção de uma cultura de vigilância na televisão	Eliana Monteiro	2009

²¹ Utilizamos o termo “pontuais” no sentido de que os artigos citados não derivam de pesquisas mais amplas desenvolvidas anteriormente (como uma tese, dissertação...), bem como não resultaram em trabalhos subsequentes.

Novos efeitos de real concretizados pelas máquinas de visibilidade: reconfigurações no telejornalismo perante a ubiquidade das câmeras onipresentes e oniscientes	Maura Oliveira Martins	2015
DISSERTAÇÃO	AUTOR	ANO
Telejornalismo apócrifo: a construção da notícia com imagens amadoras e de vigilância	Ana Paula Goulart de Andrade	2018
Os vídeos das câmeras de segurança no telejornal ESTV 1ª Edição: do monitoramento à notícia	William Silva de Oliveira	2019
MONOGRAFIA	AUTOR	ANO
Telejornalismo: o uso das câmeras de vigilância nas reportagens da RBS TV de Passo Fundo	Sabrina Medeiros da Rocha	2014
ARTIGO	AUTOR	ANO
A produção jornalística colaborativa em TV: o uso das câmeras de vigilância no telejornal	Isaac Macedo Gonçalves; João André da Silva Alcantara; Paulo Eduardo Silva Lins Cajazeira	2012
Sorria, você está sendo filmado: o telejornalismo apócrifo e o efeito de tragicidade das imagens de videovigilância	Ana Paula Goulart de Andrade; Sandro Tôrres de Azevedo	2012
Sociedade vigiada: o uso das câmeras de vigilância no telejornal	Paulo Eduardo Silva Lins Cajazeira	2013
A construção da narrativa das câmeras de segurança: proposta de análise a partir do conceito da multimodalidade	Maura Oliveira Martins	2013
Telejornalismo construído por vídeos amadores e de vigilância: uma pesquisa etnográfica sobre as práticas jornalísticas contemporâneas	Leonel Aguiar; Ana Paula Goulart de Andrade	2015
Por uma ontologia das câmeras oniscientes e onipresentes: reconfigurações ao telejornalismo perante a ubiquidade de dispositivos que registram o real	Maura Oliveira Martins	2015
A naturalização da vigilância no jornalismo a partir da ubiquidade das câmeras	Maura Oliveira Martins	2016
As imagens amadoras e de vigilância na produção jornalística e a reconfiguração do mercado de trabalho no telejornalismo	Ana Paula Goulart de Andrade; Leonel Aguiar	2017
Jornalismo e dispositivos de vigilância: o uso de câmeras na disputa pela autenticidade	Maura Oliveira Martins	2017
O uso de dispositivos de vigilância no telejornalismo: a erosão dos limites entre o Público e o Privado	Maura Oliveira Martins	2017
“El reality de la inseguridad”. Televisión, cámaras de vigilancia y nuevos modos de construcción de la noticia	Mercedes Calzado; Yamila Gómez; Vanesa Lio	2017
Reterritorialização das Imagens de Vídeo Monitoramento – da Segurança às Reportagens do Telejornal ESTV 1ª Edição	Rafael Paes Henriques; William de Oliveira	2018
As imagens de vídeos amadores e de vigilância no telejornalismo: um estudo sobre as práticas jornalísticas contemporâneas	Leonel Aguiar; Ana Paula Goulart de Andrade	2019
A participação popular a partir das imagens de videomonitoramento	Rafael Paes Henriques; William de Oliveira	2019

Fonte: Elaborado pelo autor (2021)

A partir do que foi exposto, tivemos a oportunidade de apontar quais são os percursos teóricos e os resultados que estão sendo obtidos pelas pesquisas no Brasil acerca da utilização das imagens de câmeras de vigilância na produção de notícias no telejornalismo. Ao mesmo tempo, e fugindo de uma proposta textual meramente descritiva, buscamos realizar por meio do estado da arte uma tecitura que evidenciasse como as nossas questões de pesquisa, que serão desdobradas teórico e analiticamente ao longo da tese, se aproximam ou se distanciam dos trabalhos apresentados anteriormente. Isso foi possível de ser construído tanto através dos destaques de relevância que demos aos conceitos e propostas metodológicas mobilizadas em alguns dos estudos, como também por meio das lacunas investigativas observadas.

Estas lacunas, aliás, nos levaram a incrementar e desdobrar a nossa pergunta de pesquisa inicial, nos colocando diante de um amplo cenário investigativo onde a relevância das imagens de câmeras de vigilância para o telejornalismo (e mais especificamente para o CETV 1ª Edição) pode ser abordada. As questões que levantamos nos servirão de guia, apontando o rumo que iremos seguir nesta tese. Como forma de sistematizar os pontos de interrogação que expusemos ao longo do texto, nos parece aconselhável (levando em consideração a perspectiva didática) elencarmos abaixo as linhas de contato que se estabelecem entre essas questões a partir de tópicos-guia, para tomarmos de empréstimo o termo de Gaskell (2008). Temos assim:

1) A relevância das imagens de videovigilância

- * O uso de cenas obtidas pelos dispositivos de videovigilância para compor matérias jornalísticas é um fenômeno regular no CETV 1ª Edição?
- * Quem define a relevância das imagens de videovigilância e sua utilização?
- * É possível observar distinções quantitativas quanto ao uso de imagens de câmeras de vigilância pelas reportagens do CETV 1ª Edição ao longo do tempo, significando uma mudança na percepção desse fenômeno?
- * Quais tipos de temáticas de acontecimentos flagrados por câmeras de vigilância são mais recorrentes de serem publicizados pelo CETV 1ª Edição?
- * Quais são os valores-notícia adotados pelo telejornal CETV 1ª Edição ao selecionar e publicizar acontecimentos flagrados por meio de câmeras de vigilância? Que atualizações se desenham a partir do cenário analisado?

* Qual é a demarcação territorial das imagens de câmeras de vigilância que são utilizadas nas matérias do CETV 1ª Edição?

2) Caracterização da rotina produtiva

* Quem são as principais fontes a fornecerem os flagrantes obtidos pelos dispositivos de videovigilância? Existem negociações financeiras de compra de imagens?

* De que maneira esse material chega à redação do CETV 1ª Edição? Como funcionam os processos de checagem?

* Quais são os parâmetros utilizados no processo de seleção das imagens de videovigilância?

Temos assim um quadro geral dos desdobramentos vinculados a nossa questão de pesquisa central que busca exatamente compreender como se estabelece a relevância das imagens de câmeras de vigilância no campo do telejornalismo e o que o seu uso implica em termos de transformações no processo de produção noticioso. Antes, porém, de tentarmos descobrir tal problemática a partir dos aspectos ressaltados, precisamos entender qual é a relevância destes dispositivos de visibilidade para o contexto social do qual nós e o jornalismo fazemos parte. Este será o nosso próximo passo (capítulo).

3 CULTURA DA VIGILÂNCIA: SEGURANÇA, ENTRETENIMENTO, PREDIÇÃO, PERFORMATIVIDADE...

“Teremos muros, grades, vidros e portões
Mais exigências nas especificações
Mais vigilância, muito menos exceções
Que lindo acordo de cidadania”.
(Siba, canção Marcha Macia)

Vivenciamos uma realidade na qual as práticas de vigilância se tornaram rotineiras e naturalizadas em nossas vidas. As consequências de tal fato têm provocado mudanças significativas nos modos de vermos e sermos vistos. Para Bruno *et al.* (2010, p. 7), “(...) os parâmetros e limites segundo os quais estávamos habituados a ordenar o ver e o ser visto estão em trânsito. Ampliam-se e modificam-se as margens do visível, os modos de fazer ver, assim como os modos de ser visto”. Seguimos destarte em meio a uma contínua interação (conscientes disso ou não) com aparatos eletrônicos que registram nossas idas e vindas em estações de metrô, bancos, parques, vias públicas, centros comerciais, aeroportos entre outros. Passamos a ter a vigilância sistemática das atividades cotidianas como algo trivial (Botello, 2010).

Existir no mundo contemporâneo implica, desse modo, ter de lidar, em alguma medida, com práticas de vigilância fluidas e que se espalham de formas até então inimagináveis (Bauman; Lyon, 2014). Temos aspectos os mais diversos das nossas vidas visibilizados, coletados, analisados, traduzidos e compartilhados, tornando o monitoramento contínuo uma norma. Porém, mais do que um aparato tecnológico, argumenta Finn (2012), a vigilância precisa ser encarada como prática social, capaz de gerar novas formas de vermos, compreendermos e nos envolvermos com o ambiente ao nosso redor.

Para entendermos melhor a lógica de existência destes processos, e mais especificamente das câmeras de vigilância, precisamos levar em consideração a base de sustentação social e tecnológica que assegura toda essa naturalização. Afinal de contas, entendemos que não se trata de um movimento que acontece de fora para dentro, como um mundo reificado²² (Berger; Luckmann, 2014), mas sim de iniciativas que surgem a partir da ação humana e servem para contemplar os anseios compartilhados pelos indivíduos, sejam eles

²² Conforme Berger e Luckmann (2014, p. 118-119): “A reificação é a apreensão dos fenômenos humanos como se fossem coisas, isto é, em termos não humanos ou possivelmente super-humanos. (...) A reificação implica que o homem é capaz de esquecer sua própria autoria do mundo humano, e, mais, que a dialética entre o homem, o produtor, e seus produtos é perdida de vista pela consciência”.

vinculados a corporações de natureza privada ou à instância pública (o Estado). Ter consciência “(...) dessa atribuição de responsabilidades sociais à funcionalidade dos dispositivos tecnológicos evita abordagens tendencialmente carregadas de um determinismo tecnológico prejudicial à compreensão de realidades sociais culturalmente complexas” (Firmino; Trevisan, 2012, p. 29).

3.1 As práticas de vigilância em uma perspectiva histórica

Partindo desse princípio, gostaríamos de destacar, desde já, os atravessamentos históricos das práticas de vigilância em nossa sociedade, ressaltando dessa maneira os movimentos de continuidade, ruptura e atualização existentes. Como nos explica Lyon (1994), as ações de monitoramento social estão presentes na humanidade desde os tempos mais remotos, sendo empregada, por exemplo, por governantes de civilizações egípcias antigas com finalidades fiscais, militares e imigratórias.

A vigilância não é nova. Desde tempos imemoriais, as pessoas “zelam” pelos outros para verificar o que estão fazendo, monitorar seu progresso, organizá-los ou cuidar deles. Os governantes de civilizações antigas, como o Egito, mantinham registros populacionais para fins de tributação, serviço militar e imigração. E o Livro dos Números registra até mesmo como o povo nômade de Israel realizou mais de um censo para registrar os detalhes da população desde o século XV a.C. (Lyon, 1994, p. 22, tradução nossa)²³.

Nesse sentido, as práticas de vigilância possuem efeitos e buscam soluções para situações sociais específicas em conformidade com os anseios de cada época. É dessa maneira que precisamos entendê-las. Seguindo essa perspectiva, o trabalho do filósofo francês Michel Foucault é bastante representativo ao nos mostrar como o surgimento da sociedade disciplinar no século XVIII esteve atrelada a interesses singulares. De acordo com Foucault (2014), os procedimentos disciplinares instituíram formas de se produzir conhecimento sobre os indivíduos tendo como intuito o controle e a obtenção de corpos dóceis, capazes de se enquadrarem nas expectativas de rapidez, eficácia e “normalidade” existentes naquele momento, seja na escola, na fábrica, nos hospitais, nas instituições militares ou na prisão. Como contextualiza Beiguelman (2021, p. 14), “a industrialização, a cidade moderna e a formação dos Estados nacionais são pautadas por novas demandas, que impõem novas regras para que os

²³ No original: “Surveillance is not new. Since time immemorial, people have 'watched over' others to check what they are up to, to monitor their progress, to organize them or to care for them. The rulers of ancient civilizations, such as Egypt, kept population records for purposes such as taxation, military service and immigration. And the Book of Numbers records how even the nomadic people of Israel undertook more than one census to record population details as far back as the fifteenth century BC” (Lyon, 1994, p. 22).

corpos operem com a velocidade, a eficiência e os padrões de comportamento que o trabalho e o espaço urbano solicitam”.

Para que se tornasse possível a obtenção de corpos dóceis, foram adotadas estratégias que modificaram a maneira como os sujeitos eram tomados em suas individualidades. Se antes ser olhado, observado, seguido dia a dia por uma escrita contínua era uma espécie de privilégio concedido apenas aos soberanos, algo que significava distinção e integrava os rituais de poder; a partir de então, com as configurações propostas pela sociedade disciplinar, há uma inversão no processo de visibilidade. Temos uma modificação no direcionamento acerca de quem e como deve ser observado. Dessa maneira, os procedimentos disciplinares “(...) reviram essa relação, abaixando o limite da individualidade descritível e fazem dessa descrição um meio de controle e um método de dominação. Não mais um monumento para uma memória futura, mas um documento para uma utilização eventual” (Foucault, 2014, p. 187). Ou seja, as informações que passaram a ser obtidas não serviam para constituir uma memória celebrativa dos indivíduos, mas sim para incluí-los diante de uma sistemática que buscava demarcar e controlar os comportamentos desempenhados socialmente.

Por meio das técnicas que permitiam ver é que se induziam os efeitos de poder, mantendo sob sujeição o indivíduo disciplinar em virtude da propagada possibilidade de sempre ser visto. “O exercício da disciplina supõe um dispositivo que obrigue pelo jogo do olhar: um aparelho onde as técnicas que permitem ver induzam a efeitos de poder, e onde, em troca, os meios de coerção tornem claramente visíveis aqueles sobre quem se aplicam” (Foucault, 2014, p. 168). A concretização desse projeto foi potencializada através do dispositivo panóptico²⁴. Nele, o par ver-ser visto é dissociado. Através da sua lógica de funcionamento – inicialmente aplicada em unidades prisionais, mas que poderia, idealmente, ser difundida no corpo social como um todo – permite-se ver sem parar e reconhecer imediatamente. Desse modo, a visibilidade torna-se uma armadilha.

A perspectiva foucaultiana, como podemos perceber, inscreve a vigilância de forma latente em um cenário de controle e efeitos de poder. Entretanto, Lyon (1994) nos coloca a necessidade de pensar a vigilância a partir de outras facetas. Ao olhar para as democracias modernas, o sociólogo britânico destaca que é através da construção e manutenção de bases

²⁴ O modelo panóptico foi proposto inicialmente pelo filósofo inglês Jeremy Bentham, por volta de 1787. O dispositivo foi pensado em termos arquitetônicos, imaginando assim uma estrutura que funcionasse como um sistema de cerceamento e controle prisional. A ideia era que a partir das suas características físicas fosse possível trancafiar e colocar o condenado em uma condição de constante visibilidade. “(...) no anel periférico, se é totalmente visto, sem nunca ver; na torre central, vê-se tudo, sem nunca ser visto” (Foucault, 2014, p. 195). Na perspectiva foucaultiana, o esquema panóptico tinha por vocação se tornar uma função generalizada, destinada a difundir-se no corpo social e assim potencializar o surgimento da sociedade disciplinar.

documentais, acerca das populações, que os governantes buscam também obter uma eficiência técnica e a previsibilidade necessária para que determinadas políticas públicas sejam implementadas, assim como direitos civis sejam assegurados, tais como a participação em eleições, o acesso a programas assistenciais, campanhas de vacinação etc. Norris e Armstrong (2020) reforçam essa visão ao afirmarem que o Estado moderno seria inconcebível sem esses sistemas de monitoramento. Dessa forma, e considerando o panorama que passa a ser aqui desenhado, podemos começar a vislumbrar as faces que caracterizam a vigilância.

Ela [a vigilância] pode ser vista tanto da perspectiva do controle social quanto da participação social. A máquina administrativa construída durante o século XIX pode ser entendida tanto como um fenômeno negativo – a ‘gaiola de ferro’ da racionalidade burocrática de Weber ou a ‘sociedade disciplinar’ de Foucault – ou, mais positivamente, como um meio de garantir que o tratamento igual seja dispensado a todos os cidadãos. É um erro focar exclusivamente em uma das faces da vigilância (Lyon, 1994, p. 31, tradução nossa)²⁵.

É evidente que esta é uma visada teórica pautada em elementos históricos que localizavam a prerrogativa de arquivar, monitorar, identificar e classificar apenas nas mãos do Estado, o que acabava acentuando o caráter fixo da vigilância naquele momento. Um exemplo que se aproxima desta mirada, ao menos a partir da faceta negativista do controle social, pode ser encontrado no romance distópico *1984*, de George Orwell²⁶. Na obra, acompanhamos a rotina dos cidadãos de Oceânia, que vivem sob um forte regime de vigilância empreendido pelo Partido, simbolizado pela figura do Grande Irmão (Big Brother). Mesmo que ninguém o veja, assim como acontece no dispositivo panóptico, onde o par ver-ser visto é dissociado, sua presença se efetiva por meio das políticas de inspeção implementadas, tais como a Polícia das Ideias. “Dormindo ou acordada, trabalhando ou comendo, dentro ou fora de casa, no banho ou na cama – não havia saída. Com exceção dos poucos centímetros que cada um possuía dentro do crânio, ninguém tinha nada seu” (Orwell, 2009, p. 38-39).

Essa forma de entender a vigilância, tal como se lê na narrativa de *1984*, onde as iniciativas são totalizantes, homogêneas, atendendo a um único interesse, sem arestas ou conflitos não encontra parâmetros nas relações que se estabelecem na contemporaneidade. Assim, gostaríamos de deixar nítido o nosso distanciamento deste viés, empreendendo aqui uma construção crítica que aponta para uma outra direção. Para nós, “(...) os atuais processos de

²⁵ No original: “It may be viewed either from the perspective of social control or from that of social participation. The administrative machinery constructed during the nineteenth century can be understood both as a negative phenomenon - Weber's 'iron cage' of bureaucratic rationality or Foucault's 'disciplinary society' - or, more positively, as a means of ensuring that equal treatment is meted out to all citizens. It is a mistake to focus exclusively on one face of surveillance” (Lyon, 1994, p. 31).

²⁶ O romance de George Orwell foi publicado originalmente no ano de 1949.

vigilância só podem ser entendidos se levarmos em conta que as ações que os constituem são distribuídas por diferentes setores cujos interesses e perspectivas são múltiplos e não obedecem a nenhum princípio unificado” (Bruno, 2013, p. 25), embora possa haver proximidades de interesse entre algumas instâncias. Além disso, temos que a postura adotada pelos indivíduos passa a incluir modos íntimos de iniciação, negociação ou resistência ao monitoramento social, fazendo emergir uma cultura da vigilância.

O que se pretende dizer com essa expressão? É o sentido (...) de que a vigilância se torna parte de todo modo de vida. Daí meu uso da palavra *cultura*. Não é mais apenas algo externo que se impõe em nossa vida. É algo que os cidadãos comuns aceitam – deliberada e conscientemente ou não –, com que negociam, a que resistem, com que se envolvem e, de maneiras novas, até iniciam e desejam. O que antes era um aspecto institucional da modernidade ou um modo tecnologicamente aperfeiçoado de disciplina ou controle social hoje está internalizado e constitui parte de reflexões diárias sobre como são as coisas e do repertório de práticas cotidianas (Lyon, 2018, p. 152-153, grifo do autor).

A cultura da vigilância, de acordo com Lyon (2018), se estrutura principalmente em virtude do crescimento das relações sociais mediadas digitalmente, o que acaba por provocar mudanças na participação e no envolvimento dos sujeitos em contextos em que as nossas informações pessoais são capturadas de forma constante. Isso significa que somos vistos atualmente não meramente como alvos/vítimas da vigilância, mas como indivíduos cada vez mais conscientes e ativos nesse processo. “O exemplo óbvio é o envolvimento com mídias sociais ou o uso de cartões de fidelidade, mesmo que os usuários estejam cientes das maneiras pelas quais os organismos corporativos e governamentais podem rastrear suas atividades” (Lyon, 2018, p. 164). Passamos a encarar a vigilância como algo que não é visto meramente de forma negativa, mas também que pode ser tolerada, até mesmo desejada em virtude dos supostos benefícios que ela nos oferece.

Para Zuboff (2020), a nossa dependência por uma vida eficaz está no cerne do que ela chama de capitalismo de vigilância, e que como consequência nos impede de resistirmos às audazes incursões do sistema. Ou seja, mesmo ao sabermos que o aplicativo digital²⁷ X, responsável por nos ajudar a realizar deslocamentos urbanos em bairros e ruas as quais não conhecemos, pode estar extraindo dados pessoais do nosso aparelho celular para fins diversos os quais não temos controle, diminuimos a sua significância (negativa) em virtude dos seus

²⁷ Para Zuboff (2020, p. 163), “(...) é difícil existir um aplicativo inocente; se ele não estiver rastreando agora, pode vir a fazê-lo na semana ou no mês que vem (...). O segundo fator a ser considerado é que mesmo os aplicativos que aparentam ser mais inocentes, tais como previsão do tempo, lanternas, de viagens de carros compartilhadas e aplicativos de namoro, são ‘infestados’ por dúzias de programas de rastreamento que se baseiam em táticas cada vez mais bizarras, agressivas e ilegíveis para coletar maciças quantidades de superávit comportamental que, em sua essência, são dirigidas à publicidade direcionada”.

pretensos benefícios. Nos habituamos então ao fato de estarmos sendo seguidos, analisados, minerados e modulados. Conforme reitera Silveira (2019, p. 24), “o poder de tratamento das informações é legitimado por um entorpecimento subjetivo diante das vantagens oferecidas pelas tecnologias apresentadas pelas corporações”.

Em meio a essa discussão, acerca das diversas facetas que passam a compor a cultura da vigilância no mundo contemporâneo, Lyon (2018) propõe que pensemos nos fatores familiaridade, medo e diversão como formas de compreendermos o atual contexto.

Quanto ao primeiro, familiaridade, a vigilância se tornou um aspecto da vida que é dado como certo, desde os cartões de fidelidade dos supermercados até as onipresentes câmeras em espaços públicos e privados e as rotinas de segurança dos aeroportos, arenas esportivas e muitos outros lugares. Essa normalização e domesticação da vigilância parecem responder, em parte, pelo nível geral de aquiescência. Quanto ao medo, ele se tornou mais marcado após o 11 de Setembro, e é evidente que o desejo relatado de medidas de vigilância está relacionado à geração de incerteza na exploração do medo amplificada pela mídia²⁸. E, no extremo oposto do âmbito emocional, a diversão também responde pela aquiescência, acima de tudo no território das mídias sociais e dos aparatos digitais (Lyon, 2018, p. 159-160).

Apesar da explicação nítida trazida por Lyon (2018) acerca de cada uma das dimensões citadas, gostaríamos de fazer um destaque sobre o fato, como dito pelo autor, de a vigilância passar a ser dada como algo certo, ou seja, que vai estar inevitavelmente presente em nossas vidas. Por meio dessa afirmação, ele nos chama a atenção para a necessidade de pensarmos nas implicações que isso gera em um contexto social marcado pelas mediações digitais e pelo imperativo da extração de dados. No cerne da questão está o indicativo da amplitude desmedida que as práticas de vigilância possuem neste momento, bem como os níveis de monitoramento aos quais elas conseguem chegar. Um exemplo disso, como argumenta Bruno *et al.* (2019), está no investimento contemporâneo maciço em processos algorítmicos dedicados a captura, análise e utilização de informações psíquicas e emocionais extraídas a partir dos nossos dados e ações em plataformas digitais, tendo como objetivo a modulação comportamental.

Por meio desta lógica, denominada por Bruno *et al.* (2019) de economia psíquica dos algoritmos, as nossas informações pessoais passam a estar atreladas não apenas a fins securitários, mas também à predição e orientação de comportamentos que vão desde estratégias voltadas ao consumo de produtos até à indução de votos em campanhas políticas. Isso tudo através dos dados que são captados tendo como base nossas ações no mundo digital. De modo semelhante, Silveira (2019) destaca o papel que os algoritmos preditivos assumem nesse

²⁸ Apesar de não ser um dos objetivos da tese se debruçar sobre a relação histórica existente entre mídia e medo, é importante reconhecê-la, apontando assim para a possibilidade de discussões futuras acerca do tema.

contexto, ao aprimorarem a capacidade de tratar e analisar as informações obtidas nas plataformas digitais, tendo como resultado a construção de amostras que permitem as empresas de marketing, por exemplo, atingirem com precisão o público que buscam influenciar.

Os sistemas algorítmicos filtram e classificam as palavras-chave das mensagens, detectam sentimentos, buscam afetar decisivamente os perfis e, por isso, organizam a visualização nos seus espaços para que seus usuários se sintam bem, confortáveis e acessíveis aos anúncios que buscarão estimulá-los a adquirir um produto ou um serviço. (...) Assim, ficamos quase sempre em bolhas – que prefiro chamar de amostras –, filtradas e organizadas conforme os compradores, ou melhor, anunciantes (Silveira, 2019, p. 21).

O imperativo da extração de dados e da modulação comportamental permeia assim as ações digitais, chegando aos mais diferentes âmbitos e momentos das nossas vidas, incluindo a velhice e indo além do âmbito da saúde. Os algoritmos “(...) são incansáveis também quando os velhos compram, pesquisam ou se relacionam em redes sociais. Não por coincidência, dados de buscas e rastros de compras dessa faixa etária integraram o relatório gerado pela Google, em 2019” (Sanz; Pessoa, 2020, p. 88). Essa ampliação e diversificação das arquiteturas de extração de dados dialoga com a necessidade percebida pelos chamados capitalistas de vigilância (Zuboff, 2018; 2020) em acomodar novas fontes de informações comportamentais, privilegiando, na maior parte do tempo, os interesses de ordem financeira.

Como podemos perceber, apesar de os dados extraídos a partir das interações que estabelecemos com dispositivos e plataformas digitais servirem também para o aprimoramento dos produtos e serviços que nos são oferecidos, melhorando a nossa experiência enquanto usuários, há uma parte considerável desse material capturado que acaba sendo declarado como superávit comportamental²⁹. Assim, ao mesmo tempo em que as nossas necessidades por uma vida mais eficaz e menos complicada são atendidas, temos os nossos dados comportamentais sendo apreendidos com o objetivo de garantir lucros financeiros para terceiros. Nessa lógica, o nosso futuro é predito a fim de gerar ganhos para os outros.

É o que faz o Google, segundo Zuboff (2020). De acordo com a pesquisadora, a empresa deixou de utilizar os dados extraídos dos seus usuários apenas para o aprimoramento

²⁹ O superávit comportamental pode ser entendido como aquela informação a mais que deriva dos processos de extração de dados voltados a melhorar a experiência dos usuários em plataformas digitais. Por exemplo: “(...) além de palavra-chave, cada busca no Google produz em seu encalço dados colaterais como o número e o padrão dos termos de busca, como uma busca é formulada, ortografia, pontuação, tempo de visualização em uma página, padrões de clique e localização. A princípio, esses subprodutos comportamentais eram armazenados a esmo e ignorados do ponto de vista operacional” (Zuboff, 2020, p. 85). Entretanto, percebeu-se que através desses dados era possível evidenciar um amplo panorama do comportamento humano (seus pensamentos, sentimentos, interesses) em torno de cada ação on-line. “As matérias-primas que haviam sido usadas com o único intuito de melhorar a qualidade da busca agora seriam usadas também a serviço de dirigir a publicidade a usuários individuais” (Zuboff, 2020, p. 93).

do serviço disponibilizado (o que ela chama de reinvestimento do valor comportamental), e passou a mobilizá-los também com o intuito de melhorar a lucratividade de anúncios tanto para o próprio Google quanto para os seus anunciantes.

(...) o Google não faria mais mineração de dados comportamentais estritamente para melhorar o serviço para seus usuários, e sim para ler as mentes destes a fim de combinar anúncios com seus interesses, que, por sua vez, eram deduzidos dos vestígios colaterais do comportamento on-line. Com o acesso exclusivo do Google aos dados comportamentais, seria possível então saber o que um indivíduo *específico*, num tempo e espaço específicos, estava pensando, sentindo e fazendo. [...] Esses novos dados significavam que não haveria mais espaço para suposições e bem menos desperdício no orçamento para a publicidade. A certeza matemática substituiria tudo isso (Zuboff, 2020, p. 97, grifo do autor).

Dessa forma, e como temos argumentado, nos parece que as iniciativas de arquivar, conhecer e classificar os indivíduos não possuem o mesmo sentido e objetivos das práticas de monitoramento social de outras épocas. Nesse contexto, não temos mais apenas o controle e a segurança como aspectos definidores, apesar de, obviamente, continuarem existindo. A esse respeito, gostaríamos de destacar o entendimento de Bruno (2013) ao defender o argumento de que a vigilância contemporânea se exerce e se legitima a partir de três circuitos principais que se retroalimentam, sendo eles: 1) os circuitos de segurança e controle; 2) os circuitos de visibilidade midiática; 3) os circuitos de eficácia informacional. Essa é uma perspectiva teórica que guarda semelhanças com a defendida por Lyon (2018), conforme apresentamos anteriormente, mas que ao estabelecer e denominar a existência de um circuito de visibilidade midiática no campo das práticas de vigilância, acaba por evidenciar a aproximação que é central para esta pesquisa, envolvendo as iniciativas de videovigilância e a produção telejornalística.

Ao olharmos para cada um desses circuitos, podemos encontrar pistas que nos mostram as vias pelas quais a vigilância se torna naturalizada, aceitável e requerida nos dias atuais. A começar pela noção de risco que, segundo Bruno (2013), orienta atualmente grande parte das políticas e tecnologias de segurança e vigilância. A sedimentação da noção de risco em nossa sociedade gera como consequência a autorização e até mesmo o requerimento de dispositivos que ampliem o esquadramento dos espaços e dos sujeitos, funcionando como uma espécie de resposta para a redução de ocorrências negativas futuras. Em conformidade com esta perspectiva, Lyon (2010) destaca que após o 11 de Setembro³⁰ inúmeros esquemas de

³⁰ Os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001 foram realizados por membros da Al-Qaeda (grupo fundamentalista islâmico), provocando milhares de mortes na cidade de Nova York (EUA). Na ocasião, 04 aviões comerciais foram tomados pelos sequestradores durante o voo. Com o controle das aeronaves em mãos, os terroristas se lançaram contra as Torres Gêmeas e o Pentágono. Um outro alvo do atentado era o Capitólio, mas que não chegou a ser atingido, já que o avião utilizado para a ação caiu.

vigilância passaram a ser aceitos sem maior resistência, indicando, de uma forma geral, que os indivíduos os aceitam por entenderem que este é o preço a ser pago para se ter segurança.

Ao mesmo tempo, entretanto, coexiste ao lado da dimensão securitária vetores de prazer, entretenimento e sociabilidade derivados, principalmente, a partir das ações desempenhadas nas redes sociais, na exposição da intimidade em realty como o *Big Brother*, no “show do eu”, para utilizar uma expressão de Sibilia (2008). “Ver e ser visto ganham aqui sentidos atrelados à reputação, pertencimento, admiração, desejo, conferindo à visibilidade uma conotação prioritariamente positiva, desejável, que ressoa nos sentidos sociais que a vigilância assume hoje” (Bruno, 2013, p. 47). Revela-se, nesse sentido, subjetividades que consideram a vigilância como algo aceitável e necessário para que se obtenha a visibilidade requerida.

Ver e ser visto não implica apenas circuitos de controle, mas também de prazer, sociabilidade, entretenimento, cuidado consigo e com o outro. [...] Se os dispositivos de visibilidade modernos escavavam uma subjetividade interiorizada que, a partir do olhar do outro, instaurava a autovigilância, hoje parece estar se constituindo uma subjetividade exteriorizada, em que as esferas do cuidado e controle de si se fazem na exposição pública, no alcance do olhar, escrutínio ou conhecimento do outro (Bruno, 2013, p. 67).

Se inscreve ainda nesta vertente, e que, aliás, é o foco desta pesquisa, a adoção das imagens de acontecimentos flagrados por câmeras de vigilância pelo telejornalismo. Por meio da captura do excepcional, do inesperado ou até mesmo do rotineiro/banal, revela-se um olhar voyeurístico que deriva dos circuitos de controle e segurança, mas que ganha contornos de entretenimento (nas redes sociais) e de efeitos de real (no jornalismo) em virtude do movimento que estas cenas fazem ao extrapolar as salas de controle (onde são geradas e gerenciadas) e ganharem novos espaços através do compartilhamento público.

Por último, a terceira via de legitimação da vigilância está vinculada aos sistemas de eficácia informacional que, conforme vimos, se materializam especialmente através das plataformas digitais que nos rodeiam. Em virtude das necessidades que apresentamos ao buscarmos uma vida mais eficaz junto às tarefas diárias (no trabalho, em casa, na escola etc.), passamos a lidar de modo natural com dispositivos e aplicativos que atendem nossas demandas, mas que ao mesmo tempo agem de forma preditiva e proativa a partir da extração dos nossos dados. Por meio dos rastros digitais deixados por nós e coletados pelas plataformas, somos monitorados, classificados e individualizados, gerando como resultado disso processos preditivos e proativos que pretendem direcionar as nossas escolhas (Bruno, 2013).

Assim, para Bruno (2013), a vigilância contemporânea possui um caráter multifacetado e uma significação social plural, reunindo em torno de si não somente as dimensões da segurança, do cuidado, do temor e da suspeição, como se imagina muitas das

vezes. Ao contrário, ela se faz “(...) também intensamente presente nos circuitos de entretenimento e prazer, como nos mostram os reality shows, os sites de compartilhamento de vídeo e imagem, as redes sociais, setores do jornalismo impresso e do telejornalismo (...)” (Bruno, 2013, p. 34). É exatamente por isso que a pesquisadora propõe a noção de vigilância distribuída, buscando entendê-la como uma prática que não se constitui de maneira unificada ou atribuída a intenções e prescrições ordenadas a partir de um único centro de controle, ainda que, em alguns momentos, as diversas informações derivadas de tais iniciativas (públicas ou privadas) sejam compartilhadas entre si e sirvam para atender a objetivos em comum, principalmente no campo da segurança pública.

As atuais práticas de vigilância contam com uma imensa e crescente diversidade de tecnologias, discursos, medidas legais e administrativas, instituições e corporações, enunciados e empreendimentos científicos, midiáticos, comerciais, políticos, etc. Tais elementos não são apenas diversos, mas também distribuídos (Bruno, 2013, p. 19).

Cultura da vigilância (Lyon, 2018) e vigilância distribuída (Bruno, 2013) são conceitos que nos ajudam a compreender as práticas de monitoramento social em um sentido mais amplo, olhando para o fenômeno como um todo. Mas é somente levando em consideração os aspectos do cenário sociotecnológico apresentados acima, a partir de uma visão panorâmica, que podemos avançar e focalizar o olhar em uma iniciativa específica que integra a vigilância contemporânea: as câmeras de videomonitoramento.

3.2 As câmeras de vigilância e as novas margens do visível

No dia 20 de abril de 2018, o Município de Juazeiro do Norte³¹ foi incluído no Território do Pacto por um Ceará Pacífico. O programa, desenvolvido pelo Governo cearense, surgiu com a proposta de viabilizar ações sociais de acolhimento às populações mais vulneráveis e de enfrentamento à violência em diferentes regiões do Estado. Durante a assinatura do Termo de Compromisso Institucional, realizada na cidade caririense, o ex-governador Camilo Santana e a então vice-governadora Izolda Cela anunciaram as ferramentas que seriam disponibilizadas com a implementação do projeto, o que incluía o aumento do efetivo de policiais militares, entrega de 19 novas viaturas, uma Base Móvel da PM e 17 câmeras de videomonitoramento³².

³¹ Juazeiro do Norte está localizada na Região Metropolitana do Cariri, no Sul do Ceará. Fica distante 491 km da capital Fortaleza, e possui uma população estimada pelo IBGE, no censo de 2022, de 286.120 pessoas.

³² Para mais informações, basta acessar: <https://bit.ly/3km59BO>

Na ocasião, o público que se fazia presente no Largo do Socorro teve a oportunidade de acompanhar e interagir em tempo real com os equipamentos de videovigilância. Sob o comando do ex-governador cearense, as imagens captadas pelos dispositivos instalados em diferentes pontos de Juazeiro do Norte foram sendo exibidas e as capacidades técnicas demonstradas diante de todos. “Nós temos aí a câmera número 1, lá na Praça do Giradouro. A câmera ela gira 360°, ela aproxima, faz uma leitura da placa [de veículos]. (...) quando a câmera faz a leitura da placa, imediatamente ela já envia para a central, e a gente sabe se aquele carro é roubado, se é de outro Estado (...)”³³. O mesmo procedimento foi repetido, mostrando diversas outras áreas da cidade.

Ao mesmo tempo em que se apresentava a ubiquidade dos equipamentos pelo território urbano juazeirense, eram destacadas também as possibilidades de aplicação de zoom e a mobilidade do olhar eletrônico que girava para cima, para baixo e para os lados sem parar. Em determinado momento, enquanto mostrava as imagens geradas pela câmera de vigilância instalada próxima ao 2º Batalhão de Polícia Militar, o ex-governador pediu: “Aproxima aí, faz uma aproximação dessa mulher que está andando aí [na rua]. Aproxima dela aí. Alguém conhece aí? Está no solzinho, com um guarda-chuva. Ela nem imagina que está sendo acompanhada”³⁴. Antes de finalizar o evento, o público presente ainda teve a “oportunidade” de aparecer nas imagens e acenar para uma das câmeras, já que a área na qual estava acontecendo a atividade também era monitorada. “Aqui a câmera do evento. Vê se dá pra ver aqui o Arnon [Bezerra]. Dá um tchauzinho o pessoal aí do lado esquerdo. Uma salva de palmas aí para esse novo equipamento”³⁵.

Esse exemplo, apesar de parecer banal, evidencia muitas das dimensões que caracterizam a natureza das câmeras de vigilância. Gostaríamos de começar pelo aspecto securitário. De acordo com Melgaço (2010), vivenciamos na atualidade uma psicoesfera do medo, derivada das sensações de insegurança que permeiam o nosso cotidiano.

O medo passa a fazer parte do imaginário coletivo e isso altera o cotidiano das pessoas e a maneira como usam o território. Se o medo sempre existiu, é certo que no período atual da globalização ele tem tomado proporções inéditas, sendo disseminado e

³³ Fala do ex-governador do Estado do Ceará, Camilo Santana, durante lançamento do Território do Pacto por um Ceará Pacífico, Juazeiro do Norte, em 20 abr. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3h2SfdV>

³⁴ Fala do ex-governador do Estado do Ceará, Camilo Santana, durante lançamento do Território do Pacto por um Ceará Pacífico, Juazeiro do Norte, em 20 abr. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3h2SfdV>

³⁵ Fala do ex-governador do Estado do Ceará, Camilo Santana, durante lançamento do Território do Pacto por um Ceará Pacífico, Juazeiro do Norte, em 20 abr. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3h2SfdV>

reproduzido. A psicoesfera do medo é, assim, uma imaterialidade ativa, pois condiciona as ações e altera formas (Melgaço, 2010, p. 106).

Uma das consequências deste cenário é o desenvolvimento e a instalação de uma “tecnoesfera da segurança” (Melgaço, 2010) – o que envolve todo tipo de materialidade técnica em busca do ideal de segurança – e a inevitável geração de “territórios securitizados” (Firmino, 2018). Temos assim um amplo aparato tecnológico (notadamente formado pelas Tecnologias da Informação e Comunicação – TICs) voltado ao monitoramento, identificação e controle dos movimentos, acessos e ações no espaço urbano. “(...) integração e coordenação, suportadas por uma pesada infraestrutura tecnológica, representam a nova prática de controle de fixos e fluxos” (Firmino, 2018, p. 74).

Em nossa perspectiva de estudo, entendemos as câmeras de vigilância enquanto uma das ferramentas sociotecnológicas que integram a tecnoesfera da segurança e evidentemente estruturam os territórios securitizados. A adoção desta visada de análise é possível de ser assegurada em virtude dos apontamentos que as apresentam como uma opção para a resolução dos riscos reais e imaginados que nos cercam. Para Bruno (2013), a lógica do risco aliada ao sentimento de insegurança torna a videovigilância quase autolegitimada, fazendo da sua presença algo praticamente requerido e autorizado pelos indivíduos. Por meio desse movimento, passamos a considerar territórios seguros aqueles que são “(...) vigiados, como mostram não apenas as políticas públicas de segurança, como as demandas por tecnologias de videovigilância por parte de grupos e indivíduos que se concebem como vítimas potenciais da violência” (Bruno, 2013, p. 43-44).

A respeito disso, é importante entendermos a própria dinâmica de como se deu o movimento de inserção das câmeras de vigilância no Brasil e como o discurso da segurança o atravessa. De acordo com Kanashiro (2006; 2008), a disseminação destes dispositivos de visibilidade em nosso país pode ser visualizada a partir de três momentos. No primeiro período (1982-1995), intitulado de “câmeras como uma sugestão”, estas aparecem ainda de forma tímida, sendo apresentadas como uma possibilidade de promover segurança apenas para instituições financeiras. Como constatado pela pesquisadora, as câmeras são postas em cena na legislação brasileira através da lei federal número 7.102, de 20 de junho de 1983, que dispunha sobre a segurança para estabelecimentos financeiros, além de definir normas para constituição e funcionamento das empresas particulares que exploram serviços de vigilância e de transporte de valores. Nesse cenário, a videovigilância era tratada como uma prática possível, entre tantas outras, que poderiam permitir uma maior proteção para empresas bancárias.

A partir da década de 1990, há uma mudança qualitativa e quantitativa em torno das proposições legais que possuem como foco o uso das câmeras de vigilância. Estas deixam de ser apenas uma sugestão e passam a ser vistas nesse segundo momento (1995-2003) como uma obrigatoriedade para espaços como as escolas, os hospitais, os shoppings centers, os estádios de futebol entre outros³⁶. Um dos argumentos usados para tal, como explica Kanashiro (2008), está vinculado ao propagado aumento da violência e do crime, gerando medo e insegurança para a população. Nota-se, dessa maneira, uma modificação sensível no cenário.

Se inicialmente, em 1983, a câmera era apenas um dos dispositivos possíveis para aumentar a segurança, e encontrava-se escondida em meio a uma lei que não a tinha como foco principal, a partir de meados da década de 1990, a câmera passa a ser o dispositivo por excelência e as proposições legais encontradas versam especificamente sobre sua obrigatoriedade, seja para o uso em estabelecimentos financeiros privados (como na lei 7102) ou em espaços de circulação pública (Kanashiro, 2006, p. 54).

Ocorre assim um deslocamento do lugar que as câmeras de vigilância passam a ocupar, contando agora com um entendimento que ajuda a legitimá-las e as inseri-las em espaços abertos ou de grande circulação pública. Esta perspectiva (de fortalecimento da ubiquidade do videomonitoramento) é acentuada, segundo Kanashiro (2006), no terceiro momento (a partir dos anos 2003) com a legislação brasileira apresentando reflexos do discurso norte-americano de segurança e combate ao terrorismo, intensificado após os ataques de 11 de setembro. Um exemplo desse quadro histórico pode ser visto na lei 10.935, de 12 de agosto de 2004, que abre crédito extraordinário aos orçamentos fiscal e de investimento da União, em favor dos Ministérios da Justiça, dos Transportes e da Defesa, para fins de implementação de sistemas de segurança portuária em exigência ao Código de Segurança para Portos e Embarcações (ISPS-Code) e pela Organização Marítima Internacional (OMI). Dessa maneira, “o período marcado pelo combate ao terrorismo apresenta os mecanismos de monitoramento, vigilância e controle de acesso como imprescindíveis para a sobrevivência, multiplicando-os e popularizando-os na mídia e nas feiras de segurança” (Kanashiro, 2006, p. 63).

Apesar da notória relevância dos estudos empreendidos por Kanashiro (2006, 2008), precisamos ter sempre em mente que os processos envolvendo a utilização de aparatos tecnológicos de videovigilância estão em constante atualização, fazendo surgir a cada momento novas dinâmicas de captação de conteúdo imagético e de possibilidades para o fortalecimento

³⁶ Importante destacar que esse é um período marcado pelo *boom* da disseminação dos sistemas eletrônicos de segurança no Brasil, impulsionados pela modificação na legislação dos impostos sobre importação e a consequente diminuição do custo para se adquirir equipamentos do tipo.

do discurso securitário, os quais merecem a nossa atenção. Parece-nos que temos agora um estágio no qual a mobilidade técnica dos equipamentos também passa a integrar/caracterizar os modos de funcionamento da videovigilância. É o caso das câmeras corporais (também conhecidas como *body cams*) utilizadas por corporações policiais no Brasil e em países do exterior. Em reportagem produzida no mês de outubro de 2021, o programa televisivo Fantástico³⁷ apresentou um panorama de como a adoção do dispositivo de visibilidade, que vai acoplado ao uniforme de PMs, havia despontado, naquele momento, como uma forma de proteger o policial em sua atividade diária e garantir mais segurança para os cidadãos.

Esse duplo benefício seria gerado em virtude de as gravações obtidas pela câmera corporal exporem, através de áudio e vídeo, e de forma ininterrupta, as ações policiais. Isso, na perspectiva do comandante-geral da Polícia Militar de Santa Catarina, Dionei Tonet, citado pela reportagem do Fantástico, estaria provocando uma mudança comportamental tanto do agente de segurança, quanto do cidadão. Assim, ao terem consciência de estarem sendo filmados em tempo real, ambas as partes estariam mais propensas a manterem atitudes condizentes com o ato de estarem sob vigilância. Esse aspecto também é destacado em relatório do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC)³⁸, quando menciona que “ao contrário de muitas outras formas de tecnologia utilizadas no policiamento, as câmeras corporais podem servir tanto como evidências para a aplicação da lei quanto podem adquirir função de responsabilidade pública e transparência nas ações policiais” (Lima, 2022, p. 6).

De modo adicional, podemos citar também os resultados verificados no território paulista que, após a adoção da ferramenta (posta em prática, de fato, em 2021), apresentou redução considerável no número de mortes decorrentes da atividade policial. Relatório do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, citado em matéria do jornal O Globo (de 02 de agosto de 2024), identificou queda de 62,7% na letalidade policial, entre 2019 e 2022, principalmente nas regiões paulistanas em que os dispositivos de visibilidade estavam em uso. De modo semelhante, a Fundação Getúlio Vargas (FGV) apontou que as câmeras corporais foram responsáveis diretamente por 57% de redução no número de mortes decorrentes de intervenção policial e queda de 63% nas lesões corporais causadas por policiais militares no estado de São Paulo. Por fim, e ainda no mesmo texto de O Globo, é mencionado estudo do Instituto Sou da

³⁷ Para assistir a reportagem na íntegra, basta acessar o seguinte link: <https://glo.bo/3o4W2IR>

³⁸ O Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC) surgiu no ano de 2000 e está vinculado à Universidade Cândido Mendes, no Rio de Janeiro. O estudo completo, sobre câmeras corporais, realizado pelo “O Panóptico” pode ser acessado através do link: <https://bit.ly/3IoYZ1u>

Paz, no qual é informado que os casos de mortes de jovens entre 15 e 24 anos caíram 46% após a implementação dos equipamentos³⁹.

Há que se destacar, todavia, algumas das preocupações/desafios envolvendo o uso das câmeras corporais, que podem abranger desde questões técnicas, até outras de ordem social. Podemos mencionar, assim, o questionamento de se o tipo de equipamento utilizado pelos agentes de segurança pública possui, ou não, a opção de desligar e interromper a gravação em alguns momentos (o que modificaria a natureza do conteúdo captado), ou se há o acionamento autônomo (para captura das cenas de forma contínua). Em nova reportagem, veiculada no dia 01 de dezembro de 2024, o Fantástico apontou, após analisar mais de 800 processos da Justiça do Rio de Janeiro (abrangendo os anos de 2023 e 2024), que em quase 500 deles, a Polícia Militar carioca não enviou as imagens das câmeras corporais ao Judiciário.

Conforme a reportagem, a PM do Rio apontou diversos motivos para não entregar os vídeos solicitados pela Justiça. Em cerca de 200 casos, a instituição admitiu que as imagens foram apagadas do sistema porque os policiais não acionaram o chamado botão “modo ocorrência”, que salva os arquivos por um ano e permite o acesso às cenas em um contexto temporal posterior ao da ocorrência. Isso inevitavelmente gerou dificuldades processuais em torno das investigações, impedindo assim que houvesse uma confirmação em torno das versões apresentadas para o fato em questão, tanto por parte da polícia, quanto da pessoa presa.

A perspectiva de dar autonomia aos profissionais que atuam nas forças de segurança pública, acerca da decisão de iniciar ou não a gravação da sua câmera corporal, apesar de parecer problemática, é uma tendência que também foi adotada recentemente pelo estado de São Paulo. O governo paulista iniciou, em dezembro de 2024, a implementação do uso de um novo modelo de câmera, o qual permite que o PM decida quando deve começar a gravar a ocorrência, diferindo da norma anterior em que os dispositivos acoplados às fardas policiais realizavam a gravação de forma ininterrupta. A decisão pode dificultar tanto investigações acerca de atos de violência policial, quanto diminuir a proteção legal dos profissionais que possam estar numa situação de risco e/ou ter a conduta adotada questionada. A previsão é de que até o final de 2025 estejam em uso 12 mil novas câmeras⁴⁰ no estado de São Paulo.

³⁹ Os dados descritos estão presentes em reportagem publicada pelo jornal O Globo, disponível para acesso através do link: <https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2024/08/02/letalidade-policial-dispara-em-sp-e-retorna-a-niveis-antiores-ao-uso-das-cameras-corporais.ghtml>

⁴⁰ As informações apresentadas constam em matéria veiculada pelo portal G1 e disponível para acesso através do link: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2024/12/03/apos-atraso-em-cronograma-pm-de-sp-preve-uso-de-novas-cameras-nas-fardas-de-policiais-ate-17-de-dezembro.ghtml>

Da mesma forma, temos que levar em consideração a política do ciclo de vida dos dados produzidos, o que engloba o local em que serão armazenadas as imagens, bem como quais profissionais terão acesso a esses dados.

A questão do acesso é central, sendo que a Polícia pode acessar o vídeo imediatamente, mas os civis gravados (e seus advogados) têm o acesso a essas imagens muitas vezes dificultado ou interditado. Além disso, os gestores públicos e a corporação policial podem liberar partes do vídeo seletivamente e em momentos específicos como uma estratégia de relações públicas para se proteger de alegações de má conduta, uso excessivo da força e vitimização de civis (Lima, 2022, p. 11-12).

Nesse sentido, é importante que a implementação de tecnologias securitárias como as que envolvem as câmeras corporais seja acompanhada de processos públicos transparentes, que estabeleçam parâmetros para o uso por parte das forças de segurança pública e, ao mesmo tempo, definam as regras de acesso dos conteúdos produzidos. Segundo levantamento do CEsC (2022), as câmeras corporais se encontram em fase de testes ou em uso efetivo em 8 estados brasileiros (São Paulo, Rondônia, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Sul e Acre) e em 4 municípios (Porto Alegre – RS, Curitiba – PR, São Joaquim do Monte – PE, e Poços de Caldas – MG).

Ainda nesse contexto de implementação das *body cams*, destaca-se a iniciativa do Ministério da Justiça e Segurança Pública do Brasil que lançou, em dezembro de 2023, uma consulta pública⁴¹ concernente à proposta de Portaria da Diretriz Nacional sobre Câmeras Corporais em Segurança Pública. A ideia do governo federal é definir orientações específicas acerca do uso do equipamento por parte dos órgãos de segurança pública no território brasileiro, representando assim “(...) o primeiro conjunto de regulamentações sobre o uso de câmeras corporais, com a finalidade de estabelecer critérios técnicos fundamentais para sua aplicação” (Brasil, 2023). Desse modo, a consulta pública proposta seria uma maneira de possibilitar a participação dos cidadãos no processo de aprimoramento e consolidação da Diretriz Nacional, enquanto documento legal responsável por determinar e unificar os modos de funcionamento das câmeras corporais pelos diferentes órgãos de segurança pública em nosso País.

É importante destacar, levando em conta o percurso histórico descrito acima, como os aparatos tecnológicos de segurança, e mais especificamente as câmeras de vigilância (enquanto foco do nosso interesse), são consolidadas como possibilidades concretas para a solução dos problemas de violência urbana, tendo o Estado um papel central na formatação dessa trajetória. Por meio da perspectiva crítica aqui proposta, entendemos que há uma forte

⁴¹ O acesso ao documento está disponível através do link: <http://tinyurl.com/97h9mrta>

mobilização por parte do poder público em defender a prática da videovigilância como elemento positivo, capaz de produzir bem-estar social. A respeito disso, podemos citar o exemplo da cidade de Fortaleza (CE)⁴². De acordo com matéria publicada em junho de 2018 pelo jornal impresso O Povo, em menos de quatro anos, o número de equipamentos de videomonitoramento na capital cearense aumentou em 1.109%. Conforme a reportagem: “Em menos de quatro anos, foram adquiridos [pelo poder público] 1.287 equipamentos de vigilância. Até o início de 2014 eram apenas 116, totalizando agora [2018] 1.403 câmeras” (Em menos [...], 2018). Em dezembro de 2018, esse número já havia sido ampliado, conforme notícia do Diário do Nordeste⁴³.

Na tentativa de reverter o aumento da violência, o Governo do Ceará tornou o Estado supervigiado. São 3.304 equipamentos de monitoramento instalados no Ceará. Só em Fortaleza, capital de 313,8 Km², há 2.543 câmeras instaladas. Os números mostram que, para cada Km², há, em média, oito máquinas capturando imagens de quem passa. Outras 761 câmeras estão em 42 municípios da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) e do interior (Ceará [...], 2018).

O número de câmeras gerenciadas pela Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social do Ceará (SSPDS/CE) atingiu a marca de 3.624 equipamentos em junho de 2022⁴⁴. A maneira como se dá a construção das marcas de fetichização e reificação das tecnologias de vigilância pode ser verificada de diferentes maneiras, seja nos eventos públicos que celebram a implementação de novos territórios securitizados, como o citado no início deste tópico, ou na produção de conteúdo publicitário que evidencia em tom de modernização os fluxos urbanos mediados pelo videomonitoramento. Podemos mencionar o caso do vídeo institucional referente ao projeto Zoom Cidade + Segura⁴⁵, do Governo do Estado do Ceará. A peça, que conta com 01 (um) minuto de duração, tem como proposta central evidenciar para a população cearense as possibilidades positivas trazidas pelos equipamentos de videovigilância ao serem utilizados no cotidiano de uma grande cidade como Fortaleza (CE) e em municípios do Interior.

Destacando uma série de abordagens policiais em ruas e avenidas como um feito possível graças às ações de inteligência aliadas à tecnologia, o vídeo apresenta profissionais da

⁴² A capital cearense possui uma população, segundo o Censo 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2.428.678 pessoas, o que a coloca entre as 5 mais populosas do Brasil. Ainda de acordo com dados divulgados pelo Censo 2022 do IBGE, Fortaleza ocupa a 11ª posição entre os municípios brasileiros com maior PIB do país. Para mais informações: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/fortaleza/panorama>

⁴³ Para acessar a matéria na íntegra, basta clicar em: <https://bit.ly/2ZT1DYU>

⁴⁴ Para mais informações, basta acessar: <https://bit.ly/3jFgDU6>

⁴⁵ Para assistir o vídeo referente ao projeto “Zoom Cidade + Segura”, basta acessar: <https://bit.ly/3jGRRxn>

segurança pública em uma ampla sala de controle e diante de diversos monitores que exibem ininterruptamente imagens do fluxo da cidade. A narração em off explica: “São em salas como essa que tudo é monitorado pelo SPIA, e as informações sobre os veículos suspeitos são passadas para as viaturas. Além disso, as informações de vários órgãos são integradas e acessíveis a toda hora, facilitando a investigação policial”. Apesar de não citar quais seriam os órgãos que trabalham de forma integrada, podemos acompanhar, através das imagens exibidas, cenas com profissionais do Corpo de Bombeiros, SAMU e Perícia Forense, além de claro Polícia Militar e Civil.

Figura 2 - Frame do vídeo institucional” Zoom Cidade + Segura”



Fonte: Canal do YouTube da SSPDS/CE (2018)

É importante ressaltar que centros de controle como este são estruturas fundamentais na arquitetura funcional dos processos de securitização urbana. Como nos lembra Cardoso (2018), eles ganharam evidência no Brasil em virtude da realização da Copa do Mundo de Futebol de 2014, quando na ocasião foram construídos 12 Centros Integrados de Comando e Controle (Ciccs), um em cada cidade-sede⁴⁶. O objetivo era permitir, a partir de um único espaço, a integração e coordenação de diferentes órgãos municipais, estaduais e federais responsáveis pela segurança durante o evento.

No caso do Ceará, essa dinâmica é encontrada na Coordenadoria Integrada de Operações de Segurança (CIOPS), onde 12 órgãos trabalham em conjunto. Em entrevista concedida no mês de julho de 2021, ao telejornal CETV 1ª Edição, o então Secretário da Segurança Pública e Defesa Social do Ceará (SSPDS), Sandro Caron, explicou que existia uma expectativa voltada à instalação de mais câmeras de segurança nos municípios cearenses, além

⁴⁶ Após a realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014, o governo federal inaugurou Ciccs em todas as capitais do Brasil.

do empenho constante na implementação de novas tecnologias. “O Agilis⁴⁷ é uma ferramenta de cercamento eletrônico, de alta tecnologia. Ele faz o que chamamos de cerco inteligente. Ele vem para se somar ao SPIA⁴⁸, que ainda é utilizado. Então os dois são funcionalidades dentro do sistema de videomonitoramento”.

Apesar de trazermos de forma mais evidente o contexto de implementação das câmeras de vigilância no Ceará, é importante entendermos que esta, enquanto política pública, acaba se tornando um modelo a ser compartilhado continuamente e por diferentes governantes. Como nos fala Norris (2012), os investimentos públicos se tornaram um fator significativo para o desenvolvimento de infraestruturas locais voltadas a instalação de tais equipamentos. A crença na eficácia presumida e a facilidade em potencializar o trabalho das equipes de segurança são fatores que agem diretamente no aumento da sua popularidade. “Em comparação com o patrulhamento a pé, a videovigilância permite supervisionar espaços maiores com a mesma quantidade de pessoal e, por isso, as novas tecnologias de vigilância são muito apreciadas, por exemplo, pela polícia” (Koskela, 2000, p. 244, tradução nossa)⁴⁹.

Soma-se a isso o entendimento de que os sistemas de videomonitoramento são capazes de promover além da detecção, a dissuasão de condutas voltadas ao cometimento de infrações. Ou seja, a partir do momento em que temos consciência de estarmos sendo filmados, a probabilidade de cometermos um crime seria, em tese, menor. A lógica de pensamento utilizada nesse caso é semelhante àquela encontrada na aplicação do modelo panóptico, da sociedade disciplinar (Foucault, 2014), onde incute-se no indivíduo a sensação de que ele está sendo continuamente vigiado. Como explica Koskela (2000, p. 253), “a condição panóptica da videovigilância impõe a autovigilância. (...) Este é exatamente o argumento político utilizado para apoiar a instalação de novas câmeras e defender a expansão da vigilância eletrônica: afirma-se que é fácil e eficaz”. Essa é a justificativa utilizada, por exemplo, pelo ex-governador do Estado do Ceará, Camilo Santana, ao investir na implementação destes equipamentos. “O

⁴⁷ O Agilis consiste em um sistema capaz de integrar inúmeros bancos de dados, servindo como fonte ágil para a identificação, por exemplo, de veículos automotores que tenham sido utilizados em práticas criminosas. Além disso, a ferramenta apresenta mapas interativos, imagens, ícones e diversas informações que potencializam o trabalho de prevenção e investigação dos agentes da segurança pública. Mais informações: <https://bit.ly/3jwWgGe>

⁴⁸ O Sistema Policial Indicativo de Abordagem (SPIA) utiliza inteligência artificial com o intuito de identificar veículos roubados, furtados ou clonados a partir do acompanhamento em tempo real por videomonitoramento. A ferramenta foi desenvolvida pela Polícia Rodoviária Federal (PRF) em parceria com a SSPDS/CE e a Universidade Federal do Ceará (UFC). Para mais informações: <https://bit.ly/3gO5LiC>

⁴⁹ No original: “Compared to patrolling by foot, video-surveillance makes it possible to oversee larger spaces with the same amount of personnel and, therefore, new surveillance Technologies are usually greatly appreciated, for example, by the police” (Koskela, 2000, p. 244).

nosso objetivo é prevenir que crimes aconteçam, que com a presença das câmeras [de vigilância] quem tiver a intenção de cometer um ato ilícito pense duas vezes antes de fazer, porque sabe que pode estar sendo monitorado”⁵⁰.

É válido ressaltar que as políticas públicas voltadas à implementação das práticas de videovigilância costumam trabalhar com a perspectiva do consenso social. Ou seja, quando equipamentos de visibilidade são instalados, busca-se construir uma narrativa que aponte a sua presença como algo benéfico para a população, evitando percepções, por parte dos cidadãos, de ordem negativa ou críticas à presença de tecnologias que podem gerar maior controle da população e diminuição da privacidade. Tal perspectiva discursiva tem sido adotada também pelo atual Governador do Ceará, Elmano de Freitas. Em evento ocorrido no mês de agosto de 2023, no qual realizou a inauguração de base do Comando de Policiamento de Rondas e Ações Intensivas e Ostensivas (CPRaio) da Polícia Militar do Ceará, no Município de Forquilha (CE)⁵¹, o gestor cearense anunciou a implementação de uma central de videomonitoramento para a cidade, que contará com 15 câmeras, afirmando que a chegada dos equipamentos representava “(...) o fortalecimento do sistema de segurança para que o povo de Forquilha tenha o que merece: paz e tranquilidade” (CPRaio [...], 2023)⁵².

Muitas vezes, entretanto, o fascínio gerado por tais mecanismos acaba criando ilusões e determinismos tecnológicos que creditam a simples instalação de uma câmera de vigilância o poder de resolver as questões envolvendo a segurança urbana. Como nos alerta Melgaço (2010), o recurso à videovigilância tem sido uma das respostas imediatas que a nossa sociedade encontra para as situações de medo. Porém, é necessário discutir a real eficiência desse tipo de monitoramento no combate ao crime, bem como os desdobramentos da sua utilização.

No caso do Ceará, houve, de 2015 em diante, um fortalecimento dos investimentos públicos nas ferramentas de videovigilância, o que teria provocado uma diminuição no número de roubos e furtos no Estado, como também um aumento na recuperação de veículos. De acordo com dados oficiais da Superintendência de Pesquisa e Estratégia de Segurança Pública

⁵⁰ Fala do ex-governador do Estado do Ceará, Camilo Santana, durante solenidade na sede da Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS), Fortaleza, em 03 jul. 2018. Mais informações: <https://bit.ly/3jwynyE>

⁵¹ De acordo com dados do Censo IBGE 2022, o município de Forquilha (CE) possui uma população de 24.173 pessoas.

⁵² Fala do governador do Estado do Ceará, Elmano de Freitas, durante solenidade no Município de Forquilha (CE). Mais informações: <https://www.sspds.ce.gov.br/2023/08/03/cprao-no-ceara-chega-a-75-unidades-com-base-inaugurada-no-municipio-de-forquilha/>

(Supesp), de janeiro a agosto de 2021, o Ceará registrou uma redução de 23% no número de roubos e furtos de veículos⁵³. Em períodos anteriores, o percentual de veículos recuperados chegou a 80,9% em 2018 e 74% em 2019. Segundo o então titular da SSPDS/CE, Sandro Caron, os resultados são fruto de um trabalho operacional do policiamento preventivo e ostensivo, alinhado ao uso de ferramentas tecnológicas no videomonitoramento, como o Agilis e o SPIA.

Outra discussão que também pensamos ser central está vinculada ao uso que é feito destes dispositivos de visibilidade a partir de iniciativas privadas, e não apenas governamentais, como forma de vigiar espaços públicos.

As câmeras operadas pelo setor privado superam as usadas pelas autoridades. Superficialmente, o aumento da vigilância pode facilmente ser mal interpretado como aumento do poder por parte das autoridades, mas, na verdade, a situação pode ser bem oposta: as autoridades têm muito pouco controle sobre como e onde a vigilância é usada. Isso significa que as relações de poder relativas à vigilância são muito complexas (Koskela, 2000, p. 252, tradução nossa)⁵⁴.

De acordo com Kanashiro (2008), há uma noção compartilhada socialmente que baseia a aquisição da segurança como uma preocupação de ordem individual, dado o aumento do crime e da violência, além da ineficiência do Estado em garantir o direito de ir e vir dos cidadãos. Nesse contexto, passamos a ter câmeras de vigilância sendo instaladas também por particulares, com o intuito de proteger a entrada e saída de moradores de condomínios e residências; frequentadores de determinados pontos comerciais (academias, padarias, mercadinhos etc.); ruas e bairros de cidades e assim por diante. Adota-se, dessa maneira, toda uma materialidade técnica concernente ao ideal da segurança, mas que se encontra parcial ou completamente desvinculada dos centros de controle operados pelo poder público.

Gostaríamos de citar um exemplo bastante representativo a respeito disso, encontrado no Município do Crato (CE)⁵⁵. De acordo com matéria⁵⁶ veiculada no dia 28/09/2021, pelo CETV 2ª Edição (telejornal produzido também pela TV Verdes Mares), os moradores do Mirandão decidiram, por conta própria, instalar 15 câmeras de vigilância em ruas localizadas no entorno da praça principal do bairro. A iniciativa, coordenada pela Associação

⁵³ Para mais informações, basta acessar: <https://bit.ly/3d5KLkY>

⁵⁴ No original: “Cameras operated by the private sector outnumber those used by the authorities. On the surface, increased surveillance can easily be misconstrued as increased power on the part of the authorities but, in fact, the situation can be quite the opposite: the authorities have very little control over how and where surveillance is used. This means that the power-relations concerning surveillance are very complex” (KOSKELA, 2000, p. 252).

⁵⁵ O Município do Crato está localizado na região do Cariri, ao Sul do estado do Ceará. Sua população é estimada, de acordo com dados do IBGE, em 131.050 pessoas.

⁵⁶ Para assistir a reportagem na íntegra, basta acessar: <https://globoplay.globo.com/v/9893142/>

dos Moradores do Mirandão e Conjunto Conviver (AMMICC), foi pensada com o intuito de garantir mais tranquilidade aos residentes da área, bem como prevenir ações criminosas. Os custos para promover a empreitada são divididos entre cerca de 140 moradores, comprometidos a pagar uma taxa mensal de R\$35,00. De acordo com o presidente da associação de moradores, Rhuan Maia, “(...) é dever do Estado oferecer segurança para a sociedade. No entanto, a gente sabe também que é responsabilidade da sociedade de contribuir com essa segurança. A gente sabe que o Estado não é onipresente, nem onipotente”.

É interessante perceber, a partir da afirmação acima, como se estabelece um processo de responsabilização individual em relação à garantia da segurança. Ou seja, apesar da segurança pública ser reconhecida, de acordo com o Art. 144 da Constituição Federal, como um dever do Estado em prol da coletividade, o que vemos a partir do exemplo citado é a inserção de cidadãos, de contribuintes no cenário das práticas securitárias. Vale destacar que essa iniciativa localizada na cidade do Crato conta com o consentimento do Estado, pois, como destaca a reportagem, qualquer bairro pode fazer o mesmo que os moradores do Mirandão. De acordo com o então Secretário da Segurança Pública do Município, Coronel Jarbas Freire, parcerias entre o poder público e associações comunitárias são perfeitamente possíveis. Inclusive, as imagens geradas pelo sistema de videomonitoramento além de poderem ser acessadas através dos celulares dos moradores conveniados, também são compartilhadas automaticamente com o Centro Integrado de Operações e Emergências Municipais do Crato, órgão vinculado à Secretaria da Segurança Pública municipal. Tal fato nos parece gerar um verdadeiro borramento das dimensões que estabelecem os limites de atuação das práticas de videovigilância públicas e privadas no Brasil, complexificando ainda mais a discussão.

Além disso, situações deste tipo, onde há uma ação intencional voltada ao controle do espaço público por parte de entes privados, têm nos colocado, apontam Firmino e Duarte (2016) e Firmino (2018), diante de uma nova camada territorial vista como dispersa, descentralizada e não negociada. A perspectiva adotada pelos autores aponta a existência material de três camadas territoriais, podendo se sobreporem e se complementarem. A primeira delas seria constituída pelas regras comuns e limites espaciais (arquitetônicos, geográficos) definidos e estabelecidos a partir de acordos negociados socialmente. Nos casos em que o acordo social não é consensual, ele pode acabar sendo imposto por meio da força física. “Um aparato institucional e legal é constituído com a finalidade de garantir a integridade dos limites territoriais e os comportamentos sob controle nos domínios desses limites” (Firmino, 2018, p. 77).

Uma segunda camada territorial passa a ser forjada com as possibilidades de controle oferecidas pelas chamadas tecnologias da informação e comunicação (TICs), sendo esta constituída digitalmente, baseada na apreensão, codificação e gestão de dados e informações. É nesse contexto que as estratégias de coordenação integrada das diferentes áreas e campos envolvendo o espaço urbano se encontram e ganham um aspecto “inteligente” ao gerirem digitalmente amplos dados e informações voltados à otimização e eficiência das cidades. Nessa camada são codificados e comparados diversos dados (seja do fluxo de pessoas, de veículos), proporcionando assim indicativos que servem de análise para a gestão e controle de ações a serem desencadeadas cotidianamente sobre o território. Os sistemas de videomonitoramento operados pelo poder público costumam integrar essa estrutura.

A terceira camada, por outro lado, se encontra longe do alcance do poder de fiscalização e atuação do Estado. Trata-se das tecnologias de vigilância e securitização voltadas ao controle, em especial, do espaço público, mas gerenciadas por atores privados.

O setor privado e, em alguns casos, residentes agindo de maneira privada passam a atuar como “co-operadores” do sistema de controle de fixos e fluxos da cidade. Na América Latina, principalmente, uma constelação de pequenas, médias e grandes empresas de segurança privada – e, em muitos casos, indivíduos, cidadãos comuns – comanda, completamente separada do Estado, o monitoramento de espaços supostamente ou originalmente públicos e que deveriam estar livres de qualquer tipo de controle privado. Por espaços públicos, aqui, entendem-se ruas e praças que formam o interstício do tecido urbano entre propriedades privadas. Essa prática de gestão privada de espaços públicos pode ser entendida como a terceira camada territorial na construção de territórios urbanos (...) (Firmino, 2018, p. 77-78).

Obviamente, a terceira camada territorial não é composta apenas pelas câmeras de vigilância, mas de um amplo leque de elementos securitários, tais como as cercas elétricas, guaritas, cercas militares, que são incorporados à linguagem da arquitetura e do desenho urbano. “Em outras palavras, os blocos de concreto aparecem agora disfarçados como elementos arquitetônicos e de *design*, parte de uma ‘arquitetura defensiva’ contemporânea, compondo a nova imagem do espaço público” (Firmino, 2018, p. 78-79). O que vale ressaltar nesta dimensão, e levando em conta principalmente as iniciativas de videovigilância, é a aceitação tácita do Estado ao não questionar a interferência ilegítima de entes privados na gestão de espaços públicos, como vimos no exemplo ocorrido no Município do Crato (CE). Se levarmos em consideração que no caso das ações de monitoramento empreendidas pelo poder público há um acordo social minimamente estabelecido, não podemos dizer o mesmo das práticas desenvolvidas por atores privados. “Nestes casos, o exercício do poder sobre determinadas áreas públicas da cidade monitoradas por sistemas de segurança privada ocorre de forma

ilegítima, não negociada e não exclusiva” (Firmino; Duarte, 2016, p. 747, tradução nossa)⁵⁷. Essa é a principal distinção da nova camada territorial.

Temos assim no cenário da videovigilância a atuação de diversos atores que, como já havíamos destacado anteriormente, acabam por efetivar de maneira descentralizada e distribuída (Bruno, 2013) práticas que estruturam a cultura da vigilância (Lyon, 2018). Apesar das particularidades e dos diferentes sujeitos envolvidos nesse processo, nos parece evidente que há uma linha de união enlaçando tudo isso. Essa, arriscaríamos a dizer, se caracteriza pelas mudanças que a presença das câmeras de vigilância (sejam elas públicas ou privadas) operam no modo como interagimos com o espaço urbano. Isso porque temos consciência que os olhos eletrônicos do equipamento recaem sobre todos nós.

Diferentemente das tecnologias de inspeção na modernidade, que criavam espaços interiores de observação e vigilância para populações específicas (delinquentes, doentes mentais, trabalhadores, estudantes), as câmeras de vigilância em ruas, metrô, parques públicos, entre outros, são dirigidas a todos e a qualquer um, cumprindo uma função prioritariamente dissuasiva e preventiva. Os indivíduos aí não têm uma identidade individual nem coletiva que justifique a vigilância, sendo o acaso de transitarem num mesmo espaço inspecionado o único fato que os une. Somos todos igualmente vítimas e suspeitos potenciais, assim como a consciência da vigilância representa simultaneamente segurança e ameaça (Bruno, 2013, p. 92-93).

Entretanto, não podemos deixar de ficar atentos ao fato de que, mesmo diante de um contexto no qual as práticas de videovigilância atuam de forma distribuída, nem toda população é atingida/atravessada da mesma forma por tais dispositivos de visibilidade. Podemos pensar sobre isso a partir de duas dimensões: o espaço emocional (Koskela, 2000) e o elemento humano responsável por qualificar as imagens das câmeras de vigilância (Oliva; Pátaro, 2017). Em relação ao primeiro aspecto, o que se precisa entender é que a presença dos equipamentos de videomonitoramento é capaz de gerar uma ampla variedade de sentimentos naqueles que se encontram sendo vigiados. Assim, ao mesmo tempo em que os indivíduos podem se sentir mais seguros e protegidos, há espaço também para se sentirem culpados sem motivos, constrangidos, irritados, com medo etc. “A vigilância pode evocar simultaneamente sentimentos positivos e negativos: por um lado, as câmeras de vigilância aumentam a segurança, mas, por outro, induzem a sentimentos de desconfiança” (Koskela, 2000, p. 257-258, tradução nossa)⁵⁸.

⁵⁷ No original: “In these cases, the exercise of power upon certain public areas of the city monitored by private security systems happens in an illegitimate, unnegotiated and non-exclusive fashion” (Firmino; Duarte, 2016, p. 747).

⁵⁸ No original: “Surveillance can evoke simultaneously positive and negative feelings: on the one hand, surveillance cameras increase security but, on the other, they induce feelings of mistrust” (Koskela, 2000, p. 257-258).

A respeito disso, Lemos (2010) acrescenta que os equipamentos de videovigilância podem criar uma sensação de medo e de insegurança que se dá temporalmente, no passado, no presente e no futuro. “(...) em relação ao presente porque a simples introdução do dispositivo traz a ideia de que ‘algo acontece aqui’; em relação ao passado, pois ‘algo poderia ter acontecido’; e em relação ao futuro pois ‘algo pode acontecer’” (Lemos, 2010, p. 68). É nesse sentido que a materialidade do dispositivo altera as relações desenvolvidas nos ambientes da cidade contemporânea, produzindo “espaços emocionais” que podem se modificar em virtude do lugar onde a pessoa está, em relação ao que ela faz, com quem ela está, e assim por diante.

Ao mesmo tempo, necessitamos ter sempre em mente que para compreendermos com efetividade os sistemas de videovigilância, devemos levar em consideração o elemento humano que qualifica as imagens geradas pelo equipamento. É preciso, como temos dito, evitarmos o determinismo tecnológico que, de maneira ingênua, nos impede de vermos as contradições, falhas e dissensos que constituem o ideal securitário almejado pelas câmeras de vigilância.

(...) as câmeras não atuam de forma autônoma, nem são autoconscientes e só são efetivas na medida em que são monitoradas pelos seus operadores, que nada mais são do que indivíduos em uma situação de trabalho, com seus traços de humanidade como subjetividade, irracionalidade, sensações, disfunções e, por vezes, preconceitos em seu modo de olhar. São esses operadores que irão observar, interpretar e responder às imagens geradas constantemente pelas câmeras de vigilância espalhadas pelas ruas e praças da cidade. De fato, podemos afirmar, no limite, que sem esse triplo processo de observação, interpretação e resposta dos operadores a videovigilância seria absolutamente fútil e não traria efeito algum, tanto negativo quanto positivo (Oliveira; Pátaro, 2017, p. 48).

Como bem destacado pelos autores, a tríplice operação constituída pela observação, interpretação e resposta dos operadores é o que de fato caracteriza uma atividade de vigilância. Bruno (2013) compartilha desse mesmo entendimento ao mencionar que a observação sistemática e focalizada de indivíduos e populações gera como resultado a produção de um conhecimento (dados) sobre estes, o que possibilita a intervenção na conduta dos que se encontram sendo vigiados. Nesse sentido, o elemento humano (na condição/papel de observador) se conjuga às potencialidades trazidas pelas tecnologias de vigilância, viabilizando ações cada vez mais instantâneas a partir dos indicativos proporcionados pelos equipamentos.

Isso se estende também as chamadas câmeras de vigilância inteligentes (*smart cameras*) e de reconhecimento facial, integrantes, ao lado das *body cams*, do atual estágio de desenvolvimento da videovigilância. Estas são validadas amplamente pela capacidade técnica de automatização da percepção, agindo, de modo independente, na efetivação da análise de cenas, buscando reconhecer aquilo que julgam como regular ou irregular. “Neste sentido, o

sistema incorpora de modo automatizado e pré-programado funções cognitivas mais especificamente perceptivas e atencionais. A máquina de visão não simula apenas o olho, mas as faculdades de seleção e análise do que se vê” (Bruno, 2012, p. 51). Porém, mesmo nestes casos, os esquemas interpretativos do algoritmo presente na câmera de vigilância inteligente e de reconhecimento facial são uma consequência direta da construção social. Em outras palavras, é a dimensão tecnológica atuando em conjunto com o parâmetro humano.

Como nos alerta Beiguelman (2021), os computadores não enxergam. Os conteúdos visuais com os quais precisam lidar são mapeados através de palavras, padrões, linhas, densidades e formas. “Para que um sistema de inteligência artificial possa reconhecer a diferença entre imagens de maçãs e laranjas, por exemplo, é preciso que seja abastecido com milhares de imagens de maçãs e laranjas previamente rotuladas (isto é, associadas a um conjunto de palavras-chave)” (Beiguelman, 2021, p. 120). É a entrada (*inputs*) desses dados que municia o software a desenvolver um modelo e reconhecer a diferença entre as duas categorias de frutas. Essa é a mesma lógica que se aplica quando se faz necessária a identificação de indivíduos, bem como a busca por prever ações e comportamentos através da videovigilância. “Os sistemas passam a saber como identificar rostos, objetos e contextos nas imagens através do que é chamado de ‘aprendizado de máquina’ (*machine learning*), um campo da inteligência artificial (...)” (Silva, 2020, p. 434).

Diante de tais nuances, gostaríamos de destacar qual é o nosso entendimento e o que estamos chamando de flagrantes de videovigilância em face do regime de visibilidade contemporâneo. Parece-nos, em primeiro lugar, ser possível afirmar que os dispositivos de videomonitoramento não são uniformes quanto ao formato ou a capacidade tecnológica que possuem. Não há uma homogeneidade no que se refere aos tipos existentes. Ou seja, enquanto alguns equipamentos podem, por exemplo, abranger ângulos de 360°, captar áudio, produzir imagens coloridas; outros podem apresentar limitações quanto à mobilidade (filmando sempre a partir de um mesmo ponto de observação) ou com baixo nível de resolução da imagem etc. Ao mesmo tempo que algumas delas conseguem desempenhar as ações de predição comportamental (*smart cameras*) que mencionamos anteriormente, ampliando nesse sentido os modelos de câmeras disponíveis. Definir o escopo dos flagrantes de videovigilância em função exclusivamente da tipicidade técnica do equipamento nos parece arriscado.

Desse modo, entendemos as práticas de videovigilância não somente a partir do tipo de equipamento que está materializado nas ruas, nos comércios, nas praças públicas etc., mas principalmente levando em consideração a junção entre as funcionalidades do dispositivo tecnológico e a intencionalidade social que carrega. Conforme temos argumentado, os

flagrantes de videovigilância são frutos de uma ação voltada à captura da quebra da ordem do cotidiano, sem que se saiba exatamente quando ela vai acontecer e se de fato ela ocorrerá. Dispor da capacidade de filmar de forma ininterrupta, na maioria das vezes 24 horas por dia, em lugares os mais diversos/inacessíveis e com uma captação que independe da presença e dos comandos do olho de um cinegrafista é um dos elementos que constitui a configuração geral dos processos de videovigilância.

A abrangência conceitual que queremos propor, todavia, não se encerra aí. Isso porque resulta da capacidade técnica da câmera de videovigilância um movimento ordenador que toca/influi nos modos de sermos (os nossos comportamentos, as nossas expectativas) enquanto sujeitos que experimentamos ambientes videomonitorados. Assim, a presença do equipamento, e suas consequências, não se limitam às possibilidades da produção de imagens. Sua rede de influências avança também em direção aos aspectos que envolvem os modos de internalização que produzimos acerca das câmeras de videovigilância e a maneira como as encaramos, seja enquanto dispositivo de segurança considerado obrigatório no espaço urbano, seja como forma de invasão de privacidade, e assim por diante.

Podemos dizer, nesse sentido, que as câmeras de videovigilância são um tipo de equipamento tecnológico originário do campo securitário, mas com uma produção imagética que pode ser reterritorializada por outras áreas (como o telejornalismo, por exemplo), ampliando assim o seu escopo de imagem para além das margens das salas de controle operadas por profissionais da segurança pública, ganhando contornos de informação jornalística, de entretenimento, entre outras. Além disso, as câmeras de videovigilância são capazes de produzir um tipo de imagem em que a mediação humana não é pré-requisito para a sua existência (pelo menos em termos de captação), já que o seu funcionamento pode ocorrer de modo autônomo. Todavia, a valoração das cenas que produz só ganha sentido a partir da construção que é feita por seus portadores. Estamos falando, nesse sentido, de um tipo de produção imagética que concede protagonismo a máquina, mas que passa obrigatoriamente por um processo de construção social de sentido.

Apesar de mencionarmos que as imagens concernentes aos processos de videovigilância se fazem sozinhas, não queremos, contudo, cair nas armadilhas dos determinismos tecnológicos e da falsa neutralidade. Por isso, é importante reforçar que a sua forma de atuação e os sentidos a partir dos quais elas operam são dados pela construção social que fazemos delas. A respeito disso, Silva (2021) nos alerta sobre as imprecisões decorrentes das tecnologias de reconhecimento facial e dos impactos que ela gera, em termos de exclusão, para segmentos populacionais que já se encontram socialmente em desvantagem. O pesquisador

cita alguns casos como o de softwares da IBM, da Microsoft e da Amazon que, conforme constatado por investigações científicas na área, costumam errar mais (em termos de identificação) quando se deparam com imagens de mulheres negras; bem como a situação envolvendo órgão estadunidense que identificou que sistemas de biometria visual erram de 10 a 100 vezes mais com imagens de pessoas negras ou asiáticas⁵⁹.

No Brasil, o projeto “Panóptico” revelou, através de estudo de caso baseado em documentos públicos⁶⁰, que a utilização de câmeras de reconhecimento facial por parte da Secretaria de Estado de Polícia Militar (SEPM) do Rio de Janeiro, nas imediações do Estádio do Maracanã, foi responsável por 11 detenções durante o segundo semestre de 2019. Contudo, 7 das pessoas detidas não possuíam mandados de prisão. Através de recurso obtido pela equipe do “Panóptico”, via Lei de Acesso à Informação, “(...) a SEPM admitiu que dentre os 11 casos de pessoas detidas com o uso da tecnologia da tecnologia de reconhecimento facial nas partidas do Maracanã, sete foram erros da máquina, ou seja: falsos positivos. Desta forma, o sistema errou em 63% dos casos” (Nunes *et al.*, 2022, p. 13).

Figura 3 - Print de publicação em rede social sobre situação envolvendo erros de reconhecimento facial



Fonte: Instagram do perfil “O Panóptico” (2022)

⁵⁹ Para mais informações, acessar: <https://bit.ly/3vXBg0W>

⁶⁰ Para ler a pesquisa na íntegra, basta clicar no link: <https://bit.ly/3ZpN0Xo>

Compreendemos então que se por um lado as práticas de videovigilância são direcionadas de maneira abrangente/expansiva para os mais diferentes indivíduos de territórios que se encontram sob inspeção, por outro elas podem apresentar desequilíbrios/manifestação de viés na sua forma de olhar/julgar esse mesmo agrupamento populacional, contribuindo assim para a erosão de uma pretensa neutralidade/objetividade técnica em torno das iniciativas que conjugam inteligência artificial e videomonitoramento. Acerca disso, vale citar dado do Centro de Estudo de Segurança e Cidadania (CESeC) que, desde 2018, “(...) tem acompanhado os efeitos do uso de reconhecimento facial pelas polícias, tendo revelado no primeiro levantamento que cerca de 90% das pessoas presas com o uso dessa tecnologia eram negras” (Nunes *et al.*, 2022, p. 3). Ou seja, a violência institucional, operada rotineiramente e direcionada à determinados segmentos populacionais, acaba sendo reproduzida também quando se trata da utilização de equipamentos apresentados como detentores de uma excelência técnica.

Em meio a esse debate, é importante destacar que o algoritmo em si, presente em equipamentos como as câmeras de videovigilância inteligente, não ordena por conta própria os padrões/vieses a serem seguidos. Eles apresentam/executam respostas, se assim pudermos dizer, ao modo como foram treinados a agir e a identificar os indivíduos/situações cotidianas. “Foi isso que aconteceu com uma estudante de jornalismo de Brasília que deixou de ser reconhecida pelo sistema de RF [Reconhecimento Facial] e teve seu benefício bloqueado depois que passou a usar seu cabelo cacheado” (Reis *et al.*, 2021, p. 6). Situações desta natureza exemplificam o que Beiguelman (2021) denomina de “racismo algorítmico”, reconhecendo que não se trata de considerar o algoritmo, ele próprio, como preconceituoso, mas entender que o universo de dados (os *inputs*) que o constituem reflete muitas das vezes uma condição estrutural da nossa sociedade. “Esse universo de relações sociais que está na base das IAS [Inteligências Artificiais] esclarece que a suposta misoginia e o racismo dos algoritmos têm dimensões humanas e políticas incontestes” (Beiguelman, 2021, p. 128).

São essas funções cognitivas pré-programadas, que menciona Bruno (2012), as responsáveis, muitas das vezes, por abrirem brechas capazes de gerar a promoção de mais exclusão social, situações de discriminação e restrição de direitos. Isso porque uma das principais questões trazidas pelas *smart cameras* está na pretensa capacidade de antecipar e evitar eventos futuros indesejados. Em outras palavras, a memória algorítmica, baseada em um repertório de padrões previamente definidos/rotulados, irá, de antemão, alertar sobre aquilo que estar por vir. Isso, contudo, baseado nos detalhes que encontra na superfície e nos movimentos dos corpos. Assim, ao agirmos de uma maneira que possa ser considerada “estranha” aos olhos do equipamento, estaremos reforçando o “nosso lugar” de suspeitos de algo.

Se o corpo parado por demasiado tempo na borda dos trilhos de um metrô pularia ou não para a morte, jamais se saberá, pois o porvir é antecipado, neste caso, para ser conjurado, e embora seja por natureza incerto, torna-se estranhamento certo, porém irrealizável quando antevisto. O mesmo vale para o repertório de comportamentos suspeitos que serve de índices de crimes ou infrações que ainda estão por vir e que talvez não venham a se realizar, mas que se efetivam como suspeitas no momento que são projetados, transformando os corpos-imagens em criminosos potenciais (Bruno, 2012, p. 59).

Devemos, novamente, pensar nas ocasiões em que uma pessoa acaba sendo identificada como outra, ou simplesmente não é identificada, sendo barrada no transporte público, na portaria de um prédio e assim por diante. “(...) reconhecer alguém erroneamente num contexto de segurança pública, por exemplo, pode levar a abordagens e apreensões indevidas (...)” (Reis *et al.*, 2021, p. 6). Muitas destas questões estão presentes no “Relatório sobre o uso de tecnologias de reconhecimento facial e câmeras de vigilância pela administração pública no Brasil”, apresentado no primeiro semestre de 2021 pelo Laboratório de Políticas Públicas e Internet (Lapin)⁶¹. Um dos aspectos ressaltados pelos pesquisadores aponta para a contradição que existe entre o aumento da operacionalização de câmeras de vigilância inteligentes pela administração pública e a falta de uma legislação que estabeleça parâmetros de uso. Através do mapeamento abrangendo as cinco regiões do nosso país, a equipe do Lapin constatou a inexistência de avaliações, por parte do poder público, que se debruçassem sobre os riscos à proteção de dados e a outros direitos fundamentais quando se emprega tecnologias de videomonitoramento e de reconhecimento facial (Reis *et al.*, 2021).

Além disso, o relatório destaca os questionamentos que são levantados em torno dos impactos que tais dispositivos de visibilidade representam para os espaços públicos e para o cotidiano das pessoas. O argumento apresentado é de que estes colocam em risco liberdades civis ao permitirem a violação de direitos fundamentais, como a privacidade, a liberdade e a proteção de dados pessoais. Podemos ampliar a discussão e mencionarmos ainda os eventos em que ocorrem abusos por parte de quem controla os olhares eletrônicos, e que neste caso não dizem respeito apenas a atuação das câmeras de vigilância inteligentes. Estamos nos referindo, de modo mais preciso, aos momentos nos quais os corpos femininos viram alvo da “vigilância” de cunho sexual, cenário esse constatado por Oliva e Pátaro (2017) ao realizarem trabalho de observação participante em uma sala de controle de monitoramento eletrônico no Brasil.

Durante a observação realizada, o assédio constante e invisível sobre as mulheres que circulam nas ruas de espaços públicos centrais na cidade foi notável. Os corpos

⁶¹ O Laboratório de Políticas Públicas e Internet (Lapin) é um centro independente de pesquisa e ação fundado em Brasília, no ano de 2016. Para mais informações: <https://lapin.org.br/>

generificados das mulheres eram constantemente classificados e alvos de comentários, principalmente dos operadores do sexo masculino, frequentemente ‘vigiando’ seios, coxas e bundas, mas, curiosamente, também eram comentados pelas mulheres operadoras, que, quando não legitimavam os comentários masculinos, faziam críticas e comentários sobre as roupas, cabelos e acessórios das mulheres observadas, ou seja, trazendo também um olhar generificado para os corpos através das câmeras (Oliva; Pátaro, 2017, p. 52-53).

Situações deste tipo já chegaram a ser denunciadas por veículos de comunicação, como no caso relatado pelo portal G1, em 27/11/2018, no qual servidores da Prefeitura de Guaratuba (PR) utilizaram as câmeras de monitoramento da cidade para verem mulheres na praia. Em uma segunda reportagem, é explicado ainda que “além de aproximarem as imagens das câmeras da Prefeitura de Guaratuba – no litoral do Paraná – para ver mulheres na praia, servidores fizeram o mesmo para espiar uma hóspede de um hotel da cidade. A mulher estava de biquíni dentro do quarto, e o operador ajustou o foco para gravá-la” (Servidores [...], 2018)⁶².

Ao levarmos em conta, de modo mais específico, a dimensão da privacidade, nos parece que a discussão se torna ainda mais complexa quando colocamos em evidência o caráter público que muitas imagens de videovigilância tem ganhado ao serem publicizadas por meios de comunicação televisivos (dentre outros). É evidente que ocorrem situações nas quais as pessoas envolvidas em acontecimentos flagrados por câmeras de vigilância não sabem que estão sendo gravadas. Diante disso, como dimensionar, do ponto de vista jornalístico, os limites que diferenciam a invasão de privacidade da relevância pública?

3.3 Flagrantes de videovigilância: entre a invasão de privacidade e a relevância pública

Os modos de vermos e sermos vistos no mundo contemporâneo têm gerado tensionamentos e embaralhamentos significativos nas perspectivas que englobam as noções de público e privado. Podemos fazer esse apontamento, e tentá-lo entender, ao olharmos para dois aspectos que, de certa forma, dialogam: os processos de constituição de subjetividades exteriorizadas (Beiguelman, 2021; Bentes, 2021; Bruno, 2013) e as formas de visibilidade comunicacional mediada (Thompson, 2010). Consideramos necessário tomarmos nota acerca desses dois eixos pois eles podem nos ajudar a compreender a naturalização das imagens de videovigilância no telejornalismo diante da discussão sobre privacidade, no que diz respeito à exposição de situações cotidianas e de indivíduos.

⁶² Para acessar as matérias na íntegra, basta clicar em: <https://glo.bo/3iyjz1u> (27/11/2018); <https://glo.bo/3uJH6RS> (28/11/2018).

Quando falamos em subjetividades exteriorizadas, estamos nos referindo ao fato de que as demandas e estímulos por um modo de vida visível estão cada vez mais presentes nas atuais práticas sociais. Sobretudo na Internet e nas redes sociais, onde os ambientes de troca e compartilhamento parecem se apresentar como os principais propulsores de uma vertente na qual a exposição da intimidade possui valor máximo. “(...) detalhes cotidianos da vida privada, traços comportamentais e fluxos subjetivos como gostos, crenças, opiniões, nunca foram tão amplamente visíveis e deliberadamente publicizados” (Bruno, 2013, p. 66). Álbuns de perfil no Facebook ou Instagram passam a se estruturar como espaços expositivos através dos quais os indivíduos narram versões sobre si e suas trajetórias cotidianas de forma naturalizada.

Reconfigurando as fronteiras entre público e privado, bem como os espaços de construção da intimidade, a cultura contemporânea vai progressivamente desenhando uma nova topologia da subjetividade radicalmente diferente daquela familiar às sociedades modernas. Enquanto o regime de visibilidade moderno escavava uma subjetividade interiorizada, dobrada sobre si mesma, as organizações do visível na contemporaneidade empurram os eixos das subjetividades do interior para o exterior, configurando modos de ser menos introduzidos do que alterdirigidos (Bentes, 2021, p. 123).

Somos partícipes de um processo no qual ver e ser visto são elementos almejados socialmente. E mesmo quando há práticas de videovigilância envolvidas, vemos na ironia presente no “Sorria, você está sendo filmado!” provas de como prospectamos, em alguma medida, tal visibilidade. É preciso aparecer sorrindo. Isso, aliás, nos coloca diante do que Beiguelman (2021, p. 63) considera como o mais desconcertante paradoxo da política das imagens na contemporaneidade: “(...) somos vistos (supervisionados) a partir daquilo que vemos (as imagens que produzimos e os lugares em que estamos). Ou seja: os grandes olhos que nos monitoram veem pelos nossos olhos”. A máxima foucaltiana que afirma ser a visibilidade uma armadilha é mais uma vez atualizada.

Nos cabe, nesse sentido, entender e tomar alguns cuidados ao nos referirmos à noção de privacidade (ou a invasão desta). Isso porque ela se encontra em trânsito, reorientando, por exemplo, a maneira como a própria espacialidade, que costumava servir de baliza para demarcar o público e o privado, passa a ser tomada. A noção da casa e da rua, explorada por DaMatta (1997), nos ajuda a abordarmos tais embaralhamentos. Para o antropólogo brasileiro, esses dois espaços demandam, ou demandavam (no passado), atitudes, gestos, roupas, papéis sociais a serem desempenhados etc. bastante diferentes. Assim, enquanto a casa é concebida por ele como área especial onde todos que a habitam mantém vínculos de hospitalidade e simpatia, constituindo laços de familiaridade e relações harmoniosas, a rua é tomada como o local do movimento, dos fluxos de desconhecidos, do anonimato, do “ninguém conhece

ninguém”. Se temos assim a casa como o espaço do repouso, da recuperação, da hospitalidade, “(...) enfim, de tudo aquilo que define a nossa ideia de ‘amor’, ‘carinho’ e ‘calor humano’, a rua é um espaço definido precisamente ao inverso. Terra que pertence ao ‘governo’ ou ao povo e que está sempre repleta de fluidez e movimento. A rua é um local perigoso” (Damatta, 1997, p. 53).

Em certa medida, podemos pontuar que estão inscritos aqui aspectos que reverberam no sentido concernente ao campo do público e do privado. Conforme nos explica Thompson (2010), existia um entendimento, compartilhado pelos antigos gregos, que relacionava a dimensão do privado ao domicílio e a família. Quadro completamente diferente do domínio público, considerado como o espaço da liberdade. “O domínio público era um *espaço de aparição* em que as coisas ditas e feitas poderiam ser vistas e ouvidas pelos demais” (Thompson, 2010, p. 14, grifo do autor). Nesse sentido, a esfera do privado representaria a possibilidade dos indivíduos se recolherem e optarem por não serem constantemente vistos ou ouvidos por todos. Para esse contexto histórico, a dimensão da casa, por exemplo, poderia se apresentar como uma opção na qual haveria algum tipo de resguardo. No cenário atual, contudo, não basta cruzarmos a porta de entrada da nossa residência para finalmente estarmos desvinculados de tudo aquilo que caracteriza a visibilidade do espaço público.

Para Thompson (2010) a maneira mais produtiva de conceituar a privacidade se processa em termos de controle. Em outras palavras, a privacidade, nesta perspectiva, possui uma relação com a habilidade dos indivíduos exercerem controle sobre alguma coisa. “Normalmente, esta *coisa* é interpretada como informação: ou seja, privacidade é a habilidade de controlar as informações sobre si mesmo, e também de controlar a maneira e até a medida que essas informações são comunicadas aos outros” (Thompson, 2010, p. 26, grifo do autor). O viés apontado pelo pesquisador pode ser considerado como uma forma de destacar o papel central que as tecnologias da informação e da comunicação assumem na contemporaneidade.

Assim como tivemos a oportunidade de demonstrar anteriormente, os fluxos de vigilância atuais são capazes de extrair e analisar os nossos dados das maneiras as mais diversas e aprofundadas. Ao mesmo tempo, nos colocamos como partícipes ativos deste cenário a partir do momento em que passamos a produzir, por iniciativa própria e em decorrência dos mais diversos estímulos que nos chegam, nossa visibilidade, compartilhando narrativas da nossa intimidade em diferentes redes sociais. É claro que há uma distinção entre, por um lado, ter a escolha de mostrar e, por outro, não conseguir dominar o fluxo destas informações em virtude de práticas invasivas. Exatamente por isso, e conforme destaca Silveira (2016, p. 21), “(...) se a

privacidade é ainda um direito socialmente importante, logo teremos que encontrar meios de regulamentar a economia da interceptação de dados”.

Desse modo, o que queremos destacar é que essa possibilidade, e a habilidade, de controle da privacidade tem sido bastante afetada pelas tecnologias da informação e da comunicação, fazendo com que a mesma já não esteja mais ancorada, por exemplo, na dimensão da espacialidade física. Já não é mais, ou apenas, a distinção entre a casa e a rua que definirá o dentro e o fora, o estranho e o íntimo, o público e o privado. Dada a presença que a dimensão virtual ocupa em nosso cotidiano, novos embaralhamentos são provocados.

Hoje, quando um indivíduo está no espaço de sua casa ou quarto e entra na rede, divulgando informações sobre si mesmo a milhares ou milhões de outras pessoas, em que sentido este indivíduo está situado na esfera privada? Ele pode estar num espaço privado que é o da casa, mas ao mesmo tempo está participando de uma arena pública de disseminação de informação. Então nós não podemos pensar no que é privado exclusivamente, ou mesmo primariamente, em termos de espaço físico. O privado agora consiste cada vez mais em um domínio desespacializado de informação e de conteúdo simbólico sobre o qual o indivíduo acredita que deva exercer controle, independente de onde esse indivíduo e onde essa informação possam estar localizados (Thompson, 2010, p. 29).

Quando olhamos, a partir deste cenário, para as situações envolvendo a ubiquidade das câmeras de vigilância, nos parece que a perspectiva da falta do controle sobre o que pode ser visto, ou o que deve ser mostrado, se insinua de forma parecida. Percebe-se, entretanto, que um “novo” elemento se faz presente em termos de caracterização da publicização dessas imagens. Temos assim a visibilidade mediada dos veículos jornalísticos tensionando a apresentação de eventos que se dão não apenas em ambientes de circulação pública, mas também da esfera de intimidade do lar. É curioso, porém, e devemos chamar a atenção para isso, que a publicização (seja nas redes sociais ou nos meios informativos) dos flagrantes de videovigilância somente acontece em virtude da disponibilização que é feita pelos próprios detentores das imagens.

Enquanto proprietário de uma câmera de videomonitoramento, podemos escolher entre expor o seu conteúdo, quando necessário, apenas aos órgãos de segurança pública, ou colocá-la em circulação para um amplo número de pessoas. Ou seja, o fato de muitos destes flagrantes, provenientes de câmeras particulares, se encontrarem em constante compartilhamento não significa, obrigatoriamente, invasão de privacidade. Isso porque, em certas ocasiões, esse material somente foi exibido em determinado telejornal em virtude do compartilhamento consciente feito pelos sujeitos.

Um exemplo significativo disso é apresentado pela coordenadora do Núcleo de Comunicação da Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Ceará. Em

entrevista concedida para esta pesquisa, a jornalista destaca que em muitas ocasiões ela é demandada por veículos jornalísticos acerca de práticas criminosas (como roubos e furtos) flagradas por câmeras de vigilância particulares, e acaba verificando que antes mesmo de registrarem o Boletim de Ocorrência (B.O.), muitos indivíduos procuram primeiro os telejornais para divulgarem as imagens da ação capturadas pelo sistema de videovigilância.

Uma coisa que a gente se depara muito aqui na Ascom [assessoria de comunicação], e não é de agora, já tem alguns anos, muitas vezes quem é vítima de um crime, principalmente crime contra o patrimônio (roubo e furto), ele primeiro repassa a imagem para a imprensa e depois ele vai procurar a polícia. As vezes nem procura. É muito comum isso acontecer. Aí a imprensa procura a gente, e nós temos todo um trabalho de apuração, entra em contato com as delegacias da região, fala com o comandante da Polícia Militar daquela região e muitas vezes não tem nada registrado na Polícia. Isso infelizmente é muito comum (Coordenadora de Comunicação SSPDS/CE, entrevista realizada em 19/11/2021).

Esse é um aspecto revelador da faceta que envolve as práticas de visibilidade contemporâneas e de como os veículos jornalísticos representam não apenas um lugar de referência para a sociedade (Correia, 2005), mas também um lugar privilegiado para a exposição de certos ângulos da vida privada (Bruno, 2013). É evidente que há nesse contexto uma expectativa, por parte de quem cede a imagem, em acreditar que a ampla publicização da ação criminosa em um telejornal possa ajudar na obtenção de um caráter preventivo ou na punição dos envolvidos. Ao mesmo tempo, porém, isso demonstra o nosso entendimento consciente e ativo que nos coloca não somente como alvos, mas como portadores da vigilância (Lyon, 2018). Compartilhamos tais imagens, mesmo que estas contemplem a esfera íntima das nossas residências, por entendermos, a partir de imaginários de vigilância construídos cotidianamente, que a nossa experiência diária está “(...) sob vigilância, de que isso afeta as relações sociais de muitas maneiras (...), de que a própria ideia de uma expectativa de privacidade talvez seja discutível e de que todas as formas, desde a complacência até o confronto, podem ser apropriadas para responder à vigilância” (Lyon, 2018, p. 161).

A nossa pretensão ao fazermos estas ressalvas não visa desarticular ou diminuir o peso que a dimensão da privacidade representa em termos sociais, nem tampouco contestar os impactos negativos que podem advir das ações de ingerência sobre ela. Afinal de contas, há uma série de situações que podem trazer implicações sensíveis na vida das pessoas, com danos incalculáveis (como é o caso de uma prisão por engano). Porém, não dá para encarar a privacidade como algo estanque diante dos fluxos que constituem as práticas de vigilância contemporâneas. Além disso, precisamos compreender que há um outro aspecto nesse jogo de publicização de tais imagens: a relevância jornalística. Esse é um aspecto determinante para a

justificativa de exposição de alguns dos flagrantes de videovigilância. Devemos, contudo, entender de que modo ela se formata, em que medida os seus parâmetros asseguram a publicização de situações flagradas por câmeras de vigilância e quais transformações estão em curso quando se trata de inserir imagens dessa natureza nas rotinas produtivas telejornalísticas.

4 OS FLAGRANTES DE VIDEOVIGILÂNCIA E OS CRITÉRIOS DE NOTICIABILIDADE NO TELEJORNALISMO

Conforme expusemos anteriormente, as câmeras de vigilância contam com um olhar maquínico que nunca desliga e que se faz presente nos mais diferentes âmbitos do cotidiano contemporâneo, possibilitando o acesso a cenas que, de outro modo, provavelmente não se tornariam de conhecimento público. Em meio a esse cenário, “o telejornalismo, enquanto lugar de referência, é um ambiente que tem sido fortemente marcado pela superabundância de exposição de acontecimentos expressos em imagens oriundas de circuitos fechados de televisão e câmeras amadoras” (Andrade, 2018, p. 65). Apesar da profusão de acontecimentos flagrados por tais dispositivos de visibilidade, precisamos nos lembrar de um elemento básico constituinte da informação jornalística: a relevância.

Em outras palavras: nem todos os acontecimentos flagrados diariamente por câmeras de vigilância são noticiados pelos veículos de jornalismo. Conforme alerta Fontcuberta (1993), “nenhum meio pode incluir toda a informação que recebe ao longo de um dia, nem sequer durante uma hora. Não existe nem espaço nos meios impressos nem tempo nos audiovisuais capazes de abrangê-la. Portanto, há que se selecionar” (p. 41, tradução nossa)⁶³. A restrição, claro, também se estende ao ambiente digital, que, apesar de não possuir *a priori* limitação de espaço, vê-se impossibilitado de contar com uma força de trabalho capaz de transformar todos os fatos potencialmente dotados de relevância jornalística em notícias.

É importante ressaltar que esse processo de inclusão e exclusão operado pela instância jornalística além de ser uma necessidade operacional constituinte da sua rotina produtiva, serve também para reiterar a competência que os jornalistas teriam em produzir conteúdos informativos considerados relevantes para as audiências. Aliás, a legitimidade social da atividade jornalística está amparada, em grande medida, na suposta capacidade que os profissionais desta comunidade interpretativa (Zelizer, 1993) possuiriam de nos relatar aquilo que de mais importante acontece no cotidiano do qual fazemos parte. Nesse sentido, quando acionamos a pergunta que é central para esta tese – de que modo se estabelece a relevância das cenas capturadas por equipamentos de videovigilância pelos veículos telejornalísticos e o que o seu uso implica em termos de transformações na rotina da produção noticiosa –, nos parece ser necessário iniciarmos a discussão teórica por algo basilar, buscando compreender de que

⁶³ No original: “Ningún medio puede incluir toda la información que recibe a lo largo de todo un día, ni siquiera durante una hora. No existe ni espacio en los medios impresos ni tiempo en los audiovisuales capaz de abarcala. Por lo tanto hay que seleccionar” (Fontcuberta, 1993, p. 41).

maneira se estrutura a relevância jornalística e em que medida ela contribui na formação do processo de valoração dos acontecimentos que são publicizados.

4.1 A legitimidade social da relevância jornalística

Uma das formas que as instituições costumam adotar para a obtenção de legitimidade se processa a partir da estruturação de um discurso social. Este pode se constituir por meio de um conjunto de falas, expressões, textos, sentenças através das quais são compartilhadas e reafirmadas visões de mundo, valores, teses, apreciações acerca de temas considerados relevantes para a sociedade ou para um setor específico. Ao mesmo tempo em que esse discurso estrutura convicções internas no campo social ao qual se origina, ele também é direcionado à sociedade em geral, com o intuito de ampliar o seu escopo e produzir confiança acerca da importância e da necessidade daquela corporação para o bem-estar comum. Dessa maneira, o discurso social deixa de ser algo apenas voltado para produzir identidade de campo, passando igualmente a funcionar como discurso de autolegitimação pública.

Assim, “para identificarmos as linhas principais do discurso de autolegitimação de uma instituição ou de um campo social, basta que, de um modo ou de outro, alguém apresente a seguinte pergunta: esta instituição social, para que serve?” (Gomes, 2009, p. 69). No caso do jornalismo, tal processo engloba, de modo principal e em conjunto com outros princípios, a capacidade que os seus profissionais teriam de nos manter informados, diante de um mundo no qual os acontecimentos estão em constante profusão e parecem não cessar jamais.

Eis que um fenômeno geral, oriundo de uma atividade suscetível de ser realizada por todos (informar alguém de alguma coisa), parece transformar-se no domínio reservado de um setor particular, as mídias, cuja vocação essencial seria informar o cidadão. Assim sendo, surge um questionamento que toma ares de acusação, como, aliás, acontece cada vez que uma atividade discursiva que pode ser praticada por todos (contar, descrever, explicar, ensinar etc.) torna-se apanágio de um grupo particular: que pretensão é essa de se dizer especialista da informação? Por que atribuir à informação um domínio reservado? Por que tal exclusividade? (Charaudeau, 2012, p. 34).

Desse modo, a capacidade que a instância jornalística teria de nos informar é acompanhada de saberes específicos que ajudam a diferenciá-la ainda mais no contexto social, justificando a necessidade da sua existência diante de uma tarefa que, em tese, poderia ser executada por qualquer pessoa. Um dos fatores que constituem tal especialização se revela através da noção de relevância, parâmetro que a informação produzida pelos veículos de jornalismo busca atingir diariamente. Conforme ressalta Guerra (2008), a verdade e a relevância são as expectativas primeiras em termos de requisitos de qualidade da notícia. Isso faz com que

a mídia, ao apresentar o material informativo do dia, tente vender a ideia/sensação de que é isto (as notícias) o que nós (audiência) precisamos saber (de relevante) hoje. Para atestarmos tal fato, basta olharmos, por exemplo, para a maneira como os apresentadores do próprio CETV 1ª Edição realizam a abertura do telejornal, ressaltando para a audiência aquelas que seriam as marcas de uma produção noticiosa pautada pela relevância.

Quadro 3 - Transcrição de trecho da abertura do CETV 1ª Edição (05/09/2022)

Taís Lopes (apresentadora): ‘Simbora’, minha gente! Agora são onze horas mais quarenta e seis minutinhos! Sejam muito bem-vindos, ‘tá’? Cheguem mais, a casa é de vocês! A semana está só começando e [nós] já estamos à postos. Todas as nossas equipes para trazer *as principais notícias do nosso Estado. O que de mais importante aconteceu durante o fim de semana, nesse comecinho de segunda-feira, você encontra aqui, junto com a gente. Fica combinado, ‘tá’?* E já te adianto alguns destaques de hoje (...).

Fonte: CETV 1ª Edição (2022).

Nesse sentido, a relevância jornalística é algo que se concretiza não somente por meio da necessidade operacional, estabelecida pelas instituições informativas (e executada através de uma rotina produtiva) ao separarem os fatos considerados relevantes daqueles que não o são, mas também em virtude da expectativa que acaba sendo criada pelo público de que tais conteúdos sejam, de fato, significativos para as suas vidas. Conforme defende Feitoza (2016, p. 50-51), “(...) a condição de existência da relevância jornalística é sempre a capacidade de gerar efeitos na audiência. [...] Em outras palavras, para que um fato seja considerado jornalisticamente relevante é imprescindível que desperte interesse a uma audiência (...)”. Ao se verem então diante da necessidade e do compromisso de operar a tarefa diária da seleção noticiosa, os jornalistas não podem perder de vista que a valoração dos acontecimentos é diretamente influenciada, dentre outros, pelos anseios do seu público.

Fica evidente, com as passagens citadas, que as expectativas da audiência podem ser consideradas um elemento básico no processo que constitui a escolha dos acontecimentos a serem publicizados pelos veículos de comunicação. Não se trata, contudo, de uma relação de mão única, na qual as definições de relevância partiriam apenas de um dos lados.

(...) a organização não determina unilateralmente a temática para a audiência, nem vice-versa. Ocorre aí um processo de acomodação contínua e recíproca entre a oferta da organização e a expectativa da audiência, cujos objetivos são evitar a perda da identidade entre ambas, o que fatalmente abalaria a comunicação entre elas. Ao contrário, o intuito é aperfeiçoar, ao máximo, essa relação e consolidar os laços já constituídos (Guerra, 2008, p. 181).

No que concerne à instância jornalística, podemos ressaltar que essa acomodação é marcada tanto por elementos inerentes à institucionalidade do sistema midiático, tais como a linha editorial, os aspectos mercadológicos/publicitários, as limitações técnicas de equipamentos e de pessoal, a área de cobertura (local, regional, nacional ou internacional), bem como pela percepção que os jornalistas constroem acerca da sua relação/dever com a sociedade. Ou seja, as expectativas da audiência atuam de modo central na conformação dos parâmetros de relevância jornalística, porém, isso é feito tendo em consideração um quadro circunstancial no qual o trabalho informativo possa ser executado.

Para tentar entender melhor a maneira como os jornalistas buscam atingir as expectativas em torno da seleção de acontecimentos relevantes, e como alcançar essa meta se torna uma tarefa importante não só do ponto de vista da rotina produtiva (dadas as limitações de tempo e espaço), mas principalmente no contexto de legitimação social da atividade, iremos nos valer das categorias propostas por Hanitzsch e Vos (2017). De acordo com os pesquisadores, a forma como os jornalistas definem a sua relação com a sociedade, ou os papéis que assumem perante esta, ajuda a dar sentido ao seu trabalho e ao mesmo tempo os capacita a justificar a importância da função que desempenham para si e para os outros. “Nessa visão, os papéis jornalísticos são conceituados como construções discursivas da identidade institucional do jornalismo e como uma luta pela autoridade discursiva em conversas sobre o *locus* do jornalismo na sociedade” (Hanitzsch; Vos, 2017, p. 02, tradução nossa)⁶⁴.

Levando isso em consideração, os autores propõem quatro categorias através das quais seria possível compreender os papéis dos jornalistas em nossa sociedade. A saber: a) os papéis normativos; b) os papéis cognitivos; c) os papéis praticados, e d) os papéis narrados. Em síntese, a primeira categoria diz respeito às expectativas em torno de quais são os deveres dos jornalistas em nossa sociedade (o que se espera que eles façam). Os papéis cognitivos, por sua vez, destacam aquilo que eles gostariam de fazer. Os papéis praticados abrangem as ações acerca do que eles realmente fazem e os papéis narrados destacam as performances em torno daquilo que eles dizem que fazem. Gostaríamos de dar uma ênfase, em específico, nos papéis normativos pois é nesta dimensão, ao que nos parece, que se sedimenta a noção do jornalismo como instância gabaritada socialmente para definir, em meio à um turbilhão de acontecimentos, aqueles considerados os mais importantes do dia.

⁶⁴ No original: “In this view, journalistic roles are conceptualized as discursive constructions of journalism’s institutional identity, and as a struggle over discursive authority in conversations about the locus of journalism in Society” (Hanitzsch; Vos, 2017, p. 2).

Os papéis jornalísticos, é importante ressaltar, são entendidos aqui como um conjunto de crenças, atitudes, valores e práticas compartilhadas discursivamente que estruturam a identidade e o lugar do jornalismo. Estes são constituídos de forma dialógica, envolvendo a instância jornalística e a sociedade, em um processo constante de atualização, reconstrução e tensionamentos. No caso dos papéis normativos (o que os jornalistas devem fazer), pode-se dizer que há nesta esfera uma certa imposição social, pois afinal de contas esta envolve as expectativas que são nutridas pelos indivíduos para com a ação dos jornalistas.

As ideias normativas falam sobre como se espera que os jornalistas atendam às aspirações e ideais do público. Nesse sentido, os deveres normativos são um elemento essencial do contrato do jornalismo com o público: a sociedade concede ao jornalismo a autoridade para nos entregar o mundo; em troca, espera-se que os jornalistas atendam às necessidades comunicativas do seu público. Assim, os jornalistas articulam papéis normativos tendo em mente interlocutores sociais, explícita ou implicitamente (Hanitzsch; Vos, 2017, p. 10, tradução nossa)⁶⁵.

Esse público que a instância jornalística tem em mente e busca atender as suas expectativas pode assumir diferentes contornos em virtude da classe econômica, faixa etária, grau de escolaridade que possui. Conhecer esses detalhes acaba sendo determinante na maneira como os veículos de jornalismo estruturam a relevância. Em entrevista concedida para a presente tese⁶⁶, um(a) do(a)s produtor(a)s do CETV 1ª Edição nos explicou que é comum haver a apresentação de dados, para os membros da redação, detalhando o perfil da audiência do telejornal e as pautas que geram maior engajamento. Tal fato acaba provocando impactos nas escolhas que são feitas diariamente em torno dos acontecimentos a serem publicizados, tendo em vista não somente satisfazer aos anseios da audiência, mas também às perspectivas mercadológicas do canal de comunicação que busca ampliar sua capacidade de inserção.

Acerca disso, a Editora-chefe do CETV 1ª Edição, Adriana Castro⁶⁷, ressalta que a audiência é um dos critérios tanto para a seleção noticiosa, como também para a definição do encadeamento dos blocos do telejornal, tendo em vista a capacidade técnica atual de acompanhamento do comportamento/reação dos telespectadores em tempo real. Tal elemento

⁶⁵ No original: “Normative ideas speak to how journalists are expected to meet the aspirations and ideals of the public. In this sense, normative duties are an essential element of journalism’s contract with the public: Society grants journalism the authority to deliver us the world; in return, journalists are expected to cater to the communicative needs of their audiences. Thus, journalists articulate normative roles with social interlocutors either explicitly or implicitly in mind” (Hanitzsch; Vos, 2017, p. 10).

⁶⁶ Entrevista realizada no dia 03/02/2022. O(a) profissional entrevistado(a) não foi identificado(a) para que tivesse mais liberdade e não se sentisse constrangido(a) ao relatar algo mais sensível.

⁶⁷ Entrevista realizada no dia 06/12/2023. A profissional passou a ocupar o cargo de Editora-chefe do CETV 1ª Edição em junho de 2022.

influi de maneira sensível no processo de tomada de decisão por parte da equipe de jornalismo, reverberando na inserção de determinados acontecimentos, na ordem em que eles serão apresentados e na extensão (tempo) que ganharão, conforme podemos verificar em sua fala.

Se a gente coloca um vivo que não está rendendo, que está caindo, a gente vai [monitorando] minuto a minuto, então se a gente está com 15 pontos e entrou naquele assunto, 2 minutos depois a gente está com 12 pontos, é de se assustar. Então já tem que encerrar [a entrada ao vivo] mais cedo. Ou então se a gente colocou um assunto que rendeu muito, por exemplo, um mês atrás o governo lançou uma renegociação de dívidas do Fies, isso é muito público do CE 1 porque o nosso público são as classes C, D, E, que está endividado, que luta para pagar a conta. Então a gente colocou esse assunto no ar e rendeu muito, aumentou muito os pontos de audiência. E aí no outro dia eu falei: “vamos falar de novo, vamos tirar outras dúvidas”. Aí um mês depois, vamos lembrar do Fies, rendeu, vamos tentar de novo, vamos voltar amanhã (Editora-chefe CETV 1ª Edição, entrevista realizada em 06/12/2023).

É evidente, conforme mencionamos anteriormente, que não se trata de uma sujeição irrestrita da instância midiática para com o seu público, afinal de contas as competências informativas desempenhadas pelos jornalistas são executadas no interior de um aparato de produção específico, conformado por valores profissionais compartilhados pelo grupo, dotado de limitações e constrangimentos organizacionais. Assim, é preciso que haja uma sintonia entre as valorações que são feitas pelos veículos de jornalismo e os indivíduos para os quais o conteúdo é direcionado. Como nos lembra Guerra (2008, p. 180), “não existe organização sem audiência, portanto, esta sempre se constitui numa meta de conquista daquela”. É nessa perspectiva, de alinhar os horizontes e nos assegurar que estamos diante de relatos informativos pautados na realidade e em parâmetros de relevância, que os veículos jornalísticos nos propõem um contrato pragmático fiduciário.

Em princípio, qual seria então a primeira função da informação da mídia? Poderíamos dizer que é o “fazer saber”. Mas esse fazer saber precisa, como condição necessária, que acreditemos que a informação da mídia é real porque senão não poderá “nos fazer saber”. Se essa condição não se dá, nos encontraríamos diante de um falso saber. Dessa feita, a mídia nos propõe um contrato pragmático fiduciário que tem a intenção de que acreditemos que o que eles dizem é verdade, ao mesmo tempo em que nos pedem que confiemos no seu discurso informativo. [...] O contrato pragmático fiduciário da mídia é um produto histórico da institucionalização e da legitimação do papel do jornalista (Alsina, 2009, p. 48).

Tal vinculação, quando atingida, é capaz de gerar níveis sensíveis de legitimação do discurso informativo. É o que constatamos, conforme mencionamos no capítulo 2, em torno do processo que envolve a disponibilização de imagens de flagrantes produzidos pelos equipamentos de videovigilância para exibição no CETV 1ª Edição, por parte da audiência. Assim como foi dito pela coordenadora do Núcleo de Comunicação da Secretaria de Segurança Pública e Desenvolvimento Social do Estado do Ceará (SSPDS/CE), em entrevista realizada

para esta tese⁶⁸, é comum que vítimas de crimes, principalmente contra o patrimônio (roubo e furto), repassem as imagens capturadas pelas câmeras de vigilância, das suas residências ou dos seus pontos comerciais, primeiro para a imprensa e só depois procurem a Polícia, havendo inclusive episódios nos quais o órgão de segurança pública nem chega a ser acionado.

A situação é corroborada pelo(a) produtor(a) do CETV 1ª Edição, que destaca a necessidade de, em certas ocasiões, ao exibir as imagens no telejornal, explicar para o público que a SSPDS/CE não possui boletim de ocorrência do caso, aproveitando ainda para ressaltar a importância de a população procurar os órgãos de segurança para efetuar o registro do crime. Para o(a) produtor(a), fatos desta natureza acontecem em virtude da relação de confiança que se estabelece entre a audiência e o telejornal, repercutindo assim no acionamento da instância que eles acreditam ser a mais fiável para resolver o seu problema.

Parece-nos, evidentemente, que pode haver aqui outros aspectos que também são levados em conta por parte dos cidadãos quando ocorre a disponibilização dos flagrantes de videovigilância. Estamos nos referindo assim a uma expectativa, por exemplo, de que a ampla exposição das situações ocorridas possa inibir a realização de novos delitos no ponto comercial em questão, em uma rua ou bairro específicos, reforçando para os criminosos a ideia de que aquele local/espço está sob vigilância permanente.

A editora-chefe do CETV 1ª Edição, Adriana Castro, acrescenta a possibilidade de a exibição dos flagrantes de videovigilância enviados pela população funcionar também como uma espécie de denúncia sobre a necessidade de ampliação das atividades de policiamento em determinada área da cidade “Eu escuto muito da população: ‘se passar na televisão vai ter mais policiamento’” (Editora-chefe do CETV 1ª Edição, entrevista realizada em 06/12/2023). A constatação dessa perspectiva, ou de outras, carece, contudo, de pesquisas que se debrucem em torno do campo relativo às práticas de recepção e videovigilância, o que infelizmente verificamos não ocorrer em nosso estado da arte, mas que sinaliza ao mesmo tempo um ponto de abertura para investigações futuras.

É importante que se diga que, após aceito, o contrato pragmático fiduciário não é vitalício. Ele precisa ser atualizado diariamente, renovando assim a legitimidade social almejada pelos veículos informativos. Nesse ponto, podemos nos perguntar: mas como é que se atesta a relevância jornalística, de modo que haja tal renovação? Quais provas concretas são apresentadas para que eu possa, enquanto audiência, continuar reforçando tal legitimidade informativa? Podemos começar elaborando uma resposta para esse questionamento tomando

⁶⁸ Entrevista realizada no dia 19/11/2021.

como base a discussão sobre o jornalismo como um sistema perito. O conceito é cunhado por Giddens (1991), que os entende como sistemas de excelência técnica ou competência profissional que organizam grandes áreas do ambiente material e social do nosso cotidiano.

Uma das características significativas dos sistemas peritos é que eles suscitam, da parte de quem se relaciona com eles, uma crença em sua competência especializada. Ou seja, quando travamos contato com um determinado sistema perito, não temos condições, a princípio, de avaliá-lo e/ou refutá-lo. Apenas confiamos no conhecimento especializado que nos é apresentado. “Assim, quando um indivíduo vai ao médico, via de regra, não tem condições de avaliar a correção ou incorreção do tratamento que lhe é recomendado. Apenas confia no conhecimento especializado de que o médico é portador” (Miguel, 1999, p. 198). Essa crença, contudo, não é gratuita. Ela é sustentada pela experiência cotidiana, através da qual atestamos que tais sistemas, de fato, funcionam.

No caso da leitura que se faz do jornalismo como sistema perito, Miguel (1999) propõe três momentos que ajudariam a estruturar a crença dos cidadãos nesta instância informativa:

O leitor/ouvinte/espectador, no papel de consumidor de notícias, mantém em relação ao jornalismo uma atitude de confiança, similar à dos outros *sistemas peritos*, que pode ser dividida em três momentos: 1) confiança quanto à veracidade das informações relatadas; 2) confiança quanto à justeza na seleção e hierarquização dos elementos importantes ao relato; 3) confiança quanto à justeza na seleção e hierarquização das notícias diante do estoque de “fatos” disponíveis (Miguel, 1999, p. 199, grifo do autor).

É perceptível, novamente, que a confiança no jornalismo é apontada como uma consequência direta da habilidade técnica em colocar à disposição da sua audiência os acontecimentos mais significativos do cotidiano. A atestação e a renovação nessa crença, contudo, tem passado por tensionamentos no contexto contemporâneo. Isso porque se antes a inexistência de determinadas práticas tecnológicas de mobilidade acabava por impor restrições ao público acerca da comprovação da efetividade do trabalho jornalístico enquanto sistema perito (atendendo aos três momentos citados acima), agora essa relação é permeada por novas formas de verificação e questionamento. Vejamos, por exemplo, o terceiro momento citado por Miguel (1999): a confiança quanto à justeza na seleção e hierarquização das notícias diante do estoque de “fatos” disponíveis. Em outros períodos históricos, tentar fazer uma verificação entre os acontecimentos que se desenrolavam ao longo de um dia e os conteúdos publicizados pelos veículos de comunicação era praticamente impossível.

Para Miguel (1999), a audiência não teria condições de questionar globalmente a seleção das notícias, já que o universo de fatos com os quais ele travava conhecimento de forma

independente da instância midiática seria muito restrito. Não seria possível, desse modo, fazer uma comparação quantitativa e qualitativa entre a oferta de acontecimentos existentes e a publicização que se efetivava. Estamos falando, obviamente, de um momento no qual a dependência por conteúdos noticiosos era concentrada em veículos impressos, radiofônicos e televisivos. Nos dias atuais, conforme sabemos, as dinâmicas digitais alteram essas relações, alargando enormemente as possibilidades de produção e consumo dos mais diversos conteúdos. Assim, se por um lado continuamos impossibilitados de acessar exatamente todos os acontecimentos do cotidiano, por outro, ampliamos consideravelmente a nossa capacidade informativa, passando a contar com mais ferramentas para avaliar, cruzar as diferentes versões para o mesmo fato, reiterar ou contestar a estruturação da relevância jornalística.

É levando em consideração tais transformações que Mesquita e Vizeu (2014) propõem o surgimento de uma audiência potente, dotada de uma visão mais panorâmica acerca daquilo que se desenrola no tecido social (em virtude dos novos modos de consumo informativo) e, como consequência desse fato, capaz de provocar mudanças significativas no contexto de seleção das notícias efetivado pela instância midiática. Isso porque ao dispor de formas pelas quais consegue expressar de modo inequívoco para os jornalistas e veículos de comunicação os seus questionamentos, os seus demarcadores de relevância, a audiência potente torna mais transparentes, e menos presumida, as suas expectativas informativas.

Conforme nos explicam os autores, as redes sociais permitem no cenário atual uma amplificação das vozes da audiência, ao possibilitar que esta opine/comente sobre os assuntos publicizados por determinado veículo de jornalismo, oferecendo assim um dimensionamento do que querem e do que pensam acerca do conteúdo informativo que lhes é apresentado diariamente. A efetividade da atuação do jornalismo enquanto sistema perito e as etapas que ajudam a estruturar a crença dos cidadãos nesta instância informativa passam agora a ser não somente testadas, mas verificadas de modo quase instantâneo, instituindo assim novos desafios quanto à tarefa de manutenção do lugar de referência do jornalismo.

(...) as notícias não são mais construídas somente a partir da imagem que os jornalistas têm da audiência. A produção das notícias – que envolvia uma série de paradigmas e práticas profissionais dadas como naturais, somadas à cultura profissional e às restrições ligadas às organizações do trabalho – é acrescida dos olhares dessa audiência potente (Mesquita; Vizeu, 2014, p. 605).

Nesse sentido, e buscando se ajustarem às novas dinâmicas, os veículos jornalísticos têm se apropriado cada vez mais dos indicativos transmitidos pela audiência potente no contexto da seleção noticiosa. Isso pode ser visto, por exemplo, no caso do CETV 1ª Edição, ao realizar publicações dos seus conteúdos em plataforma digital como o Instagram,

e convidar a audiência para participar da construção do telejornal, deixando nos comentários de postagens as sugestões de pautas, críticas ou denúncias (ver figura 4).

Figura 4 - Print de publicação em rede social convidando a participação do público do CETV 1ª Edição



Fonte: Perfil do Instagram da TV Verdes Mares (2023)

Evidentemente, não nos parece que se trate de uma relação completamente simétrica (entre audiência e veículos jornalísticos), afinal de contas, quando se fala do processo de seleção noticioso, também estão em jogo elementos de ordem editorial, constrangimentos organizacionais etc. Todavia, é por meio da construção desse tipo de diálogo que a audiência passa a manifestar o seu interesse sobre os assuntos que gostaria de ver enfocados, assim como pressiona os veículos jornalísticos quando avalia a existência de omissões ou a realização de coberturas inapropriadas por parte destes, dado que agora conta com ferramentas que lhe possibilitam externalizar de uma maneira mais efetiva os seus questionamentos e

descontentamentos. Isso, sem dúvidas, provoca impactos diretos na seleção noticiosa e nas dinâmicas concernentes ao estabelecimento da relevância jornalística.

Ainda nesse contexto, não podemos deixar de mencionar o processo emblemático empreendido no campo das estratégias de comunicação adotadas pela classe política brasileira (deputados, governadores, presidente etc.). Com o engajamento gerado pelas redes sociais, muitos dos integrantes dos poderes legislativo e executivo passaram a apostar no compartilhamento de uma agenda informativa que já não depende mais diretamente da mediação/seleção/hierarquização das mídias tradicionais para atingir o público. Isso faz com que os seguidores de determinado parlamentar possam acessar informações ao seu respeito de novas maneiras, e ao mesmo tempo passem a ter em mãos um estoque de fatos que os dá condições de contrapor e questionar, caso sintam necessidade, a seleção de notícias (ou a inexistência desta) operada pela instância midiática envolvendo aquela figura política.

Em outras palavras, passamos a ter mais condições de questionarmos a instância midiática sobre o porquê de uma determinada ação/acometimento, que tomamos ciência, por exemplo, através das mídias digitais, não ter sido noticiada, ou sobre o modo como ela foi apresentada. A situação, claro, se estende em diferentes direções, englobando empresas, organizações não governamentais, artistas etc., ampliando também as versões sobre os fatos que lhes são concernentes. Para pesquisadores como Oliveira e Henriques (2021, p. 53), ocorreu uma mudança no conceito de notícia e de produtores de notícia “(...) que agora estão por todas as partes. Logo, a notícia deixa de ser um elemento exclusivamente institucional e passa a ser coletiva, como parte de um novo ecossistema de comunicação”.

Se a existência desse contexto abre margem para a crítica direcionada aos veículos de jornalismo, nos parece que ele também cria espaço para reforçar ainda mais o papel social que envolve a necessidade de execução da relevância jornalística. Afinal de contas, com a profusão e o compartilhamento tão intensos dos fatos sociais na atualidade, é preciso que haja alguém com conhecimento técnico capaz de exercer uma curadoria acerca não só do que realmente nos interessa, mas que faça isso cumprindo princípios profissionais éticos. “Diante do excesso de informação na internet, caberia aos jornalistas selecionar os melhores conteúdos, tal qual o curador de uma exposição, e mostrá-los ao seu público” (Barsotti, 2018, p. 7).

Nesse contexto, também não podemos perder de vista a discussão que envolve o conceito de interesse público. Isso porque ele está diretamente vinculado ao entendimento do jornalismo enquanto instituição legitimada e imprescindível para a sociedade em virtude do seu dever moral com esta, a partir das informações que faz circular. Como nos explica Traquina (2008), a teoria democrática aponta para a existência de um duplo papel a ser cumprido pelo

jornalismo, abrangendo, primeiro, a vigilância do poder político e a proteção dos cidadãos dos eventuais abusos dos governantes e, segundo, fornecendo aos cidadãos as informações necessárias para o melhor desempenho das responsabilidades cívicas, tornando central o conceito de serviço público como parte da identidade jornalística.

Deriva desse entendimento a noção de que o público tem o direito de saber de assuntos que impactem em suas vidas, estando tal premissa acima de qualquer outro tipo de interesse (político, econômico, ideológico) que, porventura, tentem de algum modo limitar a efetivação desse compromisso. Assim, o serviço ao interesse público, promovido pela instância jornalística, torna-se uma determinação moral. “Em suma, o que tornaria o jornalismo uma instituição legitimada do ponto de vista social seria o fato de ele estar voltado para servir, da maneira mais completa, ao interesse público” (Gomes, 2009, p. 70). Precisamos entender, nesse sentido, que as escolhas noticiosas efetuadas diariamente pelos jornalistas e pelos veículos jornalísticos, em meio à rotina de produção informativa, devem assumir, em tese, o compromisso de atender ao interesse público.

É válido destacar que estamos mencionando um movimento que vai além do “simples” alcance em torno do “interesse do público”, costumeiramente focado em atender demandas que se baseiam muito mais no compromisso apenas com a ampliação da audiência (enviesado na valoração noticiosa expressa pela ordem do “é disso que o público gosta”) do que propriamente com tensionamentos que produzam efeitos sobre o interesse da esfera civil e influenciem na promoção de decisões e transformações de ordem política, econômica, social e assim por diante.

Como o serviço que o jornalismo pode prestar é a produção e circulação de informações, servir ao interesse público significaria colocar à disposição do público os repertórios informativos necessários para que ele possa influenciar a decisão política e a gestão do Estado, para que possa fazer-se valer na esfera política. Servir ao interesse público é servir à cidadania, no sentido de possibilitar que a coisa pública, o bem comum, seja decidido e administrado segundo o interesse geral da sociedade (Gomes, 2009, p. 80).

Teoricamente, seriam os acontecimentos de interesse público que deveriam alcançar a visibilidade noticiosa, ocasionando os debates e transformações necessários na dinâmica social. De acordo com a interpretação de Sartor (2016, p. 123), o interesse público pode ser constituído como um critério de seleção, pois levando em consideração os “(...) variados e virtualmente inesgotáveis acontecimentos do mundo, devem ter prioridade no relato noticioso aqueles que dizem respeito ou afetam diretamente o público, em detrimento daqueles que dizem respeito exclusivamente ao privado ou exercem menor influência no público”, sendo

o estabelecimento destes (em termos de valoração enquanto de interesse público), resultado exatamente de uma construção compartilhada socialmente.

Evidentemente, a noção de interesse público não aparenta ser constantemente mobilizada no cenário de produção noticiosa, em consequência do caráter mercadológico também assumido pelos veículos informativos. Assim, informações relacionadas ao interesse privado (ofertas de trabalho, programações de lazer etc.) e ao entretenimento (fatos curiosos, amenidades, a vida das celebridades etc.) passam a figurar no cenário midiático. Tal situação implica “(...) uma concepção de audiência não mais como grupo de cidadãos, mas sim de consumidores para os quais o produto informativo deve ser feito sob medida. Trata-se do que o jargão profissional denomina como ‘interesse do público’” (Sartor, 2016, p. 125). Isso não significa, porém, que essas dimensões (interesse público e do público) não possam atuar de forma articulada ou imbricadas entre si. Há, dessa maneira, a possibilidade de que os veículos de comunicação equilibrem em uma mesma narrativa qualidades que sejam pertinentes à esfera pública, fazendo isso de uma maneira que seja atraente para as audiências (aspecto comercial).

Em face do exposto, fica evidente que a informação jornalística, mesmo diante das transformações e tensionamentos sofridos na atualidade, precisa atender a premissa básica da relevância como forma de garantir, ou pelo menos buscar, o manutenção da sua legitimidade social enquanto instância gabaritada para nos apresentar aquilo que de mais importante acontece no cotidiano. Como uma etapa seguinte da discussão, é válido que nos perguntemos como se estabelece, de modo mais operacional, a relevância de um acontecimento. Conforme buscamos demonstrar, os veículos de jornalismo precisam levar em conta, além dos constrangimentos organizacionais que os cercam, as expectativas/tensionamentos da audiência quando realizam a seleção noticiosa. Porém, quais são e como se constituem exatamente os parâmetros utilizados no momento em que se processa tal valoração?

4.2 Os critérios de noticiabilidade e os valores-notícia

A perspectiva que adotamos para a tese trabalha com a seguinte compreensão: as notícias produzidas diariamente pelos veículos de jornalismo são fruto de uma negociação envolvendo a institucionalização jornalística, os vínculos entre os jornalistas e o seu público e os constrangimentos organizacionais (linha editorial, aspectos comerciais, infraestrutura etc.). Com relação ao entendimento do jornalismo como instituição social, já tivemos a oportunidade de explorar o assunto nas páginas anteriores, demonstrando que apesar dos tensionamentos contemporâneos, se trata de uma legitimidade conquistada historicamente, responsável por lhe

conceder o papel específico, não executado por outras instituições, de produzir para um público amplo e variado uma reconstrução discursiva do mundo, indicando o que é relevante.

Essa primeira chave de leitura (institucionalização jornalística) nos ajuda a entender como os jornalistas chamaram para si e conquistaram, perante a sociedade, o papel de definidores dos acontecimentos que podem merecer notoriedade para a coletividade. Agora, ao adentrarmos no nível operacional de estruturação da relevância jornalística, precisamos olhar também para as outras duas chaves de leitura citadas (os vínculos entre os jornalistas e o seu público e os constrangimentos organizacionais). Isso porque elas complementam a discussão, revelando aspectos que compõem a dinâmica interna dos veículos informativos, e destacam os elementos determinantes para a constituição da valoração noticiosa partilhada pela instância midiática e o seu público. É preciso ressaltar, desde já, que estamos falando de diferentes dimensões, dotadas de características particulares, mas que se retroalimentam, gerando consequências no processo de produção das notícias.

Gostaríamos assim de retomar um aspecto citado no tópico anterior para podermos avançar na discussão. Conforme abordamos, os acontecimentos são considerados relevantes ou não em consonância com as expectativas da audiência. Seguindo com o raciocínio, Guerra (2008, p. 226) nos fala que é através do reconhecimento de tais anseios que os jornalistas podem interpretar quais parâmetros de relevância deverão ser acionados diariamente. Assim, “quando tratamos de relevância no jornalismo, estamos tratando de valores-notícia”. É por meio destes que se expressam as expectativas da audiência. Para o pesquisador, são os valores-notícia que sinalizam aquilo que pode ser considerado relevante, sendo dessa maneira os pontos de referência para a eficácia da atuação jornalística.

Como forma de assimilarmos melhor a conceituação e a operacionalidade dos valores-notícia, precisamos, primeiramente, situá-los no contexto mais amplo da noticiabilidade, entendendo tais conceitos como coisas distintas. Na concepção de Wolf (2008, p. 196), a noticiabilidade diz respeito aos processos que padronizam e tornam rotineiras as práticas de construção noticiosa. “(...) ela equivale a introduzir práticas de produção estáveis numa ‘matéria-prima’ (os acontecimentos do mundo), por sua natureza extremamente variável e imprevisível”. Isso ajudaria a instância jornalística a contar com operações e instrumentos que tornariam possível enfrentar a tarefa diária de escolher, em meio a um número imprevisível e indefinido de acontecimentos, uma quantidade estável de eventos a serem publicizados. Estamos falando assim de uma racionalização do trabalho em torno das etapas que envolvem a definição dos acontecimentos que se tornarão notícia.

É preciso, todavia, adotar algumas precauções quando se mobiliza o conceito de noticiabilidade. A necessidade advém da existência de uma ampla rede de condicionantes que a estruturam e acabam por determinar a produção estável das notícias.

(...) noticiabilidade pode ser entendida como uma combinação complexa de forças ou fatores potencialmente capazes de agir no processo da produção da notícia, desde características do acontecimento, julgamentos pessoais e habilidades dos jornalistas, relação dos repórteres com as fontes, qualidade do material apurado e tratado (imagem, som e texto), prazo e linha editorial, condições favorecedoras ou limitantes da empresa de mídia no mercado (econômicas, tecnológicas e políticas editoriais), relação do veículo noticioso com a publicidade, negociações com público e audiências (circulação e recepção), questões éticas e ideológicas das decisões editoriais, cultura profissional da categoria e ainda circunstâncias históricas, culturais, políticas e econômicas de uma determinada sociedade (Silva, 2018, p. 317).

Como podemos ver, são numerosos os elementos que atuam na operacionalização da produção noticiosa. Em virtude disso, tomamos como auxílio a categorização da noticiabilidade, apresentada também por Silva (2018), que propõe dividi-la em três instâncias, ordenando-a em grupos de critérios (de noticiabilidade) que afetam as ações jornalísticas ao longo de todo o percurso de estruturação do conteúdo informativo. Temos assim: (1ª instância) critérios de noticiabilidade na origem dos fatos (valores-notícia) – relativos à percepção e seleção do acontecimento; (2ª instância) critérios de noticiabilidade no tratamento dos fatos – que abrangem o momento de apuração, edição, narração, hierarquização e publicação do material jornalístico; (3ª instância) critérios de noticiabilidade na visão dos fatos – que também interferem na produção da notícia, mas integram elementos de ordem mais abstrata do campo do jornalismo, relacionando-se à ética jornalística e a princípios caros ao campo, tais como verdade, imparcialidade, interesse público etc. Dessa maneira, evidencia-se que os critérios de noticiabilidade envolvem elementos para além do momento de definição do que é noticiável ou não. Eles são acionados e influenciam nas diversas etapas da produção noticiosa, desde a escolha entre uma pauta ou outra, até a manchete do dia.

Fica explícito, também, que os valores-notícia, enquanto elementos que estão diretamente vinculados e sinalizam a relevância dos acontecimentos, são apenas um entre tantos outros critérios que fundamentam a noticiabilidade. Ao localizá-los em uma primeira instância, destaca-se o papel que teriam ao funcionarem como parâmetro para a atuação dos jornalistas nas situações em que esses necessitam valorar os diversos eventos cotidianos. Como explica Wolf (2008, p. 203), os jornalistas não podem decidir, a cada nova ocasião, desde o princípio, como selecionar os fatos que serão transformados em notícia, pois “(...) isso tornaria o seu trabalho impraticável. A exigência primária é, portanto, a de fazer dessa incumbência uma rotina, a fim de torná-la passível de ser cumprida e administrada. Os valores-notícia servem

justamente para isso”. Ou seja, diante das pressões de tempo com as quais o aparato midiático e os seus integrantes precisam lidar diariamente, são os valores-notícia que viabilizam e oferecem parâmetros de relevância para a seleção ágil, rotineira e regular dos acontecimentos.

Todavia, é importante que se diga desde já que a conformação dos valores-notícia não passa apenas pela perspectiva subjetiva dos jornalistas, apesar da forte vinculação que estabelece com as rotinas produtivas destes profissionais. Isso porque, como veremos mais adiante, a dimensão institucional dos veículos informativos (como é o caso da linha editorial, por exemplo) e as expectativas da audiência (como temos dito) também se fazem presentes e influem em tal contexto.

Em termos conceituais, a ideia central em torno dos valores-notícia é que eles expressam características/atributos intrínsecos dos acontecimentos, o que os faz terem mais ou menos peso noticioso. Para Wolf (2008, p. 202), eles representam a resposta à seguinte pergunta: “(...) quais acontecimentos são considerados suficientemente interessantes, significativos, relevantes, para serem transformados em notícia?”. Estamos falando assim de tipificações presentes no dia a dia das redações dos veículos informativos, passíveis de repetição e destinadas a objetivos práticos. Tal como defende Traquina (2008, p. 94), “os valores-notícia são um elemento básico da cultura jornalística que os membros desta comunidade interpretativa partilham. Servem de ‘óculos’ para ver o mundo e para o construir”.

É importante ressaltar, ao mesmo tempo, o entendimento de que se por um lado os valores-notícia orientam principalmente a seleção primária dos fatos – funcionando como parâmetros para a definição dos acontecimentos dignos de serem transformados em notícia –, por outro, eles também interferem na seleção hierárquica destes, etapa que envolve o tratamento/edição do material nas redações (Silva, 2018; Wolf, 2008). Nesse “segundo momento”, eles podem servir como linhas-guia para a apresentação do material, sugerindo as qualidades do acontecimento que devem ser ressaltadas, quais devem ser priorizadas, bem como o que deve ser omitido. Assim, os valores-notícia são determinantes, por exemplo, no momento de hierarquização da primeira página de um jornal, na definição da escalada e da ordem dos blocos de um telejornal, ou na estruturação da *home* de um site noticioso.

A esse respeito, Traquina (2008) propõe uma divisão bastante didática como forma de ressaltar o funcionamento desta dinâmica, e que citaremos aqui a título de informação. Para o pesquisador português, influenciado por Wolf (2008), é possível trabalhar com duas categorias distintas de valores-notícia: os de seleção e os de construção. A primeira categoria (de seleção) estaria dividida em dois subgrupos, sendo eles os *critérios substantivos*, que envolvem a avaliação do acontecimento em termos da sua relevância como notícia, e os

critérios contextuais, que dizem respeito ao contexto em que a produção da notícia se dá. Já os *critérios de construção* englobam as linhas guia para a apresentação do material, sugerindo o que deve ser realçado, o que deve vir primeiro etc.⁶⁹

Que os valores-notícia funcionam como parâmetros de relevância para a produção das notícias, isso parece ficar explícito a partir da argumentação que estamos construindo. Há a necessidade, entretanto, de evidenciarmos como as expectativas da audiência se vinculam e atravessam este elemento central da atividade jornalística. Na concepção de Guerra (2008), os jornalistas tipificam e se aproximam dos valores-notícia que envolvem as expectativas da audiência de duas formas: 1ª) através da tentativa e erro, e 2ª) por meio de métodos modernos de sondagem.

No primeiro caso, os veículos de comunicação se valeriam da periodicidade como forma de verificar continuamente se os conteúdos selecionados e colocados em circulação despertam ou não o interesse do seu público, seja por meio da vendagem ou da aferição da própria audiência (no caso da TV, os pontos alcançados). Como estamos falando de uma produção de notícias diária (claro, em alguns casos ela pode ser semanal e até mensal, como acontece com as revistas), os graus de compatibilidade (ou os valores-notícia mobilizados) iriam sendo ajustados, quando necessário, por meio dessas “tentativas” e “erros”.

O segundo caso consiste no emprego de dados obtidos por meio de pesquisas de sondagem de opinião pública, as quais apontam de forma sistemática os graus de satisfação que determinado programa ou telejornal, por exemplo, obtém junto a sua audiência. Tais informações podem ser utilizadas como referência pelos jornalistas nos momentos em que se definem as pautas, as temáticas mais preponderantes, os tipos de abordagem.

Apesar de ambas as situações ainda serem mobilizadas pelas equipes de pesquisa ao buscarem compreender os pontos de referência envolvendo os valores-notícia compartilhados pelos veículos jornalísticos e o seu público, a presença da audiência potente (Mesquita; Vizeu, 2014) traz à tona novos modos de visualizar essa relação. Como nos explica Santos (2020), as operações jornalísticas têm sido cada vez mais guiadas por dados, situação que implica em uma reconfiguração em torno da percepção de valor da notícia. Com a amplificação das possibilidades de se verificar, via interações digitais, as expectativas das audiências, há uma especialização em torno das dimensões que antes se esgotavam entre a “tentativa e erro” e os “métodos de sondagem”, oferecendo assim uma nova camada de informação para a tomada de decisões (que envolvam seleção noticiosa ou não) na redação.

⁶⁹ Para cada uma das categorias mencionadas, o autor apresenta listas de valores-notícia. A esse respeito, ver Traquina (2008, p. 79-92).

(...) além de simplesmente garantir que o conteúdo chegue à audiência, agora, é necessário compreendê-la em profundidade e em tempo real, monitorando todo o engajamento possível, não só pelos canais tradicionais de contato, mas pelas redes sociais, plataformas de vídeo e qualquer outra porta digital onde seja viável extrair dados sobre quem está do outro lado (Santos, 2020, p. 583).

Essa perspectiva de ampliação do olhar sobre a audiência é reveladora das transformações pelas quais o processo de produção noticioso tem passado atualmente. Em um cenário de disputa acirrada pela atenção dos telespectadores, os veículos de telejornalismo têm investido na implementação de ferramentas que proporcionem tomadas de decisão o mais assertivas possível, fazendo com que o “faro dos jornalistas” para a seleção das notícias venha acompanhado agora de tabelas com tendências comportamentais do seu público, planilhas de engajamento, projeções acerca de assuntos com maior probabilidade de repercussão e assim por diante. Conforme nos explicou a editora-chefe do CETV 1ª Edição:

A gente tem um sistema interno, um *Power BI*⁷⁰ que mostra o público, se ele é feminino ou masculino; se ele tem 50 [anos] mais ou se ele é 18 [anos] mais; qual é o percentual de cada público. Isso é um setor de inteligência da TV e isso é uma arma poderosíssima que a gente tem. O nosso *delay* é de dois dias, então eu posso ver qual foi a minha audiência de sábado, por exemplo, por idade, por gênero, por classe social; quanto tempo ele ficou em média assistindo o programa; quantas pessoas foram impactadas pelo programa; o trilha da audiência, se a audiência foi maior no começo ou no fim. Então isso tudo a gente estuda para tomar decisões no futuro (Editora-chefe CETV 1ª Edição, entrevista realizada em 06/12/2023).

Por meio desses processos, as expectativas e preferências do público se tornam cada vez mais transparentes, sendo captadas pelas organizações jornalísticas que as cristalizam em suas práticas de produção interna através de valores-notícia de referência que passam a ser constantemente acionados no dia a dia do trabalho de seleção informativa. “Eles [valores-notícia de referência] resultam das expectativas da audiência visada pela organização, a partir do que esta processa numa série de definições até chegar ao melhor ponto de ajuste entre aquelas expectativas e a sua capacidade de produzir notícias” (Guerra, 2008, p. 229).

A passagem citada nos relembra, novamente, que apesar de possuir um peso significativo na determinação da valoração dos acontecimentos a serem publicizados, a audiência não é a única instância a interferir nessa equação. Isso porque as organizações jornalísticas possuem projetos editoriais, limitações técnicas, estão inseridas em contextos culturais, geográficos e políticos específicos etc. Desse modo, os valores-notícia de referência mencionados por Guerra (2008) devem ser compreendidos como sendo a concretização do

⁷⁰ O *Power BI* é uma ferramenta que promove a análise de dados, através de recursos de inteligência artificial, gerando relatórios que permitem a tomada de decisões.

equilíbrio possível entre as expectativas da audiência e as condições reais com as quais os veículos de jornalismo contam para efetivarem o seu trabalho.

Gostaríamos de acrescentar mais alguns elementos nessa discussão acerca de como se consolidam os valores-notícia na prática cotidiana da instância jornalística e que apontam para além das expectativas da audiência. A começar pelo fato de que os valores-notícia são frutos do contexto social e sofrem interferências diretas deste. Assim, as tipificações⁷¹ que são realizadas pelos jornalistas e pelo público advêm do convívio em uma sociedade específica, o que acaba possibilitando o compartilhamento de mapas de significados em comum e a busca por um equilíbrio na aplicação destes no contexto de produção das notícias. “Não só somos todos capazes de manipular estes ‘mapas de significados’, para compreender os acontecimentos, mas também temos interesses, valores e preocupações fundamentais, em comum, que estes mapas incorporam ou reflectem” (Hall, 1993, 226).

Isso evidencia o fato de que os valores-notícia são fundamentalmente sociais, representando marcos de familiaridade a partir dos quais lidamos com os acontecimentos cotidianos. Levando isso em consideração, Silva e França (2017) nos falam que:

(...) [os] ‘valores-notícia’ do jornalismo se apoiam em uma profunda retaguarda social e requerem um conhecimento consensual sobre o mundo. Os ‘mapas culturais de significado’ (ou quadros de referência e de sentido), que incorporam e refletem os valores comuns, são compartilhados pelos agentes jornalísticos e seus públicos, e são mobilizados no processo de definição e contextualização de um acontecimento, de forma a torná-lo inteligível aos públicos (Silva e França, 2017, p. 18-19).

É perante este pano de fundo consensual que se moldam os indicadores de valoração dos acontecimentos. Nessa perspectiva, só é possível avaliar a relevância de um determinado fato em virtude dos parâmetros sociais estabelecidos. Temos assim que os valores-notícia, apesar de serem tomados como ferramentas centrais nas rotinas produtivas jornalísticas, ultrapassam em muito as dinâmicas internas dos veículos de jornalismo, desenvolvendo uma relação dialógica com a sociedade. Nos parece então que se os jornalistas possuem um “faro para a notícia”, isso ocorre não graças a uma capacidade metafísica que lhes permite acessar uma dimensão dos acontecimentos inapreensível para os demais sujeitos, mas em decorrência também da apreensão dos valores compartilhados socialmente por todos.

Esse também é o entendimento sustentado por Correia (2005), que avalia o sistema de relevâncias dos jornalistas como sendo algo resultante das interações sociais que se efetivam

⁷¹ Por tipificação entendemos o estabelecimento de regularidades, por meio do estoque social de conhecimentos que possuímos (Berger e Luckmann, 2014), de modo a lidar sistematicamente com o surgimento generalizado de novas situações.

cotidianamente. Assim, “(...) os valores-notícia reflectem a intersecção entre o sistema de relevâncias vigente na redacção, no grupo profissional e no mundo da vida em que estão inseridos. O que é tematizado como importante [pelos jornalistas] não resulta de uma percepção formulada a partir do nada” (Correia, 2005, p. 128). Nesse sentido é que se pode afirmar a natureza dinâmica dos valores-notícia, os quais podem acompanhar/sofrer alterações em decorrência das transformações culturais, políticas e tecnológicas da sociedade. “(...) estes alteram-se no tempo e, mesmo apresentando uma forte homogeneidade dentro da cultura profissional (além das divisões ideológicas, de geração, de meio de expressão etc.), não permanecem sempre os mesmos” (Wolf, 2008, p. 205).

Seguindo essa linha de raciocínio, mas tecendo uma crítica acerca do dimensionamento que os valores-notícia assumem no contexto da produção noticiosa, Moraes (2022) nos chama a atenção para o fato de que não podemos esquecer que as hierarquizações presentes nesses valores podem expressar, a depender da maneira como são mobilizados, conformações de uma sociedade carregada de preconceitos (de raça, de gênero, de região etc.). Ou seja, aquilo que é elaborado como uma qualidade noticiosa pode representar a segregação/estigmatização de grupos de indivíduos, de comunidades, entre outros, em decorrência da não compreensão da construção social que o valor-notícia carrega. Assim, é preciso apreendê-los também em torno do seu valor político e transformador.

(...) o valor-notícia está profundamente interligado às exigências empresariais e organizativas das instituições, além da própria conformação do trabalho jornalístico e da intervenção dos profissionais. Questões pessoais, sociais, culturais, físicas e ideológicas estão presentes e devem ser sempre observadas nesse bojo. É dizer, sucintamente, que valores-notícia não podem ser entendidos apartados de contextos sociais e comportamentais (...) (Moraes, 2022, p. 115-116).

É importante constatar, nesse sentido, que a existência de consensos sociais como forma de moldar os valores-notícia podem estar sustentados em princípios que fazem parte de dado período histórico e, por conseguinte, representam dilemas. Em outras palavras: a existência de um consenso, por exemplo, em torno da significância do que venha a ser atualmente o valor-notícia da notoriedade (importância hierárquica dos envolvidos no acontecimento) não significa a inexistência de contradições ou disputas de sentido em torno dele. Compreender o valor político e transformador dos valores-notícia, como nos fala Moraes (2022), passa assim pela tomada de consciência de que os consensos envolvem um processo de escolha das angulações (quem são as pessoas e os lugares que valem mais e devem ser considerados dignos de notoriedade em nossa sociedade), de modo que a formatação dos valores-notícia não é dada por si só, nem tampouco é imutável. Cabe aos profissionais do

jornalismo o exercício de empreender um olhar crítico que consiga entender o seu papel no modo como pessoas, grupos, lugares, temas etc., são noticiados a partir dos valores-notícia.

Até aqui buscamos explicitar como se estruturam os aspectos que envolvem a valoração dos acontecimentos em termos da relação entre os jornalistas e o seu público. Contudo, precisamos levar em consideração (e tendo em mente as chaves de leitura que citamos no início do tópico) a existência de elementos de ordem organizacional que funcionam como parâmetros no contexto de definição dos eventos a serem publicizados pela instância midiática. Afinal de contas, não podemos perder de vista que “(...) a notícia começa e acaba na sociedade. E no meio do caminho há o jornalista, a empresa de mídia e os inúmeros interesses que elaboram o acontecido e os ditos em produto noticioso comercializável” (Silva, 2018, p. 318).

Desse modo, compreendemos que os valores-notícia funcionam como parâmetros para o trabalho de seleção noticioso, tendo como base as expectativas da audiência, mas que também precisam atender/estar em conformidade com a linha editorial da empresa de jornalismo. Em outras palavras, quando ocorre a definição dos valores-notícia de referência – tomando de empréstimo aqui a categoria proposta por Guerra (2008) – utilizados rotineiramente por um veículo jornalístico, esses necessitam ser validados, ao mesmo tempo, pela audiência (enquanto possibilidade de satisfazê-la com informações relevantes para as suas vidas) e no âmbito da instituição jornalística, a partir do seu projeto editorial, que abarca não somente elementos concernentes ao interesse público, mas também a aspectos mercadológicos.

Quando mencionamos a perspectiva editorial, estamos nos referindo ao fato de que os veículos de jornalismo adotam formas de se colocar enquanto intérpretes do cotidiano, o que gera consequências diretas na sua atuação.

A política editorial influencia a disposição dos recursos da organização e a própria existência de espaços específicos dentro do produto jornalístico através da sua política de suplementos e sobretudo de rubricas. A criação de espaços regulares, como suplementos e rubricas/seções, tem consequências diretas sobre o produto jornalístico de uma empresa porque a existência de espaços específicos sobre certos assuntos ou temas estimula mais notícias sobre esses assuntos ou temas, porque tais espaços precisam ser preenchidos (Traquina, 2008, p. 93).

Apesar da passagem mencionada fazer referência de modo mais sobressalente à dinâmica do impresso (vide os termos “suplementos”, “rubricas”), ela obviamente pode ser mobilizada também para tratar do contexto que envolve o telejornalismo, como é o caso do CETV 1ª Edição. Enquanto programa televisivo de conteúdo informativo, ele possui uma linha editorial que conduz, por exemplo, a maneira como é feita a disposição das suas equipes, gerando implicações nos valores-notícia manuseados na seleção dos acontecimentos. Conforme nos explicou, em entrevista, o(a) produtor(a) do telejornal cearense, existem coberturas pré-

determinadas envolvendo, por exemplo, o tema da segurança pública, já que esse é um dos pontos fortes em termos de assunto. “Geralmente dia de quarta e quinta-feira tem coletiva [de imprensa] da Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social do Ceará. Tem alguma prisão, alguma coisa assim. Então já é certo um repórter do CE 1 ficar para isso” (Produtor(a) CETV 1ª Edição, entrevista realizada dia 03/02/2022).

O fato, por si só, de que ocorra a coletiva de imprensa da SSPDS/CE não implica automaticamente que deva haver uma cobertura jornalística desta. Outros órgãos públicos provavelmente também realizam semanalmente atividades deste tipo e não necessariamente contam com um repórter de plantão do CETV 1ª Edição. Contudo, tendo em vista que há uma predisposição do telejornal em abordar acontecimentos envolvendo a segurança pública, isso acaba interferindo nos valores-notícia levados em conta, fazendo com que a coletiva da SSPDS/CE seja valorada como algo relevante. O próprio fato de o CE 1 adotar como prioridade, a partir de sua linha editorial, a cobertura das chamadas “notícias quentes” (*hard news*) gera toda uma forma de organizar a sua rotina produtiva e mobilizar os valores-notícia em conformidade com o seu modo de atuação, como explica a sua então editora-chefe.

(...) às 14h a gente já tem uma outra reunião [de pauta]. O que é que se define nessa reunião: algum feedback, alguma coisa que deu certo, o que deu errado no telejornal [que foi ao ar às 11h45]. A gente sempre está fazendo essa troca e a gente já pensa as pautas do dia seguinte porque o CE 1 é um telejornal essencialmente factual, mas a gente não pode esperar só pelo factual. Então cada repórter, a gente tem três repórteres em Fortaleza, um em Sobral e dois no Cariri, fica responsável por duas pautas. Uma a gente já consegue decidir, pensar e marcar no dia anterior, nessa reunião das 14h. E a outra pauta a gente deixa o espaço livre para o factual. Então pode perceber que no jornal sempre vai ter um assunto mais frio, desde uma ação solidária até uma entrevista com a Polícia Rodoviária Federal, por exemplo, na véspera do feriado, e outro vai ser um assunto mais quente, mais factual do dia, do que aconteceu durante a noite, de madrugada. Geralmente assunto policial porque o CE 1 também tem essa essência de ser de comunidade, de prestação de serviços, de polícia (Editora-chefe CETV 1ª Edição, entrevista realizada em 06/12/2023).

Esse direcionamento ocasionado pela linha editorial se encaixa exatamente com a ideia, citada anteriormente por Traquina (2008), de que os veículos de jornalismo ao contarem com a existência de espaços específicos para determinados assuntos, acabam estimulando a publicização de mais notícias sobre o mesmo. Ou seja, ao contar com um tempo (já que estamos falando de televisão) mais alargado para a inserção de acontecimentos factuais da temática da segurança pública, haverá uma recorrência maior na valoração dos fatos sociais constituintes desta temática. Por outro lado, se este mesmo telejornal dispuser de um tempo menor para a publicização de pautas de serviço, de cultura, de esportes etc., o nível de concorrência entre os acontecimentos que são pertinentes a essas temáticas tenderá a ser mais intenso, e a avaliação dos valores-notícia que lhe são intrínsecos inevitavelmente também será mais acurada.

É importante dizer que ao adotar esse tipo de postura, o telejornal encaminha para o telespectador uma mensagem acerca da sua forma de atuação, revelando não somente características da sua linha editorial, mas também evidenciando elementos que o diferenciam dos demais. Isso pode se dar através do modo de linguagem que é utilizado pelos apresentadores e repórteres (mais ou menos formal); pelas capacidades técnicas na geração do conteúdo (interação ao vivo com as equipes que estão em campo ou utilização preponderante de material gravado, área de cobertura, dentre outros); pelo formato do cenário do telejornal (o que inclui, por exemplo, as cores do estúdio, a presença ou não de uma bancada para os âncoras etc.), assim como através da seleção noticiosa efetuada e dos assuntos que acabam sendo mais corriqueiros.

Ao ressaltar a necessidade de que tais demarcadores sejam levados em consideração, Gomes (2004) propõe o conceito de “modo de endereçamento”, afirmando que quem quer que produza uma notícia deverá ter em mente não apenas os aspectos concernentes ao acontecimento, sendo necessário acrescentar também uma orientação em relação à audiência.

Modo de endereçamento é aquilo que é característico das formas e práticas comunicativas específicas de um programa, diz respeito ao modo como um programa específico tenta estabelecer uma forma particular de relação com a sua audiência. (...) os formatos e as práticas de recepção solicitadas e construídas pelos telejornais (Gomes, 2004, p. 90).

Assim, quando o CETV 1ª Edição entra no ar, aquilo que diz respeito ao processo de seleção noticioso efetuado pelo telejornal expressa as suas predisposições, mas que ao mesmo tempo estão alinhadas às expectativas da audiência que reconhece os modos de endereçamento ali presentes. É como se fosse um jogo de equivalências em que a instância midiática não se basta por si só – pois a sua produção informativa visa obrigatoriamente atingir um público –, e uma audiência que apesar de possuir um papel de destaque em termos das expectativas que espera serem cumpridas, não pode determinar de maneira unilateral a seleção noticiosa. Acerca da discussão, a Editora-chefe do CE 1 nos explica:

A gente não usa só a audiência e não usa só a linha editorial [na seleção noticiosa]. A gente quer assuntos que atendam o nosso público, que serão fortes, e aí uma coisa que gera a outra. O que atende o nosso público, o público vai engajar e vai dar audiência. Então se eu for colocar uma prestação de serviço, uma coisa que interessa o público, ele vai responder em audiência. A gente segue essa linha. Não vou colocar uma coisa sensacionalista, um vídeo forte apenas por mostrar, apenas pela audiência, se ele não seguir essa linha editorial do telejornal (Editora-chefe CETV 1ª Edição, entrevista realizada em 06/12/2023).

Retomemos aqui o que nos fala Silva (2018, p. 323): “A ideia central por trás do conceito de valores-notícia continua sendo, a meu ver, a percepção de que há

características/atributos de determinados acontecimentos que os fazem ter mais ou menos peso noticioso”. Dessa maneira, quanto mais qualidades forem atribuídas pelos jornalistas (levando também em consideração a linha editorial) e pela audiência a um fato social, maiores serão as chances de que ele seja capturado pela instância midiática e consequentemente publicizado. Podemos dizer, desse modo, que se trata de uma engrenagem complexa, na qual os valores-notícia funcionam como uma das peças da estrutura de funcionamento da produção das notícias, estabelecendo pontes de conversação entre as diferentes partes.

Nesse processo, a linha editorial parece estabelecer pré-requisitos para os acontecimentos, ora facilitando, ora dificultando a sua entrada no sistema de seleção noticioso. No caso do CETV 1ª Edição, por exemplo, entendemos que os acontecimentos flagrados por câmeras de videovigilância, abrangendo a temática da segurança pública/violência, não precisam, obrigatoriamente, contar com qualidades extraordinárias para alcançarem o status de notícia, como veremos mais adiante, dada a sua linha editorial. Situação que pode ser diferente quando se trata dos assuntos de outras seções (esporte, cultura, política, economia) que ao contarem com menos tempo de inserção disponível, precisam travar uma disputa mais acirrada entre si, devendo possuir diversas qualidades para se destacarem e assim obterem a valoração necessária para sua publicização.

Desse modo, e a partir da leitura que propomos na tese, fica evidente que a valoração dos acontecimentos é algo que não pode ser posto apenas nas mãos dos jornalistas, da audiência ou derivado exclusivamente das engrenagens internas das empresas midiáticas. Chegamos então a um entendimento que aponta para a junção de elementos compostos pela dimensão sociocultural (que se dá principalmente no estabelecimento de consensos valorativos entre a audiência e os jornalistas) e institucional/organizacional (materializada nas dinâmicas editoriais e nos constrangimentos organizacionais dos veículos jornalísticos). É entre os tensionamentos e a acomodação desses aspectos que se dá a organização do processo de produção noticioso. Mesmo com esse contexto teórico em mente, ainda fica uma questão: de que modo os flagrantes de videovigilância interferem/inauguram dinâmicas envolvendo a rotina produtiva de um telejornal como o CETV 1ª Edição, mais especificamente no que concerne à seleção noticiosa?

4.3 As imagens de videovigilância e os sentidos de imediação e de efeito do real

Para tentar responder essa pergunta, precisamos ressaltar de modo inicial um aspecto que é central no telejornalismo. Como nos alerta Siqueira (2018, p. 641), “ter a imagem

do fato no instante em que ele ocorre é um diferencial essencial para o meio televisivo. Essa é uma das principais características da televisão, a questão visual das notícias dentro do processo de reconstrução da realidade”. A imagem ocupa assim um papel notório, sendo mobilizada como uma forma de (re)apresentar as situações cotidianas e desse modo atestar a sua ocorrência.

Nas mídias, o meio mais eficaz de designação é a imagem que, no imaginário social, participa da ilusão de *verismo*, fazendo com que se tome aquilo que representa o objeto (...) pelo próprio objeto; isso ocorre particularmente com a foto de imprensa ou com a imagem televisiva, principalmente quando esta se reveste dos atrativos da transmissão direta (Charaudeau, 2012, p. 89).

Nesse sentido, a imagem atua no telejornalismo como uma espécie de “prova material” daquilo que ocorreu. “O texto da narração atribui significados e institui uma narrativa, mas a legitimação do fato reproduzido reside principalmente na própria imagem” (POLYDORO, 2014, p. 95). Além disso, ter ou não cenas sobre um acontecimento que deve ser noticiado é determinante também para definir o modo como ele será apresentado, como explica a editora-chefe do CETV 1ª Edição: “televisão é imagem. Então eu posso ter uma história muito boa que não tem imagem nenhuma e aí o repórter falando os 4 minutos daquele assunto pode não prender a atenção da pessoa. Então será que não vale só uma nota no estúdio, o apresentador falando?” (Editora-chefe CETV 1ª Edição, entrevista realizada em 06/12/2023).

Reconhecer a existência desse “lugar de referência” ocupado pela dimensão imagética no campo da informação audiovisual é importante para compreendermos, por consequência, o peso que os conteúdos provenientes dos dispositivos de videovigilância podem representar quando se trata de contribuir para a publicização dos acontecimentos cotidianos. Dito isso, gostaríamos de prosseguir abordando especialmente duas questões que são acionadas pelas imagens de videovigilância e que são importantes para entendermos o processo de seleção noticioso, efetuado pelo telejornal CETV 1ª Edição, envolvendo esse tipo de conteúdo. São elas o caráter “imediato” e o efeito de real.

Para falarmos sobre a primeira delas (a “imediação”), precisamos tocar no debate que envolve a produção de conteúdos audiovisuais gerados externamente ao ambiente dos veículos de jornalismo e as especificidades que caracterizam tais imagens. É evidente que quando mencionamos a dimensão externa, temos ciência de que ela envolve não somente as cenas provenientes dos dispositivos de videovigilância, mas contempla também o material categorizado como “amador”. Para evitarmos confusões conceituais e com o intuito de demarcarmos o que estamos chamando de “caráter imediato” das imagens de videovigilância é que apresentaremos algumas distinções entre estas e as imagens amadoras.

Conforme argumenta Siqueira (2013), a distinção inicial entre elas estaria no propósito com que são produzidas, pois apesar de ambas serem mediadas por equipamentos tecnológicos, apenas uma delas, nesse caso as imagens amadoras, é fruto da ação consciente proferida pelos cidadãos. Esse, aliás, seria o movimento ordenador que estrutura a atuação dos sujeitos enquanto coprodutores da notícia (Siqueira, 2013), pois ao se verem diante de um fato potencialmente noticioso, agiriam de forma direta e deliberada ao sacarem seus aparelhos eletrônicos, produzindo flagrantes imagéticos que posteriormente poderiam vir a ser utilizados pela instância jornalística. Temos, deste modo, registros em vídeo que trazem à tona as marcas autorais de um sujeito/cinegrafista que, mesmo possuindo um status de “anônimo” ou “amador”, adota um ponto de vista e os transpõe para o registro efetuado.

Ressaltando tais traços autorais, Polydoro (2019, p. 80-81) menciona que a existência dos elementos demarcadores envolvendo a intencionalidade da imagem amadora se encontram expressos na própria materialidade do conteúdo produzido. O pesquisador se refere, de modo mais exato, aos “(...) ruídos típicos das filmagens amadoras, que possui entre seus efeitos a remissão permanente à presença do operador – de um corpo humano cujos movimentos refletem em movimentos na câmera”. Podemos acrescentar também os sons que são emitidos por quem efetua o registro, e que muitas vezes “vazam” na hora da filmagem, reverberando assim sentimentos de espanto, contemplação, revolta etc., diante do acontecimento flagrado.

Por outro lado, a câmera de vigilância é tomada como “(...) um equipamento que está ali, que pode captar qualquer fato ou acontecimento. É um mecanismo de coprodução impessoal e indireto, mesmo que possa ter os ajustes de aproximação e enquadramentos manipulados” (Siqueira, 2013, p. 139). Em tese, temos então que as imagens de videovigilância se configuram como registros os quais a captação do flagrante não depende exclusivamente de um ato intencional direto de alguém, mas que seria, de outro modo, derivada da presença ubíqua do dispositivo que atua de forma ininterrupta, 24 horas por dia. A respeito disso, vale relembrar, assim como foi mencionado no capítulo 2, que as imagens de videovigilância nem sempre contam, no instante de sua captação, com o olho de um cinegrafista (seja ele amador ou profissional da imprensa) na lente da câmera. Elas seriam, nesse sentido, “(...) capazes de produzir uma visão inerte (sem a interpretação do olho de um sujeito) do acontecimento” (Monteiro, 2009, p. 25).

Estamos falando assim de uma imagem que, sem o olhar humano, parece se fazer sozinha, indiferente e impessoal, concedendo o protagonismo à máquina. “Um automatismo uma escala acima daquele associado às tecnologias de captação de imagem desde o surgimento da fotografia, nos quais a participação humana resume-se, supostamente, a apertar um botão”

(Polydoro, 2019, p. 80). É tendo compreensão da existência destas características que a ideia de “imedição” parece se insinuar ao olharmos para as imagens de videovigilância. Precisamos, todavia, situar essa particularidade no contexto telejornalístico, que é o nosso foco de atenção, partindo da premissa de que a pretensa inexistência de subjetividade na captação das cenas por tais dispositivos de visibilidade pode atuar e influenciar na valoração dos acontecimentos a serem selecionados e publicizados pelos veículos de comunicação.

A leitura proposta nesta pesquisa é a de que as imagens de videovigilância efetuam, de modo implícito, um duplo movimento de “não mediação”, obtido a partir do seu olhar maquínico, que beneficia diretamente os anseios da produção telejornalística contemporânea. Estamos nos referindo ao fato de que, primeiro, ela é produzida externamente ao ambiente das empresas de jornalismo, ressaltando, já de partida, a inexistência de vínculos ou interferências editoriais, o que pode lhe conferir um caráter de isenção, provocando um efeito de transparência jornalística. Como argumenta Martins (2015, p. 58), as cenas provenientes das câmeras de vigilância estão calcadas “(...) numa sensação de que há pouca ou nenhuma interferência dos produtores no texto ali exibido e, portanto, a notícia veiculada cumpre os ideais de objetividade e neutralidade esperados em todo produto jornalístico”.

Acrescente-se a isso o fato, citado anteriormente, de que as imagens de videovigilância podem ser produzidas sem que haja a necessidade da presença do olhar subjetivo de um cinegrafista por trás da câmera. Nesse sentido, além de estarem deslocadas de potenciais interesses editoriais, elas também se encontram “desvinculadas” de marcas pessoais, dadas as próprias características que envolvem o seu fazer. Filmagens “(...) dotadas de um olhar maquínico, com ponto de vista fixado em posições inusitadas e uma operação a registrar o vazio ininterruptamente, anos a fio” (Polydoro, 2019, p. 84). É levando em consideração a conjunção desses elementos que pensamos na existência do sentido de “imedição” expresso nas imagens de videovigilância e que tenta ser mobilizado pelo telejornalismo.

O ponto central está na ausência do sujeito, agente narrador, isto é, o relato dos vídeos de vigilância é construído sem a mediação de um jornalista. Nesse caso, a ação é única, resulta de um campo visual construído sem cortes e contínuo, espacial e temporalmente, portanto é exclusivamente mediada pela lente da câmera capaz de produzir um relato visual sem rodeios onde tudo (ou quase tudo) é exposto ao espectador, ao contrário da produção jornalística que tem por norma eliminar o excesso (Monteiro, 2009, p. 38).

Essa tentativa de apagamento da presença do mediador em determinadas transmissões noticiosas é citada por Thomé, Piccinin e Reis (2020) como um valor editorial contemporâneo do telejornalismo, derivado dos modos pelos quais se busca efetivar atualmente a certificação da realidade construída pelos veículos jornalísticos. Acerca disso, é importante

destacar que o jornalismo, de uma maneira geral, tem sido instado a repensar os seus métodos e narrativas como forma de atender as expectativas de um público cada vez mais letrado nas agendas midiáticas. Nesse cenário, os espectadores passam a compartilhar ressalvas em relação à confiança que nutrem pelos veículos informativos, tendo em vista que os atravessamentos de interesses (políticos, econômicos) que permeiam a instância midiática se tornam mais nítidos para os cidadãos, dadas as possibilidades de verificação e contestação proporcionadas pelas mídias digitais e que são mobilizadas pela audiência potente (Mesquita; Vizeu, 2014).

Historicamente, o jornalismo (seja ele impresso, televisivo etc.) empregou recursos retóricos e práticas produtivas com o intuito de consolidar um discurso referencial de isenção e veracidade informativa. Assim, se notabilizou, por exemplo, a narrativa em terceira pessoa, “apagando” a presença do autor no texto, bem como a reprodução das falas das fontes entre aspas, como uma maneira de isentar a opinião do veículo de comunicação e do repórter. Entretanto, esses procedimentos encontram certo esgotamento em função da existência de um cenário marcado pela midiatização. Em virtude disso, temos visto situações em que “(...) os veículos passam a fazer uso de conteúdos gerados externamente (...), de modo a tentar trazer ao seu público narrativas nas quais o mundo exterior é exibido de forma pretensamente translúcida” (Martins, 2015, p. 11), como uma das possibilidades, dentre outras existentes, de atender aos aspectos contemporâneos de certificação da realidade.

Acerca desse contexto, mas tratando especificamente do telejornalismo, Emerim e Mello (2023) nos explicam que cada época guarda características particulares que contribuem para a construção do estatuto do real no jornalismo televisual, estabelecendo marcadores que funcionam como elementos capazes de atribuir legitimidade e veracidade às informações noticiadas. Através de uma análise de caráter histórico, as pesquisadoras citam o exemplo da fase inicial do telejornalismo no Brasil, compreendida entre os anos 1950 e 1965, destacando que “(...) as principais matrizes de estatuto do Real no telejornalismo eram formadas pela presença do apresentador no estúdio (ao vivo), a voz do apresentador (já conhecida pelo telespectador pelas notícias do rádio) e o uso de imagens estáticas (telefoto) ou em movimento (filmes)” (Emerim; Mello, 2023, p. 220).

Em contraponto a esse cenário, as pesquisadoras consideram na atualidade, como marcadores do estatuto do real no telejornalismo, elementos como a linguagem objetiva e informal; a mobilidade dos apresentadores que agora caminham pelo estúdio, assim como o uso de imagens que potencializam a relação de referência com os fatos, através de uma proximidade proporcionada pelas câmeras que exibem ao vivo e em tempo real a ocorrência do acontecimento. Para Emerim e Mello (2023, p. 229), dos marcadores do real concernentes ao

contexto contemporâneo do telejornalismo, considera-se que “(...) os mais interessantes se refiram aos registros de imagens em tempo real. (...) nas cenas captadas a partir de câmeras das motos *links* que cruzam as grandes avenidas, enquanto do ar o repórter narra o que vê das imagens de cima das cidades (...)”, em uma dinâmica *real time*.

Parece-nos, desse modo, que há uma busca do telejornalismo em atualizar suas práticas informativas, tornando-as mais condizentes com os anseios de consumo noticioso atuais, não somente em termos de relevância do conteúdo (valores-notícia), mas também em torno dos aspectos que envolvem os sentidos gerados pelo material apresentado quanto à certificação da realidade construída pela instância midiática, sendo as imagens de videovigilância uma das possibilidades existentes. Assim, são postas em jogo diferentes iniciativas (muitas, como é o caso das imagens de videovigilância, resultantes do contexto tecnológico) que atendem aos anseios da rotina produtiva dos veículos telejornalísticos (quanto a agilidade na disponibilização do material as redações), e que ao mesmo tempo promovem/acionam sentidos concernentes, por exemplo, à “imedição”, ao efeito de real.

Ainda de acordo com Emerim e Mello (2023), ao mencionarem a narração do tempo real como um dos marcadores que melhor identificam o estatuto do real atualmente, as pesquisadoras nos colocam uma vez mais a possibilidade de reforçarmos e incluirmos as imagens de câmeras de vigilância como um dos marcadores do estatuto do real no telejornalismo contemporâneo, entendendo-as, diante do exposto até aqui, como um tipo de conteúdo imagético capaz não somente de ampliar as margens do visível, mas também de conferir veracidade às notícias. Conforme argumentamos em páginas anteriores, uma das características dos flagrantes de videovigilância está exatamente na capacidade de acessar e desvelar o acontecimento no momento em que ele se efetua, oportunizando a visualização do ocorrido com um sentido de tempo real. Assim, transpõe-se para a tela da tevê não uma reconstrução informativa pautada em indícios daquilo que teria se desenrolado, mas sim a projeção do tempo vivo da cena capturada que se presentifica a cada nova exibição.

É nesse sentido que novos recursos passam a ser mobilizados, em uma tentativa de atualizar e persuadir o público em torno da confiança na informação telejornalística, como vem a ser o caso do efeito de “imedição” proveniente dos flagrantes de videovigilância. Isso porque “são imagens que parecem não terem sofrido nenhum tipo de intervenção por parte da produção como montagem, sonorização e/ou efeitos especiais (manipulações comuns nas ilhas de edição)” (Monteiro, 2009, p. 17). Transmite-se para o espectador a sensação de uma imagem com caráter mais orgânico e com menos interferências do que aquelas previamente editadas e que são produzidas pelos próprios veículos de comunicação.

Em certa medida, é o estatuto formal da imagem de videovigilância que também é acionado pela instância midiática como uma estratégia de denotar os sentidos de “imediação”. Estamos nos referindo, mais especificamente, ao respaldo que se materializa a partir de elementos vinculados à baixa qualidade estética do material, tais como a sua resolução granulada ou saturada, o *time code* (data e hora) presente na cena, a inexistência de áudio, o ângulo de filmagem centralizado etc., que apontam para a captura de um acontecimento sem a intervenção da instância midiática. Demarca-se então, a partir dos aspectos citados, uma oposição entre as imagens geradas pelos veículos de jornalismo, reconhecidamente pautadas em um padrão estético de qualidade (nítidas, elementos principais em primeiro plano, editadas digitalmente) e na intervenção direta de profissionais do jornalismo, em detrimento daquelas provenientes dos equipamentos de videovigilância (poluídas, sem pré-edição), detentoras de um sentido de “imediação”.

Figura 5 - Frame de matéria veiculada pelo CETV 1ª Edição em 28/09/2020



Fonte: Globoplay (2020)

Podemos assim indicar que há uma confluência de interesses envolvendo os anseios compartilhados pelo telejornalismo no contexto contemporâneo e o efeito que envolve a ausência de intervenção nas imagens de videovigilância. É curioso notar, entretanto, o fato de que ao se apropriarem do conteúdo produzido por tais dispositivos de visibilidade, os veículos de comunicação denunciam, em certa medida, o artificialismo da decupagem jornalística tradicional, derivada dos constrangimentos organizacionais que lhe são inerentes. “Deste modo, são um autêntico *pharmakon*, um remédio para a desconfiança com a retórica do telejornalismo e um veneno para a sua antiga transparência” (Polydoro, 2014, p. 92).

Cria-se, assim, uma dependência envolvendo não apenas as facilidades que esse tipo de conteúdo imagético proporciona para as dinâmicas de produção noticiosa (em função da disponibilização contínua de novos flagrantes; acesso gratuito as imagens; ganho de tempo para as equipes cada vez mais reduzidas etc.), mas também em consequência dos sentidos que passam a ser alcançados pela instância midiática junto ao público. Não estamos querendo afirmar, com isso, que os modos de publicização tradicionalmente empregados pelos telejornais, caracterizados por imagens produzidas e textos lidos em *off* pelos repórteres, contando com uma passagem e encerramento, estejam em extinção. Porém, novas dinâmicas visuais são inseridas no contexto informativo contemporâneo.

Precisamos, todavia, adotar uma postura crítica em relação aos alcances e limitações que as imagens de videovigilância podem representar quando se trata de falarmos em um processo de “imedição”. Isso porque se por um lado a captação do flagrante em si, obtido pelo equipamento de visibilidade, não sofre qualquer tipo de intervenção por parte das empresas de jornalismo, por outro, a partir do momento em que esse conteúdo é mobilizado pela instância midiática, ele está passível de sofrer alterações. Ou seja, ainda que os flagrantes produzidos pelas câmeras de vigilância expressem um “(...) sentido de transposição do real à tela sem mediações, de um acontecimento capturado sem intervenção das instâncias midiáticas (...), o que se observa, de fato, é uma adequação desses conteúdos em narrativas que conspirem aos sentidos pretendidos pelos meios” (Martins, 2015, p. 13).

Assim, quando essas imagens chegam as redações telejornalísticas, elas podem vir a sofrer processos de edição com o intuito de situá-las em uma narrativa condizente com as limitações de tempo e a linha editorial do veículo, além de, em alguns casos, passarem por ajustes voltados à adequação do flagrante aos princípios éticos compartilhados pelo telejornal. Elas recebem, desse modo, “(...) cortes e destaques, procurando sentido dentro de uma perspectiva de enredo para a matéria produzida, e, em seguida, são cobertas por um texto desenvolvido de acordo com o interesse editorial inerente à programação do telejornal” (Andrade, 2018, p. 63).

Temos ainda as situações em que são inseridos elementos gráficos como forma de facilitar para o telespectador a compreensão do acontecimento publicizado, em razão da baixa resolução das imagens exibidas, preenchendo assim as possíveis lacunas informativas decorrentes desse tipo de conteúdo. “Discos que reforçam o contraste (claro/escuro) destacam pedaços significativos da imagem, determinantes para a visualização do que se narra, e conduzem os olhos do espectador para sobre os elementos eleitos para a costura sintática do

discurso” (Andrade, 2018, p. 86). Acerca da necessidade de tais adequações, a editora-chefe do CETV 1ª Edição destaca que:

(...) a gente não tira a veracidade da imagem jamais, mas às vezes uma imagem é muito longa, é uma ação muito longa, a gente acelera para que a coisa caiba dentro daquele tempo que a gente quer mostrar. Ou a imagem [principal] lá no cantinho, as pessoas entendem que se a gente colocou aquela imagem ruim é porque é a única que tem, a gente não encontrou uma melhor. Então a gente direciona [o olhar do telespectador]. A gente pode escurecer e colocar só uma bolinha ali naquele canto mais claro para mostrar (Editora-chefe CETV 1ª Edição, entrevista realizada em 06/12/2023).

Há, desse modo, uma limitação na retórica que envolve a “imedição” das imagens de videovigilância a partir do momento em que elas adentram a esfera midiática, afinal, não é possível escapar das dinâmicas que caracterizam a construção da realidade operada pelos veículos de comunicação e que deixam, por consequência, suas marcas interpretativas. Como assegura Charaudeau (2012, p. 95), “(...) o acontecimento nunca é transmitido à instância de recepção em seu estado bruto; para sua significação, depende do olhar que se estende sobre ele, olhar de um sujeito que o integra num sistema de pensamento e, assim fazendo, o torna inteligível”. Assim o é com as imagens de eventos cotidianos capturadas pelas câmeras de vigilância que, ao serem publicizadas pela instância jornalística, são complementadas pelo discurso de sentido informativo. Apesar da ressalva, é necessário reconhecer que os flagrantes de videovigilância despontam atualmente como conteúdos imagéticos potentes na elaboração de sentidos de transparência, tendo possíveis impactos na valoração dos fatos sociais.

Tal leitura é reforçada uma vez mais ao olharmos também para os aspectos que envolvem o chamado “efeito de real” proporcionado pelas imagens de videovigilância e que, em parte, é consequência do sentido de “imedição”. Ao nos referirmos ao efeito de real, estamos falando da capacidade que os flagrantes produzidos pelos equipamentos de videomonitoramento teriam de funcionarem como evidência incontestável sobre a existência de determinada situação. Uma parcela da explicação para isso pode ser dada ao acionarmos a já mencionada ideia da “ocorrência em tempo real” presente nesse tipo de conteúdo. Assim, “(...) enquanto o jornalismo trabalha com indícios do crime (aquilo que aconteceu e é reconstituído pela reportagem), as câmeras de vigilância mostram o próprio crime (o ocorrido em tempo real” (Monteiro, 2009, p. 20).

O resultado disso é a projeção do tempo vivo do acontecimento, e que se perpetua a cada exibição, mesmo que, na prática, se configurem como registros gravados de algo que já aconteceu, deslocado assim do tempo presente. Dessa maneira, as cenas obtidas pelas máquinas de videovigilância passam a ser consideradas como uma das melhores representações do real

no âmbito dos telejornais, pois os “(...) registros realizados por tais dispositivos passam para a audiência a certeza do ‘ao vivo’, do *real time*, permitindo o que seria a grande busca dos profissionais de imagens, que é o inusitado, o golpe de sorte da imagem quase que improvável” (Oliveira, 2019, p. 55). No caso das imagens de catástrofes, esse efeito se torna ainda mais potente em virtude das circunstâncias de produção, as quais reforçam para o telespectador a sensação de que “isso” está acontecendo diante de mim.

Essas imagens tomadas espontaneamente, seja de situações cotidianas, seja de ocorrências extraordinárias a interromperem a normalidade, estão dotadas de renovados efeitos realistas. Transmitem uma carga de autenticidade ao espectador contemporâneo, tendo sua estética inclusive emulada no cinema em busca de naturalismo, imediaticidade, entre outros efeitos. (...) Registros visuais chocantes – sobretudo trágicos, violentos – mais do que nunca magnetizam espectadores em frente às telas, um público tornado partícipe ao compartilhar e comentar esses objetos audiovisuais (Polydoro, 2019, p. 84).

Acerca disso, o(a) produtor(a) do CETV 1ª Edição, entrevistado para esta pesquisa, menciona que há, de fato, um ganho na audiência quando os flagrantes de videovigilância são exibidos, reforçando assim a leitura de que tais imagens mobilizam sentidos positivos para o telejornalismo. “Há um ganho de audiência, infelizmente. Assim, é muito triste falar isso, mas principalmente casos assim de feminicídio, até um flagrante de assalto. A gente percebe que a audiência reage” (Produtor(a) CETV 1ª Edição, entrevista realizada em 03/02/2022). Por meio da argumentação aqui realizada, chegamos a um ponto que se mostra central. Dados os sentidos/promessas que a imagem de videovigilância é capaz de mobilizar – seja acionando efeitos de real, seja explorando as possibilidades de “imedição” – é preciso que ela seja encarada como elemento central na definição da noticiabilidade dos acontecimentos que são publicizados pelo telejornal cearense.

Sabemos, obviamente, que a imagem sempre teve uma importância no contexto telejornalístico, pois é ela que, em grande medida, estrutura a narrativa e atesta a veracidade do fato veiculado. É ela que, em conjunto com o texto, auxilia no processo de reconstrução do acontecimento, apresentando indícios para os telespectadores acerca daquilo que ocorreu em determinada situação. Contudo, ao intensificarem as promessas de acesso a um real “livre” de condicionantes, as imagens de videovigilância instituem novas dinâmicas de valoração para si e para os acontecimentos, abrindo a possibilidade de que alguns fatos sociais sejam selecionados e noticiados em virtude dos sentidos que a cena gravada pelo dispositivo de visibilidade aciona, e não necessariamente pelas qualidades noticiosas que apresenta (quantidade de vítimas ou de afetados; possíveis desdobramentos etc.).

Para que possamos evidenciar essa ampliação de enfoque, gostaríamos antes de ressaltar os pontos de confluência e distanciamento existentes entre os acontecimentos publicizados pelo CETV 1ª Edição (capturados por meio de câmeras de videomonitoramento) e as categorias de valores-notícia existentes na literatura especializada. Essa é uma forma de discutirmos as continuidades e as atualizações necessárias em torno do processo de seleção noticioso, pautado aqui pela presença das imagens de videovigilância no telejornalismo. Como se sabe, não há na literatura um consenso quando se trata de estabelecer uma listagem definitiva de valores-notícia atribuídos aos eventos para que eles sejam selecionados e publicizados pelos veículos de comunicação. Vale aqui destacar o trabalho de mapeamento realizado por Silva (2005), através do qual são elencadas as principais propostas estabelecidas por diferentes autores do campo das teorias do jornalismo.

Nesse sentido, e em meio ao amplo quadro de referências teóricas, optamos pela utilização das categorias propostas por Silva (2014), como forma de orientar a nossa análise. Avaliamos que elas apresentam uma densidade operacional capaz de abranger a produção noticiosa telejornalística no que diz respeito à valoração dos acontecimentos. Além disso, compreendemos que a pesquisadora compartilha de uma perspectiva conceitual semelhante a que estamos adotando nesta tese, ao apontar que os valores-notícia se estruturam na intersecção entre os valores/constrangimentos da cultura profissional jornalística e aqueles que são validados socialmente pelos indivíduos.

Em sua sugestão de valores-notícia para operacionalizar análises de acontecimentos noticiados ou noticiáveis, Silva (2014) nos apresenta a seguinte listagem: 1. Impacto; 2. Proeminência; 3. Conflito; 4. Tragédia;/Drama; 5. Proximidade; 6. Raridade; 7. Surpresa; 8. Governo; 9. Polêmica; 10. Justiça; 11. Entretenimento/Curiosidade; 12. Conhecimento/Cultura. A maneira como cada uma dessas qualidades noticiosas se caracteriza está detalhada no livro de códigos (ver Apêndice B). É importante ressaltar, novamente, que se por um lado adotamos as categorias propostas por Silva (2014) como forma de buscarmos aproximações destes com a produção noticiosa do CETV 1ª Edição, por outro, deixamos aberta a possibilidade de evidenciarmos distanciamentos que se efetivam em virtude da entrada de novos elementos no jogo de valoração dos acontecimentos, principalmente em função das imagens de videovigilância. Antes de adentrarmos na efetivação da análise propriamente dita, é necessário que apresentemos as técnicas e ferramentas metodológicas que fundamentam a nossa pesquisa.

5 FUNDAMENTAÇÃO METODOLÓGICA: A CONSTRUÇÃO DE UM OBSERVÁVEL E DO PERCURSO DE ANÁLISE

Antes de adentrarmos propriamente na análise da produção noticiosa do CETV 1ª Edição, e dos aspectos concernentes ao uso das imagens de videovigilância pelo telejornal cearense, iremos apresentar o percurso metodológico a partir do qual guiamos a presente investigação. A adoção dessa postura se faz necessária uma vez que os lugares aos quais uma pesquisa é capaz de chegar depende, inevitavelmente, das escolhas metodológicas traçadas. Queremos assim desenhar a proposição de trajeto investigativo como forma de transparecer e deixar registradas as marcas do caminho que pretendemos percorrer, evitando a postura de contentar-se apenas com a exposição dos resultados, sem o devido cuidado em discutir os meios que permitiram tais apontamentos.

Em virtude dos objetivos a que se propõe esse capítulo, precisaremos retomar as questões de pesquisa que estruturam a tese, colocando-as em diálogo com os procedimentos metodológicos. Nesse sentido, não se trata de sermos repetitivos na construção textual, mas sim de explicitarmos e estabelecermos relações de validade entre os métodos mobilizados e as perguntas que buscamos responder. O nosso entendimento é de que as ferramentas de análise não podem, ou não devem, ser tratadas como produtos que estão dispostas em um mostruário e que são selecionadas de forma aleatória pelo pesquisador. Elas precisam, na realidade, ser mobilizadas e manuseadas em constante conexão com as pretensões de cada investigação, potencializando o olhar que lançamos sobre os aspectos que nos interessam.

É evidente que por mais bem estruturada que seja, não há proposta metodológica capaz de dar conta e de encerrar todas as questões que possam envolver uma determinada problemática. Ao termos consciência desse pressuposto, devemos estar sempre atentos ao fato de que o nosso estudo poderá jogar luz e descortinar o objeto de análise a partir de um ângulo específico, nunca em sua totalidade. Por isso a preocupação em situarmos o escopo da pesquisa, focando nas suas potencialidades, mas sem esquecermos das restrições que lhe são inerentes. Em virtude de estarmos trabalhando com um telejornal em específico, acreditamos ser necessário apresentar também o contexto no qual está inserido o CETV 1ª Edição, destacando elementos como o seu histórico e a sua estrutura enquanto produto informativo que integra um conglomerado midiático, sendo este o Sistema Verdes Mares de Comunicação.

5.1 Análise de conteúdo: validade, replicabilidade e confiabilidade

Diante do preâmbulo posto acima, gostaríamos então de iniciar o debate sobre a fundamentação metodológica da presente pesquisa reforçando a questão que lhe é central. A saber: de que modo se estabelece a relevância das cenas capturadas por equipamentos de videovigilância pelos veículos telejornalísticos e o que o seu uso implica em termos de transformações na rotina da produção noticiosa? É importante termos em mente esse questionamento pois é através dele que faremos as aproximações necessárias entre os métodos e técnicas de pesquisa empregados na tese, começando pela Análise de Conteúdo (AC) e as potencialidades que ela representa para os anseios do estudo.

A análise de conteúdo é um método que apresenta grande capilaridade na ciência brasileira, sendo aplicada em estudos de diferentes áreas. A sua utilização para fins científicos esteve vinculada inicialmente ao momento histórico marcado pelas duas Guerras Mundiais do século XX. É nesse contexto que ela passa a ser utilizada como ferramenta voltada para a mensuração dos padrões das mensagens midiáticas e das propagandas de guerra compartilhadas pelos meios de comunicação de massa. “O primeiro nome que de fato ilustra a história da análise de conteúdo é o de H. Lasswell: fez análises de imprensa e de propaganda desde meados de 1915. Em 1927 é editado: *Propaganda Technique in the World War*” (Bardin, 2016, p. 21).

Harold Lasswell foi coordenador da Divisão Experimental para o Estudo de Comunicações em Tempos de Guerra, criada pelo Congresso norte-americano, na qual o pesquisador tinha como principal interesse investigar o conteúdo mediático produzido pelos adversários dos EUA e os possíveis efeitos que as mensagens dos meios de comunicação de massa teriam sobre as pessoas (Sampaio; Lycarião, 2021). Buscando entender o efeito direto que essas informações gerariam no público, Lasswell lançou mão da análise de conteúdo. Para ele, esse método teria a capacidade de descrever “(...) com objetividade e precisão o que era dito sobre um determinado tema, num determinado lugar num determinado espaço. Junto com Paul Lazarsfeld, Harold Lasswell definiu a base teórica da análise de conteúdo da comunicação nas décadas de 20 e 30 do século XX” (Herscovitz, 2010, p. 124).

Em um primeiro momento, enfatizou-se largamente a dimensão quantitativa do método, reforçando assim uma faceta positivista que buscava atestar a sua objetividade. Entretanto, algumas modificações foram sendo implantadas ao longo dos anos, fazendo com que a análise de conteúdo passasse a contar também com um viés qualitativo. Estrutura-se, dessa maneira, um quadro conceitual no qual temos a perspectiva quantitativa da AC interessada na verificação da frequência com que certas características se apresentam nas mensagens, e uma proposta qualitativa, com as atenções voltadas para a constatação da presença ou ausência de elementos nos textos. Para autores como Herscovitz (2010), é enriquecedor

trabalhar com ambos os eixos, ampliando assim as possibilidades de análise investigativa, perspectiva aliás que buscamos adotar em nosso trabalho.

Através da integração dessas duas visões, quantitativa e qualitativa, haveria um ganho de perspectiva ao se analisar tanto o conteúdo manifesto (visível) quanto o latente (subentendido) das mensagens. Ao promover essa conjunção, abre-se uma via para que “(...) se compreenda não somente o significado aparente de um texto, mas também o significado implícito, o contexto onde ele ocorre, o meio de comunicação que o produz e o público ao qual ele é dirigido” (Herscovitz, 2010, p. 126). Dessa maneira, apesar de lidarem com campos de ação distintos, as abordagens quantitativa e qualitativa podem se complementar, reforçando assim a estrutura da análise de conteúdo nos momentos em que ela precisa lidar com o não dito e com os “silêncios” em torno do material investigado. Em termos conceituais, a análise de conteúdo pode ser entendida como:

(...) uma técnica de pesquisa científica baseada em procedimentos sistemáticos, intersubjetivamente validados e públicos para criar inferências válidas sobre determinados conteúdos verbais, visuais ou escritos, buscando descrever, quantificar ou interpretar certo fenômeno em termos de seus significados, intenções, consequências ou contextos (Sampaio; Lycaríão, 2021, p. 17).

No caso dos estudos de jornalismo, a análise de conteúdo tem marcado uma presença constante enquanto método evocado para se compreender os modos como os veículos de comunicação constroem os seus processos noticiosos, além de testar hipóteses relativas aos *media effects*, *agenda-setting* entre outros (Leal; Antunes, 2011). Por tratar-se de um método de pesquisa que possibilita a recolha e análise de textos, sons, símbolos e imagens, sejam elas impressas ou em formato digital, veiculadas pela mídia, estrutura-se a capacidade de identificação sistemática de tendências em torno de certos objetos de estudo produzidos pelos veículos de comunicação (Herscovitz, 2010).

Ao elencarmos esses fundamentos da análise de conteúdo, ressaltando a intimidade que ela possui com o campo de estudos do jornalismo, começa a ficar mais nítido de que maneira a pesquisa aqui apresentada pode se aproximar deste método de investigação. Em nosso entendimento, a AC pode nos auxiliar na verificação dos indícios que atestam como se caracteriza a relevância das imagens de videovigilância na produção noticiosa do CETV 1ª Edição. De modo concreto, e citando as questões que pretendemos responder através da tese, utilizamos a AC, em conjunto com o referencial teórico sobre critérios de noticiabilidade, para verificarmos quantitativa e qualitativamente quais são os valores-notícia adotados pelo telejornal cearense ao publicizar acontecimentos flagrados por câmeras de vigilância.

Ao mesmo tempo, e ainda com o auxílio da análise de conteúdo, efetuamos o levantamento das temáticas presentes nas matérias que utilizam imagens de videovigilância e que são produzidas pelo CETV 1ª Edição, evidenciando assim as principais recorrências (violência, trânsito, desastres etc.). De modo complementar, a AC nos permitiu também verificar a demarcação territorial dessas imagens, elencando assim as áreas/bairros/regiões em que os flagrantes ocorrem, bem como investigar quem são as principais fontes responsáveis por fornecerem à instância jornalística as cenas capturadas pelos dispositivos de videomonitoramento (telespectadores, órgãos de segurança pública etc.). Todos esses dados são mapeados, analisados e comparados a partir, obviamente, do recorte temporal estabelecido pela pesquisa, abrangendo os meses de agosto, setembro e outubro de 2019, 2020 e 2022, conforme explicamos no capítulo 2.

Como destacado por Sampaio e Lycarião (2021), enquanto técnica de pesquisa científica, a AC envolve procedimentos especializados e deve ser orientada por três princípios básicos da ciência, sendo eles a validade, a confiabilidade e a replicabilidade. Desse modo, o que estamos fazendo aqui, ao apontarmos as perguntas da nossa pesquisa que podem ser respondidas ao utilizarmos a análise de conteúdo, é exatamente destacar a consistência e a validade do método para a investigação. Trata-se de demonstrar a “(...) adequação epistemológica entre os propósitos da pesquisa e os instrumentos utilizados para identificar o fenômeno sob investigação” (Sampaio; Lycarião, 2021, p. 31). Em outras palavras, a validade se comprova quando existe uma coerência entre as finalidades que se busca alcançar e os meios que são adotados para atingir os objetivos estabelecidos.

Se um pesquisador está interessado, por exemplo, em analisar o peso médio de uma população, ele precisa utilizar instrumentos que sejam válidos para tal, como é o caso de uma balança. Porém, “(...) caso a pesquisa realize essa mensuração com uma fita métrica, mensurando a altura dos indivíduos, isso, de maneira evidente, representaria um sério problema de validade à pesquisa” (Sampaio; Lycarião, 2021, p. 31). No caso da investigação aqui executada, essa adequação, e a consequente validade do uso da análise de conteúdo, se efetiva ao demonstrarmos que as questões as quais buscamos responder podem ser acessadas através do acionamento desse método.

Isso porque uma das dimensões da tese está voltada exatamente à construção de um olhar analítico de base quantitativa e qualitativa, verificando as repetições e as ausências, as constâncias e as rupturas concernentes ao uso das imagens de videovigilância na produção noticiosa do CETV 1ª Edição. A análise de conteúdo proporciona meios para a execução sistemática do mapeamento das matérias veiculadas pelo telejornal cearense, e a posterior

análise desse material a partir do estabelecimento de categorias. Conforme nos explica Bardin (2016), a intenção da AC é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção de determinada mensagem, inferência essa que recorre a indicadores, que podem ser de ordem quantitativa ou qualitativa.

(...) o analista tira partido do tratamento das mensagens que manipula para *inferir* (deduzir de maneira lógica) conhecimentos sobre o emissor da mensagem ou sobre o seu meio, por exemplo. Tal como um detetive, o analista trabalha com *índices* cuidadosamente postos em evidência por procedimentos mais ou menos complexos. Se a *descrição* (a enumeração das características do texto, resumida após tratamento) é a primeira etapa necessária e se a *interpretação* (a significação concedida a estas características) é a última fase, a inferência é o procedimento intermediário, que vem permitir a passagem, explícita e controlada, de uma à outra (Bardin, 2016, p. 45).

É importante destacar que o processo caracterizador da análise de conteúdo, que vai da descrição dos dados à interpretação (passando obviamente pelas inferências e pelos índices), deve, necessariamente, levar em consideração o parâmetro da replicabilidade. É ela que permite aferir o nível com que uma pesquisa pode ser replicada por outros investigadores que se encontram em contextos diferentes. Assim, a replicabilidade é a condição que torna possível um pesquisador chegar a resultados iguais ou similares aos apontados por um determinado estudo ao tentar reproduzi-lo, utilizando o mesmo percurso estabelecido pelos investigadores que o precederam.

No entanto, aqueles que tentarem reproduzir a pesquisa, qualquer que seja, somente poderão chegar a resultados iguais ou similares caso contem com: “(a) disponibilização de uma descrição detalhada dos critérios e regras utilizadas para a análise; e (b) acessibilidade ao mesmo material analisado, estando o mesmo em condição equivalente ou suficiente para uma nova codificação externa ao contexto da pesquisa original” (Sampaio; Lycarião, 2021, p. 39). Quem também compartilha desse entendimento é Bauer (2008), ao destacar que a documentação detalhada do processo de codificação é uma maneira de assegurar a prestação pública de contas, além de ser um aspecto representativo da objetividade dos dados.

Tendo a compreensão de que a replicabilidade é uma das condições para se atingir a confiabilidade de uma pesquisa, se faz necessário que detalhemos os procedimentos adotados para a realização da codificação do material analisado, bem como as formas de acesso que utilizamos para mapeá-lo. Uma das maneiras de garantir que haja a descrição minuciosa dos procedimentos aplicados durante a realização da análise de conteúdo está na estruturação e disponibilização do livro de códigos (*codebook*). “Tal livro, além de indicar os códigos alfanuméricos que correspondem a cada variável e categoria, devem discriminar,

detalhadamente, inclusive com exemplos, como a codificação deve ser feita em cada opção disponível” (Sampaio; Lycarião, 2018, p. 34).

Dessa maneira, o livro de códigos descreve as instruções que orientam como deve ser feita a análise do conteúdo, criando parâmetros objetivos que possam ser seguidos e reproduzidos por qualquer investigador. Isso torna possível que se delimite o modo de olhar para o objeto de análise, explicitando quais aspectos devem ou não ser levados em consideração, quais elementos serão julgados e a partir de quais categorias iremos observá-los. Ao adotarmos a análise de conteúdo como método para a obtenção de informações sistemáticas acerca do uso das imagens de câmeras de vigilância na produção noticiosa do CETV 1ª Edição, temos, por consequência, um livro de códigos (ver Apêndice B) que serve de guia para o trabalho. É através dele que delimitamos, por exemplo, os critérios utilizados para selecionar as matérias que compõem o *corpus* da pesquisa; quais partes (unidades de registro) das notícias do telejornal foram analisadas na identificação dos valores-notícia; de que modo se indica a temática da matéria analisada, e assim por diante, de acordo com as categorias de análise estabelecidas.

Com a adoção destes princípios, da validade e da replicabilidade, podemos nos aproximar da terceira condição fundamental que garante o uso adequado da análise de conteúdo: a confiabilidade. Esta se confirma no momento em que outros pesquisadores chegam, de fato, a resultados iguais ou similares utilizando os mesmos procedimentos definidos no livro de códigos e codificando o mesmo material.

Assim, dados confiáveis seriam aqueles pouco inalterados após sucessivas replicações. Sobre essa questão, deve-se retomar a premissa de que a AC necessariamente envolve uma série de decisões baseadas em interpretações e que, portanto, são sensíveis à subjetividade do analista. A ideia de confiabilidade, deve-se esclarecer, não almeja anular essa subjetividade, mas padronizar, a partir de sucessivos testes e processo de treinamento, as formas com que diferentes codificadores compreendem as mesmas categorias analíticas. Com isso, eleva-se a chance de que a interpretação que esses codificadores fizeram do material da pesquisa seja capaz de revelar um resultado fruto de um instrumento metodológico consistente e compreensível à comunidade acadêmica pertinente (Sampaio; Lycarião, 2021, p. 36).

Quando se trata de uma pesquisa que é feita individualmente, como é o caso desta tese, a confiabilidade pode ser testada da seguinte maneira: “(...) a mesma pessoa pode fazer uma segunda interpretação depois de um intervalo de tempo (para determinar fidedignidade intra-pessoal, consistência, estabilidade)” (Bauer, 2008, p. 206). Isso dá a possibilidade de verificar se há uma similaridade entre análises feitas por uma mesma pessoa, do mesmo material, porém, em períodos distintos. Tal testagem ajuda a comprovar, através de um comparativo, se o pesquisador possui um entendimento claro do seu livro de códigos e aplica

as diretrizes estabelecidas nele de maneira estável, ou se essa análise está sofrendo desvios interpretativos.

Um aspecto interessante a se destacar da AC é sua flexibilidade em dialogar com outras perspectivas metodológicas. “Muitas abordagens atualmente utilizadas seriam compatíveis com a análise de conteúdo, funcionando de maneira combinada para dar conta de aspectos negligenciados ou fora do escopo da AC (o não dito, o contexto etc.), bem como formas de comunicação não verbais” (Leal; Antunes, 2011, p. 33-34). Nesse sentido, e levando em consideração as questões de ordem qualitativa que também estruturam a nossa pesquisa, iremos contrabalancear as limitações enfrentadas pela análise de conteúdo com uma técnica que possa lhe ser complementar. É o caso da entrevista em profundidade.

5.2 Entrevista em profundidade: em busca da riqueza de detalhes

A entrevista em profundidade é uma técnica qualitativa conhecida por possibilitar a exploração de um assunto a partir de informações, percepções e experiências obtidas através do contato com informantes. Trata-se de uma técnica que viabiliza para o investigador uma maneira de acessar e compreender de forma detalhada as crenças, atitudes e valores das pessoas em contextos sociais específicos.

Nesse percurso de descobertas, as perguntas permitem explorar um assunto ou aprofundá-lo, descrever processos e fluxos, compreender o passado, analisar, discutir e fazer perspectivas. Possibilitam ainda identificar problemas, microinterações, padrões e detalhes, obter juízos de valor e interpretações, caracterizar a riqueza de um tema e explicar fenômenos de abrangência limitada (Duarte, 2005, p. 63).

Como o próprio nome sugere, esse é um tipo de entrevista que não está tão interessada em quantificar as respostas dos entrevistados (quantos respondentes escolheram a opção “A”, “B” ou “C”), mas em entender as suas opiniões, em revelar os seus pontos de vista acerca de determinada questão (Gaskell, 2008). É exatamente por isso, ou pelo menos em grande parte, que a entrevista em profundidade se conjuga tão bem com a análise de conteúdo, pois se uma revela índices daquilo que está latente acerca de uma cobertura jornalística ou do processo de produção noticioso, a outra pode trazer elementos complementares contextuais que não se encontram na superfície das mensagens. Além disso, o pesquisador pode avançar, através da entrevista em profundidade, em discussões mais específicas, e que ele considere importantes, a partir do quadro que foi verificado com o uso da análise de conteúdo.

Vejamos um exemplo de como essa complementariedade se efetiva na investigação aqui executada. Conforme veremos adiante, o CETV 1ª Edição apresenta uma propensão em

selecionar acontecimentos flagrados por câmeras de vigilância que tratam da temática “segurança pública/violência”. Pegando esse dado isoladamente, e atestando a sua recorrência, podemos inferir que ele expressa um posicionamento sobre o tipo de conteúdo que o telejornal cearense prioriza em sua cobertura diária. Podemos fazer, desse modo, uma leitura quantitativa que nos leva a uma conclusão em torno do aspecto temático que se elege como relevante. Entretanto, ao nos perguntarmos por quais motivos os acontecimentos concernentes à “segurança pública/violência” foram mais preponderantes do que outros na seleção noticiosa do CETV 1ª Edição, teremos poucos recursos contextuais para tentar esboçar uma resposta.

É nesse ponto que entra em campo a entrevista em profundidade. Entendemos que através dela, e utilizando-a para estabelecer contato com os integrantes da equipe de produção do CETV 1ª Edição, viabiliza-se a realização de uma abordagem qualitativa, capaz de desvelar e detalhar algumas das marcas/indícios encontradas no trabalho de mapeamento quantitativo. Esse aprofundamento permite que tenhamos maior consistência na leitura e nas inferências dos dados que abrangem o uso de imagens de acontecimentos flagrados por dispositivos de videovigilância. Isso é possível exatamente em função da entrevista em profundidade priorizar as opiniões, os pontos de vista, os entendimentos que os indivíduos compartilham acerca de questões que lhe são inerentes, revelando assim os detalhes, os relevos, as complexidades que se encontram por trás da paisagem panorâmica avistada pelo pesquisador.

(...) a ideia [da entrevista em profundidade] não é fazer um conjunto de perguntas padronizadas ou esperar que o entrevistado traduza seus pensamentos em categorias específicas de resposta. As perguntas são quase um convite ao entrevistado para falar longamente, com suas próprias palavras e com tempo para refletir. Além do mais, diferentemente do levantamento, o pesquisador pode obter esclarecimentos e acréscimos em pontos importantes com sondagens apropriadas e questionamentos específicos (Gaskell, 2008, p. 73).

Em termos de estrutura, as entrevistas em profundidade costumam ser categorizadas como abertas e semi-abertas. A diferença entre elas é que a primeira, apesar de trabalhar com um tema central, não possui um itinerário de perguntas, enquanto que a segunda tem de partida um roteiro-base através do qual é possível estabelecer um direcionamento acerca das questões que serão feitas pelo entrevistador. Levando em consideração o intuito da nossa pesquisa, a entrevista semi-aberta demonstra ser mais factível, pois nos dá a possibilidade de averiguar diferentes aspectos acerca do uso das imagens de videovigilância na produção noticiosa do CETV 1ª Edição, mas com o detalhamento necessário.

Durante o processo de preparação e planejamento da entrevista em profundidade, seguimos duas etapas principais: 1ª) o que perguntar (estruturação do roteiro-base), e 2ª) a quem perguntar (definição dos entrevistados). Ao construirmos o roteiro-base para a entrevista com

os profissionais do CETV 1ª Edição, adotamos a compreensão de que essa etapa deve ser o resultado da junção entre os interesses da pesquisa (seus objetivos gerais e específicos) e da fundamentação teórica referente ao campo de estudos que está sendo investigado. Ainda em relação ao contexto de estruturação do roteiro-base, vemos que autores como Gaskell (2008) defendem que a entrevista em profundidade semi-aberta pode estabelecer tópicos-guia capazes de fornecer uma progressão lógica e plausível para a execução da tarefa. Em outras palavras, os tópicos-guia ajudam a pensar a abordagem de determinado assunto em etapas, ou blocos, de modo a circundá-lo da maneira mais eficiente.

No caso desta pesquisa, optamos por estabelecer tópicos-guia como forma de adentrarmos nas diferentes dimensões que constituem a discussão sobre a relevância das cenas capturadas por equipamentos de videovigilância para o CETV 1ª Edição e o que o seu uso implica em termos de transformações na rotina de produção informativa do telejornal quanto à seleção noticiosa. É importante explicar que o tópico-guia não é propriamente a pergunta. Ele, na realidade, ressalta o tema que será priorizado no bloco de perguntas. A título de exemplo: em uma das entrevistas que realizamos para a pesquisa, com um(a) produtor(a) do CETV 1ª Edição, utilizamos como tópicos-guia a “rotina de produção”, “estrutura/equipe”, “valores-jornalísticos”, “noticiabilidade”, dentre outros. Assim, cada um desses termos agrupava perguntas que davam conta de aspectos concernentes aos objetivos da tese. No modelo de entrevista em profundidade semi-aberta, como nos explica Duarte (2005, p. 66), o entrevistador “(...) faz a primeira pergunta e explora ao máximo cada resposta até esgotar a questão. Somente então passa para a segunda pergunta. Cada questão é aprofundada a partir da resposta do entrevistado, como um funil, no qual perguntas gerais vão dando origem a específicas”.

Quanto à definição das pessoas que devem ser entrevistadas, Duarte (2005) defende que é preferível poucas fontes, mas de qualidade, em detrimento de muitas, mas que não possuem relevo. “Por isso, é importante considerar que uma pessoa somente deve ser entrevistada se realmente pode contribuir para ajudar a responder à questão de pesquisa” (Duarte, 2005, p. 68). Nesse sentido foi que decidimos entrevistar um(a) produtor(a) e a então editora-chefe do CETV 1ª Edição, Adriana Castro, entendendo que tais profissionais desempenham funções estratégicas na produção noticiosa do telejornal e que, por consequência, podem contribuir com o compartilhamento de informações centrais para a pesquisa.

Além de entrevistarmos profissionais que integram a equipe do telejornal cearense, percebemos, através dos resultados encontrados com os dados quantitativos, que também seria importante incluímos como entrevistada a coordenadora da Assessoria de Comunicação Social da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Ceará (Ascom – SSPDS/CE),

Kélia Jácome, dado o papel que a assessoria de comunicação do órgão assume na disponibilização de imagens institucionais de videomonitoramento para programas informativos como o CETV 1ª Edição.

Assim como outras ferramentas metodológicas, a entrevista em profundidade também possui limitações que, conforme destaca Gaskell (2008), surgem do fato de que o entrevistador se apoia em uma informação (fornecida pelo entrevistado) referente a ações que ocorreram em outras circunstâncias de tempo e espaço. Ou seja, o pesquisador pode até obter detalhes acerca de como funciona, por exemplo, o processo de produção em um veículo jornalístico. Contudo, ele precisa estar atento e levar sempre em consideração que a maneira como ele está acessando esses elementos acontece através das referências discursivas apresentadas pela fonte, e não em virtude da experiência direta do investigador com a realidade a qual ele está abordando, como poderia ocorrer no caso da etnografia.

Em virtude disso, vemos, mais uma vez, a importância de a entrevista em profundidade estar conjugada com a análise de conteúdo, pois através dessa aproximação metodológica podemos comparar a performance narrada pelos jornalistas, ou o que eles dizem que fazem (Hanitzsch; Vos, 2017), com o que de fato verificamos ao lançarmos um olhar analítico sobre as matérias veiculadas pelo CETV 1ª Edição. Um outro cuidado que adotamos decorre da possibilidade de o entrevistado omitir detalhes importantes para a pesquisa por considerar que a informação “x” já está dada, que seria consensual e não precisaria ser dita. Como forma de minimizar os impactos de algumas dessas posturas, Gaskell (2008) nos propõe:

Primeiro, o entrevistador não deve aceitar nada como se fosse pacífico. Segundo, ele deve sondar cuidadosamente mais detalhes do que aqueles que o entrevistado pode oferecer em uma primeira resposta à pergunta. Terceiro, é através do acúmulo de informações conseguidas a partir de um conjunto de entrevistas que podemos chegar a compreender os mundos da vida dentro de um grupo de entrevistados (Gaskell, 2008, p. 72-73).

Em termos analíticos, podemos dizer que os dados obtidos por meio da entrevista em profundidade se revelam e são interpretados a partir do momento em que colocamos lado a lado os objetivos e as finalidades da pesquisa com os pontos de vista ressaltados pelos entrevistados. Dessa forma é que se torna factível verificar os padrões e conexões existentes entre o que foi dito pelas fontes da pesquisa e de que maneira essas informações dialogam com a perspectiva buscada pela investigação. Isso pode ser exemplificado ao mencionarmos algumas das passagens do capítulo anterior, quando nos apoiamos em falas dos entrevistados para reforçarmos a discussão teórica sobre noticiabilidade, ou vice-versa. Essa é uma forma de estruturar o material decupado e promover um diálogo entre o referencial teórico, os dados

obtidos nas entrevistas e as análises construídas pelo pesquisador. É acionando esta tríplice dimensão – seleção de informantes capazes de responder à questão de pesquisa; uso de procedimentos que garantam a obtenção de respostas confiáveis; descrição dos resultados que articule consistentemente as informações obtidas com o conhecimento teórico disponível – que pode se assegurar a confiabilidade e a funcionalidade da entrevista em profundidade.

5.3 O CETV 1ª Edição e o Sistema Verdes Mares

Ao investigarmos o uso das imagens de videovigilância na produção noticiosa, estamos trabalhando com um telejornal em particular, o CETV 1ª Edição. Desse modo, gostaríamos de pontuar alguns aspectos de ordem contextual que ajudam a situá-lo no cenário comunicacional cearense, entendendo que as escolhas tanto do recorte temporal quanto do objeto de análise dialogam diretamente com os elementos de cunho metodológico. Nesse sentido, podemos iniciar destacando que o programa informativo supracitado faz parte da grade de jornalismo da TV Verdes Mares, a qual conta ainda com o Bom dia Ceará, o Globo Esporte CE e o CETV 2ª Edição, com abrangência em todo o território cearense⁷². O canal televisivo, por sua vez, integra o Sistema Verdes Mares, formado pela TV Verdes Mares, TV Verdes Mares Cariri, Diário do Nordeste, G1 Ceará, TV Diário, Rádio Verdes Mares, FM 93, Recife FM e Rádio Tamoio (Grupo Edson Queiroz, 2024). É importante acrescentar que:

O Sistema Verdes Mares, conjunto de empresas que atuam na área de comunicação, integra o Grupo Edson Queiroz, conglomerado cearense com incursão em diversos setores da economia. A origem do Grupo remonta a 1951, quando Edson Queiroz comprou a Ceará Gás Butano, passando a investir na distribuição de gás liquefeito de petróleo (GLP) e a importá-lo dos Estados Unidos. Seus negócios no ramo de mídia se iniciaram somente na década seguinte, quando adquiriu sua primeira emissora de rádio, embrião da futura concentração de veículos sob propriedade do Grupo (Sousa, 2008, p. 40).

Nesse sentido, podemos afirmar que o CETV 1ª Edição está assentado em um veículo de informação com uma sólida estrutura econômica, fato que, pelo menos em tese, lhe possibilita o acesso as condições materiais necessárias para o desempenho consistente das suas atividades produtivas. Veiculado de segunda a sábado, das 11h45 às 12h55, o telejornal cearense estreou em março de 2009, sendo resultado de uma política de comunicação desenvolvida e incentivada a nível nacional pela Rede Globo, tendo sido implementada nas suas diferentes emissoras afiliadas. A proposta baseava-se em uma abordagem informativa cujo

⁷² Por tratar-se de uma afiliada da Rede Globo (desde 1974), há também na programação da TV Verdes Mares a retransmissão dos conteúdos de entretenimento e jornalismo gerados pela emissora carioca.

principal objetivo era a aproximação com o público. A nova dinâmica demandou, para emissoras como a TV Verdes Mares, uma reformulação nos cenários e vinhetas dos seus telejornais, bem como a adoção de uma linguagem mais acessível e coloquial por parte dos âncoras e repórteres, ganhando um “tom de conversa”. “Acrescente-se a isso a presença de notícias e reportagens que davam conta da vida cotidiana dos telespectadores e a incorporação de quadros, dentro do jornal, sobre reclamações do público” (Magalhães, 2011, p. 10).

No momento em que realizamos a pesquisa, o CETV 1ª Edição tem como editora-chefe a jornalista Adriana Castro (entrevistada para a tese), e os apresentadores Leal Mota Filho e Marcella de Lima. Porém, é importante dizer que durante uma parte do período que abrange o recorte temporal da pesquisa (mais especificamente de 2019 e 2020), a bancada de apresentação era formada por Luiz Esteves e Nádia Barros (que também desempenhava a função de editora-chefe)⁷³. De acordo com a editora-chefe, o telejornal conta com uma equipe formada por quatro profissionais que atuam na edição/produção, um chefe de produção, três repórteres sediados em Fortaleza e três repórteres que atuam como correspondentes (um em Sobral/CE e dois na região do Cariri), além de seus respectivos cinegrafistas. Diariamente são realizadas duas reuniões de pauta para o CETV 1ª Edição, nas quais participam toda a equipe. A primeira delas acontece por volta das 8h e funciona para a organização dos assuntos factuais que ocorreram durante a madrugada e no período da manhã, seguindo um padrão de divisão de duas pautas para cada repórter (ambas entradas ao vivo).

A segunda reunião acontece após o término do telejornal, e serve (como mencionamos anteriormente) para projetar algumas das pautas que serão tratadas no dia seguinte. Como nos explicou o(a) produtor(a) do CETV 1ª Edição, “(...) a gente fecha uma entrada de cada repórter no dia anterior, para meio que resguardar se não tiver algum factual. Se acontecer algum factual no dia seguinte, a gente derruba o assunto [que estava pré-definido]” (Produtor(a) CETV 1ª Edição, entrevista concedida em 03/02/2022). Como se sabe, essa é uma característica elementar dos veículos jornalísticos, que buscam minimamente impor uma estrutura de previsibilidade e planificação no tempo e no espaço como forma de tornar possível a execução do trabalho informativo (Tuchman, 1983). A passagem citada é importante não somente para contextualizar o ambiente de operacionalidade do CETV 1ª Edição, mas também

⁷³ Durante a preparação da pesquisa, buscamos realizar entrevista com a antiga editora-chefe do CETV 1ª Edição, Nádia Barros, que (como foi dito acima) ocupou a função durante uma parte do período temporal abarcado pela tese. Foram feitas tentativas de contato, através de e-mail, nos dias 26 e 31 de maio e 14 de junho de 2023. Apesar disso, não obtivemos respostas às mensagens enviadas.

para reforçar o caráter *hard news* (notícias quentes) adotado pelo programa informativo, escolha que tende a moldar o tipo de cobertura noticiosa desempenhado diariamente.

O CE 1 é dividido em basicamente três blocos, tendo em sua estrutura quadros fixos, como o “Desenrolados”, o “Ajuda aí” e o “Meu Bairro na TV”, mas que não são exibidos diariamente. O telejornal possui uma cobertura temática diversa, abordando assuntos do campo da segurança pública, da economia, do esporte, da saúde, da educação, da política, tendo ainda em sua estrutura uma visível marca noticiosa voltada à prestação de serviços, característica que pode ser comprovada através do quadro “Meu Bairro na TV”. Inspirado no SP Comunidade, quadro do SPTV, “(...) o Meu Bairro na TV surgiu com a proposta de visitar todos os bairros de Fortaleza (...) e expor os problemas dos moradores na tentativa de resolvê-los, além de informar sobre a cultura e convivência da comunidade” (Magalhães, 2011, p. 12-13). Acerca dessa característica, a editora-chefe do CETV 1ª Edição, Adriana Castro, acrescenta:

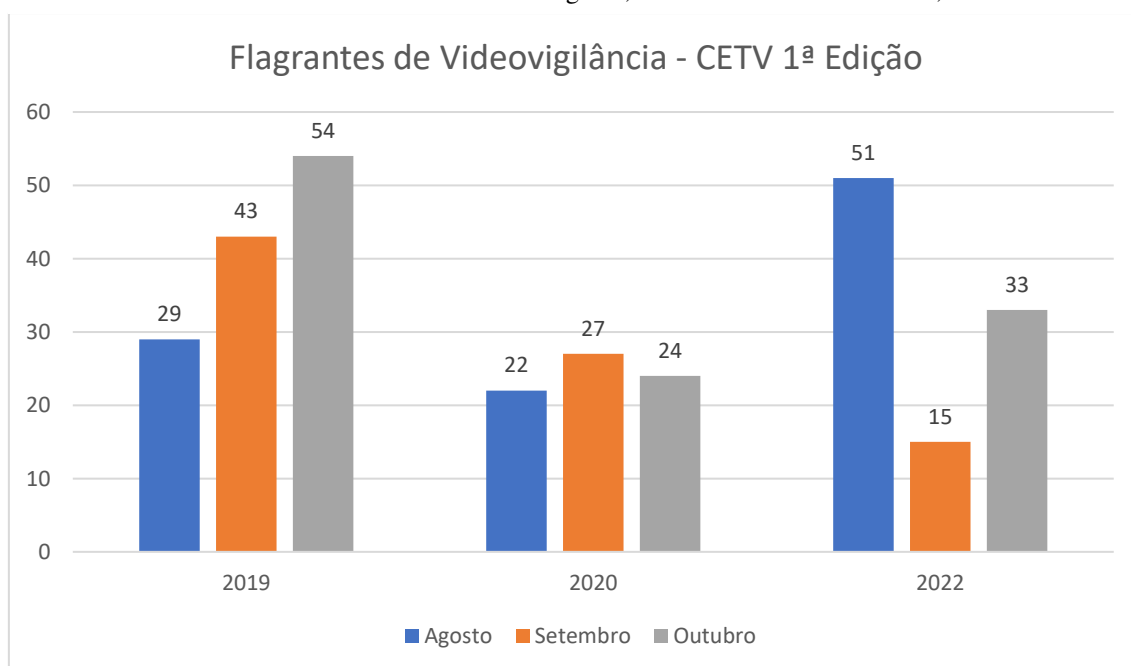
Ele [CETV 1ª Edição] foi um jornal criado para atender as demandas da comunidade. Então a gente tem como prioridade mostrar o povo. (...) As pessoas gostam de se ver no jornal, de se identificar, então a gente vai nas comunidades resolver aquela bronca, uma falta d’água, um buraco, uma falta de saneamento. (...) A gente tenta atender aos anseios da população, e a nossa maior vitória é quando a gente coloca uma coisa no jornal e no outro dia está resolvido. A gente faz questão de mostrar aquilo que o CE 1 ajudou a resolver porque a essência dele é servir e fazer o povo ter voz (Editora-chefe CETV 1ª Edição, entrevista realizada em 06/12/2023).

O CE 1 é veiculado em canal aberto e conta com a disponibilização do seu conteúdo diário na plataforma de streaming Globoplay, a partir da qual realizamos o mapeamento para a pesquisa. Por meio do acesso online ao material, foi possível assistir as edições do telejornal cearense veiculadas ao longo dos meses de agosto, setembro e outubro de 2019, 2020 e 2022, aspecto que tornou factível a realização do estudo. Acerca disso, é importante acrescentar que a visualização dos conteúdos foi efetivada de acordo com as dinâmicas de disponibilização da plataforma Globoplay, o que significa a existência de algumas particularidades/limitações. Temos, por exemplo, o fato de que as matérias concernentes ao CETV 1ª Edição, ainda que sejam referentes a uma edição do mesmo dia, são apresentadas em arquivos separados e que não necessariamente estão na ordem exata de exibição por blocos. Ou seja, ao invés de um único arquivo contendo a edição do telejornal na íntegra, a Globoplay opta por disponibilizar as matérias uma a uma. Como resultado disso, pode ocorrer, hipoteticamente, que alguma matéria acabe ficando de fora da plataforma e, conseqüentemente, não conste no nosso mapeamento. Todavia, ressaltamos que sem a utilização da Globoplay teria se tornado inviável a efetivação da pesquisa, o que nos mostra a importância cada vez maior que a digitalização dos conteúdos exibidos na TV aberta representam para os estudos acadêmicos atualmente.

6 OS FLAGRANTES DE VIDEOVIGILÂNCIA NO CETV 1ª EDIÇÃO

Ao longo dos meses de agosto, setembro e outubro de 2019, 2020 e 2022, o CETV 1ª Edição foi ao ar em 237 ocasiões. Através do acesso a plataforma de streaming Globoplay, realizamos o acompanhamento de cada uma das veiculações. Adotamos como procedimento a visualização de todas as matérias publicizadas no período para, a partir disso, identificar aquelas que utilizavam em sua estrutura informativa imagens provenientes de câmeras de vigilância. Conforme consta no livro de códigos da presente tese (ver Apêndice B), as matérias selecionadas são aquelas em que o uso de cenas de videovigilância está expressamente informado em um dos seguintes tópicos do telejornal: no título; na cabeça da reportagem; no texto narrado pelo repórter ou nos créditos exibidos na reportagem. Constatamos durante este período a publicização de 298 conteúdos noticiosos, os quais exibiam algum tipo de flagrante capturado por dispositivo de videomonitoramento, distribuídos da seguinte maneira:

Gráfico 1 – Dados referentes aos meses de agosto, setembro e outubro de 2019, 2020 e 2022



Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Conforme exposto no gráfico, constatamos, de forma comparativa e contínua, a presença de uma quantidade significativa e constante da utilização de imagens de videovigilância na produção noticiosa do telejornal cearense. Isso se torna ainda mais evidente quando analisamos o número de vezes em que alguma matéria produzida a partir de flagrante de câmera de vigilância foi publicizada e o número de edições em que o programa informativo

foi ao ar em cada um dos períodos retratados. Vejamos: das 27 edições do telejornal produzidas no mês de agosto de 2019, em 20 delas (74,1%) tivemos a presença de uma ou mais notícias contendo cenas de videovigilância. Em setembro do mesmo ano, contabilizamos 25 edições do CE 1, e em 19 delas (76%) foram veiculadas uma ou mais matérias da mesma natureza. Em outubro foram 27 edições do telejornal e em 24 delas (88,9%) ocorreu a veiculação de conteúdo noticioso estruturado a partir de flagrantes de câmeras de videovigilância.

Os dados ocorrem de forma semelhante ao olharmos para o mesmo período de 2020. Em agosto, das 26 edições veiculadas, em 16 delas (61,5%) constatamos uma ou mais notícias contendo imagens de videovigilância. Por sua vez, das 26 vezes em que o CETV 1ª Edição foi ao ar no mês de setembro, em 19 delas (73,1%) estão presentes uma ou mais notícias apresentando cenas capturadas por dispositivos de videomonitoramento. De modo similar, observamos que das 27 edições do telejornal referentes ao mês de outubro, em 20 delas (74,1%) estão presentes materiais noticiosos provenientes de flagrantes de videovigilância.

Por último, ao olharmos para 2022, apesar de notarmos uma redução no mês de setembro (decorrente, em nosso entendimento, de uma priorização da cobertura realizada pelo CE 1 em torno das eleições para governador, deputados estadual e federal, senador e Presidente da República, que congregou uma rotina noticiosa com entrevistas em estúdio e acompanhamento da agenda diária dos candidatos no território cearense), é notório que há uma continuidade da mobilização dos flagrantes de videovigilância no contexto de produção informativa pelo telejornal. Se, no referido mês, das 26 edições que foram ao ar tivemos em apenas 11 delas (42,3%) a presença de matérias produzidas a partir de cenas de videomonitoramento, em agosto e outubro esse número atinge os patamares que já haviam sido constatados anteriormente em 2019 e 2020. Nesse sentido, em agosto de 2022, das 27 edições do CE 1 que foram ao ar naquele mês, em 24 delas (88,9%) estão presentes conteúdos noticiosos relativos à flagrantes de videovigilância. Já em outubro, verificamos a veiculação de flagrantes de videovigilância em 15 das 26 edições do telejornal (57,7%).

É perceptível que a prática de inserção desse tipo de conteúdo imagético no telejornal cearense se mostra como algo recorrente, dado que há não só uma expressividade em torno da quantidade de vezes em que as cenas de videovigilância aparecem no recorte temporal estudado, mas também em virtude da maneira como ele está distribuído ao longo das edições veiculadas entre agosto e outubro de 2019, 2020 e 2022. De acordo com o(a) produtor(a) entrevistado(a) para a pesquisa, existe um amplo acesso dos profissionais que trabalham na redação do CETV 1ª Edição aos flagrantes produzidos por câmeras de vigilância em virtude da disponibilização que é feita desses materiais tanto por órgãos institucionais, quanto pela

audiência. “(...) se ela [a produtora] botar assim no WhatsApp ‘assalto’ e pesquisar vai ter uma infinidade de conversas, vai ter uma infinidade de imagens para a gente escolher, entendeu? Então assim, é como se fosse uma loja, você vai escolhendo a imagem que é mais forte (...)” (Produtor(a) CETV 1ª Edição, entrevista realizada em 03/02/2022).

A respeito disso, é válido destacar que o telejornal possuía, até meados de dezembro de 2022, um número de WhatsApp institucional (ver figura 6) a partir do qual os telespectadores eram convidados a interagir com a redação e assim compartilhar sugestões de pautas, vídeos, reclamações acerca de alguma situação que estivesse ocorrendo em seu bairro, até coisas mais leves como o envio de selfies do momento em que estavam assistindo ao programa informativo e que eram exibidas e comentadas pelos apresentadores. De acordo com a editora-chefe do CE 1, Adriana Castro, o WhatsApp institucional saiu do ar em virtude do volume de mensagens que eram enviadas diariamente pela audiência.

“Era coisa de milhares de mensagens por minuto quando o jornal estava no ar. Isso fez o próprio o WhatsApp banir a gente porque a gente estava com a conta de WhatsApp Business e o volume de mensagens era acima do limite do Business. (...) Hoje a gente tem um canal de comunicação pelo G1, mas ainda é pouco utilizado [pelos telespectadores] porque é mais trabalhoso. É muito mais fácil realmente mandar pelo WhatsApp. Mas a gente, os nossos produtores, participam de muitos grupos [de WhatsApp] de polícia. As informações [os flagrantes de videovigilância] chegam por mais que não tenha WhatsApp oficial da TV Verdes Mares” (Editora-chefe CETV 1ª Edição, entrevista realizada em 06/12/2023).

Ou seja, apesar de atualmente não haver a disponibilização de um número institucional de WhatsApp para o envio de conteúdos por parte dos telespectadores, a equipe de produção do telejornal adota outras maneiras de mobilizar o acesso aos flagrantes de videovigilância, ainda que por meio de contas que não são de caráter público. Assim, mesmo com tais mudanças ocorridas, o uso desse aplicativo de mensagens ocupa atualmente um papel importante de facilitador da chegada de conteúdos não só no ambiente de produção do CETV 1ª Edição, mas nas redações telejornalísticas de uma maneira geral. Isso tem ocasionado, inclusive, a formação de novas dinâmicas de atuação dos profissionais, de modo que “analisar a grande quantidade de conteúdo recebida e enviada [pelo WhatsApp] de maneira praticamente instantânea já faz parte da rotina dos jornalistas” (Gregório; Martini, 2020, p. 93).

Figura 6 - Contato de WhatsApp disponibilizado durante exibição do CETV 1ª Edição



Fonte: CETV 1ª Edição/Globoplay (2022)

Além da disponibilização que é feita das imagens de acontecimentos flagrados por câmeras de vigilância através do WhatsApp, há também a prática do envio desse tipo de conteúdo para a redação do CETV 1ª Edição pelas assessorias de comunicação de órgãos como a Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Ceará (SSPDS/CE). Assim como foi visto no capítulo 3, o governo cearense intensificou, a partir de 2015, a implementação de políticas públicas voltadas ao uso do videomonitoramento como tática de securitização em todo o seu território. Com a presença ubíqua desses equipamentos, diversas ações policiais passaram a ser gravadas e publicizadas pela SSPDS/CE como uma forma de mostrar os resultados positivos do trabalho das suas equipes.

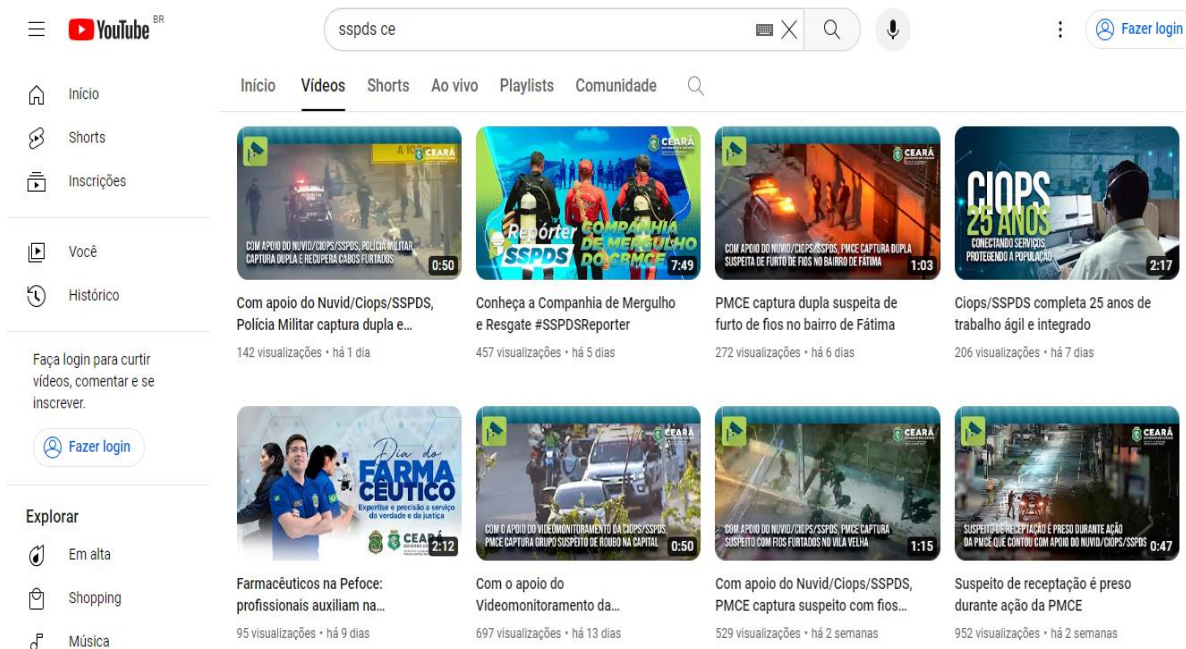
Esses materiais são pré-selecionados, seguindo parâmetros éticos e de relevância estabelecidos pelo órgão⁷⁴, e disponibilizados em seus canais de comunicação (site institucional, redes sociais), além de serem enviados para os veículos jornalísticos. Por saberem da demanda de divulgação das ocorrências que obtiveram êxito, é feito o repasse dessas cenas, pelos profissionais do Núcleo de Videomonitoramento (Nuvid) da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Ceará (SSPDS/CE), para os integrantes da assessoria de

⁷⁴ De acordo com a coordenadora da Assessoria de Comunicação da SSPDS/CE, existem parâmetros que são adotados para a divulgação ou não de imagens provenientes dos dispositivos de videomonitoramento gerenciados pelo órgão de segurança. Segundo ela, situações envolvendo o resgate de pessoas que tenham tentado cometer suicídio não são divulgadas. Em relação aos casos em que é possível fazer a divulgação das imagens de videomonitoramento, há o cuidado em borrar o rosto dos envolvidos na cena, assim como a placa dos veículos que aparecem na cena. “A ideia é que se veja aquele cenário da ocorrência, como aconteceu, mas sem passar detalhes que possam identificar alguém” (Coordenadora da Assessoria de Comunicação SSPDS/CE, entrevista realizada em 19/11/2021).

comunicação⁷⁵. “(...) praticamente diariamente, incluindo final de semana, eu recebo os vídeos e o resumo das ocorrências. Faço uma triagem daquilo que eu acho que é interessante divulgar, ou não, e a partir daí a gente faz um *release* contando como é que foi a ocorrência e o desenrolar dela” (Coordenadora da Assessoria de Comunicação SSPDS/CE, entrevista realizada em 19/11/2021). O material é então formatado de uma maneira que possa ser encaminhado e utilizado pelos veículos de comunicação.

(...) a gente [assessoria de comunicação] procura fazer a matéria completa. A gente faz e aí o nosso núcleo audiovisual pega os vídeos que eu recebo e repasso para eles e aí faz a edição no sentido de diminuir, as vezes são vídeos muito longos, diminuir, borrar o rosto de alguém que apareça. A gente sempre tem esse cuidado, borrar o endereço da câmera, a localização, que é uma coisa que desde sempre a gente tem esse cuidado porque senão perde o sentido se a gente ficar divulgando onde tem os equipamentos. E aí quando esse vídeo ele está todo pronto, todo editado, aí a gente posta no nosso YouTube, e aí já manda para a imprensa com o *release* e o vídeo já editado (Coordenadora da Assessoria de Comunicação SSPDS/CE, entrevista realizada em 19/11/2021).

Figura 7 - Página da SSPDS/CE no YouTube na qual são disponibilizados flagrantes de videomonitoramento



Fonte: SSPDS TV YouTube (2024)

⁷⁵ É importante destacar que os profissionais da assessoria de comunicação da SSPDS/CE não possuem acesso direto ao banco de armazenamento das imagens de videomonitoramento, em função dos protocolos de segurança existentes que restringem o manuseio do conteúdo aos profissionais do Núcleo de Videomonitoramento (Nuvid).

Figura 8 - Portal da SSPDS/CE com informações em texto e vídeo sobre ações do órgão

The image shows the official website of the SSPDS (Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social) of the State of Ceará. The header is green with the SSPDS logo and the text 'SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ'. Below the header is a search bar with the text 'O QUE VOCÊ PRECISA?' and a search button. To the right of the search bar are links for 'OUVIDORIA ESTADUAL', 'CEARÁ TRANSPARENTE', and 'ACESSO À INFORMAÇÃO'. Below these links is a navigation menu with categories: IMPRENSA, INSTITUCIONAL, SERVIÇOS, PROCURADOS, ESTATÍSTICAS, CARTILHA, and ESTÁGIO.

The main content area features a large news article titled 'Com apoio do Nuvid/Ciops/SSPDS, PMCE captura dupla suspeita de furto de fios no bairro de Fátima'. The article is dated 23 DE JANEIRO DE 2024 - 17:03 and includes a video player showing the capture. The video player has a red play button and a YouTube logo. Below the video player is a text block that reads: 'A Polícia Militar do Ceará (PMCE) capturou, nesta terça-feira (23), dois suspeitos de furto de fios no bairro de Fátima, Área Integrada de Segurança 5 (AIS 5) de Fortaleza. As capturas contaram com apoio do Núcleo de Videomonitoramento (Nuvid), pertencente à Coordenadoria Integrada de Operações de Segurança (Ciops) da Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS). Os operadores do Nuvid/Ciops visualizaram os suspeitos em uma via pública do bairro e acionaram a composição da PMCE mais próxima, que realizou a abordagem no momento em que os dois tentavam realizar o furto. A suspeita, de 28 anos, já foi presa anteriormente por três crimes de roubo, tráfico de drogas e dano. O outro suspeito tem 23 anos.'

To the right of the main article is a sidebar titled 'DESTAQUES EM SSPDS'. It contains three news items, each with a thumbnail image and a brief description. The first item is dated 25 DE JANEIRO DE 2024 and is titled 'PCCE com apoio da Copol/SSPDS captura, em Pernambuco, homem envolvido em homicídio em Fortaleza'. The second item is dated 26 DE JANEIRO DE 2024 and is titled 'Em operação conjunta, quatro suspeitos foram presos e diversos materiais ilícitos apreendidos na Região Norte'. The third item is dated 26 DE JANEIRO DE 2024 and is titled 'Ação conjunta resulta na captura de'.

Fonte: www.sspds.ce.gov.br (2024)

Desse modo, os programas informativos televisivos, como o CETV 1ª Edição, contam atualmente com o acesso facilitado às imagens de acontecimentos capturados por câmeras de vigilância, o que pode contribuir para a utilização mais recorrente desse tipo de flagrante. É preciso destacar também que no caso do material fornecido por órgãos como a Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Ceará, ele chega na redação com um peso institucional garantidor da fiabilidade do conteúdo, facilitando assim o trabalho de checagem e gerando um ganho de tempo para a equipe de produção do telejornal. Essa é a

perspectiva apontada pelo(a) produtor(a) do CETV 1ª Edição, ao explicar que quando se trata de material de videomonitoramento disponibilizado pela SSPDS/CE, “(...) é muito cômodo exibir porque já tem a informação, já tem tudo apurado, já tem a imagem. Geralmente quando é um comércio, quando é uma pessoa, é a gente que vai lá fazer a apuração. (...) Então essas imagens quando chegam, essa apuração já está feita, só precisa ir ao ar” (Produtor(a) CETV 1ª Edição, entrevista realizada em 03/02/2022).

É curioso notar, contudo, que os aspectos envolvendo a identificação das fontes responsáveis pela disponibilização das imagens de videovigilância se apresentam, com exceção daquelas relativas aos órgãos de segurança pública, de uma maneira difusa, no sentido de não percebermos uma recorrência, por parte da instância jornalística, em citar os responsáveis por cederem o conteúdo exibido, como podemos ver nos quadros abaixo:

Quadro 4 – Quantitativo de disponibilização de imagens de videovigilância

Identificação das fontes (agosto a outubro de 2019)	Quantidade
Não informado	119 (94,4%)
Secretaria da Segurança Pública e Desenvolvimento Social do Ceará	04 (3,2%)
Telespectador	02 (1,6%)
Câmeras de videomonitoramento TV Verdes Mares	01 (0,8%)

Fonte: Elaborado pelo autor (2024)

Quadro 5 – Quantitativo de disponibilização de imagens de videovigilância

Identificação das fontes (agosto a outubro de 2020)	Quantidade
Não informado	59 (80,8%)
Secretaria da Segurança Pública e Desenvolvimento Social do Ceará	10 (13,7%)
Telespectador	02 (2,7%)
Guarda Municipal de Fortaleza	01 (1,4%)
Cedida pela Polícia	01 (1,4%)

Fonte: Elaborado pelo autor (2024)

Quadro 6 – Quantitativo de disponibilização de imagens de videovigilância

Identificação das fontes (agosto a outubro de 2022)	Quantidade
Não informado	91 (91,9%)
Secretaria da Segurança Pública e Desenvolvimento Social do Ceará	06 (6,1%)
Telespectador	01 (1%)
Autarquia Municipal de Trânsito e Cidadania (Fortaleza)	01 (1%)

Fonte: Elaborado pelo autor (2024)

Como é possível observar nos três períodos mapeados, há uma preponderância de flagrantes de videovigilância que são exibidos pelo CETV 1ª Edição, mas que a identificação da fonte detentora e responsável pela disponibilização daquela imagem não é informada de maneira explícita⁷⁶. Em outras palavras: infere-se que aquela cena apresentada no telejornal foi enviada por alguém, mas não há uma menção direta a esta. É comum, por exemplo, que se utilize, durante a narração do acontecimento, frases como “câmeras de segurança do local flagraram o momento em que os bandidos invadem o comércio”. A partir disso, podemos, evidentemente, pressupor que aquelas imagens talvez tenham sido compartilhadas pelo proprietário do comércio que sofreu o furto, já que se trata de um equipamento de videovigilância particular, instalado em uma propriedade privada. Todavia, isso nem sempre é dito de forma exata. Como nos explica Adriana Castro, editora-chefe do CE 1:

(...) tem aquela pessoa que manda a imagem e diz: “pode usar, é aqui da minha rua”, e aí a gente usa sem crédito. Tanto no amador quanto na câmera de segurança existem pessoas que fazem questão de dizer “essa câmera é minha, eu autorizo o uso” e aí a gente coloca “imagens cedidas por fulaninho de tal”. Quando a gente não coloca é porque a pessoa liberou sem exigir nada (Editora-chefe CETV 1ª Edição, entrevista realizada em 06/12/2023).

Parece-nos também que a configuração em torno de como se organiza a identificação ou não das fontes que disponibilizam cenas provenientes dos dispositivos de videovigilância pode ser explicado, em parte, pelo fato de que a captura do acontecimento é destacada como produto único e exclusivamente da ação do equipamento eletrônico, livre de qualquer intencionalidade ou intermediação humana. O flagrante é da câmera de segurança. É ela a fonte e a testemunha ocular dos fatos, anulando assim as marcas autorais costumeiramente apontadas quando se trata da criação de registros por parte dos cidadãos. No flagrante da imagem de videovigilância, se sobressai a ideia da filmagem que se faz sozinha, sem traços autorais ou intermediação de um olhar subjetivo (Polydoro, 2019).

Nesse sentido, o “selo” que identifica a imagem exibida no telejornal como sendo proveniente de câmera de vigilância parece se bastar enquanto prova de veracidade e fiabilidade, dispensando assim o imperativo do detalhamento acerca de quem são as fontes responsáveis por disponibilizarem as cenas dos flagrantes de acontecimentos. Bruno (2013) reitera este viés ao sublinhar que o aspecto mecânico e de baixa qualidade das imagens de videovigilância saltam aos olhos dos telespectadores como aparições de uma realidade mais crua e autêntica, possuindo um forte efeito de verdade. Tal característica leva Andrade (2018)

⁷⁶ A categoria “Não identificado”, utilizada nos quadros 4, 5 e 6, contempla todas as situações nas quais não está posta de maneira explícita quem disponibilizou o flagrante. Ou seja, mesmo que possamos supor que a imagem exibida tenha sido compartilhada por um telespectador, essa informação não é mencionada pelo telejornal.

a apontar a existência de um contrato simbólico em torno da estética da videovigilância, capaz de lhes atribuir um senso de documento ou prova irrefutável. Nesse sentido, o papel da fonte que disponibiliza o acontecimento gravado pelo equipamento de videomonitoramento, e o faz chegar até a redação de um telejornal como o CETV 1ª Edição, é muito mais de facilitadora/colaboradora de acesso ao conteúdo, do que, por exemplo, de fiadora da veracidade do material, característica que independe da sua atuação.

Diante disso, gostaríamos de fazer uma primeira proposição teórica destacando as imagens de acontecimentos flagrados por câmeras de vigilância como um tipo de colaboração noticiosa indireta no processo produtivo do CETV 1ª Edição. A ideia da colaboração parte aqui dos indicativos que nos mostram a existência da autoria dos flagrantes centrada no equipamento de videovigilância, nos afastando assim de noções como a de coprodução no telejornalismo (Siqueira, 2013) e de fontes ativas do telejornal (Vizeu; Alves, 2019). Tais concepções, como se sabe, apontam para a produção e disponibilização de conteúdos tendo como premissa a postura intencional e participativa dos sujeitos na produção de flagrantes de acontecimentos, imprimindo assim marcas autorais em virtude das percepções particulares que carregam e transpõem para o registro efetuado.

Entretanto, para que as cenas de câmeras de vigilância se tornem públicas e publicizadas pelos veículos de comunicação, é necessário que haja o compartilhamento do material por parte de alguém. No caso, o proprietário do equipamento ou um indivíduo/órgão que possua acesso ao arquivo audiovisual. Dessa forma, há uma atitude colaborativa em ceder o material, e que acaba reverberando no telejornal por se tratar de conteúdo produzido externamente. É por conta disso, inclusive, que os veículos de jornalismo têm conseguido ampliar o alcance em torno dos registros de acontecimentos cotidianos para além da capacidade que teriam caso contassem apenas com as suas próprias equipes (Andrade, 2018).

Não custa ressaltar que essa colaboração possui um caráter noticioso, pois, em tese, não é qualquer tipo de material produzido pelos dispositivos de videovigilância que chegarão a ser utilizados e inseridos nos telejornais. Assim como temos argumentado nesta tese, os eventos capturados pelo olhar maquínico de tais equipamentos de visibilidade precisam estar assentados no terreno da relevância, apresentando atributos que justifiquem a sua qualidade de evento noticioso, mesmo que a partir de novos parâmetros. Por fim, é uma colaboração noticiosa indireta por se tratar de um conteúdo gerado em consequência de um regime atencional do campo securitário. Ou seja, as câmeras de vigilância não possuem, a princípio, um caráter jornalístico. Elas não foram instaladas para atenderem, inicialmente, aos interesses de mundo do jornalismo. O material que elas geram não é criado pensando em ser compartilhado com

veículos jornalísticos. Porém, diante dos flagrantes que eventualmente produzem, e do caráter noticioso que possuem, acabam contribuindo consideravelmente na tarefa de desvelamento dos fatos inusitados e inesperados que nos cercam.

Não poderíamos deixar de mencionar, ainda em relação às fontes noticiosas responsáveis por disponibilizarem flagrantes de videovigilância para o CETV 1ª Edição, o papel de destaque desempenhado pela Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social do Ceará (SSPDS/CE) enquanto fonte institucional provedora de conteúdos imagéticos nesse contexto. Conforme elencamos no Quadro 5, as cenas de videomonitoramento produzidas pelo órgão chegaram a representar 13,7% das inserções de material noticioso, concernente à videovigilância, veiculado pelo CE 1 no período entre agosto e outubro de 2020. Esse número torna-se bastante representativo quando levamos em conta o fato de que estamos tratando de conteúdo proveniente da assessoria de comunicação da SSPDS/CE, representando assim uma narrativa informativa que, por sua natureza discursiva voltada à influenciar as percepções públicas, busca pautar positivamente as ações da instituição na esfera midiática.

O resultado disso nos parece ser, em certa medida, a reprodução, por parte do CE 1, da narrativa informativa proposta pela equipe de comunicação do órgão de segurança pública, como pode ser visto nos exemplos abaixo, a partir dos quais temos, de modo comparativo, o material disponibilizado pela Assessoria de Comunicação da SSPDS/CE em seu site institucional e, em seguida, a matéria apresentada pelo telejornal cearense.

Figura 9 - Matéria veiculada no site da SSPDS/CE em 29/10/2019



Fonte: www.sspds.ce.gov.br

Figura 10 - Matéria veiculada pelo CETV 1ª Edição no dia 30/10/2019



Fonte: Globoplay (2019)

Figura 11 - Matéria veiculada no site da SSPDS/CE em 10/08/2020

PORTAL DO GOVERNO | WEBSITE | ORÇAMENTOS | A A A

SSPDS SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

O QUE VOCÊ PRECISA? Ex: IPVA, Conta de Água, Hospitais, Notícias...

OUVIDORIA ESTADUAL CLARÁ TRANSPARENTE ACESSO À INFORMAÇÃO

IMPENSA INSTITUCIONAL SERVIÇOS PROCURADORES ESTATÍSTICAS CARTILHA ESIÁGIO

Sorria
Spia auxilia ação da PMCE que resultou na prisão de suspeito e recuperação de veículo furtado em Fortaleza
 10 DE AGOSTO DE 2020 - 17:22 | #170 DP #230 DP #Cape #YCE #YME #Polícia Militar Do Ceará #SPR #SSPDS #Suspeito preso
 Veículo recuperado

DESTAQUES EM SSPDS

31 DE JANEIRO DE 2020
 Com auxílio da Coin/SSPDS, foragido da Justiça cearense é preso em ação da Ficco em São Paulo

30 DE JANEIRO DE 2020
 Operação de combate a incêndio no Parque Estadual do Cocó é encerrada nesta terça-feira (30)

30 DE JANEIRO DE 2020
 Ação conjunta resulta na prisão de mulher envolvida em homicídio no

O Sistema Policial Indicativo de Abordagem (Spia) da Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS) auxiliou mais uma ação extorça da Polícia Militar do Ceará (PMCE), que resultou na prisão de um homem, que trafegava em um carro com registro de roubo. O fato aconteceu na madrugada de domingo (9), no bairro Antônio Bezerra, na Área Integrada de Segurança 6 (AIS 6). O flagrante foi registrado no 32º Distrito Policial (DP).

Durante a madrugada, policiais militares foram informados, via Coordenadora Integrada de Operações de Segurança (Cioops) da SSPDS, sobre um veículo com registro de roubo, que estava sendo acompanhado pelos sensores do Spia. Diante das informações, os PMs identificaram o veículo e fizeram a abordagem. Além do condutor,

Fonte: www.sspds.ce.gov.br

Figura 12 - Matéria veiculada pelo CETV 1ª Edição em 11/08/2020



Fonte: Globoplay (2020)

Figura 13 - Matéria veiculada no site da SSPDS/CE em 02/09/2022

PORTAL DO GOVERNO | WEBMAIL | ORÇÃOS VINCULADOS

SSPDS SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

O QUE VOCÊ PRECISA? Ex: IPVA, Conta de Água, Hospitais, Notícias...

OUVIDORIA ESTADUAL | CEARÁ TRANSPARENTE | ACESSO À INFORMAÇÃO

IMPRENSA | INSTITUCIONAL | SERVIÇOS | PROCURADOS | ESTATÍSTICAS | CARTILHA | ESTÁGIO

SSPDS

Após adulterar placa de veículo, dupla é capturada por policiais militares na Praia de Iracema

2 DE SETEMBRO DE 2022 - 17:29 | #Investigação #Operação #PMCE #Suspeitos Capturados #Videomonitoramento

Uma equipe da Polícia Militar do Ceará (PMCE) capturou, nesta sexta-feira (2), uma dupla suspeita de uma ocorrência de roubo na Praia de Iracema, Área Integrada de Segurança 1 (AIS 1) de Fortaleza. A dupla trafegava em um veículo que teve a placa adulterada com fita isolante. Os suspeitos foram flagrados pelos olheiros atentos dos operadores do Núcleo de Videomonitoramento (Nuvid) da Coordenadoria Integrada de Operações de Segurança (Ciops) da Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS).

Uma composição do Comando de Policiamento de Rondas e Ações Intensivas e Ostensivas (CPRAIO) da PMCE foi informada pela Ciops sobre a presença de um veículo com queixa de roubo trafegando numa das principais avenidas do bairro. De posse das informações, a equipe policial diligenciou até o local e, após os suspeitos empreenderem fuga por dois quarteirões, os PMs conseguiram render a dupla.

Durante a abordagem, foi verificado que o condutor do veículo era um adolescente de 17 anos e o passageiro um homem de 25 anos. O adulto foi identificado como Valdirgêcio Moreira Pereira, que já possui duas passagens por roubo a pessoa, uma por roubo e uma outra por porte ilegal de arma de fogo. A dupla e o veículo foram conduzidos até a Delegacia de Criança e Juv. Abusivante (DCA) Valdirgêcio foi auxiliado em flagrante por prima de irmão e em

DESTAQUES EM SSPDS

Com informações do Nuvid/Ciops/SSPDS, suspeito de furto de veículo é preso em flagrante na Capital

4 DE FEVEREIRO DE 2024

3 DE FEVEREIRO DE 2024

Fonte: www.sspds.ce.gov.br

Figura 14 - Matéria veiculada pelo CETV 1ª Edição em 03/09/2022



Fonte: Globoplay (2022)

A partir dos exemplos dispostos acima, vemos como há uma confluência narrativa entre a divulgação feita pela SSPDS/CE em seu portal institucional e o material noticioso publicizado pelo CETV 1ª Edição, expressa não somente através da utilização dos recursos de videomonitoramento disponibilizados pelo órgão, mas também por meio dos elementos informativos destacados textualmente. Estes, aliás, centrados em ressaltar a ação policial em conjunto com os dispositivos de videovigilância, seja no próprio título dos conteúdos informativos e/ou na construção textual. Assim como havia nos explicado Kélia Jácome (Coordenadora da Assessoria de Comunicação SSPDS/CE, entrevista realizada em 19/11/2021), existe um trabalho de preparação e uma estratégia de divulgação dos materiais produzidos diariamente pela equipe da Ascom, buscando agir não somente de forma reativa em relação às demandas solicitadas pelos veículos de jornalismo (através das corriqueiras notas), mas objetivando principalmente pautar a imprensa e que, por consequência, pode vir a influenciar a visão que a população tem acerca das iniciativas do campo da segurança pública desempenhadas pelo governo estadual. Assim, o envio de material institucional para as redações funciona da seguinte maneira:

A gente dispara conteúdos para os veículos de jornalismo a partir das nossas ferramentas. Por exemplo, a gente não manda apenas o texto no corpo da mensagem. A gente manda o texto já com o link do nosso site, para que os jornalistas cliquem lá no nosso site e vão ler a matéria. A gente tem um grupo de WhatsApp com profissionais da imprensa, e a gente disponibiliza ao longo do dia várias matérias. Vai sendo feito, vai sendo revisado, vai sendo postado. A gente faz um resuminho [para ser enviado pelo WhatsApp] já com o link da matéria para o nosso site. E no caso das divulgações envolvendo os vídeos é dessa forma: vai o link da matéria e já vai também

o link do vídeo postado no YouTube e aí o pessoal [dos veículos de jornalismo] retira de lá (Coordenadora da Assessoria de Comunicação SSPDS/CE, entrevista realizada em 19/11/2021).

Evidentemente, não acreditamos haver problema na divulgação, por parte de um telejornal como o CETV 1ª Edição, de ações que mostrem o trabalho dos órgãos de segurança pública sendo realizado de forma efetiva e eficaz. Todavia, parece-nos ser recomendável que essa publicização seja acompanhada da elaboração de um olhar crítico em torno das angulações do acontecimento, pois estas são definidas, a priori, pela assessoria de comunicação da SSPDS/CE e muitas vezes acabam sendo apenas reproduzidas pelos veículos de jornalismo. Quando mencionamos a existência de tal exercício crítico, estamos nos referindo diretamente ao fato de que os veículos de jornalismo não podem abrir mão das funções elementares que lhe são intrínsecas, tais como a prática da investigação e da apuração independentes, da busca pelo contraditório, da mobilização dos valores-notícia e assim por diante. Assim, mesmo com as pressões e constrangimentos organizacionais existentes na rotina diária, o telejornalismo não pode se distanciar dos preceitos básicos que constituem seu código deontológico.

Se por um lado constatamos a ocorrência de um quadro a partir do qual as cenas de videomonitoramento da SSPDS/CE são pautadas com recorrência no CE 1; por outro, parece-nos que a disponibilização de imagens de videovigilância provenientes de equipamentos particulares, ou seja, aqueles descolados de órgãos públicos, inaugura novas dinâmicas na relação entre veículos de jornalismo e fontes noticiosas. Em outras palavras, queremos dizer que isso tem levado a uma mudança no estabelecimento dos denominados definidores primários (Hall *et al.* 1993) no que diz respeito mais especificamente aos acontecimentos do campo securitário. Como nos explicam Calzado e Lio (2021):

Sempre houve uma relação estreita entre o jornalismo e as fontes institucionais, especialmente as policiais. Porém, nos últimos anos, as redes sociais e os dispositivos tecnológicos como telefones celulares e câmeras de segurança aumentaram as possibilidades de produção de informações com um tipo de conteúdo diferente, não controlado, ou pelo menos não totalmente, pelas polícias, tribunais ou órgãos governamentais (Calzado; Lio, 2021, p. 171).

Propomos assim que os flagrantes obtidos por câmeras de vigilância privadas têm gerado tensionamentos no monopólio tradicionalmente pertencente às fontes oficiais vinculadas a órgãos de segurança pública, fazendo com que estas precisem agora buscar, assim como tem feito a SSPDS/CE, o seu reposicionamento frente ao novo cenário midiático marcado pela inserção de narrativas imagéticas envoltas pelo efeito de real. Por fontes oficiais estamos nos referindo àquelas costumeiramente detentoras de poder, seja ele político, econômico, científico ou cultural, e que por consequência disso acabam obtendo uma maior facilidade em acessar os

veículos de jornalismo e expressar suas versões. Como consequência de tal cenário, gera-se uma unilateralidade da informação (Medina, 1986).

É inquestionável que os jornalistas trabalham com uma matéria-prima extremamente variável/imprevisível e que isso torna imprescindível o estabelecimento de estratégias a partir das quais seja factível a realização da sua tarefa diária de reportar para seu público os fatos considerados mais relevantes do dia. É em virtude disso, por exemplo, que são elaboradas as dinâmicas de acesso a fontes noticiosas, visando à obtenção rápida e fidedigna de informações que precisam ser publicadas em um intervalo de tempo curto.

Estes dois aspectos da produção noticiosa – as pressões práticas de trabalho constantes contra o relógio e as exigências profissionais de imparcialidade e objectividade – combinam-se para produzir um exagerado acesso sistematicamente estruturado aos media por parte dos que detêm posições institucionalizadas privilegiadas (Hall *et al.*, 1993, p. 229).

No caso dos acontecimentos envolvendo violência/crimes, essa dependência, segundo Hall *et al.* (1993), ajudou a construir um quase monopólio das fontes vinculadas aos órgãos de segurança pública, fazendo com que as versões compartilhadas por essas se tornassem predominantes, estabelecendo a existência daquilo que o pesquisador denomina como definidores primários (*primary definers*). São os definidores primários que acabam indicando a definição ou interpretação primária do tópico que esteja em questão. Desse modo, dada à facilidade de acesso (por meio também do trabalho de intermediação executado pelos profissionais das assessorias de comunicação, por exemplo, junto aos veículos de jornalismo) e o grau de institucionalidade social que possuem, tornou-se rotineiro que fontes oficiais vinculadas aos órgãos de segurança pública atuassem como definidores primários ao tratarem de acontecimentos envolvendo crimes/violência. “Efectivamente, a definição primária estabelece o limite de todas as discussões subseqüentes através do seu enquadramento do problema” (Hall *et al.*, 1993, p. 230).

Desse modo, quando mencionamos a existência de transformações nesse processo, fazemos isso olhando especificamente para os flagrantes de videovigilância produzidos por dispositivos que não integram e nem tampouco são gerenciados pela infraestrutura de órgãos públicos, mas que passam a disputar com estes o lugar de definidores primários. Isso pode ser atestado ao olharmos novamente para os dados dispostos nos quadros 4, 5 e 6, apresentados anteriormente, que dimensionam o fortalecimento da presença de imagens de câmeras de vigilância no CETV 1ª Edição provenientes da disponibilização feita pela audiência, integrando as categorias “Não informado” (quando não é explicitado o nome da fonte, mas que também não integra conteúdo proveniente de órgão de segurança pública) e “Telespectador”. Ao

analisarmos os três períodos que compõem o recorte temporal do estudo, vemos a sobressalência numérica em torno da veiculação de flagrantes de videovigilância que são descolados de fontes institucionais (2019 – 96%; 2020 – 83,5%; 2022 – 92,9%). Ao ser questionada sobre quais seriam os principais fornecedores desse tipo de conteúdo imagético, a editora-chefe do CETV 1ª Edição, Adriana Castro, nos explica:

De videovigilância, é a população. De órgãos públicos se aplica no caso do Nuvid [Núcleo de videomonitoramento da SSPDS/CE] que às vezes pega uma pessoa roubando ou uma perseguição de carro e aí nesse caso eles fornecem para a gente. Guarda Municipal às vezes também. Mas via de regra, é a própria população que são as fontes dos nossos produtores (Editora-chefe CETV 1ª Edição, entrevista realizada em 06/12/2023).

À princípio, poderíamos tentar explicar essa sobressalência apenas utilizando o argumento de que as câmeras de videovigilância operadas pela iniciativa privada (aquelas instaladas em pontos comerciais, em condomínios residenciais e residências etc.) superam em termos quantitativos as usadas pelas autoridades públicas (Koskela, 2000), o que teria como consequência uma inevitável e ampla oferta de flagrantes. Porém, precisamos levar em consideração também outros fatores que influenciam esse processo. Acerca disso, devemos mencionar o acesso facilitado a tais conteúdos imagéticos, pois de nada adiantaria a existência dos flagrantes se não houvesse a viabilidade de disponibilizá-los.

Nesse sentido, as possibilidades técnicas existentes cumprem um papel relevante de intermediação entre os indivíduos/fontes não institucionais detentores das cenas de videovigilância e os veículos de jornalismo, tornando a chegada do material nas redações não só possível, mas fazendo isso de forma praticamente imediata. É nessa perspectiva, aliás, que propomos a existência de transformações quanto aos definidores primários, pois “(...) os critérios de veracidade parecem deixar de ser definidos pelas fontes institucionais e passam a sê-lo pela sensação de imediatismo que as imagens captadas por esses dispositivos proporcionam” (Calzado; Gómez; Lio, 2016, p. 190, tradução nossa)⁷⁷. Desse modo, se antes as notícias, principalmente aquelas acerca de situações envolvendo práticas criminosas, dependiam quase que exclusivamente das interpretações de definidores primários institucionais (Hall *et al.*, 1993), agora esse quadro parece sofrer mudanças significativas.

Não se trata, todavia, de excluir as fontes institucionais do processo informativo em virtude da existência de flagrante de videovigilância descolado da atuação de órgãos públicos.

⁷⁷ No original: “(...) los criterios de veracidad parecen dejar de estar definidos por las fuentes institucionales y pasan a estarlo por la sensación de inmediatez que habilitan las imágenes captadas por estos dispositivos” (Calzado; Gómez; Lio, 2016, p. 190).

Mas, como nos fala novamente a então editora-chefe do CETV 1ª Edição, Adriana Castro, a versão apresentada por eles já não é mais a única ou a principal.

A gente tem a obrigação de consultá-los [fontes institucionais]. Mas quando a gente tem uma fonte segura de que aquele caso aconteceu ontem à noite, nessa rua tal, com o depoimento da pessoa que passou por isso, a gente deixa de depender da versão da Secretaria [SSPDS/CE]. A gente pergunta? Pergunta. A gente sempre tem que pedir a versão deles. Mas em alguns casos a gente já chegou até a confrontá-los por conta de uma câmera de segurança. (...) Então hoje eu digo que a gente não está dependente, a gente precisa dessa informação deles, mas a câmera de vigilância nos dá o poder de confrontar, de dizer “mas Secretaria, não é isso que a imagem mostra” (Editora-chefe CETV 1ª Edição, entrevista realizada em 06/12/2023).

Foi o que aconteceu, por exemplo, no caso envolvendo a prisão do jovem Lucas Silva, de 20 anos, na cidade de Fortaleza – CE, relatado pelo CETV 1ª Edição em duas ocasiões. A primeira, por meio de reportagem veiculada no dia 30/08/2019, intitulada “Jovem preso injustamente (Família diz que ele é inocente e que estava em casa na hora do assalto)”⁷⁸. A segunda, por meio de nota ao vivo com imagens, veiculada no dia 20/09/2019, com o título “Família comemora liberdade de jovem preso injustamente”⁷⁹. Lucas foi preso pela Polícia, acusado de ter cometido um assalto e levado o celular de uma pessoa no dia 24 de agosto de 2019, às 19h. No entanto, segundo a família, o jovem estava em casa no dia e horário em que o assalto teria acontecido, tornando assim a sua prisão injustificada.

Como forma de assegurar a veracidade da versão apresentada, os familiares de Lucas Silva disponibilizaram para o telejornal imagens de câmeras de videovigilância que exibiam o rapaz chegando à casa com a sua namorada no momento em que o assalto teria acontecido. Ou seja, as cenas colocavam em contradição a versão das fontes institucionais, ao mesmo tempo em que permitiam ao CETV 1ª Edição confrontar a Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social do Ceará acerca dos motivos que levaram o jovem para a prisão. Essa tomada de decisão por parte do telejornal fica evidente desde o título da reportagem, que dá destaque para a versão da família, mesmo que as autoridades policiais também tenham sido ouvidas pela reportagem. A presença das imagens de videovigilância obtidas pela família do rapaz preso serviu de prova irrefutável para que a sua versão atuasse como definidora primária e fosse a preponderante, mesmo havendo a presença de fontes institucionais.

Posteriormente, no dia 20/09/2019, o CETV 1ª Edição voltou a tratar do assunto, dessa vez para mostrar o momento de reencontro do jovem com a família, após a sua soltura. A

⁷⁸ Para assistir a reportagem na íntegra, basta clicar no seguinte link: <https://globoplay.globo.com/v/7885042/>

⁷⁹ Para assistir a nota ao vivo com imagens na íntegra, basta clicar no seguinte link: <https://globoplay.globo.com/v/7939158/>

nota ao vivo com imagens destaca o fato de Lucas Silva ter sido preso injustamente após ser confundido com uma pessoa que praticava assaltos no bairro Bom Jardim, em Fortaleza – CE. As imagens de câmeras de videovigilância, que flagraram o jovem chegando em sua casa no dia e horário em que o assalto cometido por outra pessoa ocorria, são exibidas novamente como forma de reforçar a sua inocência e assim descartar a versão dos órgãos de segurança pública do Ceará da condição de definidores primários.

Figura 15 - Frame de matéria veiculada pelo CETV 1ª Edição em 30/08/2019



Fonte: Globoplay (2019)

Figura 16 - Frame de matéria veiculada pelo CETV 1ª Edição em 30/08/2019



Fonte: Globoplay (2019)

Um outro exemplo envolvendo diretamente a confrontação de versões entre a Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Ceará (SSPDS/CE) e um flagrante de câmera de videovigilância particular pode ser observado através do caso concernente à morte de Paulo Vitor Oliveira, de 16 anos, no bairro Mondubim, em Fortaleza –

CE. Por meio de entrada ao vivo da repórter Fernanda Aires, realizada no dia 11/08/2022, o CETV 1ª Edição noticiou o afastamento do policial militar envolvido na morte do jovem, após cenas capturadas por dispositivo de videovigilância mostrarem que havia contradição entre a versão apresentada pelo policial no Boletim de Ocorrência e os fatos observados nas imagens⁸⁰.

De acordo com as informações narradas pela repórter, ao retomar a explicação do caso⁸¹, Paulo Vitor Oliveira foi atingido por um disparo de arma de fogo no dia 24/07/2022, durante uma ação policial ocorrida no bairro Mondubim (Fortaleza – CE), ao sair de casa para comprar um creme dental. Por meio das imagens flagradas por uma câmera de videovigilância, é possível ver o momento em que aparecem dois policiais militares correndo e entrando na rua em que se encontrava o jovem, que naquela ocasião conversava com outras pessoas. A repórter prossegue em sua explicação, destacando o instante em que os policiais apontam as armas para os jovens, deixando-os assustados e gerando uma correria. Paulo Vitor permanece parado e é atingido por um disparo de arma de fogo.

As imagens da câmera de videovigilância mostram o jovem cambaleando e caindo alguns metros adiante em uma calçada, enquanto a população apavorada busca ajudá-lo. Ainda segundo a repórter do CE 1, os policiais militares colocaram o rapaz de 16 anos no carro da corporação e o levaram até uma unidade de saúde. Apesar de receber atendimento médico, Paulo Vitor não resistiu aos ferimentos e acabou falecendo. No Boletim de Ocorrência, o policial responsável pelo disparo fatal afirmou que teria acontecido uma troca de tiros com os suspeitos, o que o levou inclusive a permanecer cumprindo normalmente suas funções durante duas semanas após o ocorrido. Com a exibição do flagrante de videovigilância, a Controladoria Geral de Disciplina da Polícia Militar do Ceará acabou solicitando o afastamento do PM.

⁸⁰ Para assistir a matéria na íntegra, basta clicar no link: <https://globoplay.globo.com/v/10840093/>

⁸¹ É válido destacar que o CETV 1ª Edição começou a cobrir o caso ainda no mês anterior, quando o publicizou em três edições diferentes (nos dias 26, 27 e 28 de julho).

Figura 17 - Frame de matéria veiculada pelo CETV 1ª Edição em 11/08/2022



Fonte: Globoplay (2022)

Figura 18 - Frame de matéria veiculada pelo CETV 1ª Edição em 11/08/2022



Fonte: Globoplay (2022)

É importante observarmos assim, a partir dos exemplos mencionados, a existência de transformações nas dinâmicas envolvendo a valoração das fontes noticiosas institucionais em virtude da atual possibilidade de acesso aos flagrantes de videovigilância por parte da instância jornalística. Conforme ressaltamos, não se trata de um telejornal como o CETV 1ª Edição deixar de ouvir a SSPDS/CE ou qualquer outro órgão público em relação a acontecimentos que os impliquem direta ou indiretamente. Todavia, se antes havia uma quase hegemonia em torno da versão apresentada pelas fontes institucionais, tornando-as “blindadas” a questionamentos em função do papel de definidoras primárias, agora, esse quadro passa por modificações.

Com a presença das cenas capturadas por câmeras de videovigilância, e tratando aqui especificamente daquelas que são desvinculadas de órgãos públicos, verifica-se a existência de um elemento imagético com potencial de gerar o contraditório na estruturação informativa. E isso sendo possível de maneira quase imediata entre o momento de desenrolar do fato e a sua publicização midiática. Evidentemente que o uso de tal potencialidade vai resultar da postura adotada pelo veículo de jornalismo, de modo que (a depender da escolha efetivada) pode levar, de um lado, a uma complexificação da cobertura informativa, mostrando as contradições e promovendo uma interpretação da realidade a partir das diferentes versões para o mesmo fato; e do outro, a uma veiculação da imagem encerrada nela mesma, desprovida de contextualização e de um olhar crítico sobre os impactos sociais que pode gerar.

6.1 As temáticas e os formatos noticiosos dos flagrantes de videovigilância no CE 1

O mapeamento das 237 edições do telejornal cearense, veiculadas durante os meses de agosto, setembro e outubro de 2019, 2020 e 2022, também nos fez chegar a dados quantitativos relativos às temáticas e à disposição territorial dos acontecimentos flagrados por câmeras de videovigilância. Começando pelas observações acerca dos principais assuntos abordados, percebemos que há uma certa uniformidade em torno destes, de modo que os acontecimentos concernentes ao campo da segurança pública/violência⁸² dominam o noticiário do CETV 1ª Edição nos períodos mapeados, pelo menos quando se trata da exibição de cenas provenientes das câmeras de vigilância, como podemos ver nas tabelas a seguir, que trazem a data de veiculação das matérias, os seus respectivos títulos e as temáticas que as caracterizam.

Quadro 7 - Flagrantes de videovigilância veiculados pelo CETV 1ª Edição em agosto de 2019

Data	Título	Tema
01/08/2019	1 ano do acidente na Av. Osório de Paiva (Motorista de caminhão desgovernado é acusado por 30 crimes)	Acidente de trânsito
02/08/2019	Cobrança de dívida termina em morte (Um homem de 36 anos foi assassinado a golpes de faca em Tianguá)	Assassinato
03/08/2019	Flagrante do acidente no Dom Lustosa (Câmera mostra momento em que moto bate em táxi)	Acidente de trânsito
05/08/2019	Tecnologia no combate ao crime (Equipamentos são usados e testados nas ruas)	Política pública
07/08/2019	Perseguição termina em acidente (Adolescentes suspeitos de roubar carro de aplicativo são apreendidos)	Apreensão

⁸² Por acontecimentos concernentes ao campo da segurança pública, estamos nos referindo às situações tais como assaltos, furtos, assassinatos, sequestros, perseguições, investigações, ataques criminosos, apreensões e agressões.

12/08/2019	Crime em Itaitinga (Polícia identifica suspeitos de matarem jovens na Serra do Cruzeiro)	Investigação
	Família é mantida refém (Bandidos mantiveram parentes no banheiro e roubaram objetos)	Assalto
14/08/2019	Assalto a ônibus em Maracanaú (Bandidos armados levam dinheiro do caixa e pertences de passageiros)	Assalto
15/08/2019	Ladrão assalta casal no Cocó (Vítimas iriam para o aeroporto)	Assalto
	Roubo a caminho do trabalho (Bandidos levam carro de mulher no bairro Demócrito Rocha)	Assalto
	Marreta e picareta em assalto (Equipamentos são usados por bandidos durante ação em casa lotérica)	Assalto
	Assalto em supermercado (Bandido armado rende funcionários e clientes na Parangaba)	Assalto
16/08/2019	Mais de 10 arrombamentos (Homem é preso após ser flagrado por câmera de segurança de loja)	Furto
17/08/2019	Ladrão de brinquedo (Bandido invade casa no São João do Tauape e leva bicicleta de criança)	Furto
	Acidentes no Joaquim Távora (Carros avançam preferencial e batem em outros veículos)	Acidente de trânsito
19/08/2019	Carro na contramão no Montese (Motorista morre e deixa outras duas pessoas feridas)	Acidente de trânsito
20/08/2019	Assaltos sem arma (Polícia investiga homem suspeito de mais de 10 ações)	Assalto
21/08/2019	Susto em condomínio no Montese (Moradores acordaram com fogo em apartamento)	Incêndio
	Grupo furta pizzeria (Entraram no estabelecimento e levaram maquinas, celulares e comida)	Furto
22/08/2019	Mulher é derrubada durante assalto (Bandido e vítima lutam na calçada de prédio)	Assalto
23/08/2019	Polícia procura golpista (Homem é suspeito de enganar vendedores de produtos na internet)	Investigação
24/08/2019	PM é assaltado em Fortaleza (Bandidos levam arma e pertences de policial que estava a caminho do trabalho)	Assalto
	Policial militar é preso por crime de receptação (O PM foi flagrado com um carro clonado)	Apreensão
27/08/2019	Um acidente atrás do outro (Moradores do Papicu querem reforço da sinalização de cruzamento)	Acidente de trânsito
28/08/2019	Assalto em pizzeria (Vídeo mostra ação dos bandidos)	Assalto
29/08/2019	Casa furtada no Barroso (Homem leva dois aparelhos de TV e outros objetos de valor)	Furto
30/08/2019	Gerentes de banco presos (Eles teriam participado de um desvio de R\$59 milhões)	Apreensão
	Assalto a casa de comerciante (Bandidos foram muito agressivos, dizem vítimas)	Assalto
	Jovem preso injustamente (Família diz que ele é inocente e que estava em casa na hora do assalto)	Apreensão

Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

Quadro 8 - Flagrantes de videovigilância veiculados pelo CETV 1ª Edição em setembro de 2019

Data	Título	Tema
04/09/2019	Flagrante de assalto (Dupla armada leva moto no bairro José Walter)	Assalto
05/09/2019	Tentativa de assalto a motorista (Ladrões não conseguem sair com o carro)	Assalto
	Empresária desaparecida apareceu (Ela foi localizada por uma equipe do RAIO dirigindo por Fortaleza)	Investigação
06/09/2019	Multas por câmeras são suspensas (Justiça diz que videomonitoramento invade a privacidade dos condutores)	Decisão judicial
	Assalto em lanchonete na Aldeota (Homens armados rendem funcionários e levam dinheiro e celulares)	Assalto
09/09/2019	Agência bancária alvo de bandidos (Criminosos usaram picareta e explosivos em ataque)	Furto
10/09/2019	Homem força portão e rouba bicicleta (Depois da ação ele sai pedalando)	Furto
11/09/2019	Assalto em pet shop (Homem se passa por cliente e leva bolsa de funcionária)	Assalto
	Falso cliente assalta loja (Foi em um posto de combustível no bairro de Fátima)	Assalto
	Assalto em espetinho (Casal leva pertences de vendedor e clientes na Av. Paulino Rocha)	Assalto
12/09/2019	Arrastão em ônibus (Bandidos levaram os pertences dos passageiros em mochilas e sacolas)	Assalto
13/09/2019	Professor morto por bandidos em fuga (Polícia prende suspeito de participação no crime)	Acidente de trânsito
	Pelo martelo de Thor (Viatura do RAIO para e PM retira objeto do meio da rua)	Boa ação
14/09/2019	Crime no Rodolfo Teófilo (Câmeras mostram o assassinato dos dois homens em posto de combustíveis)	Assassinato
	Assalto no Jangurussu (Estudante é baleado no caminho da escola)	Assalto
	Criança morre atropelada (Mãe do menino está em coma induzido)	Acidente de trânsito
16/09/2019	Tiro acidental (Agente penitenciário diz que a arma apresentou problemas)	Tiro acidental
17/09/2019	Jovem baleado no Jangurussu (Estudante estava chegando na escola quando foi abordado por bandidos e reagiu a um assalto)	Assalto
	Reviravolta no caso da empresária (Jamile de Oliveira pode ter sido assassinada em condomínio de luxo)	Investigação
18/09/2019	Empresária morta (Polícia continua com depoimentos e divulga laudo cadavérico)	Investigação
	Caso Jamile (Empresária perdeu o marido em um acidente na Av. Engenheiro Santana Júnior)	Investigação

	Empresária morta (Polícia ouve filho e médicos que atenderam Jamile)	Investigação
	Caso Jamile (Novos depoimentos sobre a morte da empresária)	Investigação
19/09/2019	Caso Jamile (Famíliares e amigos pedem justiça durante missa em homenagem à empresária)	Investigação
	Caso Jamile (Polícia retoma depoimentos na manhã de hoje)	Investigação
	Caso Jamile (Perito analisa laudos feitos na empresária)	Investigação
20/09/2019	Família comemora liberdade de jovem preso injustamente	Investigação
	Execução em transporte por aplicativo (A vítima foi o passageiro que estava no banco de trás)	Assassinato
	Caso Jamile (Filho da empresária é chamado para depor novamente)	Investigação
	Câmeras gravam assalto em farmácia	Assalto
21/09/2019	Hospital assaltado (Dois bandidos aparecem armados com facão, em Varjota)	Assalto
	Mais uma farmácia é assaltada (No Vila Velha os bandidos levaram fraldas)	Assalto
	Caso Jamile (Empregada diz que foi induzida pelo advogado a omitir fatos)	Investigação
23/09/2019	Flagrante de assalto (Bandidos levam a bolsa de uma mulher na Vila Manoel Sátiro)	Assalto
	Mulheres assaltantes (Dupla em moto assalta em parada de ônibus, nas Dunas)	Assalto
	Novidades no caso Jamile (Maquieiro presta depoimento e apartamento e carro são periciados)	Investigação
	Ataques com fogo (Polícia investiga se há relação entre as ações criminosas)	Ataques criminosos
24/09/2019	Flagrante (Veja o momento em que topic é incendiada)	Ataques criminosos
	Imagens do trânsito em Fortaleza	Fluxo do trânsito
25/09/2019	Caso Jamile (Filho da empresária volta ao apartamento e conta o que aconteceu)	Investigação
	6º dia de ataques no Ceará (Supermercado sofre tentativa de incêndio)	Ataques criminosos
	Imagens do trânsito em Fortaleza	Fluxo do trânsito
30/09/2019	Acidente em Juazeiro do Norte (Motorista perde controle da direção e invade casa)	Acidente de trânsito

Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

Quadro 9 - Flagrantes de videovigilância veiculados pelo CETV 1ª Edição em outubro de 2019

Data	Título	Tema
01/10/2019	Caso Jamile (Vídeo exclusivo mostra a perícia feita no apartamento)	Investigação

	Criança é vista tentando invadir condomínios (Moradores estão assustados)	Invasão
	Assalto em Sobral (Estudante é atacada por ciclista ao lado da Universidade Federal do Ceará)	Assalto
02/10/2019	Caso Jamile (Missa de 1 mês é celebrada e familiares pedem justiça)	Investigação
03/10/2019	Loja assaltada (Homem roubou celulares e por pouco não foi deixado para trás por comparsa)	Assalto
	Com tornozeleira eletrônica (Mulher furta produtos de farmácia em Fortaleza)	Furto
	Caso Jamile (Namorado deve prestar depoimento ainda hoje)	Investigação
04/10/2019	Presa mulher que roubou farmácia (Ela estava com tornozeleira eletrônica)	Apreensão
05/10/2019	Criança morre atropelada em Beberibe (Ela corre para atravessar a rodovia, mas é atingida em cheio)	Acidente de trânsito
07/10/2019	Depoimento de Aldemir Pessoa (por 3 horas explica como tudo aconteceu no dia 30 de agosto)	Investigação
09/10/2019	Grávida furtando (Câmeras de supermercado no Passaré flagram ação)	Furto
	Caso Jamile (Caseiro e amigo de Aldemir prestam depoimento hoje)	Investigação
10/10/2019	Como ela consegue? (Mulher furta chinelas escondendo os pares no meio das pernas)	Furto
	Assalto na Barra do Ceará (Criminosos roubam mercadinho e agridem cliente com chute no rosto)	Assalto
	Saidinha bancária (Motociclista é derrubado e tem mochila com R\$30 mil roubada)	Assalto
11/10/2019	Caso Jamile (Cirurgião, técnica de enfermagem e gerente de banco prestam depoimentos)	Investigação
14/10/2019	Ótica assaltada no centro (Esse é o segundo roubo em menos de um mês)	Assalto
	Bandidos roubam moto de entregador de pizza (Os assaltantes estavam disfarçados de catadores de lixo)	Assalto
15/10/2019	Urgente: Prédio residencial desaba (Uma morte e cinco pessoas resgatadas)	Desabamento
16/10/2019	Novo flagrante do desabamento (Vídeo mostra pessoas na garagem no momento da queda)	Desabamento
	Novo flagrante do desabamento (Vídeo mostra carro passando em frente bem na hora da queda)	Desabamento
18/10/2019	Minutos antes da tragédia... (Câmera de segurança do prédio gravou movimentação no térreo)	Desabamento
19/10/2019	Mulher furta farmácia (Com a ajuda do marido, ela pegou mercadorias e escondeu dentro da roupa)	Furto
	Novo vídeo após desabamento (Engenheiro aparece saindo do prédio)	Desabamento
	Perseguição policial termina em acidente (Casal levava maconha pra vender em Baturité)	Acidente de trânsito

21/10/2019	Desabamento do Edifício Andrea (Buscas chegam ao fim e perícia começa no local)	Desabamento
	Crime de feminicídio (Marido confessou ter matado a modelo)	Assassinato
22/10/2019	Mulher morre em acidente no Município de Santa Quitéria	Acidente de trânsito
	Abasteceu e não pagou (Motorista de carro de luxo é preso por estelionato)	Apreensão
	Ninguém nem viu (Clientes de bar não percebem ação de bandido)	Furto
	Falso cliente ataca lojas (Homem atua nas cidades de Tianguá e Sobral, no Norte do Estado)	Furto
23/10/2019	Bandidos atacam e roubam carro de família no Ancuri (Uma falha no asfalto facilitou a ação dos assaltantes)	Assalto
	Investigação sobre desabamento (Dono da construtora e sobreviventes da tragédia prestam depoimento)	Investigação
24/10/2019	Bandidos invadem posto de saúde (Grupo foi violento com funcionários e pacientes)	Assalto
	Coalho ou muçarela? (Câmeras flagram mulheres furtando queijo)	Furto
	Botou entre as pernas (Mulher furta farmácia em Sobral)	Furto
	Botou entre as pernas (Mulher furta loja)	Furto
	Assalto frustrado em clínica (Uma das vítimas entra em luta corporal com assaltante)	Assalto
25/10/2019	Caso Jamile (Cinco pessoas devem prestar depoimentos ainda hoje)	Investigação
	Botou entre as pernas, de novo (Mulher é flagrada furtando bebida alcoólica em loja de conveniência)	Furto
	No amor e no crime (Casal preso estava assaltando no bairro Joaquim Távora)	Assalto
	Em poucos segundos... (Bandidos roubam moto no centro de Horizonte)	Assalto
26/10/2019	Caso Jamile (Polícia já ouviu 62 pessoas)	Investigação
28/10/2019	Casal ataca no Papicu (Mãe e filha foram vítimas)	Assalto
29/10/2019	Preso por homicídio (Perseguiu e matou o namorado da ex)	Assassinato
	Piscou, perdeu (Bandidos roubam celular em menos de 15 segundos)	Assalto
30/10/2019	Caso Jamile (Acontece amanhã reconstituição da morte da empresária)	Investigação
	Policial é atropelado (Ele seguia pela avenida durante patrulhamento de bicicleta)	Acidente de trânsito
	Moto roubada e identidade falsa (Polícia prende suspeito de 21 anos com antecedentes criminais)	Apreensão
	Ótica assaltada em Maracanaú (Se passou por cliente e roubou óculos e relógios)	Assalto
31/10/2019	Tragédia do Edifício Andrea (Polícia segue investigando as causas do desabamento)	Investigação

	Assassinato de mãe e filha (Câmeras gravam pai chegando com o corpo da criança perto da lagoa)	Assassinato
	Assaltante de lojas é preso (Com a mesma roupa ele roubou uma ótica e uma farmácia em Maracanaú)	Apreensão
	Mãe e filho atropelados (Mulher morre no IJF após quase 2 meses internada)	Acidente de trânsito

Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

Quadro 10 - Flagrantes de videovigilância veiculados pelo CETV 1ª Edição em agosto de 2020

Data	Título	Tema
03/08/2020	Assalto em depósito de bebidas no José Walter (Suspeito levou dinheiro e pertences dos funcionários)	Assalto
	Homem executado em restaurante (Bandido usando roupa da Polícia invade local no bairro de Fátima)	Assassinato
	Criança e mulher vítimas de estupro (Nos dois casos, os suspeitos foram levados para a delegacia)	Violência sexual
	Encapuzados arrombam casa em Caucaia (Polícia prende suspeitos e apreende 4 armas)	Furto
04/08/2020	Arrastão no bairro Vila União (Moradores que estavam na calçada foram vítimas de bandidos armados)	Assalto
05/08/2020	Bandidos fogem pelo mangue em Caucaia (Houve troca de tiros em operação da Polícia no Parque Soledade)	Furto
06/08/2020	Moto com placa clonada é apreendida (Veículo foi localizado com o auxílio das câmeras de videomonitoramento)	Apreensão
07/08/2020	Homem foi morto e pais baleados (Suspeito foi preso e arma do crime encontrada dentro de pote de sorvete)	Assassinato
11/08/2020	Polícia recupera carro roubado (Câmeras de monitoramento do SPIA ajudaram na operação)	Apreensão
12/08/2020	Assalto a posto de combustíveis no Benfica (Suspeito desce do carro, aborda frentistas e leva apurado do dia)	Assalto
13/08/2020	Bandido dá uma voadora para roubar moto (Local do crime fica a poucos metros do Batalhão RAIO no Araturi em Caucaia)	Assalto
	Adolescente é apreendido com carro roubado (Polícia recuperou o veículo e apreendeu uma arma falsa)	Apreensão
18/08/2020	Bandidos levam mais de R\$30 mil de lotérica (Assalto foi no início da manhã no Conjunto Ceará)	Assalto
19/08/2020	Moto roubada, perseguição e prisão (Dois suspeitos foram detidos e veículo foi recuperado no bairro Jacarecanga)	Apreensão
	Clientes assaltados em restaurante (Bandidos atiram antes de deixar estabelecimento comercial em Caucaia)	Assalto
24/08/2020	Assaltos em Sobral (Moradores relatam que pelo menos 10 casos aconteceram no fim de semana)	Assalto
25/08/2020	SPIA flagra pichadores no Jôquei Clube (Dois suspeitos foram detidos e encaminhados à delegacia)	Apreensão

26/08/2020	Assalto em Maracanaú (Criminosos levaram carro, celular e carteira de comerciante)	Assalto
	Homem leva 2 celulares de loja (Ele aproveita que a vendedora sai e coloca os aparelhos no bolso)	Furto
27/08/2020	Bandido age portando alvará de soltura (Ele assaltou um homem no Jôquei Clube e deixou cair o documento)	Assalto
29/08/2020	Assalto no centro de Fortaleza (Suspeito é preso com faca e celular da vítima)	Assalto
31/08/2020	Acidente em Juazeiro do Norte (Câmera flagrou momento em que motociclista bateu em carro estacionado)	Acidente de trânsito

Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

Quadro 11 - Flagrantes de videovigilância veiculados pelo CETV 1ª Edição em setembro de 2020

Data	Título	Tema
02/09/2020	Câmeras ajudam a evitar assalto (Polícia apreendeu três adolescentes dentro de um ônibus, na Aerolândia)	Apreensão
03/09/2020	Execução em Juazeiro do Norte (Câmeras de segurança flagram dois bandidos matando homem e fugindo)	Assassinato
04/09/2020	Motorista trancado, carro levado (Assaltantes são flagrados em bairros diferentes agindo do mesmo modo)	Assalto
05/09/2020	Prefeitura compra terreno do Edifício Andrea (O valor de R\$1,7 milhões vai ser dividido entre os proprietários)	Tragédia
08/09/2020	Roubo de veículos cresce 83% (O número de carros que a Polícia conseguiu recuperar também aumentou 25%)	Assalto
	Assalto no Cocó (Mulher com criança e uma motorista foram vítimas da ação de dois criminosos)	Assalto
09/09/2020	Flagrante no Bonsucesso (Homem picha muro de um ponto comercial)	Pichação
10/09/2020	Idosa mantida refém (Ladrão entrou na casa da vítima, quando fugia da Polícia)	Cárcere privado
11/09/2020	Polícia recupera carro furtado (Foi no Bom Jardim e as câmeras de monitoramento ajudaram na localização)	Apreensão
	Mulheres são assaltadas no bairro Farias Brito (Criminosos levam sacolas de compras)	Assalto
12/09/2020	Suspeito de roubo a ônibus é preso (Homem foi detido com celulares roubados e uma faca no bairro Damas)	Apreensão
14/09/2020	Bebê salvo pela Guarda Municipal (Mulher chegou à torre do Caça e Pesca com filho engasgado)	Salvamento
15/09/2020	Grupo furta em supermercado (3 mulheres e um homem cercam idosa que fazia compras)	Furto
	Cientes de lotérica rendidos em Massapê (Criminosos armados levaram celulares das vítimas, mas um deles acabou preso)	Assalto
16/09/2020	Presos suspeitos investigados por vários crimes (Resultado de duas operações em Fortaleza e Região Metropolitana)	Apreensão

	Flagrante de arrombamento (Ladrões invadem casas e furtam objetos em Juazeiro do Norte)	Furto
18/09/2020	Bandidos levam R\$20 mil de lotérica (Funcionárias foram rendidas quando chegavam para trabalhar)	Assalto
	Clientes de motel são assaltados (Suspeitos pulam o muro, mas são capturados pela Polícia com arma falsa)	Assalto
19/09/2020	Moeda digital em troca de liberdade (Sequestro de mulher em Tianguá durou 12 horas)	Sequestro
	Casal pratica furtos em Aracoiaba (Homem esconde objetos dentro da camisa)	Furto
22/09/2020	Polícia prende suspeito de roubos (Imagens de câmera de segurança ajudaram na captura de bandido)	Apreensão
24/09/2020	“Giro” pelo trânsito de Fortaleza	Fluxo do trânsito
	Mulher agredida com capacete (Bandido queria o celular dela, mas ela não quis entregar)	Assalto
25/09/2020	Insegurança no Parque São Vicente (PM diz que a área é monitorada 24 horas por dia)	Assalto
28/09/2020	Carro cai dentro de rio em Itarema (Motorista esqueceu de puxar o freio de mão enquanto abastecia com gelo)	Acidente de trânsito
30/09/2020	Quadro “Casos sem solução” do CE1 estreia	Acidente de trânsito
	Carro desce ladeira em Carité (Motorista esqueceu de puxar o freio de mão e veículo colidiu com moto e bicicleta)	Acidente de trânsito

Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

Quadro 12 - Flagrantes de videovigilância veiculados pelo CETV 1ª Edição em outubro de 2020

Data	Título	Tema
01/10/2020	Casos sem solução (Vendedor de tapiocas foi morto por motorista em alta velocidade e na contramão)	Acidente de trânsito
02/10/2020	Assaltantes se passam por policiais (Fingindo participar de operação, grupo invade casa na Grande Messejana)	Assalto
03/10/2020	Idoso é agredido no meio da rua em Caucaia (Senhor foi para o hospital e o agressor foi preso)	Agressão
05/10/2020	Casal é preso por furtar plantas em Caucaia (Segundo a Polícia, foram encontrados seis vasos dentro do carro dos suspeitos)	Furto
	Ação inusitada de bandidos em Iguatu (Suspeitos provocam acidente para formar aglomeração e assaltar vítimas)	Assalto
07/10/2020	Mulher esconde produto debaixo da roupa (Foi em Sobral e Polícia orienta que comerciantes registrem a ocorrência)	Furto
	Furto de fios (Ação ocorreu na Sapiranga, em Fortaleza)	Furto

08/10/2020	Ciclista roubado na Av. Osório de Paiva (Quatro bandidos em uma moto abordaram a vítima que teve prejuízo de R\$ 6 mil)	Assalto
10/10/2020	Imagens mostram acidente no Anel Viário (Motorista morreu depois de perder o controle e bater em caminhão e poste)	Acidente de trânsito
13/10/2020	Briga entre inspetora e recepcionista (Vídeo mostra o momento em que confusão acontece dentro de pousada de Jeri)	Agressão
15/10/2020	Um ano da queda do Edifício Andrea (Indiciados esperam Justiça decidir por qual crime eles vão ser julgados)	Investigação
16/10/2020	Vendedor de redes assaltado na rua (Bandidos levaram o carro e material de trabalho em Itaitinga)	Assalto
17/10/2020	Flagrantes de roubo no Joaquim Távora (Polícia prendeu 4 homens que agiam em plena luz do dia)	Apreensão
19/10/2020	Furtos de bicicletas em condomínios de Fortaleza (Imagens flagram momento da ação de bandidos)	Furto
20/10/2020	Pizzaria é assaltada no Passaré (Dupla armada levou dinheiro, celulares e duas televisões)	Assalto
	Funcionários e clientes rendidos em Sobral (Foi em um posto de combustíveis e dupla de moto levou celulares e dinheiro)	Assalto
21/10/2020	Flagrante do furto de pneus (Carro estava estacionado em uma rua do bairro Mondubim, em Fortaleza)	Furto
23/10/2020	Mulheres presas na Aldeota (Elas são suspeitas de furtar pelo menos três estabelecimentos comerciais)	Apreensão
	Ciclista é morto dentro de pizzaria (Ele foi seguido pelo suspeito em uma moto até o local, no bairro José Walter)	Assassinato
24/10/2020	Perseguição e acidente em Juazeiro do Norte (Motorista desobedece ordem de parada da Polícia, causa acidente e acaba detido)	Acidente de trânsito
27/10/2020	Bebê salvo por equipe do Raio (O resgate foi gravado por sistema de videomonitoramento no bairro Serrinha)	Salvamento
29/10/2020	Ataque de assaltantes em Caucaia (Grupo rende e rouba motorista em rua do bairro Araturi)	Assalto
30/10/2020	Ato obsceno na frente de criança (Preso suspeito flagrado por câmera de segurança no Conjunto Ceará)	Apreensão
31/10/2020	Polícia prende suspeito de arrastão em Caucaia (Celulares, duas armas falsas e um televisor estavam com o homem)	Apreensão

Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

Quadro 13 - Flagrantes de videovigilância veiculados pelo CETV 1ª Edição em agosto de 2022

Data	Título	Tema
01/08/2022	Furto em churrascaria na Perimetral (Suspeito invade o estabelecimento e leva televisão; tudo é filmado por câmeras de segurança)	Furto
	Cearense agredido em metrô do Rio de Janeiro (Caso aconteceu e foi registrado por câmeras de segurança, Polícia investiga o caso)	Agressão
	Motociclista atropela grávida e foge (Vítima de 31 anos, que está com um mês de gestação, teve fratura exposta)	Acidente de trânsito
02/08/2022	Câmera flagra PM tentando assaltar entregador (Ação foi na semana passada no Benfica; agente está preso e comparsa é procurado)	Assalto
	Caminhão carregado de queijo é levado em assalto (Ação aconteceu nessa madrugada, em Horizonte)	Assalto
	O que fazer em acidente com vítima? (Omissão de socorro é infração e pode ainda ser crime de trânsito sob pena de detenção)	Acidente de trânsito
03/08/2022	Flagrante de atropelamento em Barbalha (Motorista atinge estudante de medicina e foge sem prestar socorro à vítima)	Acidente de trânsito
	Buraco causa acidentes no Montese (Prefeitura disse que avenida vai ser recuperada até a próxima semana)	Acidente de trânsito
04/08/2022	Foragido da justiça é preso na capital (Homem integrava uma organização criminosa; prisão foi registrada por câmeras da SSPDS)	Apreensão
	PM de folga salva bebê engasgado (O menino de 5 meses ficou internado, recebeu alta ontem e passa bem)	Salvamento
08/08/2022	Acidente envolvendo três motos em Baturité (Câmeras flagraram a roda dianteira de uma das motos soltando e casal caindo)	Acidente de trânsito
	Carro bate e arrasta moto por 6 km em Graça (Motoqueiro morreu na hora e motorista é encaminhado para a delegacia)	Acidente de trânsito
09/08/2022	Três acusados de morte de blogueiro estão foragidos (Uma pessoa foi presa suspeita do crime que aconteceu há 6 meses no Cristo Redentor)	Assassinato
	Dupla suspeita de matar empresário é presa (Os dois jovens fugiram na caminhonete da vítima e foram perseguidos pela Polícia)	Apreensão
	Bandidos furtam e levam moto empurrando (Eles empurram veículo no Rodolfo Teófilo)	Furto
10/08/2022	Homem é preso depois de esfaquear a ex-namorada (Caso aconteceu perto do trabalho da vítima em Sobral; mulher foi socorrida para a UPA)	Apreensão
	Casa é invadida por bandidos (Moradores estavam dormindo no momento do furto; câmeras registraram ação criminosa)	Furto

11/08/2022	Enterro de estudante de medicina atropelado (Familiares e amigos prestaram as últimas homenagens hoje pela manhã em Barbalha)	Acidente de trânsito
	PM envolvido em morte de jovem é afastado (O rapaz de 16 anos morreu durante uma abordagem policial há mais de duas semanas)	Investigação
12/08/2022	Condenados por latrocínio em shopping (Pena dos envolvidos na morte da gerente de joalheria soma 115 anos de prisão)	Decisão judicial
13/08/2022	Homem que teria furtado bicicleta é morto (Câmeras de segurança filmaram ação que aconteceu no bairro Montese)	Assassinato
	Policial impede assalto em Itapajé (Agente à paisana percebeu a movimentação suspeita e evitou a ação de dois homens)	Apreensão
15/08/2022	Mulher é agredida e esfaqueada em tentativa de assalto (Vítima ia ao trabalho quando foi abordada pelo criminoso, no bairro Cocó)	Assalto
16/08/2022	Homem é preso com arma de fogo em festa (Ele foi capturado após ser flagrado por câmeras de videomonitoramento da SSPDS)	Apreensão
17/08/2022	Furto de fios no centro da capital (Segundo moradores, toda semana o semáforo fica sem funcionar por conta dos crimes)	Furto
	PM é denunciado por assalto a entregador (Policial de 34 anos foi acusado de roubo qualificado; pena pode chegar a 20 anos)	Decisão judicial
18/08/2022	Trio invade supermercado e rouba arma de vigilante (Caso aconteceu no bairro Jardim Iracema; suspeitos levaram o dinheiro do caixa)	Assalto
	Assassinato em ponto de ônibus de Caucaia (Por pouco outras pessoas não foram atingidas pelos suspeitos que fugiram)	Assassinato
	Bicicleta é furtada de dentro de condomínio (Criminoso invadiu o local durante obra no prédio que fica no Meireles)	Furto
19/08/2022	Suspeito preso por furtos ao centro pop de Maracanaú (Unidade foi alvo de, pelo menos, oito ações criminosas em 20 dias)	Apreensão
	Promotor de justiça preso por suspeita de matar idoso (A vítima, de 72 anos, foi baleada dentro de casa na Cidade dos Funcionários)	Apreensão
	Mais um suspeito de matar empresário de Sabiaguaba (Polícia tenta identificar outro envolvido no crime; dois irmãos já foram indiciados)	Investigação
	Ciclista morre ao ser atingido por porta de carro (Acidente aconteceu quando o motorista descia do veículo em uma rua de Morrinhos)	Acidente de trânsito

	Flagrante no bairro Jacarecanga (Mulher apresentou identidade falsa para furtar condomínio e moradores a prendem)	Apreensão
20/08/2022	Motociclista morre após batida com caminhão (O acidente foi registrado em Itapajé, interior do Ceará; o homem ainda não foi identificado)	Acidente de trânsito
	Promotor de justiça tem prisão preventiva decretada (Ele é suspeito de matar a tiros um idoso no bairro Cidade dos Funcionários)	Decisão judicial
22/08/2022	Câmeras flagram promotor de justiça atirando em rua (Ação foi depois do suspeito matar o idoso de 72 anos na Cidade dos Funcionários)	Investigação
	Falsos entregadores assaltam na Parangaba (Ação criminosa foi registrada por câmera de segurança na rua Cônego Moura)	Assalto
23/08/2022	Ministério Público afasta promotor de justiça (Ricardo Memória é suspeito de matar um idoso a tiros na Cidade dos Funcionários)	Decisão judicial
	Homem morre eletrocutado ao furtar fios (A vítima tinha antecedentes por furto qualificado e tentativa de furto)	Furto
24/08/2022	Assalto a ótica em Fortaleza (O bandido levou mais de 200 relógios e celulares; a ação foi perto das 13h, no Centro)	Assalto
26/08/2022	Promotor é interrogado sobre morte de idoso (A esposa dele também foi ouvida na condição de testemunha)	Investigação
	PM é flagrado dando tapa em idoso em Itapajé (Caso aconteceu em frente ao hospital da cidade; agente foi afastado das ruas)	Investigação
27/08/2022	Ciúmes guardados há mais de 40 anos (Promotor alega que foi tirar satisfações com idoso de um fato que aconteceu em 1977)	Investigação
	Protesto por morte de jovem alvejado por PM (Parentes e amigos cobram justiça após ação que matou Paulo Vitor de 16 anos há mais de um mês)	Investigação
	Funcionários presos por furto em loja de calçados (Eles são suspeitos de repassar produtos de empresa em Itapipoca para receptadores)	Apreensão
29/08/2022	Dupla fantasiada assalta loja de doces (Homem e adolescente levaram celulares, relógio e roupas das vítimas em Iguatu)	Assalto
30/08/2022	Câmeras flagram assaltos em lojas de Sobral (Suspeitos aparecem armados em uma moto nas duas ações; Polícia investiga casos)	Assalto
	Flagra da imprudência no trânsito (Duas motos se envolvem em acidente em Aurora e câmera registra irregularidades dos motociclistas)	Acidente de trânsito
31/08/2022	Preso acusado de matar blogueiro no Cristo Redentor (Ele é apontado como a pessoa que deu suporte ao atirador durante o crime)	Apreensão

	Três anos do caso Jamile de Oliveira (Família ainda aguarda fim do processo judicial e faz missa em homenagem a empresária)	Investigação
--	---	--------------

Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

Quadro 14 - Flagrantes de videovigilância veiculados pelo CETV 1ª Edição em setembro de 2022

Data	Título	Tema
01/09/2022	Funcionária queimada em fábrica vai passar por cirurgia (Ela sofreu queimaduras de segundo grau após máquina em que trabalhava pegar fogo)	Acidente de trabalho
02/09/2022	Promotor é denunciado por morte de idoso (Ricardo Memória continua preso e deve responder por homicídio qualificado)	Decisão judicial
	Homem é preso pela 3ª vez no mês por furto de fios (A última prisão foi no São João do Tauape; cerca de 80 m de fios estavam com ele e outro suspeito)	Apreensão
03/09/2022	Dupla rouba moto em Sobral (Mulher é rendida e tem moto levada no bairro Junco; veículo foi recuperado horas após o crime)	Assalto
	Polícia captura dupla na Praia de Iracema (Eles têm 17 e 25 anos e são suspeitos de adulterar placa de carro com fita isolante)	Apreensão
10/09/2022	11 PMs investigados por omissão em assassinato (Jovem de 19 anos foi morto a tiros por outro policial dentro da delegacia de Camocim)	Investigação
22/09/2022	Igreja em Maracanaú é arrombada 4 vezes (Bandidos derramaram refrigerante nas câmeras e levaram, pelo menos, 6 ventiladores)	Furto
	Promotor acusado de matar idoso alega insanidade mental (Processo por assassinato foi suspenso pelo Tribunal de Justiça)	Decisão judicial
23/09/2022	Furto em empresa de festas de formatura (Mais de 70 mil reais foram levados)	Furto
26/09/2022	Universitária é baleada na Aerolândia (A jovem deixava um amigo em casa quando foi surpreendida por assaltantes)	Assalto
27/09/2022	Fisioterapeuta baleada em assalto segue internada (Jovem de 27 anos foi atingida ao tentar fugir dos criminosos no bairro Aerolândia)	Assalto
28/09/2022	Família nega morte cerebral de fisioterapeuta (Parentes reforçam que jovem baleada em assalto luta para viver; eles pedem orações)	Assalto
29/09/2022	Preso suspeito de atirar em fisioterapeuta (A vítima, de 27 anos, foi baleada na Aerolândia, quando deixava um amigo em casa)	Apreensão
30/09/2022	Policial militar da reserva é baleado em troca de tiros (Militar foi atingido ao reagir a assalto em casa de jogos; suspeito foi preso)	Assalto

	Morre vítima de assalto na Aerolândia (Fisioterapeuta de 27 anos foi baleada durante a ação; um suspeito foi preso)	Assalto
--	---	---------

Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

Quadro 15 - Flagrantes de videovigilância veiculados pelo CETV 1ª Edição em outubro de 2022

Data	Título	Tema
01/10/2022	Suspeito de matar fisioterapeuta fraudou tornozeleira (Igor Freitas chegou a ser detido em janeiro por tráfico, mas liberado em audiência)	Investigação
	Funcionários correm pra fugir de assalto em UPA (O suspeito conseguiu assaltar o motorista de uma ambulância, mas foi preso depois)	Assalto
03/10/2022	Motorista avança sinal e mata mulheres em moto (O acidente foi em Juazeiro do Norte; condutor fugiu sem prestar socorro às vítimas)	Acidente de trânsito
04/10/2022	Motorista abandona carro em motel após acidente (Ele atropelou e matou duas mulheres em uma moto ao avançar sinal em Juazeiro do Norte)	Acidente de trânsito
	Guarda Municipal é suspeito de matar mototaxista (Crime foi depois de uma briga de trânsito em Juazeiro do Norte; agente conseguiu fugir)	Investigação
	Promotor acusado de matar idoso vai pagar indenização (Viúva de comerciante que foi assassinado a tiros deve receber R\$ 4,8 mil por mês)	Decisão judicial
05/10/2022	Vigilante é salvo por colete à prova de balas (Assaltantes atiraram duas vezes contra ele em um centro comercial no bairro Itaperi)	Assalto
	Motorista que matou mulheres se apresenta à Polícia (Jovem de 21 anos disse que abandonou carro por medo; ele foi ouvido e liberado)	Acidente de trânsito
	Criança de 5 anos é atropelada na frente da escola (Menino está internado em estado grave; motorista fugiu sem prestar socorro)	Acidente de trânsito
	As multas mais comuns de motociclistas (Entre elas estão: passar no sinal vermelho, estacionar em local proibido e pilotar sem capacete)	Acidente de trânsito
06/10/2022	Preso suspeito de atropelar criança (Câmeras registram o caso; vítima está internada em estado grave no IJF)	Apreensão
	Pelo menos 10 celulares levados de loja (Câmeras flagram ação criminosa na Sapiranga; Polícia investiga o roubo)	Assalto
	Jovem fica tetraplégico e tio morre após acidente (Os dois foram atingidos por motorista em alta velocidade e que invadiu a contramão)	Acidente de trânsito
	Queda nas ocorrências de crimes violentos (Ceará registrou redução de 16% em setembro, se comparado ao mesmo período de 2021)	Investigação

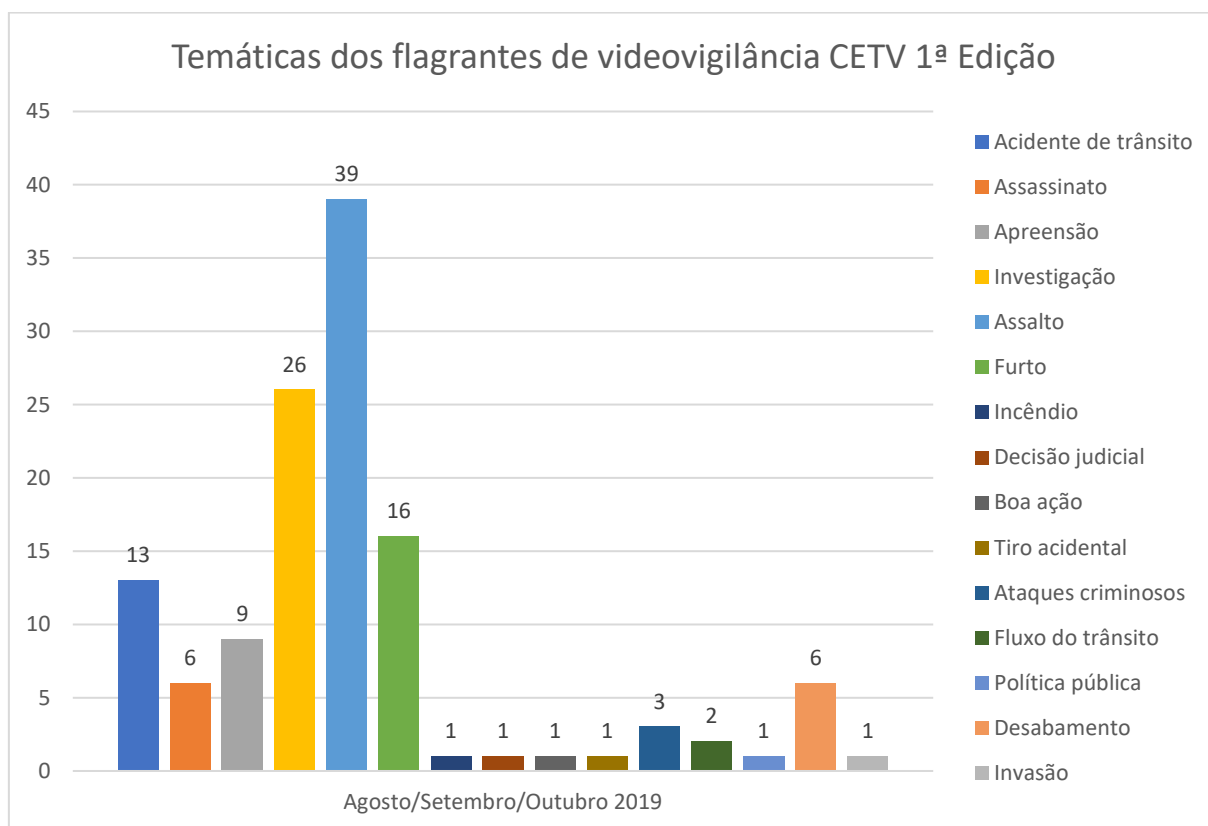
08/10/2022	Mulher furta plantas em Fortaleza (O caso foi na avenida João Pessoa, no bairro Damas, em frente a um escritório)	Furto
11/10/2022	Bancário é julgado hoje por morte de empresário (Crime aconteceu há 4 anos em Juazeiro do Norte depois de uma discussão no trânsito)	Decisão judicial
12/10/2022	Condenado a mais de 15 anos de prisão (Homem espancou empresário depois de uma briga de trânsito no Cariri)	Decisão judicial
	Duplo homicídio em restaurante (Homens armados chegam, executam as vítimas e fogem; Polícia investiga)	Assassinato
13/10/2022	Assalto em posto de combustíveis (Bandidos abastecem sem pagar e ainda levam refrigerantes e cervejas)	Assalto
20/10/2022	Segundo suspeito da morte de fisioterapeuta é preso (O jovem de 19 anos já tinha passagem e agora deve responder por latrocínio)	Apreensão
25/10/2022	Tremor de terra em Jaguaratama (Os efeitos também foram sentidos nos Municípios de Jaguaribe e Solonópole)	Tremor de terra
	Câmeras flagram roubo em escola do Passaré (Vigilante de colégio público tem arma levada no mesmo dia da ação na Boa Vista)	Assalto
26/10/2022	Automóvel atinge entregador e foge (Carro avança preferencial e atropela motoboy, em Sobral, no bairro Campo dos Velhos)	Acidente de trânsito
27/10/2022	Mulher denuncia agressão no mercado central em Juazeiro (Tudo foi em frente onde a vítima trabalha, início da discussão teria sido rivalidade no emprego)	Agressão
	Furto em sex shop no Edson Queiroz (Falso cliente chega a colocar dois produtos na bolsa; Polícia investiga o caso)	Assalto
	Jovem é baleado e tem mochila roubada (Dupla de moto abordou a vítima em uma rua da Parangaba; Polícia investiga o caso)	Assalto
	Comerciante é baleado em assalto (Caso foi no bairro Ancuri; tiro atingiu de raspão a cabeça da vítima)	Assalto
29/10/2022	Homem furta quase R\$ 7 mil de lotérica (Ação foi registrada por uma câmera de segurança em Milagres, no Cariri)	Furto
	Duas adolescentes são atropeladas e motorista foge (Vítimas estavam de bicicleta quando foram atingidas; uma delas está em estado grave)	Acidente de trânsito
	Pizzaria é assaltada pela 7ª vez no Bonsucesso (Comércio fica na avenida Augusto dos Anjos e tem sido alvo constante de criminosos)	Assalto
31/10/2022	Delegado da Polícia Civil é baleado na Sapiranga (Vítima foi socorrida para um hospital particular na noite deste domingo)	Investigação
	Família é alvo de tiros na calçada de casa (Câmeras flagram criminosos passando pela rua e atirando contra as vítimas em Sobral)	Investigação

	Morre adolescente atropelada na Vila Perí (Ela e amiga estavam em uma bicicleta e foram atingidas por uma caminhonete; motorista fugiu)	Acidente de trânsito
--	---	----------------------

Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

Como forma de facilitar a leitura quantitativa referente às temáticas abordadas nas matérias veiculadas pelo CETV 1ª Edição (citadas nas tabelas acima) e, ao mesmo tempo, gerar dados percentuais que atestem a preponderância dos flagrantes de videovigilância relativos à acontecimentos do campo da segurança pública/violência, preparamos três gráficos (divididos por ano – 2019, 2020 e 2022) que sistematizam essa distribuição numérica. Vejamos:

Gráfico 2 - Dados referentes aos meses de agosto, setembro e outubro de 2019

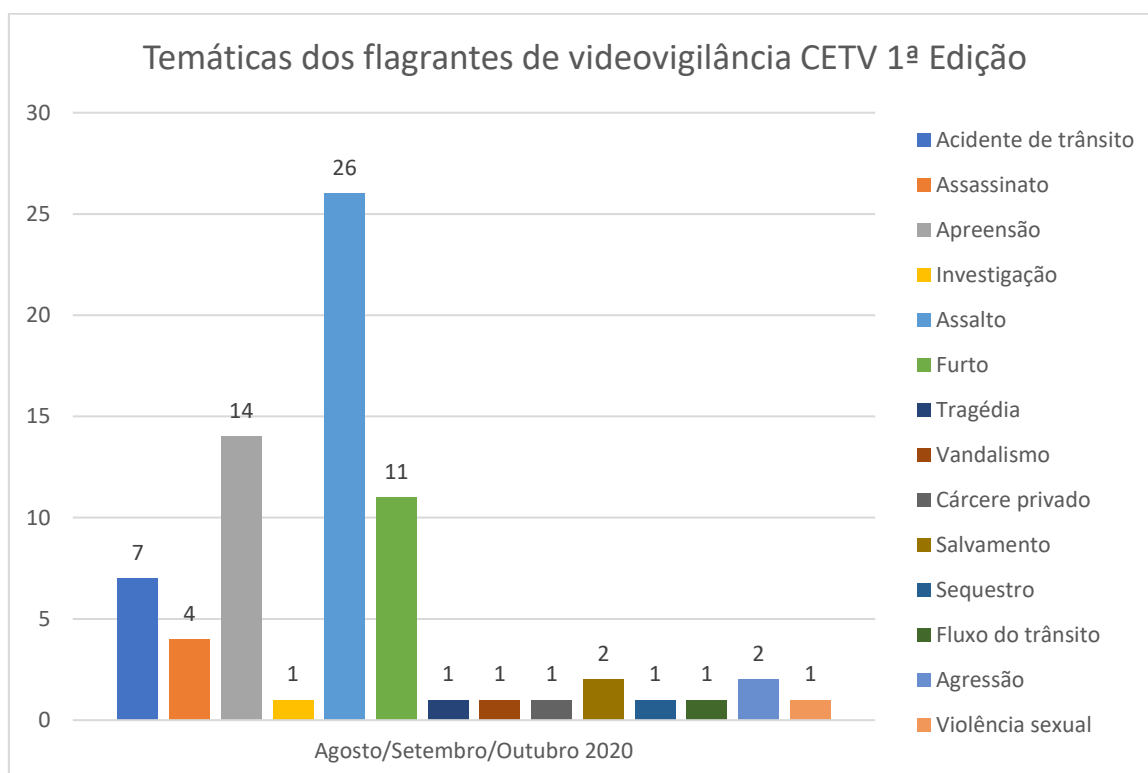


Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Em termos percentuais, podemos constatar, no que diz respeito aos meses de agosto, setembro e outubro de 2019, a sobressalência das temáticas “assalto” (39 ocasiões ou 31%), “investigação” (26 ocasiões ou 20,6%), “furto” (16 ocasiões ou 12,7%), “acidente de trânsito” (13 ocasiões ou 10,3%), e “apreensão” (9 ocasiões ou 7,1%) dentre as cinco categorias mais

presentes, sendo que dessas, quatro delas (“assalto”; “investigação”; “furto” e “apreensão”) podem ser agrupadas em torno do tópico segurança pública/violência. Quando somadas, representam um quantitativo de 71,4% das temáticas. Os dados revelam assim que há uma propensão acerca do tipo de temática que costuma ser abordado quando se trata dos flagrantes de videovigilância exibidos pelo CETV 1ª Edição, quadro que também se repete ao olharmos para os meses de agosto, setembro e outubro de 2020 (ver Gráfico 3).

Gráfico 3 - Dados referentes aos meses de agosto, setembro e outubro de 2020



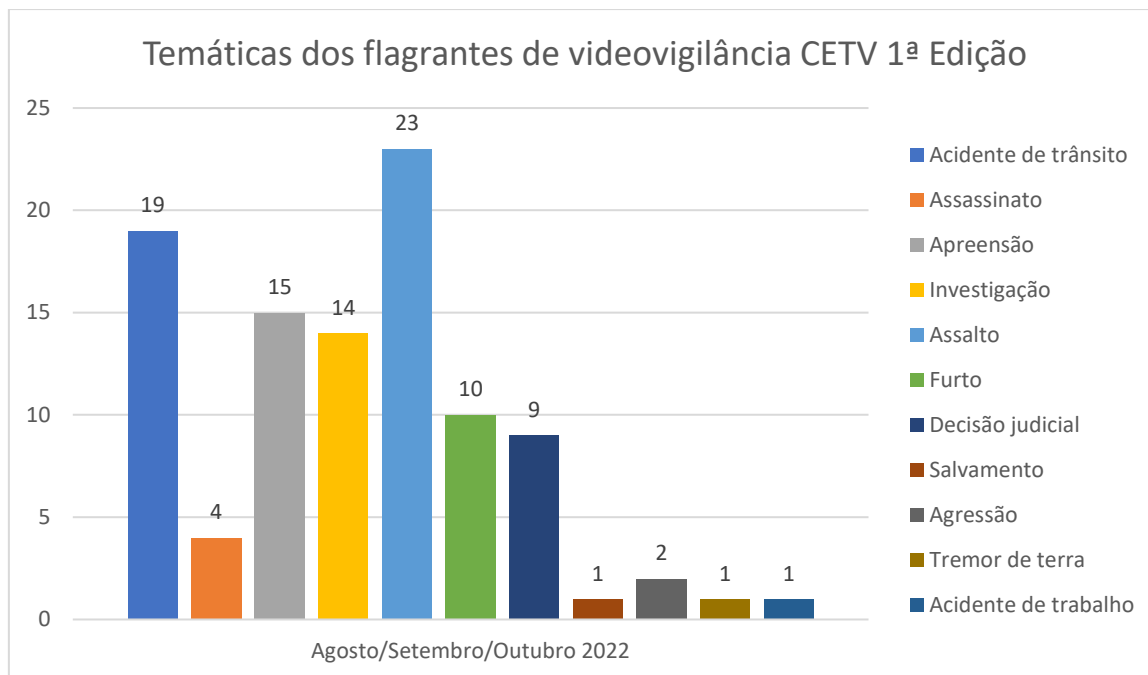
Fonte - Elaborado pelo autor (2023).

No cenário relativo aos meses de agosto, setembro e outubro de 2020 temos a sobressalência das temáticas concernentes a “assalto” (26 ocasiões ou 35,6%), “apreensão” (14 ocasiões ou 19,2%), “furto” (11 ocasiões ou 15,1%), “acidente de trânsito” (7 ocasiões ou 9,6%) e “assassinato” (4 ocasiões ou 5,5%)⁸³. Novamente, das cinco categorias com maior reincidência, quatro delas (“assalto”, “apreensão”, “furto” e “assassinato”) fazem menção a acontecimentos do campo da segurança pública/violência, representando 75,4% do quantitativo

⁸³ É válido ressaltar que estão destacados os percentuais das cinco temáticas mais recorrentes. Contudo, e como pode ser visto no gráfico acima, existem outras temáticas que também podem integrar a categoria segurança pública/violência, tais como “cárcere privado” e “violência sexual”. Essas, porém, aparecem em menor número no período.

total. Por fim, os dados de 2022 (ver Gráfico 4) confirmam a tendência adotada pelo CETV 1ª Edição em dar visibilidade a flagrantes de videovigilância que retratam ocorrências condizentes com o que poderíamos chamar de editoria policial.

Gráfico 4 - Dados referentes aos meses de agosto, setembro e outubro de 2022



Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

Em agosto, setembro e outubro de 2022 temos em destaque as categorias “assalto” (23 ocasiões ou 23,2%), “acidente de trânsito” (19 ocasiões ou 19,2%), “apreensão” (15 ocasiões ou 15,2%), “investigação” (14 ocasiões ou 14,1%) e “furto” (10 ocasiões ou 10,1%). Quando somadas as quatro categorias concernentes ao campo da segurança pública/violência, contabiliza-se um percentual de 62,9% em relação às demais temáticas. É importante levarmos em conta esses dados pois eles expressam como funciona o processo de valoração das imagens de câmeras de vigilância pelo CETV 1ª Edição. Ou seja, em meio ao amplo estoque de vídeos aos quais os profissionais do telejornal cearense possuem acesso diariamente, verifica-se que há uma propensão em selecionar aqueles que abordam assuntos como os apresentados acima e isso, conforme sabemos, não ocorre de forma aleatória tendo em vista os processos de rotina produtiva que envolvem a formatação da noticiabilidade. Nesse sentido, a compreensão compartilhada pelo CETV 1ª Edição em torno do estabelecimento da relevância jornalística concernente aos flagrantes de videovigilância tem como primeiro indício a característica de

priorizar situações do campo da segurança pública/violência em detrimento de outros que porventura também sejam disponibilizados para a equipe de produção do telejornal.

Apesar da inegável constância em torno da publicização dos flagrantes de videovigilância relativos a acontecimentos como assaltos, furtos, apreensões e investigações, a editora-chefe do CE 1, Adriana Castro, defende que o telejornal não se caracteriza por meio dessa vertente, buscando assim atingir outros níveis de cobertura informativa.

A gente [CETV 1ª Edição] também tem essa característica policial porque até pela faixa do horário, pelos nossos concorrentes, mas eu não diria que o CE 1 é um jornal policialesco. Ele tem conteúdo policial, mas ele também tem serviço, ele tem prestação, ele tem serviços de saúde, ele tem prestação de serviços de comunidade, ele atende à população. (...) Os jornais da concorrência desse mesmo horário têm uma essência policialesca, principalmente o Cidade 190. (...) a gente tem notícias policiais, mas a gente tenta não fazer o CE 1 um jornal policialesco (Editora-chefe CETV 1ª Edição, entrevista realizada em 06/12/2023).

Acerca dessa citação, é importante reforçar o fato de que não estamos afirmando que o CETV 1ª Edição seja um telejornal policial, até porque a nossa pesquisa não se debruça em torno de uma análise da sua produção informativa como um todo, e que nos forneceria parâmetros comparativos. Entretanto, quando olhamos especificamente para os acontecimentos publicizados a partir de flagrantes de videovigilância, é inegável que há uma valoração noticiosa preponderante em torno dessa temática. Segundo a editora-chefe do CE 1, tal dinâmica poderia ser explicada da seguinte forma:

(...) o CE 1 ele tem espaço para todo tipo de conteúdo. A gente dá muito policialesco, vai chegar mais [flagrante de videovigilância] policialesco, vai chegar muito assalto porque é o que as câmeras captam. Agora quando a câmera capta uma coisa fofa, a gente também pode dar. Não é proibido. Mas pela essência do telejornal, é o flagrante, é a cena inusitada. (...) Então não é necessário só assalto. Chega mais assalto porque eu acho que é mais flagrado, mas chegam outros casos também (Editora-chefe CETV 1ª Edição, entrevista realizada em 06/12/2023).

É inegável que a própria natureza do equipamento de videovigilância, ancorado no campo securitário, contribua para que haja a captura de situações como assaltos, furtos etc., dado que a sua existência visa exatamente coibir ou capturar ações delituosas. Porém, gostaríamos de acrescentar que é preciso levar em consideração, de modo complementar, o posicionamento editorial do telejornal, afinal de contas, a seleção e a publicização dos acontecimentos flagrados por câmeras de videovigilância é uma escolha pautada tanto pelas dinâmicas de relevância estabelecidas pelo veículo de jornalismo, quanto pelos parâmetros de audiência buscados, influenciando inclusive nos tipos de vídeos que são enviados pelos telespectadores. Ou seja, mesmo que a afirmativa sobre as câmeras de videovigilância flagrem

mais situações de violência esteja completamente correta, isso não significa que um determinado veículo de jornalismo é obrigado a publicizar tais cenas.

Além disso, “chega mais flagrante de videovigilância policiaisco” à redação do telejornal exatamente porque os telespectadores podem entender quais são os acontecimentos que possuem maior probabilidade de serem selecionados e publicizados, influenciando assim no tipo de temática que eles decidem enviar. Avaliamos que não se trata de uma imposição temática, mas de uma escolha orientada. O CETV 1ª Edição “tem espaço para todo tipo de conteúdo”, porém, há uma definição evidente em torno de quais são bem-vindos, principalmente quando está em jogo o manutenção e ampliação das audiências.

Isso fica evidente tanto na fala, citada acima, da editora-chefe do CE 1 ao mencionar a “essência” *hard news* do telejornal, quanto na entrevista realizada com o(a) produtor(a) do CETV 1ª Edição, através da qual é possível constatar que os aspectos relativos à busca por audiência são determinantes para a definição sobre o tipo de cena de videomonitoramento a ser utilizada pelo telejornal. Conforme o(a) entrevistado(a) nos explicou, a própria definição do encadeamento dos blocos que formam o telejornal é estruturada em conformidade com o perfil dos potenciais telespectadores.

Por exemplo, quando o CE 1 começa, 11h45, é geralmente um público feminino que vem do [programa] Encontro. Então são pautas mais de serviço, pautas digamos assim mais leves (...). Então assim, a partir de 12h, digamos que seja o público masculino que está parando de trabalhar para assistir o CE 1. Então, se você perceber, a partir do segundo bloco, são pautas de violência. [...] O CE 1 ele é o único jornal que precisa batalhar pela audiência porque o Bom Dia CE normalmente começa com 4 pontos de audiência e vai até 10, 12 pontos. O CE 1, não. Ele começa sei lá com 2 pontos de audiência (...) e aí você percebe a Jangadeiro com 4 pontos e a TV Cidade com 10 pontos. E quando você vai assistir a TV Cidade são matérias de violência (Produtor(a) CETV 1ª Edição, entrevista realizada em 03/02/2022).

Assim, o fato de o CETV 1ª Edição ter a necessidade de trabalhar com pautas quentes gera como consequência, no caso dos flagrantes de videovigilância, uma preponderância na seleção de situações que sejam condizentes com essa característica. Desse modo, e como mencionou a editora-chefe do CE 1, por mais que sejam disponibilizadas para os profissionais do telejornal cearense cenas de outra ordem, vai lhes interessar, em virtude de atender ao posicionamento editorial existente, a publicização de assaltos, furtos, apreensões, investigações, acidentes de trânsito e assassinatos enquanto acontecimentos “quentes”.

Nesse sentido, a recorrência da veiculação de flagrantes de videovigilância apresentando situações concernentes à segurança pública/violência não ocorre por acaso nem tampouco se dá apenas como consequência de uma restrição temática ocasionada pelo tipo de captura que é produzida por tais dispositivos de visibilidade. Trata-se, em nosso entendimento,

de um posicionamento do telejornal visando atender à linha editorial, bem como à necessidade de ampliação da audiência que, na leitura feita pelos profissionais do veículo de jornalismo, pode ser mobilizada através desse tipo de seleção noticiosa.

A gente tem uns quadros que dão uma coisa mais leve ao jornal, mas você percebe claramente que o CE 1 é praticamente um programa policial. Só que assim, isso de nenhuma forma é oficializado, sabe? É uma coisa tipo assim: “precisamos é bater a audiência, vamos dar assuntos policiais”, e acaba que esse estigma ele vai meio que se perpetuando todos os dias (Produtor(a) CETV 1ª Edição, entrevista realizada em 03/02/2022).

Essa perspectiva em torno do papel que os telespectadores ocupam no contexto da seleção noticiosa pode ser exemplificada também na fala da editora-chefe do CE 1, ao detalhar de que modo a organização dos blocos informativos do telejornal são definidos, destacando a imbricação existente entre os critérios editoriais e de audiência.

Por exemplo, têm critérios editoriais que eu não vou começar o jornal com um assunto muito “frufu” porque as pessoas estão ligando ali, elas querem uma notícia de impacto, então eu tenho que começar dando uma notícia forte. Existia um conceito de terminar o jornal de forma mais leve, mas hoje em dia isso já caiu por pé. (...) A gente percebeu que no último bloco estava caindo um pouco [a audiência], isso estava impactando no Globo Esporte. Então decidimos colocar assuntos mais fortes no meu fim do jornal porque a concorrência sabe que horas termina o CE 1 e eles continuam. Então eles [telejornais concorrentes] apostam num assunto forte 13h para o Globo Esporte cair. Então como critério de audiência a gente coloca coisas fortes no fim do jornal (Editora-chefe CETV 1ª Edição, entrevista realizada em 06/12/2023).

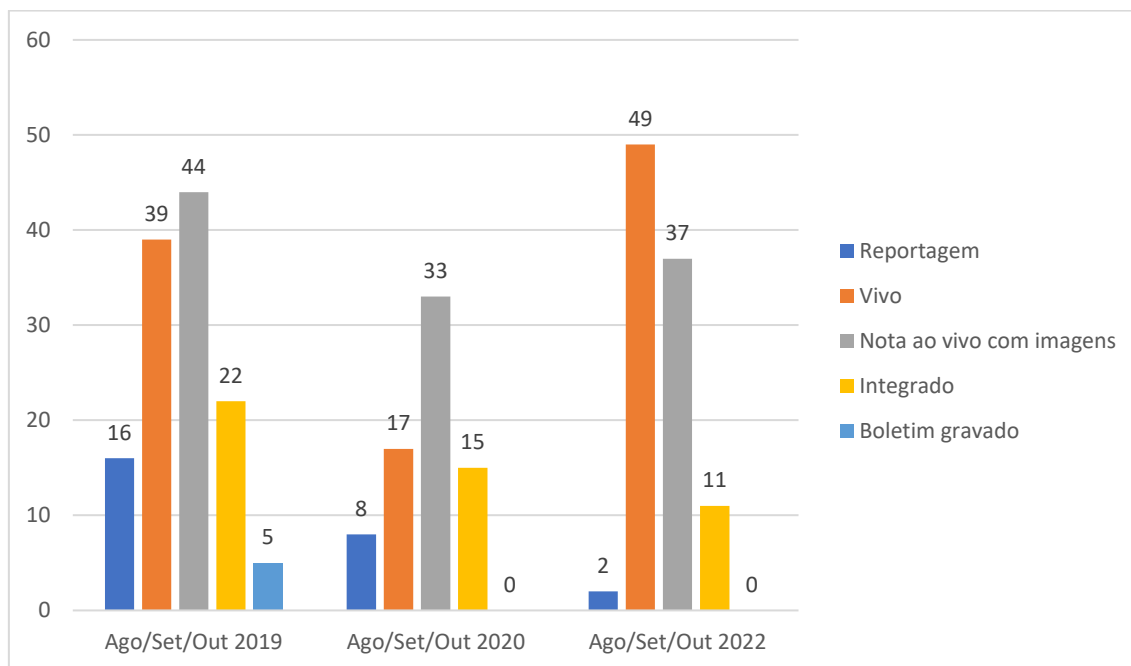
Além da escolha em colocar matérias consideradas mais fortes no início e no fim do telejornal como forma de mobilizar a atenção da audiência, há uma preocupação também em verificar como a audiência reage a essa seleção noticiosa ao longo da sua exibição, aspecto que repercute inclusive no ordenamento das entradas ao vivo dos repórteres.

Por exemplo, a gente está dando [o assunto] vacinação e aí a audiência a gente conta assim: se um assunto começou com 8 pontos, a gente espera 2 minutos para saber quanto que aquela pauta está rendendo à audiência. Daqui a 2 minutos deu 5 pontos de audiência, a gente derruba aquela entrada. (...) Então a gente fica acompanhando a audiência em tempo real, sempre informando para os apresentadores. A gente fala assim: “olha, esse assunto não está rendendo, a gente vai encerrar aqui, vai mudar o espelho”. Então a gente reordena o espelho completamente, para que a audiência volte. (...) A gente sobe algum assunto que estava no terceiro bloco para o segundo, e aí a gente estende a entrada [ao vivo do repórter]. A gente fala: “olha, fica falando, repete o assunto, retoma o assunto” (...). Tudo para que no final do CE 1 a audiência esteja maior que a da concorrência (Produtor(a) CETV 1ª Edição, entrevista realizada em 03/02/2022).

É importante, aliás, observar que o vivo e a nota ao vivo com imagens, enquanto formatos da notícia na TV (Siqueira, 2013), acabam ocupando um lugar de destaque na

produção informativa do CETV 1ª Edição quando se trata de publicizar acontecimentos flagrados por câmeras de videovigilância, conforme podemos verificar no gráfico 5.

Gráfico 5 - Formatos noticiosos adotados pelo CETV 1ª Edição



Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

Em termos conceituais, a nota ao vivo com imagens combina a leitura de texto ao vivo, pelo apresentador do telejornal, acompanhada de cenas (como as de videovigilância) ou recursos gráficos que são inseridos por cima, sem a necessidade da gravação prévia do *off*, permitindo assim que o jornalista possa fazer alterações no texto de última hora, além da reedição das imagens de forma rápida (Siqueira, 2013). O vivo, por sua vez, se caracteriza pela participação ao vivo (como o próprio nome sugere) do repórter direto do local do acontecimento, proporcionando um maior grau de imediatez para a transmissão da notícia.

A interpretação dos dados dispostos acima, principalmente no que se refere aos formatos vivo e nota ao vivo com imagens (dado o destaque que receberam), comporta, ao nosso ver, duas possibilidades de leitura. A primeira delas diz respeito às dinâmicas de estrutura organizacional da rotina produtiva do telejornal. Tendo em vista o tamanho da equipe de jornalistas (que será limitado em qualquer que seja a emissora) e o tempo de duração disponível para o programa, é inevitável que o editor do CETV 1ª Edição necessita tomar decisões em torno de quais e de como serão produzidas as matérias a serem postas no ar. Nesse sentido,

tanto o vivo quanto as notas ao vivo com imagens se tornam uma possibilidade de superar as limitações que porventura inviabilizam, por exemplo, a produção de uma reportagem, formato que requer um número maior de profissionais envolvidos, além de um empenho de tempo considerável na sua preparação. Para a editora-chefe do CE 1:

(...) o ao vivo dá a possibilidade de mostrar o que está acontecendo agora e essa é a função do ao vivo. (...) Mas é óbvio que a gente usa esse recurso [também] porque a gente não consegue fazer uma reportagem com toda a profundidade que ela merece de todo assunto que acontece. Teve um assalto num bairro “x”, a gente vai falar só que teve um assalto no bairro “x”? Uma nota vai resolver. Se uma imagem chamar muito a atenção, um ao vivo vai resolver. Mas se eu for ampliar a problemática que naquele bairro está acontecendo assaltos frequentemente no período tal, vamos lá, vamos ouvir os moradores, vamos fazer imagens, vamos pegar os flagrantes, vamos ouvir a Secretaria. Aí ele se transforma em um VT (Editora-chefe CETV 1ª Edição, entrevista realizada em 06/12/2023).

Do mesmo modo, a nota ao vivo com imagens apresenta potencialidades que proporcionam um ganho de tempo na produção dos telejornais. Como nos explica Siqueira (2013), esse formato de notícia na TV é cada vez mais frequente tanto pelo fato de garantir maior facilidade na edição das imagens que chegam de última hora na redação, bem como por possibilitar maior dinamismo ao telejornal, em virtude de permitir que um número mais amplo de notícias seja divulgado, ocupando uma curta quantidade de tempo. Se pensarmos no caso dos flagrantes de videovigilância, podemos mencionar ainda as questões que envolvem o próprio deslocamento das equipes, pois com as imagens em mãos, exclui-se, em algumas situações, até mesmo a necessidade de enviar o repórter até determinada localidade, gerando um ganho na produção do conteúdo informativo, como nos explica a editora-chefe do CE 1.

(...) se for uma coisa que com o vídeo de câmera de vigilância resolve, a nossa equipe não precisa ir, por exemplo, para Maracanaú ou para Caucaia [cidades localizadas na Região Metropolitana de Fortaleza]. Há um ganho, sim, nesse aspecto. Porque a gente consegue mantê-lo [o repórter] em outro local, a gente ganha outro vivo. Porque se ele está marcado, por exemplo, com um entrevistado, ele pode fazer também um vivo em fundo neutro, apresentando o vídeo de câmera de vigilância. Se ele tivesse que ir para aquele local [da ocorrência relacionada ao flagrante de videovigilância], a gente teria que desmarcar aquele primeiro vivo [com o entrevistado]. Então a gente daria um vivo a menos no jornal e teríamos que preencher com outra coisa (Editora-chefe CETV 1ª Edição, entrevista realizada em 06/12/2023).

Tendo compreensão da existência de constrangimentos organizacionais que impactam no tempo de preparação e na área de cobertura geográfica a ser efetuada pelo telejornal, fica evidente que os flagrantes de videovigilância, aliados a mobilização dos formatos vivo e nota ao vivo com imagens, representam um ganho no gerenciamento da rotina produtiva do CE 1. A distribuição dos repórteres, a indicação do formato noticioso a ser utilizado, a necessidade ou não de deslocamento das equipes, assim como a quantidade de

entradas ao vivo podem vir e ser definidos a partir de uma avaliação equacionada pela disponibilidade de conteúdos imagéticos dessa natureza por parte do telejornal.

Outro aspecto que nos parece ser factível, ao constatarmos a preponderância do vivo e da nota ao vivo com imagens no contexto de publicização dos flagrantes de videovigilância por parte do CETV 1ª Edição, está na relação entre a escolha de tais formatos noticiosos e a possibilidade de análise mais apurada da audiência a partir deles. Explico. Assim como relatado anteriormente, o telejornal cearense conta com ferramentas tecnológicas que mostram o engajamento dos telespectadores ao longo da sua exibição. Isso permite não só que a editora-chefe do CE 1 redefina a ordem de entrada do material informativo (por exemplo, reposicionando uma matéria que estava prevista para ser exibida no primeiro bloco, colocando-a no terceiro bloco), como também viabiliza ajustes em torno do modo a partir do qual o acontecimento está sendo narrado, principalmente em termos de tempo disponibilizado.

Esse último aspecto, todavia, só é viável quando se utiliza um formato noticioso que permita ajustes em cima da hora, como é o caso do vivo e da nota ao vivo com imagens. Vejamos. Se uma entrada ao vivo de um repórter está prevista para ocorrer com tempo total de duração de dois minutos, mas há uma avaliação por parte da editora-chefe de que o assunto relatado está rendendo e assim ocasionando uma ampliação da audiência, ela pode solicitar que o repórter e os apresentadores do telejornal estendam um pouco mais a narrativa do fato. O mesmo é válido para a situação contrária, de redução da audiência, levando a uma interrupção da participação do repórter. No caso das notas ao vivo com imagens, esse papel fica a cargo dos apresentadores que podem, após a leitura do *off*, tecer comentários, retomar a informação, demonstrar incredulidade enquanto as imagens estão sendo repetidas.

Com a veiculação de um VT, por exemplo, isso é impossível pois não há tempo hábil para reconfigurar um material que já se encontra gravado e editado. Desse modo, uma vez posto no ar, é necessário esperar o seu encerramento, independentemente de como esteja reagindo a audiência. Nesse sentido, a escolha em veicular os flagrantes de videovigilância principalmente a partir dos formatos vivo e nota ao vivo com imagens nos parece dar um indicativo de que essa opção é tomada tendo em mente também uma melhor condição de acompanhamento das reações do público. Acerca desse quadro, a editora-chefe do CETV 1ª Edição destaca:

A gente quando coloca o vídeo de um acidente que parou a BR 116, e que está ali rendendo, audiência subindo, estica [o tempo do ao vivo] e derruba outra pauta. Por isso que eu digo que o espelho do jornal ele é feito de manhã, mas ele se modifica muito durante o próprio jornal. A gente vai mudando a ordem, vai esticando o tempo. Uma coisa tinha uma previsão de 3 minutos, mas rendeu 4, 5 minutos. Ou então um

assunto que tinha previsão de 4 minutos e não rendeu tanto, pois estava caindo a audiência. Em um VT você não pode fazer isso, você não vai cortar uma reportagem no meio. O ao vivo tem essa vantagem (Editora-chefe CETV 1ª Edição, entrevista realizada em 06/12/2023).

É claro que, como temos reiterado ao longo da tese, não se trata de colocar nas mãos somente da audiência o poder de definição da seleção dos acontecimentos a serem publicizados. Por mais que constatemos o lugar “privilegiado” que os telespectadores do CETV 1ª Edição ocupam, não podemos perder de vista o papel que os constrangimentos organizacionais desempenham nesse processo. Ou seja, o telejornal realiza escolhas sobre como veicular fatos sociais flagrados por câmeras de videovigilância (tanto em termos temáticos, bem como em relação ao formato noticioso) por avaliar que há um ganho para a mobilização da audiência. Mas essas escolhas são também em função das dinâmicas produtivas diárias, assim como da sua linha editorial. Basta lembrarmos que o CETV 1ª Edição possui uma cobertura informativa bastante incisiva em relação aos acontecimentos factuais. A adoção dessa postura requer, por sua vez, o acompanhamento de situações com certa velocidade na apuração e produção, evitando assim a deterioração do valor da informação. Como ressalta Traquina (2008, p. 37), “os membros da comunidade jornalística querem as notícias tão ‘quentes’ quanto possível, de preferência ‘em primeira mão’. Notícias ‘frias’ são notícias ‘velhas’, que deixam de ser notícia”.

No caso das imagens de videovigilância, dadas as características digitais que envolvem a sua gravação, o armazenamento e a facilidade de disponibilização, elas conseguem se adequar às demandas de velocidade solicitadas nas coberturas factuais. Acrescente-se a isso o fato de que elas, muitas vezes, desvelam detalhes que ainda não foram abordados/exibidos, mesmo quando há uma resposta rápida dos veículos de jornalismo em mobilizar as suas equipes para o acompanhamento de uma situação inesperada. Gostaríamos de citar um exemplo, advindo do mês de outubro de 2019, que é bastante ilustrativo acerca dessa adequação envolvendo os conteúdos provenientes de câmeras de vigilância e as dinâmicas produtivas de um programa informativo que trabalha com o factual, como é o caso do CETV 1ª Edição.

No dia 15 de outubro de 2019, um prédio residencial de 7 andares desabou na cidade de Fortaleza (CE), no bairro Dionísio Torres, deixando nove pessoas mortas, além de feridos. A tragédia aconteceu por volta das 10h da manhã, horário em que o CETV 1ª Edição estava sendo preparado para ir ao ar. Tendo em conta a imprevisibilidade do acontecimento e a sua relevância noticiosa, podemos imaginar o quão o imperativo da imediatez tenha sido buscado nesta cobertura, entendendo que a população cearense como um todo queria saber o que havia ocorrido. Mesmo com o rápido deslocamento das equipes de reportagem para o local onde ficava o Edifício Andrea, não havia imagens feitas por cinegrafistas do telejornal que

mostrassem o momento exato do desabamento. Entretanto, ainda durante o andamento da edição do dia 15/10/2019, chegaram na redação do CETV 1ª Edição as primeiras cenas capturadas por uma câmera de vigilância que exibiam o prédio desmoronando.

Figura 19 - Frame de matéria veiculada pelo CETV 1ª Edição em 15/10/2019



Fonte: Globoplay (2019)

A apresentadora, Nádia Barros, ao anunciar o fato para os telespectadores, chamou a atenção para a existência de uma “imagem urgente”, destacando que ela mostrava o momento exato do desmoronamento, revelando detalhes sobre o acontecido que até então não estavam evidentes, como ressaltou em sua fala o apresentador Luiz Esteves: “Olha só! O prédio ‘pende’ exatamente para a direita, é por isso que parte dos escombros caiu lá no meio da rua, cobriu o asfalto (...) e também atingiu alguns imóveis” (Esteves, informação oral de reportagem, 2019). Assim, pouco tempo após o ocorrido, já se tinha uma noção visual (mesmo que ainda periférica) do que havia acontecido, para além da exibição “apenas” dos escombros e da poeira que restavam na área antes ocupada pelo edifício. Ao longo dos dias subsequentes à tragédia, outras imagens de videovigilância foram sendo disponibilizadas para a redação do telejornal, inclusive com cenas da parte interna (estacionamento) do prédio.

O uso das imagens de videovigilância em uma situação como essa é reveladora não somente da potencialidade noticiosa que elas podem atingir, mas também da dinamicidade/rapidez com que elas podem ser disponibilizadas e inseridas nos telejornais, fato que contribui no processo de produção noticioso em situações nas quais impera a imediatez, como é o caso da cobertura proposta pelo CETV 1ª Edição. Desse modo, entendemos que os flagrantes de videovigilância além de representarem uma possibilidade de

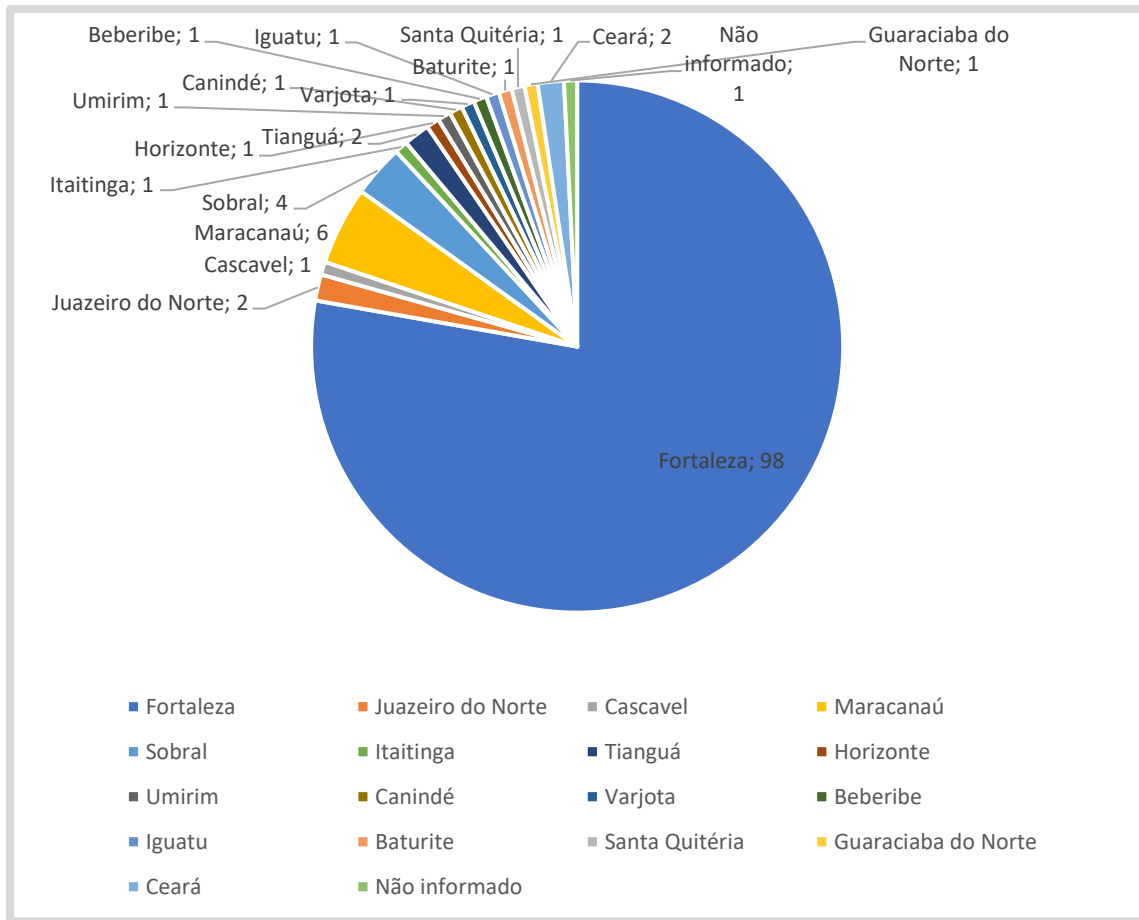
mobilização das audiências em uma disputa direta entre telejornais concorrentes, elas também vão ao encontro das necessidades que envolvem as rotinas produtivas noticiosas (marcadas por *dead lines*) e a linha editorial dos veículos de jornalismo, tendo assim repercussões nas temáticas apresentadas de forma preponderante.

6.2 Os flagrantes de videovigilância, a disposição territorial e os territórios securitizados

Devemos pontuar ainda a maneira como se caracteriza a disposição territorial dos acontecimentos flagrados por equipamentos de videomonitoramento e publicizados pelo CETV 1ª Edição. Ou seja, a partir do recorte temporal proposto pela pesquisa, buscamos verificar se existem e quais são as áreas/bairros/cidades cearenses que concentram uma maior recorrência dos acontecimentos capturados pelos dispositivos de videovigilância. Por meio do mapeamento efetivado, percebemos, em primeiro lugar, a centralização dos flagrantes de videovigilância na cidade de Fortaleza, de modo que mesmo havendo a veiculação de ocorrências provenientes de outros municípios, não podemos falar na existência de um equilíbrio quanto à disposição no território cearense.

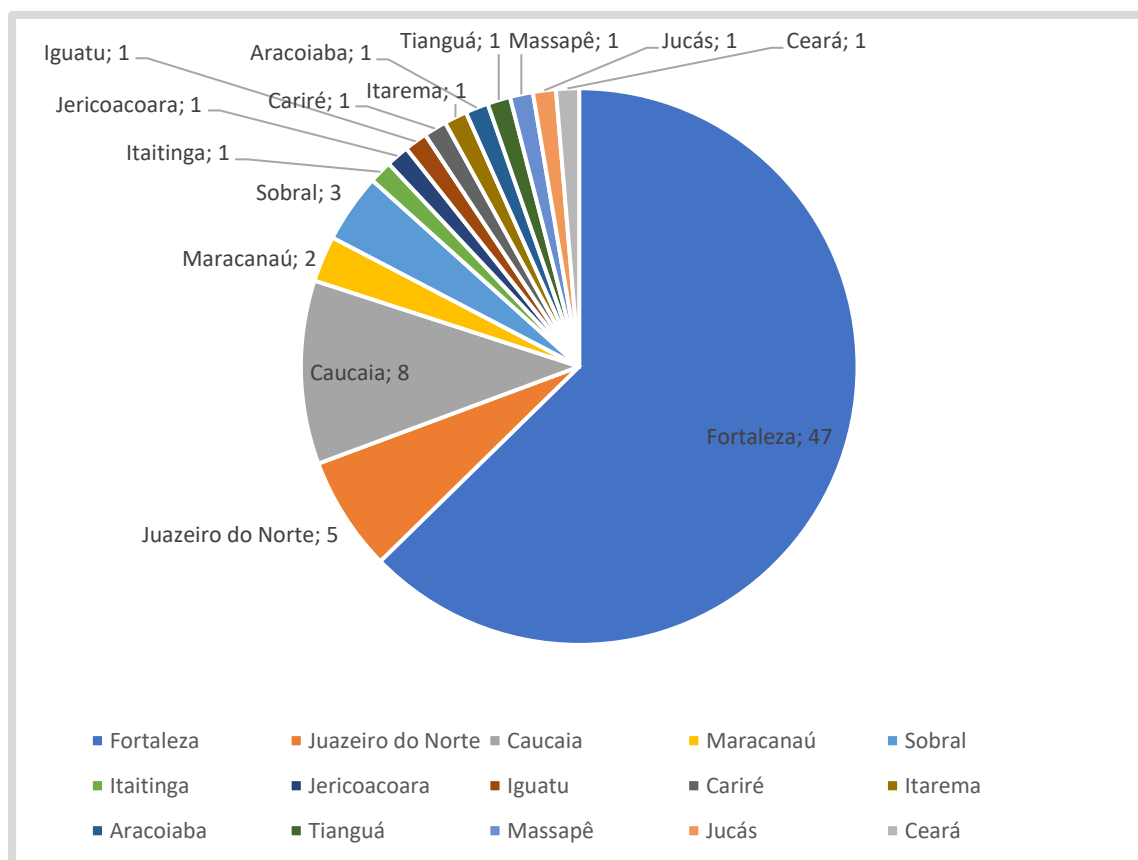
Durante o período, por exemplo, referente aos meses de agosto, setembro e outubro de 2019, das 126 matérias produzidas a partir de flagrantes de videovigilância e veiculadas pelo CETV 1ª Edição, 98 delas (ou 77,8%) são relativas à capital cearense. De modo similar, temos em 2020 um quantitativo de 47 matérias (ou 64,4%) das 73 que foram mapeadas pela pesquisa como concernentes ao território fortalezense. Por fim, em 2022, das 99 matérias que integram o trimestre analisado, 62 delas (ou 62,6%) retratam acontecimentos desenrolados em Fortaleza. Entre os demais municípios que marcam presença ao longo dos três anos, ainda que de forma bastante reduzida, estão entre os cinco primeiros (contando com Fortaleza): Juazeiro do Norte, Maracanaú, Sobral e Caucaia, conforme podemos verificar nos gráficos 6, 7 e 8.

Gráfico 6 - Disposição territorial, por Município, dos flagrantes de videovigilância no período de agosto, setembro e outubro de 2019



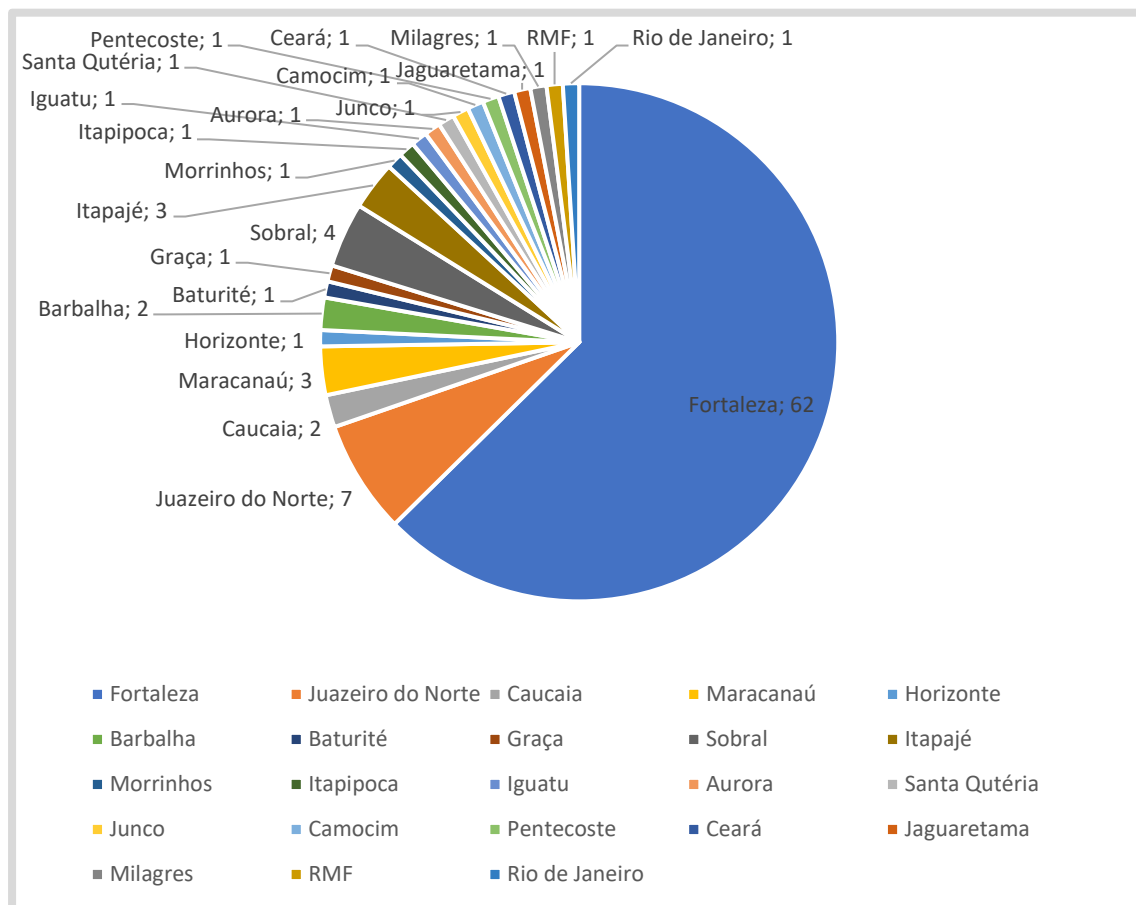
Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

Gráfico 7 - Disposição territorial, por Município, dos flagrantes de videovigilância no período de agosto, setembro e outubro de 2020



Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

Gráfico 8 - Disposição territorial, por Município, dos flagrantes de videovigilância no período de agosto, setembro e outubro de 2022



Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

Acerca dos dados apresentados, gostaríamos de pontuar dois aspectos que nos parecem ser relevantes para entendermos o destaque obtido pelos flagrantes de videovigilância concernentes ao território de Fortaleza. Em primeiro lugar, torna-se evidente que apesar de trabalhar com a perspectiva de cobertura jornalística voltada ao estado do Ceará como um todo, incluindo para isso a presença de colaboradores nas regiões do Cariri e em Sobral, a estrutura principal do CETV 1ª Edição, em termos técnicos e de pessoal, está localizado em Fortaleza, fato que para nós gera, inevitavelmente, consequências no modo como o telejornal atua. Em outras palavras, podemos dizer que a capacidade de mobilização para a produção informativa do CE 1 acaba concentrando suas forças na capital cearense em virtude das próprias limitações organizacionais, ficando praticamente a cargo de três repórteres (dois no Cariri e um em Sobral) a cobertura jornalística dos territórios que envolvem o centro-sul, sertão e norte do Estado,

tendo que haver em algumas situações a divisão/acúmulo de tarefas entre os repórteres que estão em Fortaleza para que seja possível efetuar a cobertura em nível estadual.

A gente tem uma quantidade limitada [de profissionais] e a gente não consegue abarcar todo o Estado. Então aconteceu uma coisa muito relevante na região Norte, manda para o Mateus [repórter sediado em Sobral] fazer. “Ah, mas ele não pode ir pra lá”, mas aí ele vai tentar sonora com alguém, ele vai tentar imagens, ele tem uma área de cobertura. A mesma forma com o Cariri. A gente tenta dividir entre [os repórteres de] Fortaleza, Cariri, enfim e abarcar o Estado (Editora-chefe CETV 1ª Edição, entrevista realizada em 06/12/2023).

Isso parece ter consequências também nos casos dos acontecimentos flagrados por meio de câmeras de videovigilância, conforme observado nos gráficos acima, pois a capacidade de recebimento de conteúdos imagéticos e a apuração dependem diretamente do tamanho da equipe existente. Com a redação do CETV 1ª Edição baseada em Fortaleza, é natural que haja um maior quantitativo de profissionais mobilizados na produção do telejornal a partir dos fatos sociais que se dão nesse contexto territorial. Assim, em termos de relevância jornalística, os dados mapeados, e relativos especificamente aos flagrantes de videovigilância, apontam para o destaque que a capital cearense ganha em detrimento das demais regiões do Estado. Ou seja, aquilo que acontece em Fortaleza é considerado pelo CE 1 mais relevante, não exclusivamente pela natureza do acontecimento flagrado, mas também pelas condições/limitações de produção informativa que podem eventualmente restringir a cobertura jornalística.

Ainda olhando para os gráficos 5, 6 e 7, propomos que a concentração de tais flagrantes no território de Fortaleza (CE) pode ser resultado também da geração dos chamados territórios securitizados (Firmino, 2018), mencionados no capítulo 3. Retomando o conceito, vimos que os territórios securitizados se consolidam a partir da implementação de amplos aparatos tecnológicos (entre os quais estão as câmeras de vigilância) voltados ao monitoramento, identificação e controle dos acessos e ações no espaço urbano. Esses, como sabemos, são decorrentes das narrativas e discursos que fetichizam as tecnologias de vigilância como forma de se obter eficiência nos processos de gestão das cidades.

Algumas áreas, como aparenta ser o caso da capital cearense, acabam sendo investidas dessas amplas estruturas, seja por meio da iniciativa pública ou privada, tornando-as espaços fortemente atravessados pelas dinâmicas da vigilância. Por estar inserida nesse contexto securitário, é normal que haja uma predisposição de acontecimentos flagrados pelos dispositivos de videovigilância. Em resumo: quanto mais equipamentos distribuídos no território fortalezense, maior a probabilidade da captura de acontecimentos que poderão ser disponibilizados e publicizados pelo CETV 1ª Edição.

A perspectiva dos territórios securitizados fica mais evidente quando olhamos para a distribuição dos acontecimentos por bairros de Fortaleza (CE) e verificamos a ocorrência de uma pulverização da presença dos equipamentos de videovigilância em diferentes áreas, reforçando assim a ideia da existência de uma naturalização das práticas de videovigilância espalhadas no cotidiano contemporâneo. Recorrendo novamente aos dados dos gráficos 5, 6 e 7, mas efetuando agora uma filtragem desses, verificamos que no período referente a agosto, setembro e outubro de 2019, os 98 flagrantes de videovigilância concernentes ao território fortalezense foram provenientes de 44 bairros, com destaque para o Meireles (22 ocasiões)⁸⁴; Dionísio Torres (08 ocasiões); Barra do Ceará, Vila Velha, Monte Castelo, Bom Jardim (03 ocasiões cada); Centro, Ancuri, Jangurussu, Aldeota, José Walter, Papicu, Luciano Cavalcante, Montese, Joaquim Távora e Demócrito Rocha (02 ocasiões cada). Os demais 28 bairros que integram a lista contaram com 01 (um) flagrante de videovigilância cada, além das 08 ocasiões em que foi feita menção apenas a cidade de Fortaleza (CE), sem especificar o bairro.

Em relação ao mesmo período de 2020, constatamos que os 47 flagrantes de videovigilância vinculados à capital cearense e publicizados pelo CETV 1ª Edição foram provenientes de 32 bairros, com maior incidência no Bom Jardim (03 ocasiões); José Walter, Bonsucesso, Canindezinho, Conjunto Ceará, Jôquei Clube, Aldeota, Dionísio Torres, Damas e Joaquim Távora (02 ocasiões cada). Os demais 22 bairros que integram a lista contaram com um flagrante de videovigilância cada, além das 4 ocasiões em que foi feita menção apenas a cidade de Fortaleza (CE), sem especificar o bairro.

Por fim, em 2022, o CE 1 veiculou 62 acontecimentos flagrados a partir de câmeras de vigilância instaladas no território fortalezense, estando essas distribuídas em 29 bairros. O maior número de ocorrências se concentrou na Cidade dos Funcionários (09 ocasiões)⁸⁵; Aerolândia (07 ocasiões); Sapiranga (04 ocasiões); Centro (03 ocasiões); Vila Perí, Curió, Parangaba, Meireles, Mondubim, Cristo Redentor, Passaré, Montese, Benfica e Aldeota (02 ocasiões cada). Os demais 15 bairros que integram a lista contaram com um flagrante de videovigilância cada, além das 4 ocasiões em que foi feita menção apenas a cidade de Fortaleza (CE), sem especificar o bairro.

⁸⁴ O número sobressalente de ocorrências relativas ao bairro do Meireles, em Fortaleza (CE), pode ser explicado em virtude da morte da empresária Jamile de Oliveira Correia e da ampla repercussão alcançada pelo caso.

⁸⁵ O número sobressalente de ocorrências relativas ao bairro Cidade dos Funcionários, em Fortaleza (CE), pode ser explicado em virtude do assassinato do comerciante Durval César Leite de Carvalho. O crime foi cometido pelo promotor de Justiça Antônio Ricardo Brígido Nunes Memória e alcançou ampla repercussão.

Entendemos assim que a existência de flagrantes de videovigilância noticiosos provenientes de bairros variados da capital cearense é também um reflexo do movimento generalizado de adoção desses equipamentos de visibilidade enquanto prática securitária urbana contemporânea. Os dados mapeados ajudam a reforçar a leitura de que há um espalhamento das câmeras de vigilância nas cidades, resultando assim em uma ampliação das margens do visível acerca das situações cotidianas, e consequentemente na produção de conteúdos imagéticos que podem vir a ser utilizados pela esfera telejornalística, em virtude de suas qualidades noticiosas.

Caberia questionarmos, de modo adicional, se variantes como “alta concentração de comércios”, “poder aquisitivo da população” ou “bairros com níveis de violência elevados” também poderiam influenciar nesse processo de vigilância distribuída concernente à cidade de Fortaleza (CE). Todavia, acreditamos que seria necessário, nesse caso, um estudo que envolvesse características de cunho sociológico, capaz de investigar detalhes dessa natureza.

O que podemos afirmar de modo concreto é que há uma tendência, por parte do CETV 1ª Edição, em realizar, a partir dos flagrantes de videovigilância, uma cobertura jornalística concentrada em Fortaleza (CE), mas distribuída por meio dos seus diferentes bairros, mesmo que tais cenas versem, de maneira monotemática, sobre assuntos relativos à segurança pública/violência. Dito de outra forma: não se trata de exibir imagens de videovigilância sobre assassinatos, furtos, roubos, apreensões etc., ocorridos em um bairro específico, como se esse fosse um problema exclusivo daquela região, mas sim de veicular situações que foram capturadas em diversas áreas da capital cearense, graças a existência de uma ampla tecnoesfera da segurança (Melgaço, 2010) inserida socialmente e da qual as câmeras de videovigilância são integrantes.

Através da análise empreendida ao longo das páginas anteriores, conseguimos vislumbrar uma parcela significativa acerca dos elementos que constituem a produção jornalística do CETV 1ª Edição quanto ao uso de imagens provenientes de dispositivos de videovigilância, revelando assim escolhas editoriais e os resultados ocasionados por essas. Todavia, devemos ainda buscar compreender como se constitui a seleção noticiosa a partir dos valores-notícia, evidenciando assim as continuidades, rupturas e atualizações ensejadas pelo uso das imagens de câmeras de vigilância, assunto para o capítulo seguinte.

7 OS FLAGRANTES DE VIDEOVIGILÂNCIA, OS VALORES-NOTÍCIA E OS MODELOS DE ASSOCIAÇÃO NO CETV 1ª EDIÇÃO

Quando um flagrante produzido por câmera de videovigilância é veiculado pelo CETV 1ª Edição, é esperado, conforme a lógica envolvendo a noticiabilidade jornalística (explicitada no capítulo 4), que aspectos concernentes às qualidades noticiosas do acontecimento sejam levados em consideração pelo telejornal. No caso da pesquisa aqui empreendida, buscamos compreender de que modo essa dinâmica, responsável por estabelecer a relevância dos flagrantes de videovigilância, funciona a partir dos valores-notícia, ressaltando a existência de permanências, mas também avaliando a possibilidade de atualizações.

Assim como vimos no capítulo anterior, a rotina produtiva de telejornais como CE 1 tem passado por transformações diante dos novos modos de dar visibilidade aos acontecimentos, a partir dos flagrantes de dispositivos de videovigilância. Mudam-se as dinâmicas com as fontes; acionam-se gêneros noticiosos específicos; estabelecem-se novos efeitos de real para a informação jornalística. Parece-nos que com os valores-notícia não é diferente. Como forma de avançarmos na realização dessa discussão, adotamos como ponto de referência as categorias de valores-notícia propostas por Silva (2014). A saber:

Quadro 16 - Categorias de valores-notícia

Valor-notícia	Característica
Impacto	Número de pessoas envolvidas (no fato); número de pessoas afetadas (pelo fato); grandes quantias (de dinheiro).
Proeminência	Notoriedade; celebridade; posição hierárquica; elite (indivíduo, instituição, país); sucesso/herói.
Conflito	Guerra; rivalidade; disputa; briga; greve; reivindicação.
Tragédia/Drama	Catástrofe; acidente; risco de morte e morte; violência/crime; suspense; emoção; interesse humano.
Proximidade	Geográfica; cultural.
Raridade	Incomum; original; inusitado.
Surpresa	Inesperado.
Governo	Interesse nacional; decisões e medidas; inaugurações; eleições; viagens; pronunciamentos.
Polêmica	Controvérsia; escândalo.
Justiça	Julgamentos; denúncias; investigações; apreensões; decisões judiciais; crimes.
Entretenimento/Curiosidade	Aventura; divertimento; esporte; comemoração.

Conhecimento/Cultura	Descobertas; invenções; pesquisas; progresso; atividades e valores culturais; religião.
-----------------------------	---

Fonte: Silva (2014)

Cada uma das categorias, como podemos ver, aglutina qualidades noticiosas afins, de forma que seja possível cobrir o máximo de situações plausíveis. Nesse sentido, a ideia, assim como expresso no livro de códigos da tese (ver Apêndice B), é construir paralelos entre as categorias de valores-notícia propostas por Silva (2014) e os flagrantes de videovigilância apresentados pelo CETV 1ª Edição, a partir daquilo que se encontra ressaltado no título das matérias (processo conhecido na análise de conteúdo como codificação). É através dos títulos que buscamos identificar as marcas valorativas dos acontecimentos, por entendermos que eles ao mesmo tempo em que resumem a visão geral acerca do fato narrado, colocam em foco aquilo que é nuclear da notícia, destacando para a audiência os aspectos que demarcam sua relevância e justificam sua seleção pela instância midiática. Desse modo, importa para nós verificar a presença ou não dessas categorias de valores-notícia enquanto balizadores para a seleção e publicização, no CE 1, de situações cotidianas capturadas por equipamentos de videovigilância, assim como a existência (ou até mesmo a inexistência) de outras que porventura venham a ser notadas em decorrência das dinâmicas instituídas pelas novas margens do visível.

Antes, porém, de analisarmos os valores-notícia destacados nos títulos das matérias que apresentam em sua estrutura narrativa imagens de flagrantes de videovigilância, nos parece que o levantamento das temáticas, apresentado no capítulo 6, é um indicativo antecipado acerca das qualidades noticiosas que são levadas em consideração pelo CETV 1ª Edição em sua produção informativa diária. Como visto, há uma recorrência do telejornal em selecionar acontecimentos vinculados ao campo da segurança pública/violência, o que significa, por sua vez, que há uma constância da presença de valores-notícia que dialogam diretamente com esse campo temático. É o caso, por exemplo, dos valores-notícia “Tragédia/Drama” (que congrega as situações envolvendo catástrofe, acidente, risco de morte e morte, violência/crime, suspense, emoção e interesse humano) e “Justiça” (que apresenta como características julgamentos, denúncias, investigações, apreensões, decisões judiciais e crimes) (Silva, 2014).

Ao analisarmos as matérias veiculadas pelo CETV 1ª Edição, é perceptível a sobressalência de ambos os valores-notícia nos diferentes períodos temporais que compõem a pesquisa, seja atuando em conjunto entre si (Exemplo: “Tragédia/Drama” + “Justiça”) ou em associação com outros valores-notícia (Exemplo: “Tragédia/Drama” + “Proximidade” ou “Justiça” + “Proximidade”). Em relação aos fatos capturados por câmeras de videovigilância e publicizados no CE 1, observamos que as categorias “Tragédia/Drama” e “Justiça” demonstram

ter influenciado a seleção dos acontecimentos veiculados em 69% das ocasiões em agosto, 72% em setembro e 68,5% em outubro do ano de 2019. Em outras palavras, podemos afirmar que das 126 matérias que utilizaram imagens de videovigilância e que foram produzidas pelo telejornal cearense abrangendo o intervalo de tempo supracitado, em 88 delas é feita menção direta, nos títulos das notícias, a um ou mais dos elementos que caracterizam/codificam, a partir da perspectiva de Silva (2014), os valores-notícia “Tragédia/Drama” e “Justiça”.

Estamos falando assim de situações flagradas por câmeras de videovigilância envolvendo assaltos, assassinatos, acidentes, apreensões, investigações etc., de modo que esses elementos são destacados nos títulos do conteúdo telejornalístico produzido, acompanhadas da exibição das imagens. Vale reforçar que, conforme mencionamos anteriormente, os valores-notícia “Tragédia/Drama” e “Justiça” podem se apresentar de forma conjunta em uma mesma matéria (“Tragédia/Drama” + “Justiça”) ou em diálogo com outros valores-notícia. Vejamos alguns exemplos, começando pela categoria “Tragédia/Drama”.

Figura 20 - Frame de matéria veiculada pelo CETV 1ª Edição em 02/08/2019



Fonte: Globoplay (2019)

Figura 21 - Frame de matéria veiculada pelo CETV 1ª Edição em 14/08/2019



Fonte: Globoplay (2019)

Figura 22 - Frame de matéria veiculada pelo CETV 1ª Edição em 06/09/2019



Fonte: Globoplay (2019)

Figura 23 - Frame de matéria veiculada pelo CETV 1ª Edição em 14/09/2019



Fonte: Globoplay (2019)

Figura 24 - Frame de matéria veiculada pelo CETV 1ª Edição em 05/10/2019



Fonte: Globoplay (2019)

Figura 25 - Frame de matéria veiculada pelo CETV 1ª Edição em 10/10/2019



Fonte: Globoplay (2019)

Como é possível observar no recorte de exemplos citados, vemos que as qualidades noticiosas dos acontecimentos, ressaltadas nos títulos das matérias, dizem respeito diretamente à acidentes, risco de morte e morte, violência e crime, agrupados por Silva (2014) na categoria de valor-notícia “Tragédia/Drama”. É o assassinato a golpes de faca em uma via pública (Figura 20), assim como aquele que é efetuado em um posto de gasolina enquanto clientes eram atendidos (Figura 23); são os episódios de assaltos acompanhados de ameaças/aplicação de violência por parte dos infratores (Figuras 21, 22 e 25); é a morte de uma criança após ser atropelada quando seguia em direção a sua casa (Figura 24).

São esses elementos, ou qualidades noticiosas, que, em diálogo com as imagens obtidas por câmeras de videovigilância, evidenciam e justificam a noticiabilidade das situações publicizadas pelo CETV 1ª Edição. Em cada um dos episódios citados é possível observar a quebra da normalidade do cotidiano, pontuada pelo valor-notícia “Tragédia/Drama” e complementada, por seu turno, por cenas que tornam visível o momento exato em que ocorreu o rompimento da regularidade social, assim como da realização da infração cometida e que por esse motivo despertam ainda mais o interesse jornalístico.

Por sua vez, podemos perceber que o valor-notícia “Justiça”, ao se apresentar em conjunto com os flagrantes de videovigilância, coloca em destaque ocorrências envolvendo investigações, apreensões, decisões judiciais e denúncias. Vejamos:

Figura 26 - Frame de matéria veiculada pelo CETV 1ª Edição em 23/08/2019



Fonte: Globoplay (2019)

Figura 27 - Frame de matéria veiculada pelo CETV 1ª Edição em 30/08/2019



Fonte: Globoplay (2019)

Figura 28 - Frame de matéria veiculada pelo CETV 1ª Edição em 06/09/2019



Fonte: Globoplay (2019)

Figura 29 - Frame de matéria veiculada pelo CETV 1ª Edição em 23/09/2019



Fonte: Globoplay (2019)

Figura 30 - Frame de matéria veiculada pelo CETV 1ª Edição em 30/10/2019



Fonte: Globoplay (2019)

Figura 31 - Frame de matéria veiculada pelo CETV 1ª Edição em 30/10/2019



Fonte: Globoplay (2019)

É válido destacar que muitos dos flagrantes produzidos pelas câmeras de videomonitoramento da Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Ceará (SSPDS/CE) são selecionados pelo CETV 1ª Edição exatamente a partir da perspectiva do valor-notícia “Justiça”, conforme podemos ver, por exemplo, na Figura 31. São situações nas quais a ocorrência, principalmente, de apreensões é publicizada a partir da atuação das forças de segurança pública. Obviamente que no contexto envolvendo julgamentos, denúncias, investigações, apreensões, decisões judiciais e crimes (características aglutinadas na categoria “Justiça”), há espaço também para a seleção e veiculação de acontecimentos que não são condizentes apenas ao espectro de produção imagética proveniente das instituições públicas, como podemos verificar nos exemplos das Figuras 26, 27, 28, 29 e 30.

Esse é o panorama que se apresenta como majoritário envolvendo o período de agosto, setembro e outubro de 2019. Não estamos querendo dizer com isso que a presença das categorias “Tragédia/Drama” e “Justiça” enquanto valores-notícia expliquem tudo o que envolve a seleção dos acontecimentos citados, afinal de contas, e como abordamos no capítulo 4, participam dessa equação outros critérios de noticiabilidade. Porém, avaliamos que ao serem destacados nos títulos das matérias, eles funcionam como indicativos consistentes acerca daquilo que também é levado em consideração pelos jornalistas no momento de seleção dos acontecimentos diários. Ou seja, se há a citação de que naquele acontecimento exibido pelo CE 1 houve uma morte, um acidente de trânsito, uma apreensão ou um assalto à passageiros do transporte público, o são em virtude da valoração que é feita de sua qualidade noticiosa, e que assim merecem ser apresentados para os telespectadores.

Quando olhamos para os meses de agosto, setembro e outubro de 2020, é notória uma similaridade com o ano de 2019 em termos dos valores-notícia que são mobilizados. Assim como no período anterior, as categorias “Tragédia/Drama” e “Justiça” estão presentes de forma constante nas situações retratadas pelos flagrantes de videovigilância. Em agosto de 2020, por exemplo, das 22 matérias produzidas a partir de imagens de câmeras de vigilância e veiculadas pelo CETV 1ª Edição, apenas uma delas não destaca elementos concernentes à violência/crime, risco de morte e morte, acidente (Tragédia/Drama) ou apreensões, investigações e denúncias (Justiça). Em setembro do mesmo ano, esse índice atinge os 74%, com 20 das 27 matérias veiculadas no período englobando ocorrências condizentes com os valores-notícia mencionados. Já em outubro de 2020, apesar de haver uma leve redução nesse quantitativo, ainda assim, mais da metade das matérias (58%) seguem o padrão dos meses anteriores, colocando em destaque os valores-notícia “Tragédia/Drama” e “Justiça”. Vejamos:

Figura 32 - Frame de matéria veiculada pelo CETV 1ª Edição em 04/08/2020



Fonte: Globoplay (2020)

Figura 33 - Frame de matéria veiculada pelo CETV 1ª Edição em 19/08/2020



Fonte: Globoplay (2020)

Figura 34 - Frame de matéria veiculada pelo CETV 1ª Edição em 03/09/2020



Fonte: Globoplay (2020)

Figura 35 - Frame de matéria veiculada pelo CETV 1ª Edição em 12/09/2020



Fonte: Globoplay (2020)

Figura 36 - Frame de matéria veiculada pelo CETV 1ª Edição em 23/10/2020



Fonte: Globoplay (2020)

Figura 37 - Frame de matéria veiculada pelo CETV 1ª Edição em 23/10/2020



Fonte: Globoplay (2020)

Nos destaques acima estão mescladas situações de ambas as categorias. Nas Figuras 34 e 37, por exemplo, os eventos flagrados pelas câmeras de videovigilância expõem para os telespectadores casos envolvendo execuções/assassinatos. São cenas que expressam toda a crueza da violência urbana e que em virtude de mobilizarem características como morte e crime, acabam por acionar o valor-notícia “Tragédia/Drama”. Já nas Figuras 33 e 35 podemos destacar que o caráter central envolvendo os flagrantes de videovigilância está nas apreensões conduzidas por órgãos de segurança pública, ressaltando novamente a existência de dinâmicas condizentes com a violência, mas que a partir das cenas exibidas se voltam para as “respostas” dadas pelo poder público, destacando assim o valor-notícia “Justiça”. Há, nesse sentido, uma valorização do CETV 1ª Edição por flagrantes desse tipo, corroborando assim com a linha

editorial seguida pelo telejornal que tem como uma de suas prioridades temas relacionados ao campo da segurança pública/violência, mesmo que não se defina enquanto jornal policial.

Em 2022 não há alterações no quadro geral concernente aos valores-notícia nas situações envolvendo flagrantes de videovigilância publicizados pelo CETV 1ª Edição. Em agosto do referido ano, verificamos que em 38 (74,5%) das 51 ocasiões mapeadas pela pesquisa, as categorias “Tragédia/Drama” e “Justiça” estão associadas as cenas de câmeras de vigilância exibidas. Em setembro chegamos a um índice de 86,7%, quando 13 das 15 matérias analisadas fazem menção direta a assaltos, apreensões, risco de morte etc. Por fim, registramos no mês de outubro de 2022 um percentual de 78,8% das matérias veiculadas pelo telejornal cearense em que havia a associação entre os valores-notícia “Tragédia/Drama” e “Justiça” e as imagens de videovigilância. Vejamos alguns exemplos:

Figura 38 - Frame de matéria veiculada pelo CETV 1ª Edição em 01/08/2022



Fonte: Globoplay (2022)

Figura 39 - Frame de matéria veiculada pelo CETV 1ª Edição em 04/08/2022



Fonte: Globoplay (2022)

Figura 40 - Frame de matéria veiculada pelo CETV 1ª Edição em 26/09/2022



Fonte: Globoplay (2022)

Figura 41 - Frame de matéria veiculada pelo CETV 1ª Edição em 10/09/2022



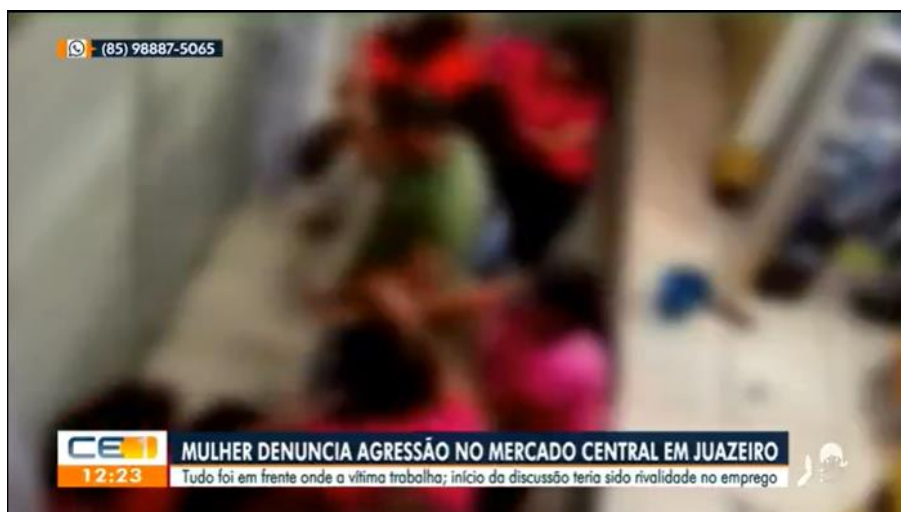
Fonte: Globoplay (2022)

Figura 42 - Frame de matéria veiculada pelo CETV 1ª Edição em 03/10/2022



Fonte: Globoplay (2022)

Figura 43 - Frame de matéria veiculada pelo CETV 1ª Edição em 27/10/2022



Fonte: Globoplay (2022)

A respeito disso, nos parece que tal fato reforça a noção já conhecida, e defendida por Traquina (2008), em torno da perspectiva negativista que costuma circundar os modos de ver dos jornalistas. Para o pesquisador, “a visão negativa do mundo criada pelos jornalistas tem as suas raízes nos valores-notícia que os profissionais do campo jornalístico utilizam na seleção dos acontecimentos do mundo real e na construção das ‘estórias’ que contam sobre a realidade” (Traquina, 2008, p. 61). Esse é um aspecto, aliás, destacado também por Hall (1993), que afirma haver uma orientação mais geral, em torno da seleção noticiosa operada pelos veículos jornalísticos, envolvendo uma atenção especial para as situações que são fora do comum, sendo a violência o exemplo mais notável disso.

A violência constitui assim o limiar crítico na sociedade; de todos os actos, especialmente os criminosos, que transgridem essa fronteira, são, por definição, merecedores de atenção noticiosa. Queixamo-nos frequentemente que em geral “as notícias” contêm demasiada violência: um item pode subir ao topo da agenda noticiosa simplesmente porque contêm um “grande estouro”. Esses que assim se queixam não compreendem o que são “as notícias”. É impossível definir os “valores-notícia” em formas que não colocariam a “violência” no topo, ou próximo do topo, da atenção noticiosa (Hall, 1993, p. 239).

De modo complementar à discussão teórica, o(a) produtor(a) do CETV 1ª Edição nos explica como essa dinâmica funciona na prática, destacando os impactos que ela é capaz de gerar no processo de seleção noticiosa, principalmente em um contexto permeado por flagrantes de acontecimentos violentos capturados por câmeras de videovigilância.

(...) quando a imagem [de videovigilância] ela pode trazer mais informações, quando ela pode render mais, quando ela pode render uma entrevista, ela pode render dados sobre esse assunto, geralmente a gente consegue repercutir. Agora quando é uma imagem assim... um assalto de celular, entendeu? A gente já deu tanto isso que acaba

perdendo o valor. A gente vai querendo coisas piores, você vai querendo coisas mais violentas, vai querendo coisas mais fortes porque aquela imagem vai perdendo o valor dela (Produtor(a) CETV 1ª Edição, entrevista realizada em 03/02/2022).

Parece-nos, assim, que ao lidarem com um regime atencional voltado à captura da quebra da ordem do cotidiano, os flagrantes de videovigilância ofertam exatamente uma matéria-prima que apresenta, potencialmente e de forma intrínseca, a perspectiva negativista presente em valores-notícia como os mencionados anteriormente. É óbvio que o conteúdo produzido a partir de uma câmera de vigilância não se restringe a um único tipo de situação. Sem dúvidas, há, como apontamos, uma recorrência maior na seleção de acontecimentos, efetuada pelo CETV 1ª Edição, que possuem como valores-notícia as categorias “Tragédia/Drama” e “Justiça”. Todavia, isso não impede que outras categorias entrem em cena, mobilizando sentidos informativos distintos, apesar destes aparecerem em menor número em comparação aos valores-notícia majoritários adotados pelo telejornal cearense.

É válido lembrar, novamente, que os valores-notícia podem agir de forma conjunta, potencializando ainda mais a capacidade que determinado acontecimento flagrado por câmera de vigilância possui de alcançar o status de notícia. Como defende Wolf (2008), quanto mais combinações forem possíveis entre os *news values*, maiores serão as chances de recomendação para a seleção daquele fato. Nesse sentido, apesar de haver uma mobilização majoritária das categorias “Tragédia/Drama” e “Justiça” nas situações envolvendo flagrantes de videovigilância publicizadas pelo CE 1, verificamos que esses valores-notícia tanto podem compor a cena informativa se combinando entre si (ou seja, em ocorrências cuja presença de ambos é observada em um mesmo acontecimento), quanto eventualmente atuando em conjunto com outras categorias, com destaque para “Proximidade”, “Raridade” e “Surpresa”.

Estamos falando assim de situações flagradas por câmeras de vigilância e publicizadas pelo CETV 1ª Edição em que além de se ressaltar como qualidades dignas de relevância noticiosa a existência de mortes violentas, acidentes, práticas de crime (Tragédia/Drama) e apreensões, decisões judiciais e investigações (Justiça), há, de forma conjunta, o destaque para o local da ocorrência (Proximidade) – que, nos casos aqui mapeados, coincide com a área de cobertura geográfica do telejornal, ou que é lhe concernente a partir da dimensão cultural – bem como para aquilo que é incomum, original ou inusitado (Raridade) e inesperado (Surpresa).

Em muitos dos exemplos citados anteriormente é possível, aliás, verificarmos o processo associativo entre as categorias “Tragédia/Drama” + “Proximidade” (Figuras 20, 21, 22, 34, 37, 40 e 42), nas quais temos assassinatos, acidentes de trânsito ou situações envolvendo

risco de morte localizados em bairros e cidades condizentes com a área de atuação e de interesse dos telespectadores do CETV 1ª Edição. Da mesma forma, as categorias “Justiça” + “Proximidade” (Figuras 33, 35 e 36) estão expressas de forma associativa em flagrantes de videovigilância envolvendo apreensões, investigações ou denúncias acontecidas no território cearense, existindo ainda os casos em que as três categorias (“Tragédia/Drama” + “Justiça” + “Proximidade”) se combinam, como acontece na Figura 41.

É importante dizer que o valor-notícia “Proximidade” acaba por atravessar a seleção noticiosa empreendida pelo CE 1, ora de forma explícita (com menção direta ao nome do bairro, da cidade da ocorrência já no título da matéria), ora de maneira implícita. Isso acontece em virtude principalmente da linha editorial adotada pelo telejornal que, ao trabalhar com uma produção noticiosa voltada a cobrir os principais fatos concernentes ao estado do Ceará, assume uma predisposição à publicizar flagrantes de videovigilância que digam respeito ao território cearense, sejam em termos propriamente geográficos, bem como aqueles que estejam vinculados culturalmente. Acerca dessa ampliação dos sentidos em torno do valor-notícia “Proximidade”, Fontcuberta (1993) defende:

As pessoas estão interessadas em saber o que acontece nas redondezas, e isso não significa apenas uma proximidade geográfica, mas também social e psicológica. O público se sente atraído em conhecer tanto o que acontece no seu bairro como ao que acontece a um determinado grupo social ao qual se sente vinculado, ainda que esse esteja distante. Assim, é do interesse das pessoas notícias de compatriotas desaparecidos em um acidente aéreo, ou sobre violações de direitos de pessoas devido a sua etnia ou gênero, pois coincidem com seus interesses afetivos (Fontcuberta, 1993, p. 45, tradução nossa)⁸⁶.

Como forma de exemplificar a discussão, podemos mencionar o caso do cearense agredido no metrô do Rio de Janeiro, quando voltava do trabalho (Figura 44). Apesar de se tratar de uma ocorrência fora da zona de abrangência territorial do CETV 1ª Edição, o flagrante de videovigilância tratava de uma situação envolvendo um conterrâneo, natural da cidade de Graça (CE), que teria sofrido xenofobia por ser nordestino. Desse modo, entra em jogo a perspectiva do valor-notícia “Proximidade” baseado em elementos de caráter cultural, simbólico ou social, como menciona Fontcuberta (1993).

⁸⁶ No original: “La gente está interesada por conocer lo que ocurre en un entorno cercano, y por cercanía debe entenderse no sólo la geográfica sino la social o incluso psicológica. Tiene tanto atractivo conocer lo que ha sucedido en el barrio como lo acaecido a un determinado grupo social al que nos sentimos vinculados, aunque se haya producido a miles de quilómetros. Importan las noticias de compatriotas desaparecidos en un accidente lejano, o de violaciones de los derechos de personas en razón de su etnia o sexo, a lo largo y ancho del planeta, si cionciden con los nuestros (Fontcuberta, 1993, p. 45)”.

Figura 44 - Frame de matéria veiculada pelo CETV 1ª Edição em 01/08/2022



Fonte: Globoplay (2022)

Por sua vez, quando se trata da associação entre os valores-notícia majoritários “Tragédia/Drama” e “Justiça”, atuando em conjunto com a categoria “Raridade”, vemos que há o destaque para a seleção noticiosa de eventos envolvendo violência/crime, risco de morte e morte, ou apreensões e investigações, em combinação, agora, com situações inusitadas ou incomuns, expressas em flagrantes de videovigilância. Temos assim, como exemplos, a investigação sobre a ocorrência de assaltos sem arma (Figura 45); o motorista de carro de luxo preso por abastecer em posto de combustível e sair sem pagar (Figura 46); o bandido que age portando o alvará de soltura (Figura 47); o casal que é preso por furtar plantas (Figura 48); o suspeito que é preso após uma sequência de oito furtos no mesmo equipamento público (Figura 49) ou a dupla de assaltantes que age fantasiada (Figura 50). Vejamos:

Figura 45 - Frame de matéria veiculada pelo CETV 1ª Edição em 20/08/2019



Fonte: Globoplay (2019)

Figura 46 - Frame de matéria veiculada pelo CETV 1ª Edição em 22/10/2019



Fonte: Globoplay (2019)

Figura 47 - Frame de matéria veiculada pelo CETV 1ª Edição em 27/08/2020



Fonte: Globoplay (2020)

Figura 48 - Frame de matéria veiculada pelo CETV 1ª Edição em 05/10/2020



Fonte: Globoplay (2020)

Figura 49 - Frame de matéria veiculada pelo CETV 1ª Edição em 19/08/2022



Fonte: Globoplay (2022)

Figura 50 - Frame de matéria veiculada pelo CETV 1ª Edição em 29/08/2022



Fonte: Globoplay (2022)

Como podemos ver, são situações em que há a ocorrência de práticas delituosas, e que nesse sentido estão em sintonia com as temáticas preconizadas pelo CETV 1ª Edição, mas que adicionam a isso uma camada de qualidade noticiosa a partir de uma imagem que flagra o incomum, o inusitado. É assim quando visualizamos o assaltante que pratica assaltos sem portar uma arma (utilizando, nesse caso, apenas do blefe); o motorista de carro de luxo que abastece o seu veículo e sai sem pagar (apontando, desse modo, para a contradição existente entre o poder aquisitivo que se imagina ter uma pessoa portadora de um bem de alto valor e o comportamento adotado em sair sem pagar algo básico) ou o homem que ainda com o alvará de soltura em mãos, decide por praticar novos crimes (e que não bastasse ter optado mais uma

vez pelo mundo da infração, ainda deixa, por um descuido, o documento que garantia a sua liberdade condicional cair no chão e, por consequência, identificá-lo).

De modo similar, temos os flagrantes de videovigilância que estabelecem uma associação entre as categorias “Tragédia/Drama” e “Justiça” com o valor-notícia “Surpresa”, evidenciando situações que envolvem violência/crime, risco de morte e morte, ou apreensões e investigações, mas em um contexto considerado como inesperado. Como exemplos, podemos citar o caso do Policial Militar que foi assaltado e teve a sua arma levada pelos bandidos (Figura 51); o desabamento do Edifício Andrea (Figura 52); o Policial Militar flagrado tentando assaltar um entregador (Figura 53); o assassinato realizado em um ponto de ônibus em plena luz do dia (Figura 54); o Policial Militar que agrediu um idoso (Figura 54).

Figura 51 - Frame de matéria veiculada pelo CETV 1ª Edição em 24/08/2019



Fonte: Globoplay (2019)

Figura 52 - Frame de matéria veiculada pelo CETV 1ª Edição em 16/10/2019



Fonte: Globoplay (2019)

Figura 53 - Frame de matéria veiculada pelo CETV 1ª Edição em 02/08/2022



Fonte: Globoplay (2022)

Figura 54 - Frame de matéria veiculada pelo CETV 1ª Edição em 18/08/2022



Fonte: Globoplay (2022)

Figura 55 - Frame de matéria veiculada pelo CETV 1ª Edição em 26/08/2022



Fonte: Globoplay (2022)

7.1 Os modelos de valoração noticiosa amplificada e parcial

A partir do exposto, podemos evidenciar a existência de um tipo de cobertura telejornalística na qual os flagrantes de videovigilância agem em conjunto com as categorias de valores-notícia propostas por Silva (2014). No caso do CETV 1ª Edição, esse diálogo se dá principalmente a partir da exposição de acontecimentos dotados de características valorativas trágicas, violentas, assim como situações que envolvem práticas investigativas, judiciais, apreensões, além de aquelas de caráter inusitado, incomum ou inesperado, atravessadas por elementos de proximidade. Estamos falando, assim, de ocorrências cotidianas que possuem, em sua origem, alguns desses elementos e que em dado momento foram flagrados por câmeras de vigilância. Denominamos esse tipo de utilização das cenas de videovigilância pelo telejornalismo de associação amplificada.

Com essa expressão, queremos destacar que há um caminho com potencialidades para o telejornalismo a partir do uso dos flagrantes de videovigilância. Isso porque a sua ancoragem, em casos como os citados anteriormente, está baseada e se justifica em virtude da relevância informativa que possui, verificada a partir da presença dos valores-notícia mencionados. Trata-se, desse modo, de uma associação amplificada em função de o conteúdo visual (aspecto central no caso da informação transmitida pela TV) agir de forma complementar aos atributos intrínsecos que caracterizam o peso noticioso do acontecimento – tais como “Tragédia/Drama”, “Justiça”, “Surpresa” –, garantindo assim que se atinja uma intensidade informativa mais abrangente.

Estamos tratando, nesse sentido, de situações nas quais há, de partida, uma predisposição para que aquela ocorrência seja noticiada, dadas as circunstâncias que lhe caracterizam, mas que ao se dispor de uma imagem que registra o acontecimento no momento exato do seu desenrolar, eleva a outro patamar a sua potencialidade noticiosa. Ou seja, o acionamento da imagem de videovigilância está aliada, aqui, a um contexto de desvelamento da realidade a partir da relevância jornalística que o fato social possui, o que pode resultar na exposição de acontecimentos capazes de impactar a rotina informativa dos cidadãos, revelando, inclusive, episódios que de outra maneira dificilmente seriam possíveis de se abordar, dados os riscos envolvidos. Acerca dessa perspectiva, a editora-chefe do CETV 1ª Edição destaca:

(...) a gente consegue [através dos flagrantes de videovigilância] elucidar fatos, e isso é muito importante porque até em questões de justiça mesmo. A gente já teve casos,

por exemplo, como a chacina do Curió⁸⁷, que uma imagem de câmera de segurança mostra os policiais colocando os corpos dentro de um carro. Esse caso agora do cavalo⁸⁸ que se não fosse essas imagens, a família jamais iria conseguir provar a inocência do adolescente. Ele iria morrer e talvez até a Polícia desse uma versão que não era condizente com a realidade. [...] Há uma contribuição [da imagem de videovigilância] de audiência, de um aspecto de fechamento do jornal, sim. Mas eu acho também que a contribuição social é muito importante (Editora-chefe CETV 1ª Edição, entrevista realizada em 06/12/2023).

Essa contribuição social mencionada remete a uma questão central para o jornalismo que é promover uma interpretação complexificada da realidade, de forma ampla e pública. Entendemos que a imagem de videovigilância por si só pode não ser capaz, em muitos casos, de angariar a mobilização social necessária para a resolução de determinadas injustiças/contradições. Todavia, quando o jornalismo se apropria de tal conteúdo imagético, a partir de uma avaliação da relevância noticiosa (valores-notícia), e o utiliza na elaboração informativa, é capaz de dotá-lo de sentidos que permitem a sua compreensão de modo contextualizado, pautando assim elementos/discussões que possam estar para além da camada apenas visual, que obviamente é importante para a construção noticiosa, mas que precisa trazer à tona, através da construção informativa jornalística, as implicações, as causas, as perguntas e respostas necessárias que possam desvelar, ademais do que já é sabido ou visto na cena de videovigilância, a realidade implicada na situação publicizada.

Destacamos, dessa maneira, que através da associação amplificada se constituem algumas das principais potencialidades para o uso dos flagrantes de videovigilância por parte de telejornais como o CETV 1ª Edição. Entendemos que ao conjugar esse tipo de conteúdo imagético com princípios que estruturam a relevância jornalística, como é o caso dos valores-notícia, é possível garantir uma construção informativa pautada não somente na busca limitada pela ampliação da audiência (tendo em vista os efeitos de mobilização proporcionados por tais imagens), mas principalmente pela entrega de uma informação que ressalta o papel do

⁸⁷ A Chacina do Curió foi uma matança que deixou 11 mortos em Fortaleza, em 2015. De acordo com o Ministério Público do Estado do Ceará, as vítimas foram assassinadas por policiais militares e os crimes teriam sido motivados por vingança pela morte do soldado Valtemberg Chaves Serpa, ao proteger a mulher em uma tentativa de assalto. Mais informações: <https://mpce.mp.br/2023/06/curio-relembre-os-nove-episodios-da-maior-chacina-do-estado/>

⁸⁸ O adolescente de 15 anos Pedro Kauã Moreira Ferraz, aluno do 9º ano do ensino fundamental, morreu após ser atingido por um tiro durante confronto entre policiais e um suspeito de tráfico de drogas em São Gonçalo do Amarante (CE), em novembro de 2023. O rapaz não possuía relação com a ocorrência e se preparava para jantar quando foi avisado de que o cavalo que estava amarrado em um terreno da sua família teria se soltado. Ao ir em direção à propriedade, para que o animal não saísse, foi surpreendido por tiros. As imagens de câmeras de videovigilância flagraram o momento em que a mãe pedia socorro aos policiais militares, enquanto segurava o filho em seus braços. O Ministério Público do Estado do Ceará denunciou os quatro policiais envolvidos no caso por homicídio, omissão de socorro, tortura e fraude processual. Mais informações: <https://www.opovo.com.br/noticias/ceara/sao-goncalo-do-amarante/2024/06/13/caso-pedro-kaua-4-pms-sao-denunciados-por-homicidio-e-omissao-de-socorro.html>

jornalismo enquanto uma das instâncias gabaritadas socialmente para a elaboração de pontos de referência voltados a compreensão da realidade social.

Isso, nos parece, se torna atingível quando o telejornalismo adota a postura de fazer o uso das imagens de videovigilância enquanto ferramenta que amplia as possibilidades de complexificação da informação, resultando assim em um trabalho que leva em consideração a relevância jornalística, a apuração, a pesquisa e a produção polifônica, expandindo, desse modo, as margens do visível em torno das situações flagradas. Tal processo torna viável a elaboração de conteúdos informativos capazes não só de obter amplitude em termos de audiência, mas também de denunciar ilegalidades, injustiças, fomentando assim o debate público.

Se, por um lado, evidencia-se a possibilidade de contribuição social dos flagrantes de videovigilância, a partir de uma seleção noticiosa pautada no conceito de relevância jornalística, expressa por meio da combinação de diferentes valores-notícia, e de uma apreensão/construção da realidade efetuada de modo complexificado pelo telejornalismo, com a presença do contraditório, da abertura para novas frentes de abordagem dos fatos, tendo na imagem de videovigilância a colaboração necessária para complementar de maneira amplificada a narrativa informativa; por outro, contudo, nota-se também no CETV 1ª Edição a existência de uma seleção noticiosa orientada pelo uso dos flagrantes de videovigilância quase que exclusivamente em virtude da mobilização/ampliação das audiências que se alcança através do acionamento dos efeitos possibilitados por tais imagens.

É nesse contexto que se insere o que gostaríamos de denominar de associação parcial. Por meio do mapeamento realizado acerca da produção jornalística do CETV 1ª Edição, percebemos a publicização de acontecimentos os quais mais do que expressar a conjunção das qualidades noticiosas do fato em si (os seus valores-notícia) com as cenas capturadas pelos dispositivos de videovigilância, proporcionando uma narrativa informativa amplificada, o que desponta como aspecto central aqui é uma seleção noticiosa baseada fortemente na imagem e nos efeitos de engajamento que ela proporciona junto ao público. Em outras palavras, estamos nos referindo a ocorrências de pequeno impacto social, mas que ganham visibilidade em virtude da existência imagética do flagrante e das possibilidades que podem ser extraídas dele enquanto fonte capaz de mobilizar a atenção e os sentidos dos telespectadores. Vejamos alguns exemplos:

Figura 56 – Frame de matéria veiculada pelo CETV 1ª Edição em 05/09/2019



Fonte: Globoplay (2019)

Figura 57 - Frame de matéria veiculada pelo CETV 1ª Edição em 10/09/2019



Fonte: Globoplay (2019)

Figura 58 - Frame de matéria veiculada pelo CETV 1ª Edição em 22/10/2019



Fonte: Globoplay (2019)

Figura 59 - Frame de matéria veiculada pelo CETV 1ª Edição em 24/10/2019



Fonte: Globoplay (2019)

Figura 60 - Frame de matéria veiculada pelo CETV 1ª Edição em 26/08/2020



Fonte: Globoplay (2020)

Figura 61 - Frame de matéria veiculada pelo CETV 1ª Edição em 09/09/2020



Fonte: Globoplay (2020)

Figura 62 - Frame de matéria veiculada pelo CETV 1ª Edição em 11/09/2020



Fonte: Globoplay (2020)

Figura 63 - Frame de matéria veiculada pelo CETV 1ª Edição em 19/10/2020



Fonte: Globoplay (2020)

Figura 64 - Frame de matéria veiculada pelo CETV 1ª Edição em 01/08/2022



Fonte: Globoplay (2022)

Figura 65 - Frame de matéria veiculada pelo CETV 1ª Edição em 27/10/2022



Fonte: Globoplay (2022)

Nos exemplos acima, podemos ver situações que, de um modo geral, integram o quadro temático relacionado ao campo securitário, seguindo assim a linha priorizada pelo CETV 1ª Edição. São furtos, tentativas de assaltos e ataque ao patrimônio privado que, obviamente, representam transgressões sociais, mas que ao serem postas lado a lado com outras ocorrências, também veiculadas pelo telejornal cearense, nos levam ao questionamento acerca de quais seriam as qualidades noticiosas que as equiparariam entre si. Em outras palavras: por quais motivos um flagrante de um furto de bicicleta (Figuras 57, 58 e 63) ou a pichação do muro de um ponto comercial (Figura 61) se qualificam enquanto conteúdo informativo em um programa jornalístico de abrangência estadual?

Conforme sabemos, um telejornal como o CETV 1ª Edição precisa selecionar diariamente uma quantidade restrita de acontecimentos em meio a um quadro amplo de fatos sociais que se sucedem concomitantemente em diferentes regiões do Ceará (sua área de cobertura). Imaginemos, por exemplo, como seria caso os profissionais responsáveis pela produção do CE 1 decidissem publicizar todos os furtos de bicicletas ocorridos em um intervalo de tempo de 24 horas ou as práticas de pichação efetuadas em muros de propriedades públicas e privadas em um território constituído por 184 Municípios. Seria uma tarefa, no mínimo, dificultosa para os produtores e editores do telejornal, dado o volume de ocorrências dessa natureza (relativamente comum) e a restrição de tempo disponível para abarcar diferentes acontecimentos em uma única edição.

Nesse sentido, pressupõe-se que os furtos de bicicletas e a pichação selecionados pelo CETV 1ª Edição possuem algo que os distingue das demais ocorrências da mesma

natureza, tornando-as dignas de serem noticiadas. A princípio, poderíamos imaginar que tal escolha se daria seguindo a lógica dos valores-notícia, conforme pontuamos no caso da associação amplificada. Ou seja, teríamos, em cada uma das situações relatadas, qualidades intrínsecas ao acontecimento que as fariam ter peso noticioso e que, em conjunto com a imagem de videovigilância, atingiriam uma produção informativa amplificada. Porém, vislumbram-se aqui, no modelo associativo parcial, alterações na determinação da relevância dos acontecimentos a partir do uso das imagens de videovigilância, dando margem para a visibilidade midiática de situações comuns/banais do cotidiano.

Acerca dessa afirmação, Calzado e Lio (2021) nos dão pistas para entendermos melhor de que maneira se formata tal alteração na seleção, a partir daquilo que elas mencionam como “pequenos fatos visuais” e que se assemelham aos exemplos assinalados anteriormente.

O aspecto volátil das notícias policiais tende a crescer hoje em dia com pequenos fatos visuais, introduzindo diferentes tipos de notícias policiais todos os dias que desaparecem tão rapidamente quanto um novo crime grande ou pequeno aparece na tela. [...] as notícias de crime procuram não só informar, mas também entreter. Esse tipo de procedimento desenvolve uma característica de infoentretenimento, a tendência da mídia em apresentar a informação como um espetáculo para prender o telespectador e mantê-lo assistindo ao programa (Calzado; Lio, 2021, p. 182).

Nesse sentido, abre-se a possibilidade para a existência de um processo de seleção noticioso associativo marcado fortemente pelo peso da imagem de videovigilância e a capacidade que ela possui de entreter, alçando desse modo pequenas ocorrências cotidianas ao status de notícia. Esse processo associativo, todavia, evidencia elementos distintos daqueles encontrados na associação amplificada. O que temos aqui é a publicização de flagrantes de videovigilância em que o fato em si, e as qualidades noticiosas intrínsecas que ele carrega, não são os elementos determinantes para a sua veiculação, pois se assim o fosse, o furto de um queijo em um mercado público de Fortaleza (CE) (ver Figura 59) dificilmente seria veiculado, dada a inexistência, por exemplo, de características como grandes quantias envolvidas no evento ou a notoriedade do praticante da ação, dentre outras.

Para tornar mais explícita a diferença entre a associação amplificada e a associação parcial, podemos contrapor essa situação, envolvendo o furto de um queijo em um mercado público, com o flagrante do roubo de um caminhão carregado de queijo, ocorrido no Município de Horizonte (CE), e veiculado pelo CETV 1ª Edição (Figura 66). Diferentemente da primeira ocorrência, temos agora tanto a prática criminosa envolvendo violência/crime (“Tragédia/Drama”), como também o valor-notícia “Impacto” representado pela constatação de um roubo abrangendo uma grande quantia (um caminhão carregado de queijo).

Figura 66 - Frame de matéria veiculada pelo CETV 1ª Edição em 02/08/2022



Fonte: Globoplay (2022)

É importante compreender que não estamos aqui destacando uma contradição, mas apontando a existência de padrões distintos de avaliar a seleção noticiosa quando se trata de publicizar acontecimentos capturados por câmeras de videovigilância, de modo que em algumas oportunidades (como na Figura 66) teremos a presença de qualidades intrínsecas (valores-notícia) atuando em conjunto com as imagens de videovigilância, enquanto que em outros momentos (como na Figura 59) a legitimação pela escolha em publicizar o evento fica concentrada nas qualidades extrínsecas oportunizadas pelo dispositivo de visibilidade.

O que está implicado, desse modo, no contexto de associação parcial envolvendo a seleção noticiosa de acontecimentos flagrados por dispositivos de videovigilância é a capacidade que a imagem “em si mesma” pode representar enquanto possibilidade de mobilizar a atenção da audiência para situações ordinárias, como as que vimos acima. Dito de outra maneira: esses eventos não seriam publicizados pelo CETV 1ª Edição caso não houvesse a cena de videovigilância (qualidade extrínseca). Podemos afirmar que, a princípio, seria pouco provável contarmos com a entrada ao vivo de repórteres, ou notas cobertas de apresentadores narrando fatos que não contam com maiores desdobramentos/impactos para a sociedade, como é o caso de um furto de uma bicicleta ou de um queijo em um mercado público, mesmo que tais condutas representem transgressões sociais. Todavia, a imagem produzida pelo equipamento de videovigilância estabelece um aporte valorativo que torna tais acontecimentos relevantes.

Apesar disso parecer óbvio, já que estamos falando de telejornalismo e de sabermos do papel que o conteúdo visual desempenha nesse tipo de cenário informativo, queremos chamar a atenção para o fato de que há uma diferença entre: 1) a imagem de videovigilância ser

utilizada de forma a potencializar a valoração noticiosa já existente de um determinado acontecimento, acrescentando à narrativa jornalística elementos antes desconhecidos e que, desse modo, contribuem diretamente para o desvelamento da realidade e 2) ela ser acionada com o intuito “apenas” de tentar mobilizar/entreter a audiência em virtude dos seus efeitos de real, estabelecendo assim uma nova dinâmica para a seleção noticiosa que “abre mão” da premissa dos valores-notícia, pelo menos a partir das categorias listadas por Silva (2014).

Essa distinção fica mais evidente quando olhamos e contrapomos flagrantes de videovigilância veiculados pelo CETV 1ª Edição. Nós temos, por exemplo, no dia 31/08/2020 a matéria “Acidente em Juazeiro do Norte (Câmera flagrou momento em que motociclista bateu em carro estacionado)”, ocorrência que acabou vitimando o condutor da moto, um homem de 26 anos de idade. As características constituintes do acontecimento apresentam, por si só, valores-notícia que permitem, de modo inicial, que ele seja julgado pertinente/relevante em um contexto de seleção noticioso. Estamos falando de um acidente de trânsito em um Município integrante da área de cobertura do telejornal cearense (no caso, Juazeiro do Norte), e que infelizmente resultou na morte de uma pessoa. Temos assim a soma de elementos (“Tragédia/Drama” + “Proximidade”) que contribuem, de partida, para a valoração do fato.

Com a existência do flagrante de videovigilância, responsável por capturar o momento do acidente, o acontecimento acaba ganhando ainda mais potencialidade informativa, dado que agora, além das características que o configuram (morte, proximidade) e o tornam elegível a ser transformado em notícia, há também um conteúdo visual que traz à tona as circunstâncias em torno do ocorrido, fator que é central no caso do telejornalismo. Ou seja, narra-se sobre o acidente, o local em que ele ocorreu, registra-se os depoimentos das fontes, as consequências para os envolvidos e, ao mesmo tempo, exhibe-se o momento trágico.

Através da veiculação do flagrante, fica evidente que o motociclista perdeu o controle da direção e acabou se chocando contra um carro estacionado na via. A existência da imagem de videovigilância encerra a existência de qualquer outra hipótese que pudesse ser levantada para o caso, desvelando, desse modo, o ocorrido em uma camada que não havia sido presenciada por testemunhas.

Figura 67 - Frame de matéria veiculada pelo CETV 1ª Edição em 31/08/2020



Fonte: Globoplay (2020)

Vejamos outro exemplo envolvendo acidente de trânsito e o modo como o uso das imagens de câmeras de vigilância reverbera no contexto de associação amplificada. No dia 29/10/2022, o CETV 1ª Edição produziu a seguinte matéria: “Duas adolescentes são atropeladas e motorista foge (Vítimas estavam de bicicleta quando foram atingidas; uma delas está em estado grave)” (Figura 67). Temos aqui, novamente, um acontecimento possuidor de características que o qualificam com potencial noticioso, agregando as categorias de valores-notícia “Tragédia/Drama” (a partir do risco de morte que o caso apresenta) e “Justiça” (tendo em vista o cometimento de um crime de trânsito por parte do condutor ao não prestar socorro às vítimas). Com o acesso as imagens de videovigilância que flagraram o atropelamento, há um acréscimo informativo no procedimento de apuração, capaz de permitir a identificação do condutor, assim como a atitude que ele tomou após o acidente.

Ou seja, há um ganho visual, sem sombra de dúvida, para a apresentação da notícia, trazendo à tona o efeito de real do momento do acidente, mas junto a isso está atrelado um ganho informativo que ultrapassa a dinâmica da imagem que se encerra enquanto objeto voltado apenas a entreter a audiência. Estamos falando, nesse sentido, da existência de diferentes camadas informativas (uma imagética e outra concernente às características do fato em si) que atuam de forma conjunta, se complementando, e exatamente por isso são capazes de ampliar o nível de relevância dos acontecimentos.

É o que podemos ver nos casos citados. São eventos que se caracterizam como possuidores de valorização noticiosa (vide as categorias de valores-notícia que mencionamos), e que por conta disso apresentam potencialidade para, em tese, serem publicizados mesmo que

não haja a imagem de videovigilância. Ou seja, o veículo de comunicação, caso tenha interesse em selecionar e veicular acontecimentos desse tipo, pode vir a se utilizar de outros mecanismos visuais e narrativos como forma de tornar viável a sua publicização. Todavia, com a disponibilidade do flagrante de videovigilância, além de solucionar os constrangimentos organizacionais envolvendo a demanda por imagens, o telejornal consegue produzir uma notícia que ganha em complexidade, proporcionando abordar, por exemplo, o contraditório, bem como aspectos que à princípio poderiam parecer intangíveis.

Figura 68 - Frame de matéria veiculada pelo CETV 1ª Edição em 29/10/2022



Fonte: Globoplay (2022)

Por outro lado, o flagrante de videovigilância permite que acontecimentos de menor impacto social sejam validados enquanto conteúdo noticioso em virtude de quesitos que não estão diretamente relacionados à mobilização das categorias de valores-notícia. Conforme argumentam Calzado e Lio (2021), a produção de imagens oportunizada por tais dispositivos de visibilidade proporciona que alguns eventos sejam noticiados, o que para as pesquisadoras não seria imaginável caso não houvesse essas cenas. O resultado: a geração de uma tensão entre “(...) a escolha de notícias relevantes e às vezes mais difíceis de ter acesso, ou situações triviais com material audiovisual disponível (...)” (Calzado; Lio, 2021, p. 187). Isso parece poder ser constatado na produção jornalística do CETV 1ª Edição. Retomemos alguns dos exemplos citados acima como forma de atestarmos a argumentação.

Na Figura 56 vemos o caso envolvendo um assalto frustrado, cujo título é “Tentativa de assalto a motorista (Ladrões não conseguem sair com o carro)”. A situação visibilizada pelo CE 1, como podemos perceber, repercute uma ocorrência pautada em uma espécie de “não-acontecimento”. Ela fala sobre um assalto que não deu certo e que, exatamente

por isso, pela falta de consequências significativas para a ação, poderia, a princípio, ser posta de lado pelos produtores do telejornal que estão realizando a seleção noticiosa baseados em valores-notícia. Ou seja, de forma hipotética, importaria mais se essa mesma ocorrência demonstrasse desdobramentos de maior impacto/notabilidade.

Quando citamos desdobramentos de maior impacto/notabilidade, queremos dizer que os acontecimentos receberão, em tese, mais atenção conforme apresentem diferentes nuances. Poderíamos pensar, desse modo, que a existência de elementos comuns constituindo um episódio cotidiano deveria inviabilizar o seu status de notícia, haja vista que a seleção noticiosa está pautada na quebra da normalidade (Wolf, 2008). Em outras palavras, interessaria, assim, em termos valorativos, o assalto que foi concluído com sucesso, trazendo à tona o incômodo social, o risco de morte, a tragédia.

Porém, ao revelar um olhar acerca do cotidiano comum, e infelizmente violento dos grandes centros urbanos brasileiros, as imagens de videovigilância parecem se aproximar ainda mais da atenção dos telespectadores ao mostrar que aquela abordagem frustrada (Figura 56) poderia acontecer com qualquer pessoa. Isso se torna ainda mais evidente nos casos envolvendo assaltos, como nos explica a editora-chefe do CETV 1ª Edição.

(...) essa história de assalto eu acho que chama muita atenção porque as pessoas se veem naquele lugar. Não que elas queiram, mas é porque é uma coisa que pode acontecer com todo mundo, independente de classe social, independente do bairro onde mora, todo mundo pode ser vítima. As pessoas elas fixam isso, e questão de assalto é muito a dor comum de todo cearense (Editora-chefe CETV 1ª Edição, entrevista realizada em 06/12/2023).

Nesse sentido, essa “dor comum” é capturada pelo flagrante de videovigilância e é levada para a televisão, causando um reordenamento/deslizamento em torno dos princípios que regem as categorias de valores-notícia. Em outras palavras: o extraordinário passa a dar lugar também ao ordinário em virtude do poder de mobilização da audiência. Exemplo similar pode ser observado na Figura 62, quando temos a matéria “Mulheres são assaltadas no bairro Farias Brito (Criminosos levam sacolas de compras)”, ocasião em que o telejornal exibiu cenas nas quais dois homens aparecem em uma moto e arrancam das mãos de duas mulheres sacolas com produtos recém adquiridos, enquanto elas caminhavam em direção as suas residências.

Apesar de termos consciência quanto ao fato de que essa ocorrência se configura como um ato criminoso, é preciso ressaltar que, em termos de valoração jornalística, ela não apresenta qualidades noticiosas excepcionais que a habilitem, de partida, a entrar no radar dos acontecimentos considerados aptos a atingirem o status de notícia. Novamente, estamos fazendo menção a uma situação que não congrega valores-notícia de diferentes ordens e, em

tese, não seria capaz de mobilizar o nível de interesse jornalístico a ponto de ser selecionada, dada a sua inexpressividade enquanto episódio que não pode ser considerado, a partir das categorias vistas, como inusitado/inesperado/extraordinário/notoriedade etc.

É importante dizer que ao fazermos essas afirmações não estamos, de forma alguma, buscando banalizar atos criminosos. Não se trata disso. Queremos, na verdade, chamar a atenção em nossa análise para o fato de que, em um contexto de seleção noticiosa, a justificativa para entender a publicização de ocorrências como as das Figuras 56 e 62 não está na associação dos valores-notícia com o flagrante de videovigilância, como ocorre na associação amplificada. O que torna tais acontecimentos noticiáveis em um telejornal como o CETV 1ª Edição é a existência, em grande medida, da imagem de videovigilância e da capacidade que ela tem de mobilizar a atenção da audiência. É o flagrante de videovigilância atuando como uma espécie de valor-notícia diante da ausência de outras qualidades noticiosas.

Teríamos assim a categoria de valor-notícia “Videovigilância”, caracterizada por conjugar elementos de ordem imagética, capaz de agregar relevância aos diferentes acontecimentos, inclusive aqueles mais banais. As suas características não são de ordem intrínseca ao acontecimento, como aquelas apontadas por Silva (2014), mas de caráter extrínseco. Ou seja, é o efeito de real que ela proporciona aos fatos cotidianos; é a capacidade de desvelar ângulos ainda não vistos (em virtude da sua onipresença); é o potencial de engajar/entreter o público. Estamos falando, dessa maneira, de aspectos que não envolvem a natureza do acontecimento em si, mas dos modos de acessá-lo imageticamente.

A “Videovigilância” enquanto valor-notícia proporciona assim a seleção noticiosa tanto por meio da associação amplificada (atuando em conjunto com outras categorias valorativas), quanto parcial, sendo que neste caso, como temos afirmado, é o peso da imagem de videovigilância que estabelece/sustenta, de modo quase unilateral, a ausência de aspectos que poderiam ser considerados como qualidades informativas intrínsecas. Imaginar que situações como as das Figuras 56 e 62 seriam publicizadas normalmente em um veículo de comunicação televisivo caso não houvesse o valor-notícia “Videovigilância” seria, no mínimo, pouco provável, dada a fragilidade da presença de outros valores-notícia que o justificassem.

Mas esse “peso” do valor-notícia “Videovigilância” não pode ser entendido de forma isolada, dotado de vontade própria. Isso significa que não é todo e qualquer tipo de flagrante de videovigilância que deverá ser selecionado e publicizado pelos veículos de telejornalismo. É preciso levar em consideração que pode haver uma confluência de valores editoriais atuando no processo. No caso do CETV 1ª Edição, podemos destacar que o fato de o telejornal priorizar a temática da segurança pública acaba por facilitar a entrada/seleção de

flagrantes de videovigilância dessa categoria temática, trazendo à tona situações envolvendo pequenos delitos, mas que se justificam ao cumprirem esse pré-requisito.

Além disso, o seu caráter de telejornal voltado a atender as demandas da comunidade faz com que o seu olhar noticioso estabeleça parâmetros de relevância levando em consideração situações corriqueiras que não são abordadas costumeiramente no noticiário de âmbito nacional. É nesse sentido que entra em cena a publicização da falta d'água em um determinado bairro ou cidade do Interior cearense, um buraco que está causando acidentes etc. É assim também que temos a publicização do furto de um queijo (Figura 59), de uma bicicleta (Figuras 57, 58 e 63), de aparelhos celulares (Figura 60), de um televisor (Figura 64), de produtos de uma sex shop (Figura 65) etc. Ou seja, há um peso da imagem de videovigilância enquanto qualidade extrínseca para a seleção, mas essa atua em relação direta com o tipo de evento que o telejornal possui maior propensão em noticiar, dada a sua linha editorial.

Existe assim, quando falamos no uso de flagrantes de videovigilância no telejornalismo, espaço para o extraordinário (o desabamento de um edifício residencial) e para o ordinário (a pixação de um muro comercial). A diferença está no fato de que no primeiro caso poderemos ter a associação (amplificada) do flagrante imagético com as categorias de valores-notícia compartilhadas pelos profissionais do jornalismo e, no segundo caso, uma associação (parcial) na qual o valor-notícia “Videovigilância” é a categoria fiadora da seleção e publicização do acontecimento pelo CETV 1ª Edição.

A partir da argumentação apresentada, acerca do modo como se opera a seleção noticiosa dos flagrantes de videovigilância pelo telejornal CETV 1ª Edição, gostaríamos de pontuar, por fim, que o processo de associação parcial pode representar uma abertura para a banalização do uso desse tipo de conteúdo imagético. Isso porque as cenas obtidas por dispositivos de videovigilância atingem a sua potencialidade informativa, e de desvelamento do cotidiano, na relação que estabelecem com os critérios de relevância jornalísticos, mais especificamente, os valores-notícia. Quando não há a preocupação com tal premissa, incorre-se na armadilha de promover uma cobertura jornalística rasa, que se resume a narração da imagem de videovigilância, em um diálogo redundante que renuncia ao seu poder questionador. Conforme reconhece a editora-chefe do CETV 1ª Edição, “não podemos transformar todo vídeo de vigilância em notícia, sem critérios de noticiabilidade. Não podemos ficar nesse lugar de conforto de coberturas rasas. Eu acho que é a principal questão que precisamos ficar atentos” (Editora-chefe CETV 1ª Edição, entrevista realizada em 06/12/2023).

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das questões de pesquisa levantadas neste trabalho, as quais estão elencadas no capítulo 2, foi possível constatar o papel que as imagens de videovigilância ocupam no cenário telejornalístico contemporâneo e a maneira como acontece a sua seleção noticiosa. Por meio do mapeamento empreendido, em torno da produção informativa do CETV 1ª Edição (programa telejornalístico da TV Verdes Mares – Fortaleza/CE), verificamos, inicialmente, que o uso dos flagrantes produzidos por câmeras de vigilância apresenta constância ao longo dos diferentes períodos temporais do telejornal analisado, afastando assim a ideia de que se trataria de fenômeno pontual/efêmero, ao mesmo tempo em que responde aos nossos questionamentos acerca da regularidade, bem como da percepção noticiosa que se tem do fenômeno ao longo do tempo. Estamos falando, na realidade, de uma prática informativa que se encontra já incorporada às dinâmicas da rotina diária do referido programa jornalístico.

A inserção recorrente desse tipo de conteúdo imagético por parte do telejornal cearense é evidente não somente em função da quantidade de vezes em que contabilizamos a presença de cenas captadas por tais dispositivos de visibilidade exibidas no recorte temporal englobado pela tese, mas também pelo modo como essas imagens estão distribuídas ao longo das edições entre agosto e outubro de 2019, 2020 e 2022. Como foi possível ver nos gráficos apresentados anteriormente, não há a concentração das cenas de videovigilância em um mês ou ano específico, fato que poderia ocorrer, por exemplo, em virtude da pandemia da Covid 19, momento em que a atividade jornalística sofreu impactos significativos em função das restrições de mobilidade urbana, necessárias enquanto medida protetiva, e que poderia trazer como consequência um aumento na utilização de material desta natureza. O que encontramos foi uma continuidade percentual antes, durante e depois da pandemia, o que aponta para a naturalização em torno da presença dos flagrantes de videovigilância no CE 1.

Pela pesquisa, um dos motivos, dentre outros, que explicam a utilização recorrente das cenas de acontecimentos capturadas por câmeras de vigilância por telejornais como o CETV 1ª Edição tem a ver com o acesso amplo e facilitado que os veículos de jornalismo possuem a tais conteúdos. Acerca desse fato, aliás, observamos, com o auxílio das entrevistas em profundidade realizadas para a pesquisa, que a disponibilização das imagens de videovigilância para os profissionais que integram a equipe do CE 1 funciona por meio de dois eixos principais: a partir do contato da população com os produtores do telejornal via plataforma de mensagens WhatsApp, e através do envio de conteúdo efetuado pelas assessorias de comunicação de órgãos como a Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Ceará (SSPDS/CE).

Desse modo, os programas informativos televisivos contam diariamente com uma quantidade considerável de arquivos audiovisuais no momento da seleção noticiosa. Tal constatação torna possível entender os nossos questionamentos acerca do modo como os flagrantes de videovigilância chegam à redação do CETV 1ª Edição, além de observar quem são as principais fontes a fornecerem esse tipo de conteúdo imagético. A facilidade de ter em mãos conteúdos com potencial peso informativo é proporcionada em função, principalmente, da atitude ativa dos proprietários/gerenciadores das câmeras de videovigilância em buscar a esfera jornalística como possível interessada em reproduzir para um público amplo aquilo que foi capturado pelo equipamento o qual o cedente possui acesso. No caso de órgãos governamentais como a SSPDS/CE, fica evidente, a partir da nossa pesquisa, que o elemento motivador para o compartilhamento das imagens passa pelo propósito de dar visibilidade positiva à instituição e às políticas públicas implementadas por ela.

Quanto aos fatores vinculados ao desejo da população em participar, de forma ativa, desse processo, pontuamos que, para explicá-los, seria necessário um estudo com essa finalidade específica, envolvendo perspectivas teóricas e metodológicas distintas daquelas adotadas pela presente tese. Isso nos leva a destacar a potencialidade existente para o desenvolvimento de novos estudos acadêmicos concernentes ao uso das imagens de videovigilância no telejornalismo, demonstrando assim que o tema abrange amplas facetas, sendo impossível encerrar todas as questões que lhe são concernentes em um único estudo, como de resto acontece com qualquer temática de pesquisa.

Apesar disso, avaliamos que a adoção da postura participativa por parte da audiência passa inevitavelmente pela expectativa dos cidadãos em terem os seus problemas concernentes à segurança pública resolvidos, de maneira que disponibilizar os flagrantes de videovigilância para o telejornal seria uma forma de angariar a atenção do poder público para as situações expostas. Ao mesmo tempo, acreditamos que há também o desejo do público de se sentir integrante da construção de um telejornal no qual ele espera se ver e ser notado pelos demais telespectadores do noticioso.

De modo complementar, e pensando ainda nas questões que envolvem a disponibilização dos flagrantes de videovigilância para os veículos de jornalismo, propomos na tese a noção de colaboração noticiosa indireta. Em nossa argumentação ressaltamos, em primeiro lugar, que o papel da fonte responsável por compartilhar o material gravado pelo equipamento de videovigilância, e que o faz chegar até a redação do telejornal, é muito mais de facilitadora/colaboradora de acesso ao conteúdo do que de fiadora da veracidade do material. Para nós, tal status independe da sua atuação/intervenção. Isso porque a autoria desse tipo de

flagrante, como vimos, está centrada no equipamento de videovigilância, afastando assim, por exemplo, a perspectiva da coprodução telejornalística (Siqueira, 2013).

No que diz respeito aos flagrantes capturados por câmeras de vigilância, não há uma postura intencional e participativa dos sujeitos na produção do conteúdo imagético, imprimindo marcas autorais. Dada a dinâmica de automaticidade do dispositivo, aquilo que é gerado em termos de imagens é fruto da sua capacidade técnica que, obviamente, cumpre um papel estabelecido socialmente (garantir segurança), mas o faz independente da presença ou não de um olhar subjetivo por trás da câmera. Ou seja, a captura do flagrante ocorre em função da sua capacidade técnica de operar gravações ininterruptas, 24 horas por dia.

Todavia, argumentamos que para haver a exibição dos flagrantes de videovigilância no telejornal, é necessário que ocorra o compartilhamento, por parte de alguém, daquilo que foi captado pelo equipamento. É nesse ponto que entra a mencionada atitude colaborativa, ao se optar por ceder o material aos telejornais, tendo em vista a pressuposição do seu potencial noticioso, afinal de contas, esse seria o grande diferencial e o definidor da inserção ou não do conteúdo disponibilizado. Acrescentamos ainda que seria uma espécie de colaboração noticiosa indireta pois o flagrante produzido pelo dispositivo de visibilidade é resultado de um regime atencional do campo securitário, não tendo como pulsão inicial os preceitos do jornalismo. Em outras palavras, ele não foi instalado, *a priori*, para cumprir finalidade jornalística.

É importante, contudo, chamar atenção para o fato, assim como fizemos, de que, em algumas situações, a colaboração noticiosa indireta pode ocasionar a construção de uma confluência narrativa. Isso ficou comprovado principalmente quando se trata da disponibilização dos flagrantes de videovigilância por parte de órgãos institucionais, como é o caso da SSPDS/CE. Ficou perceptível, a partir dos exemplos mobilizados pela tese, o quão próximas são as versões informativas efetuadas pelo órgão governamental, ao disponibilizar em seu site as ocorrências flagradas pelos dispositivos de videomonitoramento que gerencia, e o material noticioso publicizado pelo CETV 1ª Edição ao repercutir esses mesmos flagrantes.

Por tratar-se de um trabalho efetuado pela assessoria de comunicação da SSPDS/CE, é inevitável que o seu objetivo esteja centrado em divulgar as ações policiais com resultados positivos, destacando-as em conjunto com o uso benéfico da tecnologia de videomonitoramento. É preciso, porém, que a atividade jornalística mantenha o senso crítico ativo, de modo que mesmo ao decidir mobilizar o conteúdo imagético disponibilizado por órgãos oficiais, possa praticar a autonomia de observar até que ponto faz sentido simplesmente reproduzir a versão oficial que é enviada para as redações, sem buscar o devido aprofundamento ou o contraditório das situações, como vimos em alguns exemplos citados no capítulo 6.

Por outro lado, verificamos que no contexto de colaboração noticiosa indireta envolvendo os acontecimentos flagrados por dispositivos de videovigilância, a maior parte do material disponibilizado aos veículos de jornalismo é proveniente de equipamentos particulares, ou seja, que estão descolados de órgãos públicos. Essa constatação é acompanhada da percepção de que novas dinâmicas são inauguradas na relação entre telejornais como o CETV 1ª Edição e as fontes noticiosas. A nossa proposição destaca que os flagrantes obtidos por câmeras de vigilância particulares têm gerado tensionamentos no monopólio tradicionalmente pertencente às fontes oficiais vinculadas a órgãos de segurança pública, fazendo com que estas precisem agora buscar o seu reposicionamento frente ao novo cenário midiático marcado pela inserção de narrativas imagéticas envoltas pelo efeito de real e que conseqüentemente não dependem mais da chancela de órgãos oficiais para serem consideradas dignas de crédito.

Assim como observamos, a existência de tais transformações acontece em virtude da atual possibilidade de acesso aos flagrantes de videovigilância, por parte dos telejornais, sem a necessidade da dependência a fontes oficiais. É possível falar e expor uma série de acontecimentos (principalmente do campo securitário) tomando como base conteúdos imagéticos disponibilizados por fontes diversas, o que permite a produção jornalística utilizar a versão de órgãos institucionais como a SSPDS/CE não como a única, mas como uma das disponíveis, contrapondo-a inclusive a partir das cenas de videovigilância provenientes de equipamentos particulares que chegam até a redação. Cabe, contudo, aos profissionais que atuam diariamente nos veículos de jornalismo perceber tal potencialidade e exercê-la para além da mera reprodução que apenas descreve as imagens em tela.

Por meio do nosso estudo, foi possível avançarmos também na verificação da pergunta acerca das principais temáticas abordadas pelo CETV 1ª Edição, quando se trata de exibir flagrantes provenientes de dispositivos de videovigilância. Ao nos debruçarmos sobre os dados mapeados, ficou latente a uniformidade em torno da visibilidade alcançada por acontecimentos do campo da segurança pública/violência, de modo que, em termos de imagens de videovigilância, essas dominam o noticiário do telejornal cearense. Destacamos assim que, diante da ampla oferta de flagrantes disponibilizados ao veículo de jornalismo aqui analisado, há uma propensão dos seus produtores e editores em selecionarem aqueles que abordam assuntos como assaltos, assassinatos, furtos, apreensões etc.

É válido fazermos a ressalva de que não há como mensurarmos, percentualmente, quais são os tipos de flagrantes de videovigilância que chegam com maior frequência diariamente à redação do CETV 1ª Edição. Porém, é provável que, em virtude das escolhas efetuadas pelo telejornal, os telespectadores entendam quais são os acontecimentos que terão

mais probabilidade de serem selecionados e publicizados, influenciando assim no tipo de conteúdo que eles, enquanto colaboradores, decidem enviar. Ou seja, mesmo não possuindo uma compreensão teórica acerca da existência de critérios de noticiabilidade, linha editorial etc., o público efetua uma leitura capaz de indicá-lo qual a melhor escolha a ser feita no momento em que decide compartilhar o flagrante captado pelo seu equipamento de videovigilância, levando-o assim a priorizar a disponibilização de cenas concernentes ao campo securitário.

Por outro lado, não acreditamos que a alta incidência em torno da seleção e publicização de flagrantes de videovigilância concernentes à temática da violência/segurança pública se trate de uma mera reprodução daquilo que está disponível para a equipe de produção do CE 1. Em outras palavras: não é porque há uma ampla oferta de cenas envolvendo assaltos, assassinatos, furtos etc., que o telejornal é obrigado a publicizá-las. Para nós, trata-se de uma escolha orientada e embasada, assim como buscamos atestar, na postura editorial estabelecida pelo programa de jornalismo, o que inclui nesse caso efetuar uma abordagem informativa que aposta em determinados assuntos tendo em vista uma avaliação da sua relevância jornalística (expressa por meio dos valores-notícia), bem como da possibilidade de ampliar o seu público.

Nesse sentido, para além do acesso facilitado obtido pelo CETV 1ª Edição aos flagrantes de videovigilância, consideramos que outro aspecto determinante para entender a utilização recorrente das imagens de acontecimentos capturadas por câmeras de vigilância está no potencial noticioso que elas podem possuir. Debateremos, em um dos capítulos da tese, que não há espaço para um telejornal incluir, por exemplo, todos os acontecimentos que se desenrolam no cotidiano, constrangimento organizacional inerente à atividade jornalística e que leva os seus profissionais a operarem diariamente a seleção noticiosa, apontando para o público quais fatos são considerados os mais importantes. Argumentamos, desse modo, que a recorrência envolvendo o uso das imagens de videovigilância pelo telejornal cearense passa pela observância da presença de qualidades noticiosas que justificam a sua relevância.

Consequentemente, ao analisarmos as categorias de valores-notícia mobilizadas pelo CETV 1ª Edição no processo de seleção noticioso envolvendo os flagrantes de videovigilância, questionamento esse posto pela tese, percebemos, de modo coerente, que há uma preponderância em torno da presença de categorias que dialogam diretamente com o campo temático da segurança pública/violência. É o caso dos valores-notícia “Tragédia/Drama” e “Justiça” que, conforme tivemos a oportunidade de exemplificar, são consideradas qualidades noticiosas condizentes com situações envolvendo, no caso da primeira, risco de morte e morte, acidentes, violência/crime, catástrofe. Já quando se trata da segunda, estamos nos referindo a

acontecimentos que apresentam características tais como julgamentos, investigações, apreensões, decisões judiciais.

O fato de haver uma coerência entre as temáticas mais recorrentes e os valores-notícia envolvendo os flagrantes de videovigilância selecionados pelo CETV 1ª Edição é, de certa forma, até esperado que ocorra. Ou seja, se há uma constante publicização de cenas relativas a assaltos, a furtos, a assassinatos e a apreensões, isso significa que essa linha temática pode estar vinculada as categorias de valores-notícia que ressaltam tais elementos enquanto qualidades noticiosas. Porém, há uma parcela dos flagrantes publicizados pelo CE 1 que apesar de trazerem a recorrência temática do campo da segurança pública/violência, não apresentam um diálogo direto com valores-notícia como os citados anteriormente, motivo que nos levou a pensar na necessidade de atualizações.

Foi nesse sentido que surgiu a proposição em torno das noções de associação amplificada e associação parcial como uma forma de sistematizar a seleção noticiosa dos flagrantes de videovigilância efetivada pelo CETV 1ª Edição. Ao mencionarmos a existência dos referidos processos, demonstramos que, no caso da associação parcial, há um reposicionamento da valoração dos acontecimentos por parte do telejornal cearense, centralizando nos efeitos da imagem de videovigilância a noticiabilidade. Como consequência disso, passamos a acompanhar a publicização de situações banais do cotidiano em um telejornal de abrangência estadual que, em tese, vende a ideia de reportar aquilo que de mais importante acontece nos municípios do Ceará. Defendemos assim que, não fosse a existência da imagem de videovigilância, alguns dos acontecimentos publicizados pelo CETV 1ª Edição não seriam transformados em notícia, dada a incoerência entre as características do acontecimento e as categorias de valores-notícia compartilhadas no ambiente jornalístico.

Na esteira dessa discussão, vislumbramos o valor-notícia da “Videovigilância”, caracterizado por conjugar elementos de ordem imagética, capaz de agregar relevância aos diferentes acontecimentos, inclusive aqueles mais banais. As suas características não são de ordem intrínseca ao acontecimento, mas de caráter extrínseco. Apontamos assim o efeito de real que a imagem de videovigilância proporciona aos fatos cotidianos, a capacidade de desvelar ângulos ainda não vistos (em virtude da sua onipresença) e o potencial de engajar/entreter o público como qualidades que viabilizam a seleção noticiosa. Estamos falando, dessa maneira, de aspectos que não envolvem a natureza do acontecimento em si, mas dos modos de acessá-lo imgeticamente. Defendemos assim que a imagem de videovigilância possui peso de valor-notícia, influenciando na seleção noticiosa, podendo atuar em conjunto com outros valores-notícia (a partir da associação amplificada) ou de modo isolado, por meio de associação parcial.

Por fim, outras duas constatações a que chegamos dizem respeito aos formatos noticiosos mobilizados pelo CETV 1ª Edição quando se trata de veicular os flagrantes de videovigilância, e a demarcação territorial destes. Em relação ao primeiro ponto, ficou evidente que as escolhas empreendidas pelo telejornal, ao trabalhar principalmente as “notas ao vivo com imagens” e o “ao vivo”, estão vinculadas diretamente tanto à necessidade de adequação às dinâmicas de estrutura/constrangimento organizacional, como às possibilidades de análise mais apuradas da audiência possibilitadas por determinados formatos noticiosos. Assim, concluímos que a utilização dos flagrantes de videovigilância representa um ganho duplo para o veículo de jornalismo, visto que contribui para sanar eventuais limitações de pessoal, por exemplo, além de permitir uma melhor acomodação da produção informativa em conformidade com as expectativas do público. Todavia, a adoção desta postura gera consequências quanto ao potencial de aprofundamento das questões abordados.

No que diz respeito ao segundo ponto, percebemos a centralização dos flagrantes de videovigilância publicizados pelo telejornal cearense na cidade de Fortaleza, demonstrando assim a inexistência de um equilíbrio quanto à disposição dos acontecimentos flagrados por tais dispositivos no território cearense. Isso nos levou a compreender que apesar de trabalhar com a perspectiva da cobertura jornalística voltada ao estado do Ceará como um todo, o CETV 1ª Edição possui limitações de ordem organizacional que acabam interferindo/direcionando a sua capacidade de mobilização informativa para uma área específica e que, neste caso, é a capital cearense, cuja sede do programa jornalístico está localizada.

Acreditamos que algumas das constatações observadas quanto ao uso das imagens de videovigilância pelo CETV 1ª Edição possam ser verificadas também em outros telejornais, dado que se trata de um fenômeno corriqueiro no cenário informativo contemporâneo. Todavia, será preciso a realização de estudos futuros para verificar tal hipótese. Ao mesmo tempo, parece-nos que a pergunta sobre o futuro das imagens de videovigilância no telejornalismo, e como se dará ou não a continuidade em torno dos usos de tais conteúdos, é válida, mas impossível de ser respondida de forma categórica. O que podemos afirmar, sem sombra de dúvida, é que o jornalismo, enquanto prática profissional, estará sempre influenciando e sendo influenciada pelas transformações tecnológicas e sociais.

Para além das discussões que envolvem mais diretamente o campo das teorias do jornalismo, avaliamos que esta tese também apresenta contribuições para a compreensão de um fenômeno sociotecnológico cada vez mais atual e complexo. A presença das câmeras de videovigilância em nosso cotidiano está cercada de nuances que precisam ser discutidas, dados os impactos que elas são capazes de produzir, seja no ambiente informativo (como vimos ao

longo do trabalho) ou securitário. Nos cabe, enquanto pesquisadores, estarmos atentos aos fenômenos que despontam em nossa sociedade, compreendendo sempre que somos parte dos processos em curso, e que eles representam os anseios, as disputas e as contradições do nosso tempo, evitando assim a postura simplificadora de acreditar que as transformações, os avanços ou os retrocessos surgem do absoluto nada.

REFERÊNCIAS

- ALSINA, Miquel Rodrigo. **A construção da notícia**. Petrópolis: Vozes, 2009.
- ANDRADE, Ana Paula Goulart de. **Telejornalismo apócrifo**: a construção da notícia com imagens amadoras e de vigilância. Florianópolis: Insular, 2018.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edição 70, 2016.
- BARSOTTI, A. Algoritmos como *gatekeepers*: os riscos para o jornalismo e para a sociedade. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO, 16., 2018, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: FIAM-FAAM, 2018. p. 1-16.
- BAUER, Martin W. Análise de conteúdo clássica: uma revisão. *In*: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 189-217.
- BAUMAN, Zygmunt; LYON, David. **Vigilância líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- BEIGUELMAN, Giselle. **Políticas da imagem**: vigilância e resistência na dadosfera. São Paulo: Ubu Editora, 2021.
- BENTES, Anna. **Quase um tique**: economia da atenção, vigilância e espetáculo em uma rede social. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2021.
- BERGER, Peter Ludwig; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. Petrópolis: Vozes, 2014.
- BOTELLO, Nelson Arteaga. Orquestração da vigilância eletrônica: uma experiência em CFTV no México. *In*: BRUNO, Fernanda; KANASHIRO, Marta; FIRMINO, Rodrigo (org.). **Vigilância e visibilidade**: Espaço, tecnologia e identificação. Porto Alegre: Editora Sulina, 2010. p. 17-35.
- BRUNO, Fernanda; KANASHIRO, Marta; FIRMINO, Rodrigo (org.). **Vigilância e visibilidade**: espaço tecnologia e identificação. Porto Alegre: Sulina, 2010.
- BRUNO, Fernanda. Contramanual para câmeras inteligentes: vigilância, tecnologia e percepção. **Revista Galáxia**, São Paulo, n. 24, p. 47-63, 2012.
- BRUNO, Fernanda. **Máquinas de ver, modos de ser**: vigilância, tecnologia e subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2013.
- BRUNO, Fernanda; BENTES, Anna Carolina Franco; FALTAY, Paulo. Economia psíquica dos algoritmos e laboratório de plataforma: mercado, ciência e modulação do comportamento. **Revista Famecos**, Porto Alegre, v. 26, n. 3, p. 2-21, 2019.

CAJAZEIRA, Paulo Eduardo Silva Lins. Sociedade vigiada: o uso das câmeras de vigilância no telejornal. **Revista Comunicação Midiática**, Bauru, v. 8, n. 2, p. 184-201, 2013.

CALZADO, M.; GÓMEZ, Y.; LIO, V. “El reality de la inseguridad”. Televisión, cámaras de vigilancia y nuevos modos de construcción de la noticia policial audiovisual. *In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL LAVITS*, 4., 2016, Buenos Aires. **Anais [...]**. Buenos Aires: Centro Cultural General San Martin, 2016. p. 1-9.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

CORREIA, João Carlos. **A teoria da comunicação de Alfred Schutz**. Lisboa: Livros Horizonte, 2005.

DAMATTA, Roberto. **A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DUARTE, Jorge. Entrevista em profundidade. *In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (org.)*. **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005. p. 62-83.

EMERIM, Cárlica; MELLO, Edna. Os marcadores do estatuto do real no telejornalismo: entre a produção e o consumo da notícia. *In: PEREIRA, Ariane; MELLO, Edna; COUTINHO, Iluska (org.)*. **Telejornalismo em mutação: rupturas e permanências**. Florianópolis: Editora Insular, 2023. p. 209-232.

FEITOZA, Liliane do Nascimento Santos. **Relevância jornalística: análise e teste de ferramenta para fins de avaliação de qualidade e *accountability***. 2016. 198 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2016.

FINN, Jonathan. Seeing surveillantly: surveillance as social practice. *In: DOYLE, Aaron; LIPPERT, Randy; LYON, David (org.)*. **Eyes everywhere: the global growth of camera surveillance**. London: Routledge, 2012. p.67-80.

FIRMINO, Rodrigo; DUARTE, Fabio. Private vídeo monitoring of public spaces: the construction of new invisible territories. **Urban Studies**, Glasgow, v. 53, n. 4, p. 741-754, 2016.

FIRMINO, Rodrigo José; TREVISAN, Elisa. Eyes of glass: watching the watchers in the monitoring of public places in Curitiba, Brazil. **Surveillance & Society**, Ontario, v. 10, n. 1, p. 28-41, 2012.

FIRMINO, Rodrigo José. Securitização, Vigilância e Territorialização em Espaços Públicos na Cidade Neoliberal. *In: BRUNO, Fernanda et al. (org.)*. **Tecnopolíticas da Vigilância: perspectivas da margem**. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 69-90.

FONTCUBERTA, Mar de. **La noticia: pistas para percibir el mundo**. Paidós: Barcelona, 1993.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: o nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 2014.

GASKELL, George. Entrevistas individuais e grupais. *In*: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 64-89.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da Modernidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GOMES, Itania Maria Mota. Quem o Jornal do SBT pensa que somos? Modo de endereçamento no telejornalismo show. **Revista Famecos**, Porto Alegre, v. 11, n. 25, p. 85-98, 2004.

GOMES, Wilson. **Jornalismo, fatos e interesses: ensaios de teoria do jornalismo**. V. 1. Florianópolis: Insular, 2009.

GONÇALVES, I. M.; ALCANTARA, J. A. S.; CAJAZEIRA, P. E. S. L. A produção jornalística colaborativa em TV: o uso das câmeras de vigilância no telejornal. *In*: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO NORDESTE, 14., 2012, Recife. **Anais [...]**. Recife: FBV, 2012.

GUERRA, Josenildo Luiz. **O percurso interpretativo na produção da notícia**. São Cristóvão: Editora UFS, 2008.

HALL, Stuart. A produção social da notícia. *In*: TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo: questões, teorias e histórias**. Lisboa: Vega, 1993. p. 224-248.

HANITZSCH, Thomas; VOS, Tim P. Journalistic roles and the struggle over institutional identity: the discursive constitution of journalism. **Communication Theory**, Oxford, v. 27, n. 2, p. 115-135, 2017.

HERSCOVITZ, Heloiza Golbspan. Análise de conteúdo em jornalismo. *In*: LAGO, Claudia; BENETTI, Marcia (org.). **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2010. p. 123-142.

KANASHIRO, Marta Mourão. **Sorria, você está sendo filmado: as câmeras de monitoramento para segurança em São Paulo**. 2006, 167 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016.

KANASHIRO, Marta Mourão. Surveillance cameras in Brazil: exclusion, mobility regulation and the new meanings of security. **Surveillance & Society**, Ontario, v. 5, n. 3, p. 270-289, 2008.

KOSKELA, Hille. 'The gaze without eyes': vídeo-surveillance and the changing nature of urban space. **Progress in Human Geography**, v. 24, n. 2, p. 243-265, 2000. Disponível em: <http://www.phg.sagepub.com> Acesso em: 22/05/2021.

LEAL, Bruno Souza; ANTUNES, Elton. O acontecimento como conteúdo: limites e implicações de uma metodologia. *In*: LEAL, Bruno Souza; ANTUNES, Elton e VAZ, Paulo Bernardo (org.). **Jornalismo e acontecimento: percursos metodológicos**. Florianópolis: Insular, v. 2, 2011. p. 17-36.

LEMOS, André. Mídias locativas e vigilância. Sujeito inseguro, bolhas digitais, paredes virtuais e territórios informacionais. *In*: Bruno, Fernanda; KANASHIRO, Marta; FIRMINO, Rodrigo (org.). **Vigilância e visibilidade: espaço, tecnologia e identificação**. Porto Alegre: Sulina, 2010. p. 61-93.

LIMA, Thalitta Gabriele Lopes. **Câmeras corporais**. Rio de Janeiro: CESeC, 2022.

LYON, David. **The electronic eye: the rise of surveillance society**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1994.

LYON, David. 11 de setembro, sinóptico e escopofilia: observando e sendo observado. *In*: Bruno, Fernanda; KANASHIRO, Marta; FIRMINO, Rodrigo (org.). **Vigilância e visibilidade: espaço, tecnologia e identificação**. Porto Alegre: Sulina, 2010. p. 115-140.

LYON, David. Cultura da vigilância: envolvimento, exposição e ética na modernidade digital. *In*: BRUNO, Fernanda *et al.* (org.). **Tecnopolíticas da Vigilância: perspectivas da margem**. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 151-180.

MAGALHÃES, Caio César Mota. **Meu Bairro na TV: jornalismo comunitário, público, de serviço ou instrumento de legitimação no CETV (1ª Edição)?** 2011. 83 f. Monografia (Graduação em Comunicação Social – Jornalismo) – Pró-Reitoria de Graduação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

MARTINS, Maura Oliveira. **Novos efeitos de real concretizados pelas máquinas de visibilidade: reconfigurações no telejornalismo perante a ubiquidade das câmeras onipresentes e oniscientes**. 2015. 167 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

MEDINA, Cremilda de Araújo. **Entrevista: o diálogo possível**. São Paulo: Ática, 1986.

MELGAÇO, Lucas. **Securização urbana: da psicoesfera do medo à tecnoesfera da segurança**. 2010. 274 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

MESQUITA, Giovana Borges; VIZEU, Alfredo Eurico. A audiência potente e as novas relações no jornalismo. **Revista Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, v. 11, n. 2, p. 596-607, 2014.

MIGUEL, Luís Felipe. O jornalismo como sistema perito. **Tempo Social – Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 197-208, 1999.

MONTEIRO, Eliana. **Experiência, narrativa e informação**: o uso das novas tecnologias na construção de uma cultura de vigilância na televisão. 2009. 186 f. Tese (Doutorado em Comunicação) – Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

MORAES, Fabiana. **A pauta é uma arma de combate**: subjetividade, prática reflexiva e posicionamento para superar um jornalismo que desumaniza. Porto Alegre: Arquipélago, 2022.

NUNES, Pablo *et al.* **Câmeras corporais**. Rio de Janeiro: CESeC, 2022.

OLIVEIRA, William Silva de. **Os vídeos das câmeras de segurança no telejornal ESTV 1ª Edição**: do monitoramento à notícia. 2019. 132 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Territorialidades) – Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2019.

OLIVEIRA, William Silva de; HENRIQUES, Rafael Paes. Imagens, vigilância e a participação da audiência no telejornal. **Revista Interin**, Curitiba, v. 26, n. 2, p. 44-60, 2021.

OLIVA, Diego Coletti; PÁTARO, Carolina Ribeiro. Os usos e abusos do olhar: classificando corpos por trás das câmeras de videomonitoramento. **Revista PsicoFAE**, Curitiba, v. 6, n. 2, p. 45-58, 2017.

ORWELL, George. **1984**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

POLYDORO, Felipe da Silva; COSTA, Bruno Simões. A apropriação da estética do amador no cinema e no telejornal. **Líbero**, São Paulo, v. 17, n. 34, p. 89-98, 2014.

POLYDORO, Felipe da Silva. A filmagem acidental dos acontecimentos e o regime visual do século XXI. **Novos Olhares**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 73-86, 2019.

REIS, Carolina *et al.* **Relatório sobre o uso de tecnologias de reconhecimento facial e câmeras de vigilância pela administração pública no Brasil**. Brasília: Laboratório de Políticas Públicas e Internet, 2021.

ROCHA, Sabrina Medeiros da. **Telejornalismo: o uso das câmeras de vigilância nas reportagens da RBS TV de Passo Fundo**. 2014. 70 f. Monografia (Graduação em Jornalismo) – Pró-Reitoria Acadêmica, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2014.

ROMANOWSKI, Joana Paulin; ENS, Romilda Teodora. As pesquisas denominadas do tipo “Estado da Arte” em Educação. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, vol. 6, n. 19, p. 37-50, 2006.

SAMPAIO, Rafael Cardoso; LYCARIAO, Diógenes. Eu quero acreditar! Da importância, formas de uso e limites dos testes de confiabilidade na Análise de Conteúdo. **Revista de Sociologia e Política.**, Curitiba, vol. 26, n. 66, p. 31-47, 2018.

SAMPAIO, Rafael Cardoso; LYCARIAO, Diógenes. **Análise de conteúdo categorial:** manual de aplicação. Brasília: Enap, 2021.

SANTOS, Márcio Carneiro dos. A operação jornalística guiada por dados: reconfigurando a percepção de valor da notícia com algoritmos, inteligência artificial e personalização estendida. **Revista Brazilian Journalism Research**, Brasília, vol. 16, n. 3, p. 55-75, 2020.

SANZ, Cláudia Linhares; PESSOA, Mirella Ramos Costa. Vigiar a velhice, vigiar o futuro: tecnologia, antecipação e governo de condutas. **Contemporânea – Revista de Comunicação e Cultura**, Salvador, v. 8, n. 2, p. 85-104, 2020.

SARTOR, Basilio Alberto. **A noção de interesse público no jornalismo**. 2016. 252 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação) – Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

SIBILIA, Paula. **O show do Eu:** a intimidade como espetáculo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

SILVA, Gislene. Para pensar critérios de noticiabilidade. **Revista Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 95-107, 2005.

SILVA, Gislene. Para pensar critérios de noticiabilidade. In: SILVA, Gislene; SILVA, Marcos Paulo da; FERNANDES, Mario Luiz (org.). **Critérios de noticiabilidade:** problemas conceituais e aplicação. Florianópolis: Insular, 2014. p. 51-70.

SILVA, Gislene. A engrenagem da noticiabilidade no meio do redemoinho. **Revista Observatório**, Palmas, vol. 4, n. 4, p. 308-333, 2018.

SILVA, M. T.; FRANÇA, V. R. V. Jornalismo e noticiabilidade: quem constrói os valores-notícia? In: ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 26., 2017, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: Faculdade Caspér Líbero, 2017.

SILVA, Tarcízio. Visão computacional e racismo algorítmico: branquitude e opacidade no aprendizado de máquina. **Revista ABPN**, Curitiba, v. 12, p. 428-448, 2020.

SILVA, Tarcízio. O horror do reconhecimento facial na Bahia, onde poderia ser diferente. In: Blog do Tarcízio Silva, 20 set. 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3JkvH4D> Acesso em: 05 dez. 2023.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. A noção de modulação e os sistemas algorítmicos. **Revista Paulus**, São Paulo, v. 3, n. 6, p. 17-26, 2019.

SIQUEIRA, Fabiana Cardoso de. **O efeito de participação do real representado e o surgimento de um novo valor-notícia: o flagrante único de coprodução no telejornalismo**. 2013. 250 f. Tese (Doutorado em Comunicação) – Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

SIQUEIRA, Fabiana Cardoso de. A reconstrução da realidade no telejornalismo: uma análise da coprodução via *WhatsApp*. **Revista Observatório**, Palmas, v. 4, n. 3, p. 623-649, 2018.

SOUSA, Bruno Marinoni Ribeiro de. **Sistema Verdes Mares de Comunicação e Indústria cultural Brasileira ou das técnicas modernas para sereias concorrerem em ambientes oligopolizados**. 2008. 141 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

THOMÉ, Cláudia; PICCININ, Fabiana; REIS, Marco Aurelio. Anatomias narrativas do Telejornalismo contemporâneo e seus elementos certificadores. *In*: EMERIM, Cárlica; PEREIRA, Ariane; COUTINHO, Iluska (org.). **Telejornalismo 70 anos: o sentido das e nas telas**. Florianópolis: Insular, 2020. p. 159-177.

THOMPSON, John B. Fronteiras cambiantes da vida pública e privada. **Matrizes**, São Paulo, vol. 4, n. 1, p. 11-36, 2010.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo: a tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional**. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2008.

TUCHMAN, Gaye. **La producción de la noticia: estudio sobre la construcción de la realidad**. Barcelona: GG Mass Media, 1983.

WOLF, Mauro. **Teorias das comunicações de massa**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

ZELIZER, Barbie. Journalists as interpretive communities. **Critical Studies in Mass Communication**, London, v. 10, n. 3, p. 219-237, 1993.

ZUBOFF, Shoshana. Big other: capitalismo de vigilância e perspectivas para uma civilização da informação. *In*: BRUNO, Fernanda *et al.* (org.). **Tecnopolíticas da vigilância: perspectivas da margem**. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 17-68.

ZUBOFF, Shoshana. **A era do capitalismo de vigilância: a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.

APÊNDICE A – LINKS DE MATÉRIAS ANALISADAS NO CETV 1ª EDIÇÃO

Data	Título
01/08/2019	1 ano do acidente na Av. Osório de Paiva (Motorista de caminhão desgovernado é acusado por 30 crimes) Link: https://globoplay.globo.com/v/7810836/
02/08/2019	Cobrança de dívida termina em morte (Um homem de 36 anos foi assassinado a golpes de faca em Tianguá) Link: https://globoplay.globo.com/v/7813949/
03/08/2019	Flagrante do acidente no Dom Lustosa (Câmera mostra momento em que moto bate em táxi) Link: https://globoplay.globo.com/v/7816241/
05/08/2019	Tecnologia no combate ao crime (Equipamentos são usados e testados nas ruas) Link: https://globoplay.globo.com/v/7819231/
07/08/2019	Perseguição termina em acidente (Adolescentes suspeitos de roubar carro de aplicativo são apreendidos) Link: https://globoplay.globo.com/v/7825505/
12/08/2019	Crime em Itaitinga (Polícia identifica suspeitos de matarem jovens na Serra do Cruzeiro) Link: https://globoplay.globo.com/v/7837173/
	Família é mantida refém (Bandidos mantiveram parentes no banheiro e roubaram objetos) Link: https://globoplay.globo.com/v/7837165/
14/08/2019	Assalto a ônibus em Maracanaú (Bandidos armados levam dinheiro do caixa e pertences de passageiros) Link: https://globoplay.globo.com/v/7842733/
15/08/2019	Ladrão assalta casal no Cocó (Vítimas iriam para o aeroporto) Link: https://globoplay.globo.com/v/7845790/
	Roubo a caminho do trabalho (Bandidos levam carro de mulher no bairro Demócrito Rocha) Link: https://globoplay.globo.com/v/7845786/
	Marreta e picareta em assalto (Equipamentos são usados por bandidos durante ação em casa lotérica) Link: https://globoplay.globo.com/v/7845784/
	Assalto em supermercado (Bandido armado rende funcionários e clientes na Parangaba) Link: https://globoplay.globo.com/v/7845784/
16/08/2019	Mais de 10 arrombamentos (Homem é preso após ser flagrado por câmera de segurança de loja) Link: https://globoplay.globo.com/v/7848760/
17/08/2019	Ladrão de brinquedo (Bandido invade casa no São João do Tauape e leva bicicleta de criança) Link: https://globoplay.globo.com/v/7851131/
	Acidentes no Joaquim Távora (Carros avançam preferencial e batem em outros veículos) Link: https://globoplay.globo.com/v/7851120/

19/08/2019	Carro na contramão no Montese (Motorista morre e deixa outras duas pessoas feridas) Link: https://globoplay.globo.com/v/7854170/
20/08/2019	Assaltos sem arma (Polícia investiga homem suspeito de mais de 10 ações) Link: https://globoplay.globo.com/v/7857305/
21/08/2019	Susto em condomínio no Montese (Moradores acordaram com fogo em apartamento) Link: https://globoplay.globo.com/v/7860209/
	Grupo furta pizzeria (Entraram no estabelecimento e levaram maquinas, celulares e comida) Link: https://globoplay.globo.com/v/7860196/
22/08/2019	Mulher é derrubada durante assalto (Bandido e vítima lutam na calçada de prédio) Link: https://globoplay.globo.com/v/7863300/
23/08/2019	Polícia procura golpista (Homem é suspeito de enganar vendedores de produtos na internet) Link: https://globoplay.globo.com/v/7866272/
24/08/2019	PM é assaltado em Fortaleza (Bandidos levam arma e pertences de policial que estava a caminho do trabalho) Link: https://globoplay.globo.com/v/7868658/
	Policial militar é preso por crime de receptação (O PM foi flagrado com um carro clonado) Link: https://globoplay.globo.com/v/7868652/
27/08/2019	Um acidente atrás do outro (Moradores do Papicu querem reforço da sinalização de cruzamento) Link: https://globoplay.globo.com/v/7875506/
28/08/2019	Assalto em pizzeria (Vídeo mostra ação dos bandidos) Link: https://globoplay.globo.com/v/7878815/
29/08/2019	Casa furtada no Barroso (Homem leva dois aparelhos de TV e outros objetos de valor) Link: https://globoplay.globo.com/v/7881756/
30/08/2019	Gerentes de banco presos (Eles teriam participado de um desvio de R\$59 milhões) Link: https://globoplay.globo.com/v/7885029/
	Assalto a casa de comerciante (Bandidos foram muito agressivos, dizem vítimas) Link: https://globoplay.globo.com/v/7884802/
	Jovem preso injustamente (Família diz que ele é inocente e que estava em casa na hora do assalto) Link: https://globoplay.globo.com/v/7885042/

Data	Título
04/09/2019	Flagrante de assalto (Dupla armada leva moto no bairro José Walter) Link: https://globoplay.globo.com/v/7896898/
05/09/2019	Tentativa de assalto a motorista (Ladrões não conseguem sair com o carro) Link: https://globoplay.globo.com/v/7899747/
	Empresária desaparecida apareceu (Ela foi localizada por uma equipe do RAIO dirigindo por Fortaleza)

	Link: https://globoplay.globo.com/v/7899738/
06/09/2019	Multas por câmeras são suspensas (Justiça diz que videomonitoramento invade a privacidade dos condutores)
	Link: https://globoplay.globo.com/v/7903045/
	Assalto em lanchonete na Aldeota (Homens armados rendem funcionários e levam dinheiro e celulares)
	Link: https://globoplay.globo.com/v/7903039/
09/09/2019	Agência bancária alvo de bandidos (Criminosos usaram picareta e explosivos em ataque)
	Link: https://globoplay.globo.com/v/7908807/
10/09/2019	Homem força portão e rouba bicicleta (Depois da ação ele sai pedalando)
	Link: https://globoplay.globo.com/v/7911884/
11/09/2019	Assalto em pet shop (Homem se passa por cliente e leva bolsa de funcionária)
	Link: https://globoplay.globo.com/v/7915084/
	Falso cliente assalta loja (Foi em um posto de combustível no bairro de Fátima)
	Link: https://globoplay.globo.com/v/7915074/
	Assalto em espetinho (Casal leva pertences de vendedor e clientes na Av. Paulino Rocha)
	Link: https://globoplay.globo.com/v/7915065/
12/09/2019	Arrastão em ônibus (Bandidos levaram os pertences dos passageiros em mochilas e sacolas)
	Link: https://globoplay.globo.com/v/7918125/
13/09/2019	Professor morto por bandidos em fuga (Polícia prende suspeito de participação no crime)
	Link: https://globoplay.globo.com/v/7921366/
	Pelo martelo de Thor (Viatura do RAI0 para e PM retira objeto do meio da rua)
	Link: https://globoplay.globo.com/v/7921364/
14/09/2019	Crime no Rodolfo Teófilo (Câmeras mostram o assassinato dos dois homens em posto de combustíveis)
	Link: https://globoplay.globo.com/v/7923765/
	Assalto no Jangurussu (Estudante é baleado no caminho da escola)
	Link: https://globoplay.globo.com/v/7923763/
	Criança morre atropelada (Mãe do menino está em coma induzido)
	Link: https://globoplay.globo.com/v/7923760/
16/09/2019	Tiro acidental (Agente penitenciário diz que a arma apresentou problemas)
	Link: https://globoplay.globo.com/v/7927169/
17/09/2019	Jovem baleado no Jangurussu (Estudante estava chegando na escola quando foi abordado por bandidos e reagiu a um assalto)
	Link: https://globoplay.globo.com/v/7930158/
	Reviravolta no caso da empresária (Jamile de Oliveira pode ter sido assassinada em condomínio de luxo)
	Link: https://globoplay.globo.com/v/7930151/
18/09/2019	Empresária morta (Polícia continua com depoimentos e divulga laudo cadavérico)
	Link: https://globoplay.globo.com/v/7933250/
	Caso Jamile (Empresária perdeu o marido em um acidente na Av. Engenheiro Santana Júnior)
	Link: https://globoplay.globo.com/v/7933250/

	Empresária morta (Polícia ouve filho e médicos que atenderam Jamile) Link: https://globoplay.globo.com/v/7933250/
	Caso Jamile (Novos depoimentos sobre a morte da empresária) Link: https://globoplay.globo.com/v/7933250/
19/09/2019	Caso Jamile (Familiares e amigos pedem justiça durante missa em homenagem à empresária) Link: https://globoplay.globo.com/v/7936364/
	Caso Jamile (Polícia retoma depoimentos na manhã de hoje) Link: https://globoplay.globo.com/v/7936364/
	Caso Jamile (Perito analisa laudos feitos na empresária) Link: https://globoplay.globo.com/v/7936364/
20/09/2019	Família comemora liberdade de jovem preso injustamente Link: https://globoplay.globo.com/v/7939158/
	Execução em transporte por aplicativo (A vítima foi o passageiro que estava no banco de trás) Link: https://globoplay.globo.com/v/7939156/
	Caso Jamile (Filho da empresária é chamado para depor novamente) Link: https://globoplay.globo.com/v/7939154/
	Câmeras gravam assalto em farmácia Link: https://globoplay.globo.com/v/7939153/
21/09/2019	Hospital assaltado (Dois bandidos aparecem armados com facão, em Varjota) Link: https://globoplay.globo.com/v/7941532/
	Mais uma farmácia é assaltada (No Vila Velha os bandidos levaram fraldas) Link: https://globoplay.globo.com/v/7941535/
	Caso Jamile (Empregada diz que foi induzida pelo advogado a omitir fatos) Link: https://globoplay.globo.com/v/7941545/
23/09/2019	Flagrante de assalto (Bandidos levam a bolsa de uma mulher na Vila Manoel Sátiro) Link: https://globoplay.globo.com/v/7944849/
	Mulheres assaltantes (Dupla em moto assalta em parada de ônibus, nas Dunas) Link: https://globoplay.globo.com/v/7944848/
	Novidades no caso Jamile (Maquieiro presta depoimento e apartamento e carro são periciados) Link: https://globoplay.globo.com/v/7944845/
	Ataques com fogo (Polícia investiga se há relação entre as ações criminosas) Link: https://globoplay.globo.com/v/7945036/
	Flagrante (Veja o momento em que topic é incendiada) Link: https://globoplay.globo.com/v/7948046/
24/09/2019	Imagens do trânsito em Fortaleza Link: https://globoplay.globo.com/v/7948036/
25/09/2019	Caso Jamile (Filho da empresária volta ao apartamento e conta o que aconteceu) Link: https://globoplay.globo.com/v/7950187/
	6º dia de ataques no Ceará (Supermercado sofre tentativa de incêndio) Link: https://globoplay.globo.com/v/7951535/
	Imagens do trânsito em Fortaleza Link: https://globoplay.globo.com/v/7951535/

30/09/2019	Acidente em Juazeiro do Norte (Motorista perde controle da direção e invade casa) Link: https://globoplay.globo.com/v/7962808/
------------	---

Data	Título
01/10/2019	Caso Jamile (Vídeo exclusivo mostra a perícia feita no apartamento) Link: https://globoplay.globo.com/v/7966130/
	Criança é vista tentando invadir condomínios (Moradores estão assustados) Link: https://globoplay.globo.com/v/7966123/
	Assalto em Sobral (Estudante é atacada por ciclista ao lado da Universidade Federal do Ceará) Link: https://globoplay.globo.com/v/7966117/
02/10/2019	Caso Jamile (Missa de 1 mês é celebrada e familiares pedem justiça) Link: https://globoplay.globo.com/v/7968959/
03/10/2019	Loja assaltada (Homem roubou celulares e por pouco não foi deixado para trás por comparsa) Link: https://globoplay.globo.com/v/7971868/
	Com tornozeleira eletrônica (Mulher furta produtos de farmácia em Fortaleza) Link: https://globoplay.globo.com/v/7971860/
	Caso Jamile (Namorado deve prestar depoimento ainda hoje) Link: https://globoplay.globo.com/v/7971859/
04/10/2019	Presa mulher que roubou farmácia (Ela estava com tornozeleira eletrônica) Link: https://globoplay.globo.com/v/7975033/
05/10/2019	Criança morre atropelada em Beberibe (Ela corre para atravessar a rodovia, mas é atingida em cheio) Link: https://globoplay.globo.com/v/7977845/
07/10/2019	Depoimento de Aldemir Pessoa (por 3 horas explica como tudo aconteceu no dia 30 de agosto) Link: https://globoplay.globo.com/v/7981993/
09/10/2019	Grávida furtando (Câmeras de supermercado no Passaré flagram ação) Link: https://globoplay.globo.com/v/7989059/
	Caso Jamile (Caseiro e amigo de Aldemir prestam depoimento hoje) Link: https://globoplay.globo.com/v/7989058/
10/10/2019	Como ela consegue? (Mulher furta chinelas escondendo os pares no meio das pernas) Link: https://globoplay.globo.com/v/7992361/
	Assalto na Barra do Ceará (Criminosos roubam mercadinho e agridem cliente com chute no rosto) Link: https://globoplay.globo.com/v/7992358/
	Saidinha bancária (Motociclista é derrubado e tem mochila com R\$30 mil roubada) Link: https://globoplay.globo.com/v/7992354/
11/10/2019	Caso Jamile (Cirurgião, técnica de enfermagem e gerente de banco prestam depoimentos) Link: https://globoplay.globo.com/v/7995596/
14/10/2019	Ótica assaltada no centro (Esse é o segundo roubo em menos de um mês) Link: https://globoplay.globo.com/v/8001537/

	<p>Bandidos roubam moto de entregador de pizza (Os assaltantes estavam disfarçados de catadores de lixo)</p> <p>Link: https://globoplay.globo.com/v/8001529/</p>
15/10/2019	<p>Urgente: Prédio residencial desaba (Uma morte e cinco pessoas resgatadas)</p> <p>Link: https://globoplay.globo.com/v/8004970/</p>
16/10/2019	<p>Novo flagrante do desabamento (Vídeo mostra pessoas na garagem no momento da queda)</p> <p>Link: https://globoplay.globo.com/v/8008250/</p>
	<p>Novo flagrante do desabamento (Vídeo mostra carro passando em frente bem na hora da queda)</p> <p>Link: https://globoplay.globo.com/v/8008250/</p>
18/10/2019	<p>Minutos antes da tragédia... (Câmera de segurança do prédio gravou movimentação no térreo)</p> <p>Link: https://globoplay.globo.com/v/8015619/</p>
19/10/2019	<p>Mulher furta farmácia (Com a ajuda do marido, ela pegou mercadorias e escondeu dentro da roupa)</p> <p>Link: https://globoplay.globo.com/v/8018410/</p>
	<p>Novo vídeo após desabamento (Engenheiro aparece saindo do prédio)</p> <p>Link: https://globoplay.globo.com/v/8018406/</p>
	<p>Perseguição policial termina em acidente (Casal levava maconha pra vender em Baturité)</p> <p>Link: https://globoplay.globo.com/v/8018397/</p>
21/10/2019	<p>Desabamento do Edifício Andrea (Buscas chegam ao fim e perícia começa no local)</p> <p>Link: https://globoplay.globo.com/v/8022101/</p>
	<p>Crime de feminicídio (Marido confessou ter matado a modelo)</p> <p>Link: https://globoplay.globo.com/v/8022030/</p>
22/10/2019	<p>Mulher morre em acidente no Município de Santa Quitéria</p> <p>Link: https://globoplay.globo.com/v/8024898/</p>
	<p>Abasteceu e não pagou (Motorista de carro de luxo é preso por estelionato)</p> <p>Link: https://globoplay.globo.com/v/8024897/</p>
	<p>Ninguém nem viu (Clientes de bar não percebem ação de bandido)</p> <p>Link: https://globoplay.globo.com/v/8024895/</p>
	<p>Falso cliente ataca lojas (Homem atua nas cidades de Tianguá e Sobral, no Norte do Estado)</p> <p>Link: https://globoplay.globo.com/v/8024891/</p>
23/10/2019	<p>Bandidos atacam e roubam carro de família no Ancuri (Uma falha no asfalto facilitou a ação dos assaltantes)</p> <p>Link: https://globoplay.globo.com/v/8028572/</p>
	<p>Investigação sobre desabamento (Dono da construtora e sobreviventes da tragédia prestam depoimento)</p> <p>Link: https://globoplay.globo.com/v/8028568/</p>
24/10/2019	<p>Bandidos invadem posto de saúde (Grupo foi violento com funcionários e pacientes)</p> <p>Link: https://globoplay.globo.com/v/8031595/</p>
	<p>Coalho ou muçarela? (Câmeras flagram mulheres furtando queijo)</p> <p>Link: https://globoplay.globo.com/v/8031583/</p>
	<p>Botou entre as pernas (Mulher furta farmácia em Sobral)</p> <p>Link: https://globoplay.globo.com/v/8031583/</p>

	Botou entre as pernas (Mulher furta loja) Link: https://globoplay.globo.com/v/8031583/
	Assalto frustrado em clínica (Uma das vítimas entra em luta corporal com assaltante) Link: https://globoplay.globo.com/v/8031581/
25/10/2019	Caso Jamile (Cinco pessoas devem prestar depoimentos ainda hoje) Link: https://globoplay.globo.com/v/8034742/
	Botou entre as pernas, de novo (Mulher é flagrada furtando bebida alcoólica em loja de conveniência) Link: https://globoplay.globo.com/v/8034736/
	No amor e no crime (Casal preso estava assaltando no bairro Joaquim Távora) Link: https://globoplay.globo.com/v/8034732/
	Em poucos segundos... (Bandidos roubam moto no centro de Horizonte) Link: https://globoplay.globo.com/v/8034731/
26/10/2019	Caso Jamile (Polícia já ouviu 62 pessoas) Link: https://globoplay.globo.com/v/8036891/
28/10/2019	Casal ataca no Papicu (Mãe e filha foram vítimas) Link: https://globoplay.globo.com/v/8040787/
29/10/2019	Preso por homicídio (Perseguiu e matou o namorado da ex) Link: https://globoplay.globo.com/v/8043698/
	Piscou, perdeu (Bandidos roubam celular em menos de 15 segundos) Link: https://globoplay.globo.com/v/8043689/
30/10/2019	Caso Jamile (Acontece amanhã reconstituição da morte da empresária) Link: https://globoplay.globo.com/v/8046827/
	Policial é atropelado (Ele seguia pela avenida durante patrulhamento de bicicleta) Link: https://globoplay.globo.com/v/8046826/
	Moto roubada e identidade falsa (Polícia prende suspeito de 21 anos com antecedentes criminais) Link: https://globoplay.globo.com/v/8046824/
	Ótica assaltada em Maracanaú (Se passou por cliente e roubou óculos e relógios) Link: https://globoplay.globo.com/v/8046818/
31/10/2019	Tragédia do Edifício Andrea (Polícia segue investigando as causas do desabamento) Link: https://globoplay.globo.com/v/8049669/
	Assassinato de mãe e filha (Câmeras gravam pai chegando com o corpo da criança perto da lagoa) Link: https://globoplay.globo.com/v/8049667/
	Assaltante de lojas é preso (Com a mesma roupa ele roubou uma ótica e uma farmácia em Maracanaú) Link: https://globoplay.globo.com/v/8049664/
	Mãe e filho atropelados (Mulher morre no IJF após quase 2 meses internada) Link: https://globoplay.globo.com/v/8049656/

Data	Título
03/08/2020	Assalto em depósito de bebidas no José Walter (Suspeito levou dinheiro e pertences dos funcionários)

	<p>Link: https://globoplay.globo.com/v/8747454/</p> <p>Homem executado em restaurante (Bandido usando roupa da Polícia invade local no bairro de Fátima)</p> <p>Link: https://globoplay.globo.com/v/8747453/</p> <p>Criança e mulher vítimas de estupro (Nos dois casos, os suspeitos foram levados para a delegacia)</p> <p>Link: https://globoplay.globo.com/v/8747452/</p> <p>Encapuzados arrombam casa em Caucaia (Polícia prende suspeitos e apreende 4 armas)</p> <p>Link: https://globoplay.globo.com/v/8747443/</p>
04/08/2020	<p>Arrastão no bairro Vila União (Moradores que estavam na calçada foram vítimas de bandidos armados)</p> <p>Link: https://globoplay.globo.com/v/8750631/</p>
05/08/2020	<p>Bandidos fogem pelo mangue em Caucaia (Houve troca de tiros em operação da Polícia no Parque Soledade)</p> <p>Link: https://globoplay.globo.com/v/8753626/</p>
06/08/2020	<p>Moto com placa clonada é apreendida (Veículo foi localizado com o auxílio das câmeras de videomonitoramento)</p> <p>Link: https://globoplay.globo.com/v/8756694/</p>
07/08/2020	<p>Homem foi morto e pais baleados (Suspeito foi preso e arma do crime encontrada dentro de pote de sorvete)</p> <p>Link: https://globoplay.globo.com/v/8759700/</p>
11/08/2020	<p>Polícia recupera carro roubado (Câmeras de monitoramento do SPIA ajudaram na operação)</p> <p>Link: https://globoplay.globo.com/v/8768704/</p>
12/08/2020	<p>Assalto a posto de combustíveis no Benfica (Suspeito desce do carro, aborda frentistas e leva apurado do dia)</p> <p>Link: https://globoplay.globo.com/v/8771754/</p>
13/08/2020	<p>Bandido dá uma voadora para roubar moto (Local do crime fica a poucos metros do Batalhão RAIO no Araturi em Caucaia)</p> <p>Link: https://globoplay.globo.com/v/8774865/</p>
	<p>Adolescente é apreendido com carro roubado (Polícia recuperou o veículo e apreendeu uma arma falsa)</p> <p>Link: https://globoplay.globo.com/v/8774845/</p>
18/08/2020	<p>Bandidos levam mais de R\$30 mil de lotérica (Assalto foi no início da manhã no Conjunto Ceará)</p> <p>Link: https://globoplay.globo.com/v/8785795/</p>
19/08/2020	<p>Moto roubada, perseguição e prisão (Dois suspeitos foram detidos e veículo foi recuperado no bairro Jacarecanga)</p> <p>Link: https://globoplay.globo.com/v/8788670/</p>
	<p>Clientes assaltados em restaurante (Bandidos atiram antes de deixar estabelecimento comercial em Caucaia)</p> <p>Link: https://globoplay.globo.com/v/8788646/</p>
24/08/2020	<p>Assaltos em Sobral (Moradores relatam que pelo menos 10 casos aconteceram no fim de semana)</p> <p>Link: https://globoplay.globo.com/v/8800302/</p>
25/08/2020	<p>SPIA flagra pichadores no Jôquei Clube (Dois suspeitos foram detidos e encaminhados à delegacia)</p> <p>Link: https://globoplay.globo.com/v/8803816/</p>

26/08/2020	Assalto em Maracanaú (Criminosos levaram carro, celular e carteira de comerciante) Link: https://globoplay.globo.com/v/8806888/
	Homem leva 2 celulares de loja (Ele aproveita que a vendedora sai e coloca os aparelhos no bolso) Link: https://globoplay.globo.com/v/8806875/
27/08/2020	Bandido age portando alvará de soltura (Ele assaltou um homem no Jóquei Clube e deixou cair o documento) Link: https://globoplay.globo.com/v/8809671/
29/08/2020	Assalto no centro de Fortaleza (Suspeito é preso com faca e celular da vítima) Link: https://globoplay.globo.com/v/8816029/
31/08/2020	Acidente em Juazeiro do Norte (Câmera flagrou momento em que motociclista bateu em carro estacionado) Link: https://globoplay.globo.com/v/8819803/

Data	Título
02/09/2020	Câmeras ajudam a evitar assalto (Polícia apreendeu três adolescentes dentro de um ônibus, na Aerolândia) Link: https://globoplay.globo.com/v/8825505/
03/09/2020	Execução em Juazeiro do Norte (Câmeras de segurança flagram dois bandidos matando homem e fugindo) Link: https://globoplay.globo.com/v/8828566/
04/09/2020	Motorista trancado, carro levado (Assaltantes são flagrados em bairros diferentes agindo do mesmo modo) Link: https://globoplay.globo.com/v/8831494/
05/09/2020	Prefeitura compra terreno do Edifício Andrea (O valor de R\$1,7 milhões vai ser dividido entre os proprietários) Link: https://globoplay.globo.com/v/8833687/
08/09/2020	Roubo de veículos cresce 83% (O número de carros que a Polícia conseguiu recuperar também aumentou 25%) Link: https://globoplay.globo.com/v/8840130/
	Assalto no Cocó (Mulher com criança e uma motorista foram vítimas da ação de dois criminosos) Link: https://globoplay.globo.com/v/8840124/
09/09/2020	Flagrante no Bonsucesso (Homem picha muro de um ponto comercial) Link: https://globoplay.globo.com/v/8843257/
10/09/2020	Idosa mantida refém (Ladrão entrou na casa da vítima, quando fugia da Polícia) Link: https://globoplay.globo.com/v/8846248/
11/09/2020	Polícia recupera carro furtado (Foi no Bom Jardim e as câmeras de monitoramento ajudaram na localização) Link: https://globoplay.globo.com/v/8849505/
	Mulheres são assaltadas no bairro Farias Brito (Criminosos levam sacolas de compras) Link: https://globoplay.globo.com/v/8849457/
12/09/2020	Suspeito de roubo a ônibus é preso (Homem foi detido com celulares roubados e uma faca no bairro Damas) Link: https://globoplay.globo.com/v/8851254/

14/09/2020	Bebê salvo pela Guarda Municipal (Mulher chegou à torre do Caça e Pesca com filho engasgado) Link: https://globoplay.globo.com/v/8854669/
15/09/2020	Grupo furta em supermercado (3 mulheres e um homem cercam idosa que fazia compras) Link: https://globoplay.globo.com/v/8857823/
	Clientes de lotérica rendidos em Massapê (Criminosos armados levaram celulares das vítimas, mas um deles acabou preso) Link: https://globoplay.globo.com/v/8857817/
16/09/2020	Presos suspeitos investigados por vários crimes (Resultado de duas operações em Fortaleza e Região Metropolitana) Link: https://globoplay.globo.com/v/8861001/
	Flagrante de arrombamento (Ladrões invadem casas e furtam objetos em Juazeiro do Norte) Link: https://globoplay.globo.com/v/8860986/
18/09/2020	Bandidos levam R\$20 mil de lotérica (Funcionárias foram rendidas quando chegavam para trabalhar) Link: https://globoplay.globo.com/v/8868105/
	Clientes de motel são assaltados (Suspeitos pulam o muro, mas são capturados pela Polícia com arma falsa) Link: https://globoplay.globo.com/v/8868095/
19/09/2020	Moeda digital em troca de liberdade (Sequestro de mulher em Tianguá durou 12 horas) Link: https://globoplay.globo.com/v/8870516/
	Casal pratica furtos em Aracoiaba (Homem esconde objetos dentro da camisa) Link: https://globoplay.globo.com/v/8870506/
22/09/2020	Polícia prende suspeito de roubos (Imagens de câmera de segurança ajudaram na captura de bandido) Link: https://globoplay.globo.com/v/8877214/
	Imagens do trânsito de Fortaleza Link: https://globoplay.globo.com/v/8883419/
24/09/2020	Mulher agredida com capacete (Bandido queria o celular dela, mas ela não quis entregar) Link: https://globoplay.globo.com/v/8883414/
25/09/2020	Insegurança no Parque São Vicente (PM diz que a área é monitorada 24 horas por dia) Link: https://globoplay.globo.com/v/8887230/
28/09/2020	Carro cai dentro de rio em Itarema (Motorista esqueceu de puxar o freio de mão enquanto abastecia com gelo) Link: https://globoplay.globo.com/v/8893818/
	Quadro “Casos sem solução” do CE1 estreia Link: https://globoplay.globo.com/v/8900761/
30/09/2020	Carro desce ladeira em Carité (Motorista esqueceu de puxar o freio de mão e veículo colidiu com moto e bicicleta) Link: https://globoplay.globo.com/v/8900736/

Data	Título
01/10/2020	Casos sem solução (Vendedor de tapiocas foi morto por motorista em alta velocidade e na contramão)

	Link: https://globoplay.globo.com/v/8904318/
02/10/2020	Assaltantes se passam por policiais (Fingindo participar de operação, grupo invade casa na Grande Messejana) Link: https://globoplay.globo.com/v/8908032/
03/10/2020	Idoso é agredido no meio da rua em Caucaia (Senhor foi para o hospital e o agressor foi preso) Link: https://globoplay.globo.com/v/8910011/
05/10/2020	Casal é preso por furtar plantas em Caucaia (Segundo a Polícia, foram encontrados seis vasos dentro do carro dos suspeitos) Link: https://globoplay.globo.com/v/8913975/
	Ação inusitada de bandidos em Iguatu (Suspeitos provocam acidente para formar aglomeração e assaltar vítimas) Link: https://globoplay.globo.com/v/8913973/
07/10/2020	Mulher esconde produto debaixo da roupa (Foi em Sobral e Polícia orienta que comerciantes registrem a ocorrência) Link: https://globoplay.globo.com/v/8921028/
	Furto de fios (Ação ocorreu na Sapiranga, em Fortaleza) Link: https://globoplay.globo.com/v/8921025/
08/10/2020	Ciclista roubado na Av. Osório de Paiva (Quatro bandidos em uma moto abordaram a vítima que teve prejuízo de R\$ 6 mil) Link: https://globoplay.globo.com/v/8924159/
10/10/2020	Imagens mostram acidente no Anel Viário (Motorista morreu depois de perder o controle e bater em caminhão e poste) Link: https://globoplay.globo.com/v/8929746/
13/10/2020	Briga entre inspetora e recepcionista (Vídeo mostra o momento em que confusão acontece dentro de pousada de Jeri) Link: https://globoplay.globo.com/v/8936728/
15/10/2020	Um ano da queda do Edifício Andrea (Indiciados esperam Justiça decidir por qual crime eles vão ser julgados) Link: https://globoplay.globo.com/v/8943071/
16/10/2020	Vendedor de redes assaltado na rua (Bandidos levaram o carro e material de trabalho em Itaitinga) Link: https://globoplay.globo.com/v/8946307/
17/10/2020	Flagrantes de roubo no Joaquim Távora (Polícia prendeu 4 homens que agiam em plena luz do dia) Link: https://globoplay.globo.com/v/8948930/
19/10/2020	Furtos de bicicletas em condomínios de Fortaleza (Imagens flagram momento da ação de bandidos) Link: https://globoplay.globo.com/v/8952608/
20/10/2020	Pizzaria é assaltada no Passaré (Dupla armada levou dinheiro, celulares e duas televisões) Link: https://globoplay.globo.com/v/8955702/
	Funcionários e clientes rendidos em Sobral (Foi em um posto de combustíveis e dupla de moto levou celulares e dinheiro) Link: https://globoplay.globo.com/v/8955699/
21/10/2020	Flagrante do furto de pneus (Carro estava estacionado em uma rua do bairro Mondubim, em Fortaleza) Link: https://globoplay.globo.com/v/8959057/

23/10/2020	Mulheres presas na Aldeota (Elas são suspeitas de furtar pelo menos três estabelecimentos comerciais) Link: https://globoplay.globo.com/v/8965371/
	Ciclista é morto dentro de pizzaria (Ele foi seguido pelo suspeito em uma moto até o local, no bairro José Walter) Link: https://globoplay.globo.com/v/8965370/
24/10/2020	Perseguição e acidente em Juazeiro do Norte (Motorista desobedece ordem de parada da Polícia, causa acidente e acaba detido) Link: https://globoplay.globo.com/v/8967532/
27/10/2020	Bebê salvo por equipe do Raio (O resgate foi gravado por sistema de videomonitoramento no bairro Serrinha) Link: https://globoplay.globo.com/v/8973773/
29/10/2020	Ataque de assaltantes em Caucaia (Grupo rende e rouba motorista em rua do bairro Araturi) Link: https://globoplay.globo.com/v/8980217/
30/10/2020	Ato obsceno na frente de criança (Preso suspeito flagrado por câmera de segurança no Conjunto Ceará) Link: https://globoplay.globo.com/v/8983844/
31/10/2020	Polícia prende suspeito de arrastão em Caucaia (Celulares, duas armas falsas e um televisor estavam com o homem) Link: https://globoplay.globo.com/v/8985895/

Data	Título
01/08/2022	Furto em churrascaria na Perimetral (Suspeito invade o estabelecimento e leva televisão; tudo é filmado por câmeras de segurança) Link: https://globoplay.globo.com/v/10809527/
	Cearense agredido em metrô do Rio de Janeiro (Caso aconteceu e foi registrado por câmeras de segurança, Polícia investiga o caso) Link: https://globoplay.globo.com/v/10809523/
	Motociclista atropela grávida e foge (Vítima de 31 anos, que está com um mês de gestação, teve fratura exposta) Link: https://globoplay.globo.com/v/10809522/
02/08/2022	Câmera flagra PM tentando assaltar entregador (Ação foi na semana passada no Benfica; agente está preso e comparsa é procurado) Link: https://globoplay.globo.com/v/10813393/
	Caminhão carregado de queijo é levado em assalto (Ação aconteceu nessa madrugada, em Horizonte) Link: https://globoplay.globo.com/v/10813390/
	O que fazer em acidente com vítima? (Omissão de socorro é infração e pode ainda ser crime de trânsito sob pena de detenção) Link: https://globoplay.globo.com/v/10813361/
03/08/2022	Flagrante de atropelamento em Barbalha (Motorista atinge estudante de medicina e foge sem prestar socorro à vítima) Link: https://globoplay.globo.com/v/10816732/
	Buraco causa acidentes no Montese (Prefeitura disse que avenida vai ser recuperada até a próxima semana) Link: https://globoplay.globo.com/v/10816727/

04/08/2022	Foragido da justiça é preso na capital (Homem integrava uma organização criminosa; prisão foi registrada por câmeras da SSPDS) Link: https://globoplay.globo.com/v/10820277/
	PM de folga salva bebê engasgado (O menino de 5 meses ficou internado, recebeu alta ontem e passa bem) Link: https://globoplay.globo.com/v/10820245/
08/08/2022	Acidente envolvendo três motos em Baturité (Câmeras flagraram a roda dianteira de uma das motos soltando e casal caindo) Link: https://globoplay.globo.com/v/10830208/
	Carro bate e arrasta moto por 6 km em Graça (Motoqueiro morreu na hora e motorista é encaminhado para a delegacia) Link: https://globoplay.globo.com/v/10830199/
09/08/2022	Três acusados de morte de blogueiro estão foragidos (Uma pessoa foi presa suspeita do crime que aconteceu há 6 meses no Cristo Redentor) Link: https://globoplay.globo.com/v/10833494/
	Dupla suspeita de matar empresário é presa (Os dois jovens fugiram na caminhonete da vítima e foram perseguidos pela Polícia) Link: https://globoplay.globo.com/v/10833476/
	Bandidos furtam e levam moto empurrando (Eles empurram veículo no Rodolfo Teófilo) Link: https://globoplay.globo.com/v/10833471/
10/08/2022	Homem é preso depois de esfaquear a ex-namorada (Caso aconteceu perto do trabalho da vítima em Sobral; mulher foi socorrida para a UPA) Link: https://globoplay.globo.com/v/10837000/
	Casa é invadida por bandidos (Moradores estavam dormindo no momento do furto; câmeras registraram ação criminosa) Link: https://globoplay.globo.com/v/10836992/
11/08/2022	Enterro de estudante de medicina atropelado (Família e amigos prestaram as últimas homenagens hoje pela manhã em Barbalha) Link: https://globoplay.globo.com/v/10840101/
	PM envolvido em morte de jovem é afastado (O rapaz de 16 anos morreu durante uma abordagem policial há mais de duas semanas) Link: https://globoplay.globo.com/v/10840093/
12/08/2022	Condenados por latrocínio em shopping (Pena dos envolvidos na morte da gerente de joalheria soma 115 anos de prisão) Link: https://globoplay.globo.com/v/10843304/
13/08/2022	Homem que teria furtado bicicleta é morto (Câmeras de segurança filmaram ação que aconteceu no bairro Montese) Link: https://globoplay.globo.com/v/10846143/
	Policial impede assalto em Itapajé (Agente à paisana percebeu a movimentação suspeita e evitou a ação de dois homens) Link: https://globoplay.globo.com/v/10846141/
15/08/2022	Mulher é agredida e esfaqueada em tentativa de assalto (Vítima ia ao trabalho quando foi abordada pelo criminoso, no bairro Cocó) Link: https://globoplay.globo.com/v/10849817/
16/08/2022	Homem é preso com arma de fogo em festa (Ele foi capturado após ser flagrado por câmeras de videomonitoramento da SSPDS) Link: https://globoplay.globo.com/v/10853130/

17/08/2022	Furto de fios no centro da capital (Segundo moradores, toda semana o semáforo fica sem funcionar por conta dos crimes) Link: https://globoplay.globo.com/v/10856436/
	PM é denunciado por assalto a entregador (Policial de 34 anos foi acusado de roubo qualificado; pena pode chegar a 20 anos) Link: https://globoplay.globo.com/v/10856432/
18/08/2022	Trio invade supermercado e rouba arma de vigilante (Caso aconteceu no bairro Jardim Iracema; suspeitos levaram o dinheiro do caixa) Link: https://globoplay.globo.com/v/10859933/
	Assassinato em ponto de ônibus de Caucaia (Por pouco outras pessoas não foram atingidas pelos suspeitos que fugiram) Link: https://globoplay.globo.com/v/10859919/
	Bicicleta é furtada de dentro de condomínio (Criminoso invadiu o local durante obra no prédio que fica no Meireles) Link: https://globoplay.globo.com/v/10859910/
19/08/2022	Suspeito preso por furtos ao centro pop de Maracanaú (Unidade foi alvo de, pelo menos, oito ações criminosas em 20 dias) Link: https://globoplay.globo.com/v/10863440/
	Promotor de justiça preso por suspeita de matar idoso (A vítima, de 72 anos, foi baleada dentro de casa na Cidade dos Funcionários) Link: https://globoplay.globo.com/v/10863441/
	Mais um suspeito de matar empresário de Sabiaguaba (Polícia tenta identificar outro envolvido no crime; dois irmãos já foram indiciados) Link: https://globoplay.globo.com/v/10863438/
	Ciclista morre ao ser atingido por porta de carro (Acidente aconteceu quando o motorista descia do veículo em uma rua de Morrinhos) Link: https://globoplay.globo.com/v/10863420/
	Flagrante no bairro Jacarecanga (Mulher apresentou identidade falsa para furtar condomínio e moradores a prendem) Link: https://globoplay.globo.com/v/10863433/
20/08/2022	Motociclista morre após batida com caminhão (O acidente foi registrado em Itapajé, interior do Ceará; o homem ainda não foi identificado) Link: https://globoplay.globo.com/v/10866425/
	Promotor de justiça tem prisão preventiva decretada (Ele é suspeito de matar a tiros um idoso no bairro Cidade dos Funcionários) Link: https://globoplay.globo.com/v/10866410/
22/08/2022	Câmeras flagram promotor de justiça atirando em rua (Ação foi depois do suspeito matar o idoso de 72 anos na Cidade dos Funcionários) Link: https://globoplay.globo.com/v/10870201/
	Falsos entregadores assaltam na Parangaba (Ação criminosa foi registrada por câmera de segurança na rua Cônego Moura) Link: https://globoplay.globo.com/v/10870187/
23/08/2022	Ministério Público afasta promotor de justiça (Ricardo Memória é suspeito de matar um idoso a tiros na Cidade dos Funcionários) Link: https://globoplay.globo.com/v/10873721/
	Homem morre eletrocutado ao furtar fios (A vítima tinha antecedentes por furto qualificado e tentativa de furto) Link: https://globoplay.globo.com/v/10873718/

24/08/2022	Assalto a ótica em Fortaleza (O bandido levou mais de 200 relógios e celulares; a ação foi perto das 13h, no Centro) Link: https://globoplay.globo.com/v/10877554/
26/08/2022	Promotor é interrogado sobre morte de idoso (A esposa dele também foi ouvida na condição de testemunha) Link: https://globoplay.globo.com/v/10884484/
	PM é flagrado dando tapa em idoso em Itapajé (Caso aconteceu em frente ao hospital da cidade; agente foi afastado das ruas) Link: https://globoplay.globo.com/v/10884478/
27/08/2022	Ciúmes guardados há mais de 40 anos (Promotor alega que foi tirar satisfações com idoso de um fato que aconteceu em 1977) Link: https://globoplay.globo.com/v/10887146/
	Protesto por morte de jovem alvejado por PM (Parentes e amigos cobram justiça após ação que matou Paulo Vitor de 16 anos há mais de um mês) Link: https://globoplay.globo.com/v/10887140/
	Funcionários presos por furto em loja de calçados (Eles são suspeitos de repassar produtos de empresa em Itapipoca para receptadores) Link: https://globoplay.globo.com/v/10887136/
29/08/2022	Dupla fantasiada assalta loja de doces (Homem e adolescente levaram celulares, relógio e roupas das vítimas em Iguatu) Link: https://globoplay.globo.com/v/10890670/
30/08/2022	Câmeras flagram assaltos em lojas de Sobral (Suspeitos aparecem armados em uma moto nas duas ações; Polícia investiga casos) Link: https://globoplay.globo.com/v/10893804/
	Flagra da imprudência no trânsito (Duas motos se envolvem em acidente em Aurora e câmera registra irregularidades dos motociclistas) Link: https://globoplay.globo.com/v/10893792/
31/08/2022	Preso acusado de matar blogueiro no Cristo Redentor (Ele é apontado como a pessoa que deu suporte ao atirador durante o crime) Link: https://globoplay.globo.com/v/10897254/
	Três anos do caso Jamile de Oliveira (Família ainda aguarda fim do processo judicial e faz missa em homenagem a empresária) Link: https://globoplay.globo.com/v/10897235/

Data	Título
01/09/2022	Funcionária queimada em fábrica vai passar por cirurgia (Ela sofreu queimaduras de segundo grau após máquina em que trabalhava pegar fogo) Link: https://globoplay.globo.com/v/10900676/
02/09/2022	Promotor é denunciado por morte de idoso (Ricardo Memória continua preso e deve responder por homicídio qualificado) Link: https://globoplay.globo.com/v/10903962/
	Homem é preso pela 3ª vez no mês por furto de fios (A última prisão foi no São João do Tauape; cerca de 80 m de fios estavam com ele e outro suspeito) Link: https://globoplay.globo.com/v/10903958/
03/09/2022	Dupla rouba moto em Sobral (Mulher é rendida e tem moto levada no bairro Junco; veículo foi recuperado horas após o crime) Link: https://globoplay.globo.com/v/10906949/

	<p>Polícia captura dupla na Praia de Iracema (Eles têm 17 e 25 anos e são suspeitos de adulterar placa de carro com fita isolante)</p> <p>Link: https://globoplay.globo.com/v/10906936/</p>
10/09/2022	<p>11 PMs investigados por omissão em assassinato (Jovem de 19 anos foi morto a tiros por outro policial dentro da delegacia de Camocim)</p> <p>Link: https://globoplay.globo.com/v/10925851/</p>
22/09/2022	<p>Igreja em Maracanaú é arrombada 4 vezes (Bandidos derramaram refrigerante nas câmeras e levaram, pelo menos, 6 ventiladores)</p> <p>Link: https://globoplay.globo.com/v/10958065/</p> <p>Promotor acusado de matar idoso alega insanidade mental (Processo por assassinato foi suspenso pelo Tribunal de Justiça)</p> <p>Link: https://globoplay.globo.com/v/10958036/</p>
23/09/2022	<p>Furto em empresa de festas de formatura (Mais de 70 mil reais foram levados)</p> <p>Link: https://globoplay.globo.com/v/10961109/</p>
26/09/2022	<p>Universitária é baleada na Aerolândia (A jovem deixava um amigo em casa quando foi surpreendida por assaltantes)</p> <p>Link: https://globoplay.globo.com/v/10967319/</p>
27/09/2022	<p>Fisioterapeuta baleada em assalto segue internada (Jovem de 27 anos foi atingida ao tentar fugir dos criminosos no bairro Aerolândia)</p> <p>Link: https://globoplay.globo.com/v/10970194/</p>
28/09/2022	<p>Família nega morte cerebral de fisioterapeuta (Parentes reforçam que jovem baleada em assalto luta para viver; eles pedem orações)</p> <p>Link: https://globoplay.globo.com/v/10974449/</p>
29/09/2022	<p>Preso suspeito de atirar em fisioterapeuta (A vítima, de 27 anos, foi baleada na Aerolândia, quando deixava um amigo em casa)</p> <p>Link: https://globoplay.globo.com/v/10977164/</p>
30/09/2022	<p>Policial militar da reserva é baleado em troca de tiros (Militar foi atingido ao reagir a assalto em casa de jogos; suspeito foi preso)</p> <p>Link: https://globoplay.globo.com/v/10980304/</p> <p>Morre vítima de assalto na Aerolândia (Fisioterapeuta de 27 anos foi baleada durante a ação; um suspeito foi preso)</p> <p>Link: https://globoplay.globo.com/v/10980303/</p>

Data	Título
01/10/2022	<p>Suspeito de matar fisioterapeuta fraudou tornozeleira (Igor Freitas chegou a ser detido em janeiro por tráfico, mas liberado em audiência)</p> <p>Link: https://globoplay.globo.com/v/10983126/</p> <p>Funcionários correm pra fugir de assalto em UPA (O suspeito conseguiu assaltar o motorista de uma ambulância, mas foi preso depois)</p> <p>Link: https://globoplay.globo.com/v/10983125/</p>
03/10/2022	<p>Motorista avança sinal e mata mulheres em moto (O acidente foi em Juazeiro do Norte; condutor fugiu sem prestar socorro às vítimas)</p> <p>Link: https://globoplay.globo.com/v/10992380/</p>
04/10/2022	<p>Motorista abandona carro em motel após acidente (Ele atropelou e matou duas mulheres em uma moto ao avançar sinal em Juazeiro do Norte)</p> <p>Link: https://globoplay.globo.com/v/10995455/</p> <p>Guarda Municipal é suspeito de matar mototaxista (Crime foi depois de uma briga de trânsito em Juazeiro do Norte; agente conseguiu fugir)</p>

	<p>Link: https://globoplay.globo.com/v/10995447/</p> <p>Promotor acusado de matar idoso vai pagar indenização (Viúva de comerciante que foi assassinado a tiros deve receber R\$ 4,8 mil por mês)</p> <p>Link: https://globoplay.globo.com/v/10995440/</p>
05/10/2022	<p>Vigilante é salvo por colete à prova de balas (Assaltantes atiraram duas vezes contra ele em um centro comercial no bairro Itaperi)</p> <p>Link: https://globoplay.globo.com/v/10999923/</p> <p>Motorista que matou mulheres se apresenta à Polícia (Jovem de 21 anos disse que abandonou carro por medo; ele foi ouvido e liberado)</p> <p>Link: https://globoplay.globo.com/v/10999916/</p> <p>Criança de 5 anos é atropelada na frente da escola (Menino está internado em estado grave; motorista fugiu sem prestar socorro)</p> <p>Link: https://globoplay.globo.com/v/10999919/</p> <p>As multas mais comuns de motociclistas (Entre elas estão: passar no sinal vermelho, estacionar em local proibido e pilotar sem capacete)</p> <p>Link: https://globoplay.globo.com/v/10999915/</p>
06/10/2022	<p>Preso suspeito de atropelar criança (Câmeras registram o caso; vítima está internada em estado grave no IJF)</p> <p>Link: https://globoplay.globo.com/v/11003022/</p> <p>Pelo menos 10 celulares levados de loja (Câmeras flagram ação criminosa na Sapiiranga; Polícia investiga o roubo)</p> <p>Link: https://globoplay.globo.com/v/11003019/</p> <p>Jovem fica tetraplégico e tio morre após acidente (Os dois foram atingidos por motorista em alta velocidade e que invadiu a contramão)</p> <p>Link: https://globoplay.globo.com/v/11003002/</p> <p>Queda nas ocorrências de crimes violentos (Ceará registrou redução de 16% em setembro, se comparado ao mesmo período de 2021)</p> <p>Link: https://globoplay.globo.com/v/11003003/</p>
08/10/2022	<p>Mulher furta plantas em Fortaleza (O caso foi na avenida João Pessoa, no bairro Damas, em frente a um escritório)</p> <p>Link: https://globoplay.globo.com/v/11009794/</p>
11/10/2022	<p>Bancário é julgado hoje por morte de empresário (Crime aconteceu há 4 anos em Juazeiro do Norte depois de uma discussão no trânsito)</p> <p>Link: https://globoplay.globo.com/v/11018451/</p>
12/10/2022	<p>Condenado a mais de 15 anos de prisão (Homem espancou empresário depois de uma briga de trânsito no Cariri)</p> <p>Link: https://globoplay.globo.com/v/11020639/</p> <p>Duplo homicídio em restaurante (Homens armados chegam, executam as vítimas e fogem; Polícia investiga)</p> <p>Link: https://globoplay.globo.com/v/11020636/</p>
13/10/2022	<p>Assalto em posto de combustíveis (Bandidos abastecem sem pagar e ainda levam refrigerantes e cervejas)</p> <p>Link: https://globoplay.globo.com/v/11023720/</p>
20/10/2022	<p>Segundo suspeito da morte de fisioterapeuta é preso (O jovem de 19 anos já tinha passagem e agora deve responder por latrocínio)</p> <p>Link: https://globoplay.globo.com/v/11043885/</p>
25/10/2022	<p>Tremor de terra em Jaguaratama (Os efeitos também foram sentidos nos Municípios de Jaguaribe e Solonópole)</p> <p>Link: https://globoplay.globo.com/v/11058028/</p>

	<p>Câmeras flagram roubo em escola do Passaré (Vigilante de colégio público tem arma levada no mesmo dia da ação na Boa Vista)</p> <p>Link: https://globoplay.globo.com/v/11058012/</p>
26/10/2022	<p>Automóvel atinge entregador e foge (Carro avança preferencial e atropela motoboy, em Sobral, no bairro Campo dos Velhos)</p> <p>Link: https://globoplay.globo.com/v/11061911/</p>
27/10/2022	<p>Mulher denuncia agressão no mercado central em Juazeiro (Tudo foi em frente onde a vítima trabalha, início da discussão teria sido rivalidade no emprego)</p> <p>Link: https://globoplay.globo.com/v/11066634/</p>
	<p>Furto em sex shop no Edson Queiroz (Falso cliente chega a colocar dois produtos na bolsa; Polícia investiga o caso)</p> <p>Link: https://globoplay.globo.com/v/11066593/</p>
	<p>Jovem é baleado e tem mochila roubada (Dupla de moto abordou a vítima em uma rua da Parangaba; Polícia investiga o caso)</p> <p>Link: https://globoplay.globo.com/v/11066583/</p>
	<p>Comerciante é baleado em assalto (Caso foi no bairro Ancuri; tiro atingiu de raspão a cabeça da vítima)</p> <p>Link: https://globoplay.globo.com/v/11066583/</p>
29/10/2022	<p>Homem furta quase R\$ 7 mil de lotérica (Ação foi registrada por uma câmera de segurança em Milagres, no Cariri)</p> <p>Link: https://globoplay.globo.com/v/11072934/</p>
	<p>Duas adolescentes são atropeladas e motorista foge (Vítimas estavam de bicicleta quando foram atingidas; uma delas está em estado grave)</p> <p>Link: https://globoplay.globo.com/v/11072929/</p>
	<p>Pizzaria é assaltada pela 7ª vez no Bonsucesso (Comércio fica na avenida Augusto dos Anjos e tem sido alvo constante de criminosos)</p> <p>Link: https://globoplay.globo.com/v/11072928/</p>
31/10/2022	<p>Delegado da Polícia Civil é baleado na Sapiranga (Vítima foi socorrida para um hospital particular na noite deste domingo)</p> <p>Link: https://globoplay.globo.com/v/11082409/</p>
	<p>Família é alvo de tiros na calçada de casa (Câmeras flagram criminosos passando pela rua e atirando contra as vítimas em Sobral)</p> <p>Link: https://globoplay.globo.com/v/11082396/</p>
	<p>Morre adolescente atropelada na Vila Perí (Ela e amiga estavam em uma bicicleta e foram atingidas por uma caminhonete; motorista fugiu)</p> <p>Link: https://globoplay.globo.com/v/11082379/</p>

APÊNDICE B – LIVRO DE CÓDIGOS (ANÁLISE DE CONTEÚDO)

1. Da coleta da amostra

Foram visualizados, através da plataforma Globoplay, todos os conteúdos informativos veiculados nas 104 edições do telejornal CETV 1ª Edição, produzidos no período que abrange os meses de agosto e setembro de 2019 e 2020. A partir desse mapeamento geral foi possível delimitar e selecionar o corpus analisado no texto da qualificação, constituído pelas 121 matérias que apresentavam em sua estrutura narrativa imagens de videovigilância.

2. Variáveis de conteúdo

VC1. Flagrantes de videovigilância

VC2. Fontes

VC3. Temática

VC4. Formatos noticiosos

VC5. Distribuição territorial

VC6. Valores-notícia

3. Instruções gerais de codificação



Elemento textual (1º)

Instrução 01: O “Elemento textual (1º)” identificado acima é o insumo que será adotado para a realização da codificação dos valores-notícia (VC6) acionados pelo CETV 1ª Edição de que tratam as matérias que compõem o corpus do artigo. Entendemos que o título da matéria

apresenta a proposição geral em torno do assunto em questão, sintetizando a informação noticiada, ao mesmo tempo em que ressalta aquilo que é nuclear e assim mais sobressalente na notícia (seus atributos principais). Tal fato assegura a validade para a análise da variável de conteúdo mencionadas.

Instrução 02: As variáveis de conteúdo VC1; VC2; VC3 e VC5 deverão ser codificadas a partir de uma das seguintes alternativas, de modo que se a variável de conteúdo não puder ser identificada na primeira opção, busque-se na seguinte e assim por diante, caso necessário.

1) “Elemento textual (1º)”, conforme mencionado acima;

2) “Elemento textual (2º)”: compreende o texto narrado pelos apresentadores no momento em que anunciam/fazem a chamada das notícias (cabeça da reportagem). Exemplo:

Luiz Esteves (âncora): “Agora um casal, que estava numa moto também, e foi assaltado no bairro Araturi, em Caucaia, região metropolitana de Fortaleza. E o que chamou a atenção foi como o bandido abordou as vítimas. Ele deu inclusive uma voadora. A gente tem as imagens, no comecinho do CE1 a gente chegou a mostrar, chama muito a atenção. Está aí o momento exato, a câmera de segurança flagra e aí ele dá uma voadora. O casal cai na calçada, consegue fugir, sai correndo e o bandido pega a moto. Quem traz as informações então pra gente ao vivo sobre esse caso é a Wânyffer Monteiro”.

3) “Elemento textual (3º)”: compreende o texto narrado pelo repórter durante o relato do fato que se esteja tratando. Exemplo:

Valéria Alves (repórter): “Boa tarde pra você e pra todo mundo que está nos acompanhando. A gente está aqui na rua onde aconteceu esse crime. A gente está um pouquinho afastado da casa, vou pedir [ao cinegrafista] pra mostrar, mas nesse momento está acontecendo o velório. Têm algumas pessoas ali na porta da casa. Ficamos um pouco distantes em respeito à família, também por conta do trânsito. Mas o que mais choca em relação a esse crime é que câmeras de segurança flagraram o momento em que dois homens se aproximam a pé. A gente tem inclusive essas imagens, e esses dois homens sacam as armas e já começam a atirar. A gente tem essas imagens, mas a gente congelou o momento dos tiros porque são cenas fortes, não é algo agradável de ser ver”.

4) “Elemento textual (4º)”: compreende os créditos exibidos nas reportagens. Exemplo:



Instrução 03: A variável de conteúdo VC4 (formatos noticiosos) deverá ser codificada a partir da interrelação entre o “Elemento textual (2º)”, compreendendo as características do texto narrado pelos apresentadores do CETV 1ª Edição, assim como do “Elemento textual (3º)”, relativo as características do texto narrado pelo repórter durante o relato do fato, além do tipo de imagem utilizada (de estúdio, ao vivo, de videovigilância etc.) e da própria presença/ausência do repórter na narração do fato.

4. Flagrantes de videovigilância

Instrução 01: Para identificar os conteúdos informativos produzidos pelo CETV 1ª Edição que utilizam imagens de videovigilância, será necessário observar a existência da menção textual em um dos quatro elementos citados acima. Deverão ser considerados como termos semelhantes para as finalidades da pesquisa as expressões: “câmeras de segurança”; “câmeras de videomonitoramento”; “sistema de videomonitoramento”; “câmeras de circuito interno”; “imagens de videovigilância” e “equipamento de videovigilância”. Assim, é possível constatar que a cena utilizada pelo telejornal é proveniente de um flagrante de videovigilância não apenas a partir dos elementos estéticos que a caracterizam, mas também pela confirmação textual.

Instrução 02: Os conteúdos informativos deverão ser codificados da seguinte maneira:

0 = Não apresenta flagrante de videovigilância

1 = Apresenta flagrante de videovigilância

5. Fontes

Instrução 01: Para identificar as fontes responsáveis por disponibilizar os flagrantes de videovigilância utilizados pelo telejornal CETV 1ª Edição em suas matérias, será necessário observar a existência da menção textual em um dos quatro elementos textuais citados anteriormente.

Instrução 02: As fontes deverão ser identificadas da seguinte maneira:

- 0 = Não informado
- 1 = Secretaria da Segurança Pública e Desenvolvimento Social do Ceará
- 2 = Enviada por telespectador
- 3 = Guarda Municipal de Fortaleza
- 4 = Cedida pela Polícia
- 5 = Câmeras videomonitoramento TV Verdes Mares

6. Temática

Instrução 01: Identificar a temática da matéria de acordo com as informações disponíveis nos elementos textuais 1, 2 ou 3.

Instrução 02: As temáticas das matérias devem ser codificadas da seguinte maneira:

- 0 = Não identificado
- 1 = Acidente de trânsito
- 2 = Assassinato
- 3 = Apreensão
- 4 = Investigação
- 5 = Assalto
- 6 = Furto
- 7 = Incêndio
- 8 = Decisão judicial
- 9 = Boa ação
- 10 = Tiro acidental
- 11 = Ataques criminosos
- 12 = Fluxo de trânsito
- 13 = Política pública
- 14 = Violência sexual
- 15 = Tragédia
- 16 = Vandalismo
- 17 = Cárcere privado
- 18 = Salvamento
- 19 = Sequestro
- 20 = Agressão física

21 = Tremor de terra

22 = Acidente de trabalho

23 = Desabamento

24 = Invasão

Instrução 03: A codificação temática para as categorias mencionadas deverá se basear na referência direta aos termos citados, seja no título das matérias - “Elemento textual (1º)”, na “cabeça” da reportagem - “Elemento textual (2º)” ou no texto narrado pelo repórter - “Elemento textual (3º)”. Por ordem, o codificador deverá iniciar a identificação temática pelo “Elemento textual (1º)”, passando aos seguintes apenas caso haja a necessidade.

7. Formatos noticiosos

Instrução 01: Identificar os formatos noticiosos a partir da análise do “Elemento textual (2º)”, do “Elemento textual (3º)”, assim como através do tipo de imagem utilizada (de estúdio, ao vivo, de videovigilância etc.) na produção do material noticioso, além da própria presença/ausência do repórter na narração do fato.

Instrução 02: Os formatos noticiosos devem ser codificados da seguinte maneira:

0 = Não identificado

1 = Reportagem

2 = Vivo

3 = Nota ao vivo com imagens

4 = Integrado

5 = Boletim gravado/*stand up*

Instrução 03: Devem ser codificadas como “Reportagem” (=1) os conteúdos noticiosos construídos com ou sem *off*, com ou sem a presença do repórter, apresentando imagens ou recursos gráficos, além dos depoimentos de testemunhas, especialistas ou pessoas envolvidas no episódio.

Instrução 04: Devem ser codificadas como “Vivo” (=2) os conteúdos noticiosos que apresentam a participação do repórter, ao vivo, direto do local do acontecimento ou não (dado que muitas vezes o mesmo profissional precisa entrar ao vivo mais de uma vez na mesma edição

do telejornal, utilizando dessa forma os chamados cenários neutros como forma de viabilizar a sua participação, diante da impossibilidade da realização de vários deslocamentos).

Instrução 05: Devem ser codificadas como “Nota ao vivo com imagens” (=3) os conteúdos noticiosos que apresentam a combinação do texto lido, ao vivo, pelo apresentador, com imagens (como as de videovigilância) inseridas por cima da narração. Ou seja, a exibição das cenas e a leitura do texto ocorre de forma simultânea.

Instrução 06: Devem ser codificadas como “Integrado” (=4) os conteúdos noticiosos que agrupam diferentes formatos para transmitir uma notícia, podendo ser estruturada, por exemplo, a partir da combinação da nota ao vivo com imagens com uma sonora previamente gravada, assim como o uso de entradas ao vivo intercaladas por entrevistas gravadas.

Instrução 07: Devem ser codificadas como “Boletim gravado/*Stand up*” (=5) a participação do repórter, simulando uma entrada ao vivo, porém gravado.

8. Distribuição territorial

Instrução 01: Identificar a distribuição territorial dos flagrantes de videovigilância apresentados nas matérias de acordo com as informações disponíveis nos elementos textuais 1, 2 ou 3.

Instrução 02: A identificação da distribuição territorial dos flagrantes de videovigilância apresentados nas matérias deverá seguir a ordem que vai do mais específico (bairros) para o menos específico (Estado). Ou seja, a prioridade é codificar o material analisado a partir da distribuição territorial por bairros. Quando não for possível identificá-los é que deve se passar então para a dimensão seguinte, que neste caso é a identificação por Municípios. Por último, e somente quando não houver a possibilidade de codificar o material recorrendo a uma das duas dimensões anteriores, deverá ser acionada a categoria menos específica (Estado).

Instrução 03: A distribuição territorial dos flagrantes de videovigilância apresentados nas matérias devem ser codificadas da seguinte maneira:

0 = Não identificado

2 = Ceará

3 = Fortaleza (CE)

4 = Caucaia (Região Metropolitana de Fortaleza)

- 5 = Itaitinga (Região Metropolitana de Fortaleza)
- 6 = Maracanaú (Região Metropolitana de Fortaleza)
- 7 = Juazeiro do Norte (Região do Cariri)
- 8 = Jucás (Centro-sul)
- 9 = Sobral (Sertão de Sobral)
- 10 = Massapê (Sertão de Sobral)
- 11 = Cariré (Sertão de Sobral)
- 12 = Umirim (Litoral Oeste/Vale do Curu)
- 13 = Varjota (Sertão de Sobral)
- 14 = Tianguá (Serra da Ibiapaba)
- 15 = Aracoiaba (Maciço de Baturité)
- 16 = Canindé (Sertão de Canindé)
- 17 = Itapipoca (Litoral Oeste/Vale do Curu)
- 18 = Morrinhos (Litoral Norte)
- 19 = Itapajé (Litoral Oeste/Vale do Curu)
- 20 = Iguatu (Centro-sul)
- 21 = Jericoacoara (Litoral Norte)
- 22 = Beberibe (Litoral Leste)
- 23 = Baturité (Maciço de Baturité)
- 24 = Santa Quitéria (Sertão dos Crateús)
- 25 = Guaraciaba do Norte (Serra da Ibiapaba)
- 26 = Cascavel (Região Metropolitana de Fortaleza)
- 27 = Horizonte (Região Metropolitana de Fortaleza)
- 28 = Barbalha (Região do Cariri)
- 29 = Graça (Sertão de Sobral)
- 30 = Aurora (Região do Cariri)
- 31 = Camocim (Litoral Norte)
- 32 = Pentecoste (Litoral Oeste/Vale do Curu)
- 33 = Jaguaratama (Vale do Jaguaribe)
- 34 = Milagres (Região do Cariri)
- 35 = Rio de Janeiro (RJ)
- 36 = José Walter (Bairro de Fortaleza)
- 37 = Fátima (Bairro de Fortaleza)
- 38 = Bonsucesso (Bairro de Fortaleza)

- 39 = Canindezinho (Bairro de Fortaleza)
- 40 = Vila União (Bairro de Fortaleza)
- 41 = Jardim América (Bairro de Fortaleza)
- 42 = Antônio Bezerra (Bairro de Fortaleza)
- 43 = Benfica (Bairro de Fortaleza)
- 44 = Edson Queiroz (Bairro de Fortaleza)
- 45 = Conjunto Ceará (Bairro de Fortaleza)
- 46 = Jacarecanga (Bairro de Fortaleza)
- 47 = Jôquei Clube (Bairro de Fortaleza)
- 48 = Aldeota (Bairro de Fortaleza)
- 49 = Centro (Bairro de Fortaleza)
- 50 = Aerolândia (Bairro de Fortaleza)
- 51 = Planalto Ayrton Senna (Bairro de Fortaleza)
- 52 = Dionísio Torres (Bairro de Fortaleza)
- 53 = Cocó (Bairro de Fortaleza)
- 54 = Damas (Bairro de Fortaleza)
- 55 = Bom Jardim (Bairro de Fortaleza)
- 56 = Farias Brito (Bairro de Fortaleza)
- 57 = Caça e Pesca (Bairro de Fortaleza)
- 58 = São João do Tauape (Bairro de Fortaleza)
- 59 = Itaperi (Bairro de Fortaleza)
- 60 = Parque São Vicente (Bairro de Fortaleza)
- 61 = Dom Lustosa (Bairro de Fortaleza)
- 62 = Demócrito Rocha (Bairro de Fortaleza)
- 63 = Parangaba (Bairro de Fortaleza)
- 64 = Joaquim Távora (Bairro de Fortaleza)
- 65 = Montese (Bairro de Fortaleza)
- 66 = Luciano Cavalcante (Bairro de Fortaleza)
- 67 = Bela Vista (Bairro de Fortaleza)
- 68 = Papicu (Bairro de Fortaleza)
- 69 = Quintino Cunha (Bairro de Fortaleza)
- 70 = Barroso (Bairro de Fortaleza)
- 71 = Monte Castelo (Bairro de Fortaleza)
- 72 = Meireles (Bairro de Fortaleza)

- 73 = Cajazeiras (Bairro de Fortaleza)
- 74 = Rodolfo Teófilo (Bairro de Fortaleza)
- 75 = Jangurussu (Bairro de Fortaleza)
- 76 = Presidente Kennedy (Bairro de Fortaleza)
- 77 = Vila Velha (Bairro de Fortaleza)
- 78 = Vila Manoel Sátiro (Bairro de Fortaleza)
- 79 = Dunas (Bairro de Fortaleza)
- 80 = Ancuri (Bairro de Fortaleza)
- 81 = Araturi (Bairro de Caucaia)
- 82 = Conjunto Nova Metrópole (Bairro de Caucaia)
- 83 = Tabapuá (Bairro de Caucaia)
- 84 = Conjunto Industrial (Bairro de Maracanaú)
- 85 = Acaracuzinho (Bairro de Maracanaú)
- 86 = Campo Alegre (Bairro de Juazeiro do Norte)
- 87 = Timbaúbas (Bairro de Juazeiro do Norte)
- 88 = Porto dos Barcos (Itarema)
- 89 = Messejana (Bairro de Fortaleza)
- 90 = Sapiranga (Bairro de Fortaleza)
- 91 = Anel Viário (Fortaleza)
- 92 = Couto Fernandes (Bairro de Fortaleza)
- 93 = Passaré (Bairro de Fortaleza)
- 94 = Mondubim (Bairro de Fortaleza)
- 95 = Serrinha (Bairro de Fortaleza)
- 96 = Avenida Osório de Paiva (Fortaleza)
- 97 = Avenida João Pessoa (Fortaleza)
- 98 = Avenida Engenheiro Santana Júnior (Fortaleza)
- 99 = São Cristóvão (Bairro de Fortaleza)
- 100 = Barra do Ceará (Bairro de Fortaleza)
- 101 = Novo Mondubim (Bairro de Fortaleza)
- 102 = Cágado (Bairro de Maracanaú)
- 103 = Henrique Jorge (Bairro de Fortaleza)
- 104 = Parque São José (Bairro de Fortaleza)
- 105 = Mercado São Sebastião (Fortaleza)
- 106 = Centro (Bairro de Horizonte)

- 107 = Pici (Bairro de Fortaleza)
- 108 = Jereissati (Bairro de Maracanaú)
- 109 = Cristo Redentor (Bairro de Fortaleza)
- 110 = Parque Dois Irmãos (Bairro de Fortaleza)
- 111 = Tancredo Neves (Bairro de Fortaleza)
- 112 = Jardim Iracema (Bairro de Fortaleza)
- 113 = Parque Potira (Bairro de Caucaia)
- 114 = Cidade dos Funcionários (Bairro de Fortaleza)
- 115 = Junco (Bairro de Sobral)
- 116 = Praia de Iracema (Fortaleza)
- 117 = Curió (Bairro de Fortaleza)
- 118 = Vila Peri (Bairro de Fortaleza)

Instrução 04: A codificação da distribuição territorial dos flagrantes de videovigilância a partir das categorias mencionadas deverá se basear na referência direta aos termos citados, seja no título das matérias - “Elemento textual (1º)”, na “cabeça” da reportagem - “Elemento textual (2º)” ou no texto narrado pelo repórter - “Elemento textual (3º)”. Por ordem, o codificador deverá iniciar a identificação da distribuição territorial pelo “Elemento textual (1º)”, passando aos seguintes apenas caso haja a necessidade.

9. Valores-notícia

Instrução 01: Para a análise dos valores-notícia mobilizados pelo CETV 1ª Edição ao utilizar os flagrantes de videovigilância, utilizar apenas o “Elemento textual (1º)” para a codificação.

Instrução 02: A codificação dos valores-notícia presentes nas matérias veiculadas pelo CETV 1ª Edição que utilizam flagrantes de videovigilância deve ser feita da seguinte maneira:

- 0 = Não identificado
- 1 = Impacto
- 2 = Proeminência
- 3 = Conflito
- 4 = Tragédia/Drama
- 5 = Proximidade
- 6 = Raridade

7 = Surpresa

8 = Governo

9 = Polêmica

10 = Justiça

11 = Entretenimento/Curiosidade

12 = Conhecimento/Cultura

Instrução 03: Devem ser codificadas com a presença do valor-notícia “Impacto” (=1) as matérias que apresentam situações nas quais há um número elevado de pessoas, estejam estas envolvidas diretamente no fato, ou que sejam afetadas pelo acontecimento em questão. O valor-notícia “Impacto” pode ser constatado também quando se trata de eventos nos quais há uma mobilização de grandes quantias de dinheiro.

Instrução 04: Devem ser codificados com a presença do valor-notícia “Proeminência” (=2) as matérias que destacam a notoriedade dos envolvidos no acontecimento. Ou seja, situações nas quais o nome e a posição hierárquica (das pessoas, das instituições ou dos países) os colocam em posição de destaque na sociedade.

Instrução 05: Devem ser codificados com a presença do valor-notícia “Conflito” (=3) as matérias que destacam situações de guerra, rivalidades, disputas, brigas, greves ou reivindicações. Trata-se de eventos que podem provocar fortes turbulências no convívio social, seja de um país, de uma cidade, de um bairro, de instituições públicas ou privadas, entre indivíduos etc.

Instrução 06: Devem ser codificados com a presença do valor-notícia “Tragédia/Drama” (=4) as matérias que destacam situações envolvendo catástrofes, acidentes, risco de morte e morte, violência/crime, suspense, emoção, interesse humano.

Instrução 07: Devem ser codificados com a presença do valor-notícia “Proximidade” (=5) as matérias que destacam situações ocorridas em áreas próximas geograficamente ao espaço de atuação do veículo de comunicação e dos seus leitores. Ao mesmo tempo, o valor-notícia “Proximidade” também pode ser estabelecido a partir de elementos culturais, não importando neste caso tanto assim a área física em que o acontecimento se deu. Assim, entram em cena aspectos de ordem identitária, religiosa, e de outras ordens, que não se sustentam na delimitação estritamente geográfica.

Instrução 08: Devem ser codificados com a presença do valor-notícia “Raridade” (=6) as matérias que apresentam situações incomuns, inusitadas, originais.

Instrução 09: Devem ser codificadas com a presença do valor-notícia “Surpresa” (=7) as matérias que apresentam situações inesperadas. Trata-se de eventos que irrompem e subvertem a rotina normal do convívio social.

Instrução 10: Devem ser codificadas com a presença do valor-notícia “Governo” (=8) as matérias que apresentam decisões e medidas políticas, inaugurações, eleições, pronunciamentos de figuras dos poderes executivo e legislativo.

Instrução 11: Devem ser codificadas com a presença do valor-notícia “Polêmica” (=9) as matérias que apresentam situações controversas e escândalos. Trata-se da violação e transgressão das regras sociais.

Instrução 12: Devem ser codificadas com a presença do valor-notícia “Justiça” (=10) as matérias que apresentam julgamentos, denúncias, investigações, apreensões, decisões judiciais.

Instrução 13: Devem ser codificados com a presença do valor-notícia “Entretenimento/Curiosidade” (=11) as matérias que apresentam situações de aventura, divertimento, esporte ou comemoração.

Instrução 14: Devem ser codificados com a presença do valor-notícia “Conhecimento/Cultura” (=12) as matérias que evidenciem descobertas, invenções, pesquisas, progressos científicos, atividades e valores culturais e religião.